

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ORGANIZAÇÕES**

Vânia Fighera Olivo

**A NATUREZA DISCURSIVA DA CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DE
DESENVOLVIMENTO DA QUARTA COLÔNIA -RS**

Porto Alegre

2006

Vânia Figuera Olivo

A NATUREZA DISCURSIVA DA CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DE
DESENVOLVIMENTO DA QUARTA COLÔNIA -RS

Tese de Doutorado, apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul como requisito
parcial para a obtenção do título de
Doutor em Administração

Orientador: Prof. Dr. Luiz Roque Klering

Porto Alegre
2006

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O49n	<p>Olivo, Vânia M. Fighera. A natureza discursiva da constituição do Campo de Desenvolvimento da Quarta Colônia – RS / Vânia Fighera Olivo. – 2006. 285 f. : il.</p> <p>Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2006.</p> <p>“Orientador: Prof. Dr. Luiz Roque Klering”</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Prática social. 3. Processos sociais. 4. Análise do discurso. I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 316.4</p>
------	--

Elaborado pela equipe da Biblioteca da Escola de Administração/UFRGS

A NATUREZA DISCURSIVA DA CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DE DESENVOLVIMENTO DA QUARTA COLÔNIA –RS

Autor: Vânia M.Fighera Olivo
Orientador: Pro.Dr. Luiz Roque Klering

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Administração.

Presidente: _____
Prof.Dr. Luiz Roque Klering - PPGA / UFRGS

Banca examinadora:

Profa. Dra. Célia Maria Magalhães - PosLin / UFMG

Profa. Dra. Nina Célia A. de Barros - PPGL / UFSM

Profa. Neusa Rolita Cavedon - PPGA / UFRGS

Prof. Dr. Luís Felipe Machado do Nascimento - PPGA /UFRGS

Prof. Dr. José Carlos Dos Anjos - PPGS /UFRGS

Porto Alegre, abril de 2006

AGRADECIMENTOS

Muitos foram os interlocutores e os parceiros ao longo dessa trajetória e a todos eles devo a realização deste trabalho. Alguns, entretanto, merecem destaque especial...

Ao CNPq, pelo apoio financeiro, que facilitou a realização deste trabalho.

Ao Prof. Luiz Roque Ksering, meu orientador, pelo incentivo, pela confiança, nos momentos de construção e desconstrução deste trabalho.

Aos professores, *Célia M. Magalhães, Nina Célia A. de Barros, Neusa R. Cavedon, José C. Dos Anjos e Luís Felipe M. do Nascimento*, por suas colaboração e disponibilidade como integrantes da Banca Examinadora.

Ao PPGA /UFRGS, pela seriedade, pelo profissionalismo e pela amizade com que nos acolheram e nos assessoraram durante nossa estada neste programa.

Aos professores Maria Ceci, Becker, Edi e Luci, pela convivência, pelo aprendizado e pelo aprimoramento profissional.

Aos colegas Reinaldo, Silvana, e William, pelo espaço de acolhida e pelo valor da amizade.

Ao Clair, pelo companheirismo, pela escuta, pela paciência amorosa, pela compreensão e pelo carinho permanente. Lhe sou eternamente grata.

Aos meus filhos Ricardo, Juliano e Gabriel, pelas expectativas compartilhadas, pela compreensão nos infinitos momentos de ausência. Que este processo lhes sirva de estímulo, incentivo para que possam aprender com meus erros e acertos.

À *Rose, nossa filha do coração*...se não fosse sua presença, não sei como teria conseguido. Obrigada pela disponibilidade, pela força e pela amizade.

Aos *meus pais, Milena e Gildo*, pelo acolhimento em meu antigo quarto, para que no isolamento e pelo amor incondicional, pudesse compor esta produção

À *Adriane, minha querida irmã caçula*, retaguarda amorosa, presença de luz, apoio e compreensão. Obrigada pelo carinho e por tudo que me ensinastes.

Aos *meus irmãos, Sônia, Nino, Ito, Tânia, Rozinha e Daniel*, por compartilharem os momentos de desafio.

À *Luci Maria e à Solange*, pela partilha, pela ajuda e pela amizade.

Aos *interlocutores da Quarta Colônia*, em especial, a José Itaquí, pelo acolhimento, pelo dizer, pelo não dizer, pelos caminhos apontados e pelas construções compartilhadas.

E a *Deus Pai*...pela vida... por tudo!

...MUITO OBRIGADA.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	O TEMA ORIENTADOR.....	14
1.2	APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO.....	16
1.3	OBJETIVOS DA PESQUISA.....	17
1.4	RELEVANCIA DO ESTUDO.....	17
1.5	A ESTRUTURAÇÃO DA NARRATIVA.....	19
2	O CAMINHO PERCORRIDO: UM POUCO DE HISTÓRIA.....	21
2.1	O INTERESSE PELO ESTUDO DO DISCURSO: O DESPERTAR DE UMA TRAJETÓRIA.....	22
2.2	A DELIMITAÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA: QUARTA COLÔNIA E OS CENÁRIOS DISCURSIVOS.....	34
2.2.1	Um pouco de história da Quarta Colônia: A descrição do contexto de desenvolvimento.....	36
2.3	A FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA: O RESULTADO DE UMA TRAJETÓRIA.....	47
3	A ORIENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	49
3.1	POR UMA EPISTEMOLOGIA CRÍTICA DO CONSTRUCIONISMO SOCIAL.....	49
3.2	A TEORIA SOCIAL DO DISCURSO.....	57
3.3	DISCURSO NA CONSTITUIÇÃO E NA SIGNIFICAÇÃO DO MUNDO SOCIAL	63
3.4	O DISCURSO COMO RECURSO ESTRATÉGICO.....	68
3.5	ANÁLISE CRÍTICA DE DISCURSO: FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	74
3.5.1	Dimensões de análise.....	76
3.5.2	Da semiosis à hermenêutica-dialética: a orientação compreensiva e interpretativa dos dados.....	79

4	SOBRE A OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	85
4.1	A FONTE DE COLETA DE INFORMAÇÕES.....	85
4.2	A FILTRAGEM E PREPARAÇÃO DOS DADOS.....	91
4.3	O MODELO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	92
4.3.1	Análise linguística da retórica textual.....	94
4.3.2	Análise de circuitos de produção discursiva.....	97
5	UM REFERENCIAL COMPLEMENTAR PARA ANÁLISE.....	99
5.1	POR UM DESENVOLVIMENTO SOCIAL ÉTICO-UNIVERSAL DA VIDA HUMANA: UMA (RE)ORIENTAÇÃO TEORICA.....	99
5.2	VERTENTE CRÍTICA EM ANÁLISE ORGANIZACIONAL.....	108
5.3	O CAMPO SOCIAL DE BOURDIEU.....	112
6	A NATUREZA DISCURSIVA DA CONTITUIÇÃO E MUDANÇA SOCIAL DA QUARTA COLÔNIA: UMA COMPREENSÃO POSSÍVEL....	118
6.1	A DIMENSÃO IDENTITÁRIA DESENCADEANDO MUDANÇA SOCIAL.....	118
6.1.1	A (re)apropriação de um contexto de enunciação da prática discursiva.....	120
6.1.2	A produção textual na reconstituição da identidade social.....	133
6.1.2.1	Projeto Identidade (PROI): o marco simbólico inicial.....	134
6.1.2.2	Programa Regional de Educação Patrimonial (PREP): marco da interação identitária.....	143
6.1.3	A distribuição e disseminação textual.....	150
6.1.4	A assimilação textual: Produções de significado e a criação de novas posições de sujeitos.....	163
6.2	A DIMENSÃO INTERACIONAL NA AFIRMAÇÃO DO CAMPO DE MUDANÇA SOCIAL.....	174
6.2.1	Produção e disseminação textual e os modos de interação social.....	175
6.2.1.1	Os marcos institucionais da produção discursiva: PRODESUS e CONDESUS.....	175
6.2.1.2	O marco relacional da produção discursiva:	

A Rede Social Quarta Colônia.....	194
6.2.2 A assimilação discursiva e a constituição de modos de interação sócio-organizacional.....	202
6.2.2.1 Interação: lutas de interesse e valor.....	211
6.2.2.2 A arena da aprendizagem e modos de interação social.....	214
6.2.2.3 Construções comuns e construções privadas na interação.....	222
6.2.2.4 Posições sociais, tomadas de posições e disposições.....	231
7 REFLEXÕES FINAIS.....	242
REFERENCIAS BIBILOGRÁFICAS.....	254
APÊNDICES	262
APÊNDICE A – Práticas discursivas produção e disseminação textual.....	263
APÊNDICE B – Práticas aprendizagem.....	266
APÊNDICE C – Práticas sociais emergentes na Q.C.....	268
APÊNDICE D – Novos estabelecimentos na Q.C.....	273
APÊNDICE E – Instituição pontos turísticos da Q.C	276
ANEXOS.....	277
ANEXO A – Mapa de localização da Quarta Colônia.....	278

RESUMO

Esta tese trata da análise de práticas discursivas utilizadas como recurso estratégico na instituição de processos sociais, uma vez que as mudanças econômicas, sociais e culturais da vida social (atual), na modernidade tardia, estão sendo substancialmente moldadas por processos discursivos. Para tanto, a análise tem como referência a delimitação de um objeto social marcado por novos arranjos organizacionais, espaciais, políticos e culturais - o Campo de Desenvolvimento da Quarta Colônia. Definida como uma pesquisa construcionista de compreensão dialético-hermenêutica, a operacionalização dos respectivos métodos de coleta e análise de dados apresenta familiaridade com a dos estudos qualitativos. A análise crítica de discurso, aplicada a este estudo, evidencia o modo de atuação de exímios tecnologistas de discurso gerenciando a instituição de arranjos sócio-organizacionais alternativos, no interior de um campo de força. Conceitos, idéias e símbolos são estrategicamente articulados em produções e disseminações textuais que visam a fazer sentido em determinada situação, de modo a produzir novas posições de sujeitos e de práticas sociais. O alvo desses mecanismos estratégico estão nos processos contextuais de cunho identitários, interacionais e de aprendizagem e não podem ser apreendidos separadamente. Entende-se que a relevância deste estudo não está só nas compreensões elaboradas a partir da análise dos dados, mas ainda no processo que permeou a trajetória para o entendimento da natureza estratégica da ação discursiva.

Palavras-chave: Constituição discursiva, campo social, interações identitárias

ABSTRACT

This thesis deals with the analysis of discursive practices used as a strategic resource in the institution of social processes, since the economical, social and cultural changes in the social current life in late modernity are being substantially molded by discursive processes. On account of this, the analysis has as reference the delimitation of a social object marked by new organizational, spatial, political and cultural arrangements – the developing field of Quarta Colônia. Defined as a constructionist research of dialectic-hermeneutic comprehension, the management of collecting and data analysis methods has similarities to the methods of qualitative studies. Critical discourse analysis applied to this study evidences the way of actuation of eminent discourse technologists managing the institution of alternative socio-organizational arrangements inside a power field. Concepts, ideas and symbols are strategically used in textual productions and expositions with the purpose of making sense in a specific situation, in order to produce new positions of subjects and social practices. The aim of these strategic mechanisms lay around contextual processes of identification, relation and learning characteristics which cannot be apprehended individually. It is understood that the importance of this study is not only on the comprehension acquired from the data analysis but in the process which has surrounded the comprehension of the strategic nature of discursive action.

Key words: discursive constitution, social field, identification interactions.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Síntese comparativa dos principais objetivos e metas gerais para melhoramentos da Rede de Desenvolvimento na Quarta Colônia.....	45
Quadro 02 - Algumas metas específicas para 2003-2005.....	46
Quadro 03 – Atual equipe técnica e de apoio do CONDESUS, 2005.....	46
Quadro 04 - Correntes do pensamento crítico.....	51
Quadro 05 - Principais divergências entre construcionismo social e construtivismo.....	55
Quadro 06 - Principais termos da Teoria Social do Discurso.....	63
Quadro 07 - Critérios de seleção dos textos para coleta dados.....	87
Quadro 08 - Roteiro de enunciados para entrevista.....	89
Quadro 09 - Recursos retóricos orientadores da análise lingüística.....	95
Quadro 10 - Recursos retóricos orientadores de legitimação ideológica.....	96
Quadro 11 - Elementos norteadores da análise da pratica discursiva.....	97
Quadro 12 - Elementos de conectividade entre prática discursiva e prática social.....	98
Quadro 13 - Objetivos do Programa Regional de Educação Patrimonial (PREP)..	146
Quadro 14 - Programação do I Fórum da Cultura da Quarta Colônia.....	159
Quadro 15 - A natureza discursiva da configuração do CDIQC no seu marco inicial de constituição identitária.....	172
Quadro 16 - Síntese estratégias gerais de intervenção PRODESUS.....	177
Quadro 17- A natureza discursiva da configuração do CDIQC no seu marco de afirmação	240

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Constituição dialética da vida social	56
Figura 02 – Unidades constitutivas do discurso.....	61
Figura 03 – Circuitos da estratégia discursiva.....	70
Figura 04 - Síntese dos estágios de produção discursiva.....	73
Figura 05 - Modelo de análise do evento discursivo na constituição de ações sociais.....	93

INTRODUÇÃO

*... O real não está na saída nem na chegada:
ele se dispõe para a gente
é no meio da travessia.
Guimarães Rosa*

A narrativa desta produção pode ser comparada a uma aventura em que o autor assemelha-se a um desbravador, que parte para visitar um mundo desconhecido, onde o caminho não é descrito previamente. Tal como um viajante, ele observou detalhes, interessou-se pelas diferenças e pelas peculiaridades, procurando sinais que pudessem orientá-lo sobre a trajetória de descobertas, de desafios, de transformações no modo de ver o desconhecido. Pistas foram sendo encontradas à medida que o seu sentido foi sendo desvelado, ao longo de uma caminhada de construções, desconstruções e reconstruções. Daí por que a importância desta pesquisa não está apenas nos registros dos resultados, mas também no processo de construção dessa longa travessia. Cabe dizer que o texto aqui concebido, antes de ser produto é processo, que se materializa nos vários capítulos, discorrendo-os como uma história vivida, com autodeterminação, diante do risco e da dúvida ambos gerados pelo desconhecido.

Esse caráter reflete uma atitude epistemológica crítico-reflexiva, assumida nessa tese, sustentada na teoria do construcionismo social (SPINK, 1999; LINCOLN e GUBA, 2000; HARDY, 2000; SCHWANDT, 2000; IÑIGUEZ, 2002). Segundo Lincoln e Guba (2000), adotar o construcionismo implica afirmar que o sujeito e o objeto, o conhecimento e os critérios de validação, todos resultam de processos de construção social. Isso implica em reconhecer que o conhecimento da realidade que se busca neste estudo configura-se a partir do que o sujeito é nos diversos planos constitutivos e do que ele faz no momento e ao longo da história de suas vivências. Em decorrência disso, mudando a narrativa, muda a forma de ver a natureza dos fatos sociais, muda o objeto, muda sua identidade, muda sua essencialidade. Ou seja, como enfatiza Misoczky (2002, p.19),

Quando elaboramos um conhecimento não estamos representando algo que está na realidade, como também não estamos traduzindo esses objetos exteriores. Estamos isto sim, construindo um objeto original que não traduz nada e que não representa nenhum objeto da realidade com o qual estaria em correspondência.

1.1 O TEMA ORIENTADOR

O eixo orientador desta construção repousa no papel dos eventos discursivos, ou seja, no papel por eles assumido na constituição de diferentes esferas da vida social, num cenário da modernidade tardia, marcado por um movimento de profundas mudanças ideológicas, políticas, econômicas e culturais. Tal interesse se justifica pelo fato de que, nesses contextos, tanto em escala local como global, as transformações na constituição dos modos de ação social passam a ser concebidas por cientistas sociais, como transformações de ordem discursiva, em virtude do uso cada vez mais estratégico e elaborado da linguagem. Ou seja, uma importante razão das mudanças, nesta era moderna, é a de que elas estão sendo substancialmente moldadas por processos de natureza discursiva.

Entretanto, a idéia de que o discurso está associado à constituição da realidade social não é algo novo. O que é menos comumente entendido é como tal realidade, composta de campos de lutas e disputas, em permanente transformações, é construída e sustentada discursivamente. Essa capacidade de construção social pela força discursiva vem despertando, nos últimos anos, o interesse de pesquisadores do campo de estudos críticos organizacionais, com temas voltados para questões de poder, estruturas, processos de comunicação (FOUCAULT,1997; GIDDENS,1991a,1991b; HABERMANS,1984). Recentemente, pesquisadores críticos estão interessados em analisar: quem utiliza o discurso, como, por que e quando (FAIRCLOUGH; 1995, 2001, 2001b; CHIA, 2000; HARDY, 2000, 2002a, 2002b; PHILLIPS, 2002, 2003; LAWRENCE, HARDY e PHILLIPS, 1999; entre outros). Tais estudos têm levantado questões relevantes a respeito das regularidades que constituem o mundo social, a partir da sua natureza discursiva. Como as organizações são resultantes de tais regularidades bem como as

constituem, então, pesquisas mais recentes voltam-se para a investigação de como o discurso constitui as estruturas sócio-organizacionais e é constituído por elas, num movimento dialético. Ou seja, a preocupação de analistas críticos de discurso, como Fairclough (2001a), tem sido sobre como os discurso são não só moldados como moldam estruturas sociais, segundo domínio o social particular ou o quadro institucional em que são gerados.

Partindo destas considerações, esta tese assume o discurso tanto como uma prática de representação, quanto de constituição e de significação do mundo. Respectivamente, concebe-se as organizações não simplesmente como coletividades sociais em que os significados são produzidos, mas como redes de práticas sociais constituídas e constitutivas discursivamente. Especificamente, este estudo assume as organizações como lugares de lutas discursivas, em que diferentes grupos competem para moldar a realidade social. Isso não quer dizer, de acordo com Hardy (2002), que as análises a respeito das constituições sócio-organizacionais não possam se relacionar com nada além do discurso; quer dizer que elas têm tido, na dinâmica discursiva, o principal meio de investigação pelo qual os sujeitos criam uma realidade social.

Considerando que as dinâmicas organizacionais que compõem estruturas e eventos sociais passam a ser concebidas como uma forma de discurso, conseqüentemente, a compreensão delas têm suscitado, intrinsecamente, análises críticas de discurso. Um dos alvos de investigação desses eventos discursivos, assimilado neste estudo, tem sido a ocorrência de processos de desnaturalização de convenções existentes e a substituição delas por outras, como efetivos mecanismos institucionais, para a sustentação, reprodução ou transformação de dimensões econômicas, políticas, identitárias e interacionais que compõe a estruturação social.

Sendo assim, torna-se evidente a relevância em refletir sobre o uso sistemático de vários recursos estratégicos discursivos, na constituição de ações sociais. Vale analisar como idéias, conceitos, símbolos e objetos que popularizam realidades sociais, são produzidos e naturalizados em campos de constituição social. Para tanto, parte-se da tese de que todo evento discursivo é ação, porque práticas sociais são fundamentalmente de natureza discursiva, além de ser representação, uma vez que o mundo é discursivamente representado e constituído.

1.2 APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO

Se se considerar a relevância de analisar processos de mudanças sociais de natureza discursiva, nos quais os sujeitos produtores e receptores de textos se engajam em contextos históricos, culturais e institucionais específicos, a delimitação do objeto de pesquisa tem, na identificação do Campo de Desenvolvimento da Quarta Colônia¹/RS, um alvo significativo para essa investigação.

Tal delimitação justifica-se por reconhecer que os arranjos sócio-organizacionais, instituídos nos últimos anos, nesse cenário, podem ser estrategicamente mobilizados por eventos discursivos, em virtude da presença de uma gama significativa de produções e execuções de projetos, revestidos de uma complexidade estratégica-gerencial incomum, direcionados à reestruturação de um novo espaço social. Nesse sentido, é reconhecível uma transgressão de práticas naturalizadas, com quebras de barreiras relacionais, políticas, identitárias e econômicas, instituídas historicamente.

Trata-se, portanto, de analisar a natureza discursiva da constituição dessas ações sociais, com a intenção de identificar quais práticas discursivas orientam e determinam os processos organizacionais de construção social, visto que os discursos não apenas descrevem fatos. Nestes termos, apreender aspectos do processo de constituição do Campo de Desenvolvimento da Quarta Colônia é relevante a fim de identificar como as pessoas se engajam em atividades discursivas para perseguir seus planos e projetos estratégicos, e também, para melhorar o entendimento de como processos sociais são sistematicamente naturalizados e desnaturalizados, no interior de campos de disputa entre domínios de forças hegemônicas .

¹ A Quarta Colônia, situada na região central do Estado (**anexo A**), tem origem num dos mais importantes núcleos de colonização italiana (1877). Após décadas de decadência econômica, social, política e identitária, inicia-se um processo de (re)estruturação nos últimos anos, a partir de complexos projetos sobre o resgate identitário e a integração regional. A consolidação desse processo se dá com a institucionalização de uma parceria entre nove municípios, configurando-se um novo campo de desenvolvimento.

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

O **Objetivo central** desta pesquisa repousa em *analisar como práticas discursivas podem ser mobilizadas/utilizadas, como um recurso estratégico na constituição do Campo de Desenvolvimento da Quarta Colônia/RS e quais produções de significado determinam neste contexto específico.*

Para auxiliar a reflexão sobre a natureza discursiva dos processos de instituição de estruturas que compõem realidades sociais, como é o caso da Quarta Colônia, entende-se necessário definir os seguintes **objetivos específicos**:

- Compreender como os processos de produção, disseminação e assimilação textual são mobilizados/utilizados a fim de determinar novas posições de sujeitos e novas práticas sociais.
- Analisar a interconexão entre ação discursiva e estruturação de um campo de força por meio da constituição de conceitos, objetos e posições de sujeitos.
- Examinar que dimensões da prática social os discursos mobilizam, estrategicamente, para instituir arranjos alternativos de desenvolvimento na Quarta Colônia.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Abstrair a relevância desta pesquisa não significa que foi determinada *à priori*. A rigor, ela se mostrou somente à medida que as sinalizações intuitivas se materializavam num efervescente movimento de compreensão da prática investigatória. Isso significa dizer que delimitar a relevância não emergiu das sinalizações teóricas, estas apenas permitiram penetrar num mundo de possibilidades. As conexões só ocorreram quando as reflexividades foram viabilizadas.

Assim, a trajetória percorrida, via compreensão do processo de constituição discursiva da Quarta Colônia, permite inferir a relevância deste estudo, ou seja, de que a significância do discurso, nos processos de transformações sociais, não têm sido feita de forma perceptível, no campo dos estudos organizacionais críticos.

Um outro aspecto mais específico, que torna este estudo significativo no campo dos estudos organizacionais, refere-se ao seu ineditismo ao analisar a natureza da ação discursiva na constituição de um campo de ações sociais alternativas, a partir de uma interação reflexiva num contexto específico, de forma tal que não concebe uma distância entre sujeito cognoscente e o objeto conhecido. É a realização de uma análise discursiva no *lócus* do espaço social de observações mútuas, não no isolamento. Vale dizer, é a análise do processo microssocial apreendendo o sentido da ação textual, num intercâmbio com o espaço social vivido.

Como grande maioria dos estudos, estes desenvolvidos via análise de discurso, em geral, extremamente direcionados a dimensões textuais; tal abordagem, com ênfase na “dinâmica da constituição discursiva da prática social”, a partir dos vários interlocutores, carece de parâmetros analíticos no campo das análises críticas organizacionais. Assim, a relevância deste estudo, está no fato de ele construir instrumentos próprios para proceder análise de tais eventos sociais discursivos, disponibilizando um referencial teórico-metodológico distinto, que pode contribuir não só para o enriquecimento dos estudos críticos organizacionais, mas ainda, para uma maior proximidade da teoria do discurso com a prática administrativa. Isso se refere tanto à dinâmica das composições organizacionais como ao que diz respeito a visões estratégicas dos programas de mudanças institucionais e sociais. Acima de tudo, a intenção, ao privilegiar um encontro experiencial entre discurso e dinâmicas organizacionais, é suscitar novos questionamentos que possam não só promover a compreensão e o aprimoramento da prática, mas também manter a chama da inquietação.

De acordo com isso, o estudo da natureza discursiva, em um contexto de constituição social, torna-se relevante notadamente porque evidencia os processos de ressignificações, de rupturas, de produções de sentidos, elaborados não apenas pelos sujeitos sociais como pelo próprio pesquisador.

Outra intenção de submeter este trabalho à apreciação, refere-se a possibilidade de ele vir a ser de utilidade para os interessados nos estudos de

discurso, dentro dos marcos epistemológicos do construcionismo social. Entende-se que o desafio em transitar nessas áreas (construcionismo, teoria social do discurso) principalmente por não ter formação acadêmica prévia em nenhum dos dois campos, possa talvez constituir-se num trabalho útil para aqueles que como esta autora se arriscam em estudos interdisciplinares.

1.5 A ESTRUTURAÇÃO DA NARRATIVA

A partir dos esclarecimentos iniciais, convida-se os leitores a compreenderem esta tese como uma história vivida, num cenário particular. Compreensão esta sobre a construção discursiva do mundo social. Como tal, há um enredo a ser assimilado decorrente dos discursos produzidos por seus atores, incluindo o próprio pesquisador que se torna o sujeito da enunciação. Nesse sentido, o enunciador corre o risco de se perder pelos caminhos que sempre levam a algo diferente. Este olhar efetivamente participante contempla o campo de visão epistemológica do pesquisador; Por isso, os deslizos de narração: ora em primeira pessoa, ora em terceira pessoa, ora impessoal. E isso tudo ocorre porque, para fazer parte desta história, é impossível viver na singularidade, ou na pluralidade ou na impessoalidade, se não for ao mesmo tempo. Este desvio também se repete com relação aos sujeitos da pesquisa que são atores, ou jogadores, ou agentes, ou sujeitos, dependendo do papel que desempenham no cenário. Todas essas definições são partes da realidade e, como tais, necessitam ser assim denominadas para conseguir-se capturar os diferentes modos de intervenção.

Um sistema social sem atores, constituído apenas de agentes, seria reduzido a comportamentos reativos e mecânicos, sujeitos às determinações estruturais. A noção de ator, aqui assumida, apresenta características e sentidos singulares de seres humanos participantes em potencial, nos processos de mudança social. Tem que ver com a ver com sujeitos sociais que acumulam vontades e criam visões diferenciadas para processar as mudanças necessárias. Quando em cena, eles assumem, muitas vezes, papéis de jogadores estrategistas, não importando se há ou não perícia necessária; de todo modo, são sujeitos que, quando em luta, não

assumem papéis de simples observadores. Nesta convenção, o ator quando está no campo atuando, é jogador, pois cultiva valores e interesses, com marcas de identidade individual e coletiva. Sua ferramenta é a ação organizada para operacionalização de uma prática, ora transformadora ora reificadora da ordem vigente.

Com base nessas considerações, o início desta história é retratada no **segundo capítulo** que apresenta um pouco da trajetória percorrida em direção à delimitação do estudo, da construção do objeto e da definição do problema de pesquisa. Nele discutem-se aspectos ligados ao interesse pelo estudo do discurso e as primeiras aproximações com os princípios do construcionismo social, que resultam em rupturas e desconstruções epistemológicas fundamentais para a sustentação desta tese. No **terceiro capítulo**, constrói-se a orientação teórico-metodológica desta pesquisa, que encontra, no construcionismo social e na teoria social do discurso, os eixos estruturantes. No **capítulo quatro**, é apresentada a operacionalização da pesquisa que inclui desde a fonte de coleta de dados até a delimitação das categorias de análise que sinalizam a construção de um modelo analítico do evento discursivo, em processos de mudanças sociais. No **capítulo cinco**, aborda-se a análise dos dados em relação à compreensão da natureza discursiva no processo de constituição da Quarta Colônia, a partir das dimensões identitárias, relacionais e de aprendizagem. Finalmente, o **capítulo seis** contém as considerações sobre os aspectos mais relevantes apreendidos pela análise dos dados, e exhibe o problema de pesquisa levantado. Nele, também são destacadas algumas limitações do estudo e as recomendações para futuras pesquisas.

Naturalmente este trabalho, nas margens da sua auto-referência, tem que ver com a pessoa da pesquisadora. Nesse sentido, ele apresenta-se como produto de uma investigação conduzida pelas inquietações, pelos questionamentos, pelas buscas de compreensão da prática nas instituições públicas, pelas inúmeras trocas com interlocutores afins, em uma intensa experiência de sentido, que não só ditou o caminho percorrido, mas também manteve vivo o entusiasmo ao longo do processo.

Em decorrência disso, compartilha-se não só o roteiro dessa viagem, mas o próprio caminho percorrido com destaque para as descobertas e as surpresas experimentadas ao longo do processo itinerante.

2 O CAMINHO PERCORRIDO: UM POUCO DE HISTÓRIA

*A curiosidade é um vício que foi estigmatizado
seguidamente pelo cristianismo, pela filosofia e até mesmo
por uma certa concepção da ciência.
Curiosidade, futilidade. No entanto
eu gosto da palavra curiosidade;
ela me sugere alguma coisa totalmente diferente:
evoca o cuidado, evoca a solicitude que se tem
com aquilo que existe e poderia existir,
um sentido aguçado do real, mas que nunca se imobiliza nele,
uma disposição para encontrar o que há de estranho e singular na nossa volta,
uma certa obstinação em nos desfazer de nossas familiaridades
e mirar de outra maneira as mesmas coisas ,
um certo ardor para captar o que sucede e o que passa,
uma desenvoltura diante das hierarquias tradicionais entre o importante e o essencial*
(Foucault)

O que descrevo, neste capítulo, diz respeito à trajetória que trilhei nas fases iniciais da delimitação deste estudo que passou pela *definição do tema*, pela *construção do objeto de pesquisa* e pela *sinalização* para determinar o *problema de pesquisa*. A decisão de relatar essa vivência justifica-se pelo fato de que tais etapas são resultantes de um movimento construção-desconstrução-reconstrução, que serviu de porta de entrada para uma reorientação tanto do sujeito quanto do objeto de investigação. O estranhamento, a reflexividade e a ambigüidade são as marcas dessa trajetória, o que não é simples, para quem pensa ser não positivista predominantemente.

A narrativa dessa trajetória se assemelha a uma viagem. Há um ponto de partida, um roteiro inicial e um território a ser explorado, mas a cada trecho

percorrido, o horizonte que se apresenta define a necessidade de reajuste nas rotas para seguir adiante. Assim, parti de idéias norteadoras que me serviram de portas de entrada ao estudo do discurso. A ultrapassagem de determinadas barreiras enriqueceu o sentido da vivência a ser descoberta. A descrição mostra que o valor desta tese de base construcionista não está apenas no conteúdo da pesquisa em si, está na complexidade que envolveu a construção das linhas mestras que reorientaram o caminho do ponto de chegada.

2.1 O INTERESSE PELO ESTUDO DO DISCURSO: O DESPERTAR DE UMA TRAJETÓRIA

O interesse pelo campo da teoria social do discurso, enquanto constitutivo e constituído das ações sociais, não é fruto de estudos prévios, nessa área, que exigissem um amadurecimento intelectual. Ao contrário, ele é resultante de um processo de descoberta recente, desencadeado nas etapas iniciais do doutorado, mais especificamente, no momento de elaboração do ensaio teórico¹. Com a finalidade de ser um exercício exploratório em torno de referenciais teóricos balizadores, tal interesse culminou com a redefinição do tema central da tese, que coincidiu com a identificação de referenciais epistemológicos crítico-construcionistas, até então não familiares para mim. Segundo tais referenciais,

o ser humano não encontra ou descobre o conhecimento mas sim, que nós o construímos ou fazemos. Nós inventamos conceitos, modelos, esquemas que fazem sentido na experiência e nós continuamente testamos e modificamos essas construções sob a luz de nossas experiências. Além do mais há uma dimensão histórica e sócio-cultural inevitável nessa construção. (SCHWANDT, 2000, p.197)

Os primeiros ensaios de reconhecimento e dos referenciais me levaram a transitar entre a noção de um realismo ingênuo - construções iniciais do projeto de tese -, para a noção de um perspectivismo crítico, em que o conhecimento não é

¹ O ensaio teórico, como exigência acadêmica do Programa de Pós-Graduação de Administração (PPGA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tem a finalidade de ser um exercício exploratório de referenciais teóricos, para melhor direcionar a construção do projeto de tese.

algo que apenas reflete o mundo, mas é uma construção que reflete a nossa forma de perceber e interagir com ele.

Retomando essa transição, quando ingressei no PPGA e optei pela área de organizações, tinha a idéia de estudar processos inovadores de gestão em experiências de sistemas municipais de saúde pública que fossem compatíveis com uma concepção de desenvolvimento social mais sustentável. Naquele momento, não tinha noção da dimensão da ação discursiva que norteava essa idéia. Era uma opção resultante das vivências e das expectativas, como enquanto profissional da saúde, que atua nos cenários da gestão pública, que geram a necessidade de compreender tais processos, a partir de uma abordagem analítica, ampliada de ações de saúde. Com face disso, eu havia assimilado o discurso da sustentabilidade, por acreditar que ancorava essa idéia, por apresentar-se balizado por princípios de uma construção social mais ética que apresentavam como referência, a primazia da vida humana.

Naquele momento, eu ainda não atentava para o fato de os discursos serem revestidos de um caráter estratégico, que influenciam nos modos de organização, construção, reprodução ou transformação das estruturas organizacionais que compõem o mundo social (Fairclough, 2001a, 2001b).

Sem a necessária clareza, naturalizei o discurso do desenvolvimento sustentável como um marco referencial teórico-prático, alternativo ao modelo de desenvolvimento de cunho economicista. A noção de desenvolvimento sustentável (DS) está vinculada à elaboração de um documento, Relatório de Brundtland² (CMMAD,1988), que marca não só a constituição do campo internacional do desenvolvimento sustentável (CIDS), como a divulgação de uma agenda internacional, Agenda 21³, para nortear mudanças nos padrões de desenvolvimento econômico.

A internacionalização desse discurso se deu, principalmente, em decorrência da preocupação de ambientalistas em denunciar os graves problemas sociais e

²Convém esclarecer que a elaboração do “Relatório de Brundtland” também conhecido como Nosso Futuro Comum, foi resultante de uma trajetória que oficialmente ocorreu desde o início da década de 70 até os primeiros anos da década de 80. Portanto, o CIDS foi constituído em momentos distintos, a partir de um processo de diferenciação do espaço social, com ações e atores distintos, em função de sua trajetória histórica.

³ A agenda 21 foi elaborada, em 2001, por uma comissão com representantes de vinte e um países do mundo.

ambientais, vivenciados nas últimas décadas, resultantes do modelo desenvolvimentista vigente. Esse sentido é claramente reforçado no início da década de 1990, com a apresentação e a institucionalização do Relatório de Brundtland às comunidades sociais, políticas e científicas do mundo. A partir desse período, o conceito e os princípios de desenvolvimento sustentável (DS) passaram a ser expressão chave vale dizer, passaram a ser o *slogan* para agências internacionais de fomento na formulação de pesquisas, de políticas e de ações públicas. A questão de interesse para essa reflexão gira em torno dos mecanismos estratégicos que este discurso articula, os quais provavelmente conferiram e ainda podem estar conferindo sentido a muitos estudos e práticas atuais referentes à sustentabilidade,

muitas questões críticas de sobrevivência estão relacionadas com o desenvolvimento desigual, com a pobreza, com o aumento populacional. Todas elas impõem pressões sem precedentes sobre as terras, águas, florestas e outros recursos naturais do planeta, e não apenas nos países em desenvolvimento [...]. A deterioração do meio ambiente pode prejudicar o desenvolvimento econômico. A pobreza é uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais do mundo. Portanto, é inútil tentar abordar esses problemas sem uma perspectiva mais ampla, que englobe fatores subjacentes à pobreza mundial e à desigualdade internacional. (CMMAD, 1988, p.346)

A identificação com tais argumentos para um desenvolvimento alternativo funciona, nesta etapa inicial, como uma venda que oculta alguns incômodos intuitivos, pois eu ainda não tinha um olhar crítico sobre o caráter estratégico de estilos discursivos como os do Relatório, que veiculam a necessidade de propostas e agendas para abordar os problemas sociais, políticos, econômicos e culturais, de modo a fomentar a necessidade de reorientação de políticas públicas e ações para novos padrões de desenvolvimento.

O necessário, agora, é uma nova era de crescimento econômico – um crescimento convincente e ao mesmo tempo duradouro do ponto de vista social e ambiental[...]. Chegou o momento de romper com os padrões do passado [...] é preciso buscar segurança através de mudança. A Comissão aponta várias providências que podem ser tomadas para reduzir os riscos à sobrevivência e indicar rumos sustentáveis para o futuro desenvolvimento. Sem essa nova orientação das atitudes e prioridades, pouco se conseguirá. (CMMAD, 1988, p.346)

Devo dizer que, à medida que eu assimilava e apreendia o sentido dos referenciais crítico-reflexivos, a afinidade em relação a esses tipos postulados, que permeiam a maior parte do Relatório de Brundtland, era atravessada, em alguns momentos, por uma certa discordância – o tal incômodo intuitivo - ante algumas exposições discursivas, principalmente em relação a questões intrínsecas ao campo da saúde. Minha história profissional, no campo da saúde, possibilita perceber um certo descompasso entre o discurso pela qualidade de vida e a proposta discursiva que o Relatório imprimia.

Uma boa saúde é a base do bem-estar e da produtividade humana. Por isso uma política sanitária em bases amplas é essencial ao DS. (...) Um bom ponto de partida é proporcionar serviços básicos de saúde e assegurar que todos tenham oportunidade de usá-los. Nesse caso, a infra-estrutura é relativamente barata e pode ser muito benéfica para a saúde e o bem-estar. (CMMAD, 1988, p.1199 -120)

Por reconhecer um viés essencialmente economicista e banalizador para tratar a complexidade que envolve os problemas de saúde, ingressei na ousada travessia para a compreensão do discurso na constituição de ações sociais. Entretanto o (re)direcionamento não foi tão natural. Mesmo identificando as contradições no discurso do desenvolvimento sustentável, confesso que resisti, naquele momento, a refletir mais profundamente sobre o sentido delas, pois tal sinalização intuitiva não havia sido suficientemente elaborada. Ao contrário, continuei me apropriando passivamente e mantendo a afinidade inicial com os pressupostos da sustentabilidade, por meio tanto de participações em fóruns específicos sobre o tema quanto de produções teóricas (ensaios de disciplinas, publicações⁴). Tal comportamento pode ser compreendido no dizer de Bourdieu (1998b, p.30): “procurar não cair na armadilha do objeto pré-construído não é fácil, na medida em que se trata, por definição, de um objeto que *me interessa*, sem que eu conheça claramente o princípio verdadeiro desse *interesse*”.

A abertura, para a sistematização do ‘incômodo intuitivo’, sobre alguns sentidos do desenvolvimento sustentável começou a ocorrer após o terceiro semestre do curso, quando, por orientação do PPGA, busquei disciplinas

⁴ OLIVO, Vânia F. Pensando saúde na perspectiva para a sustentabilidade. In: Misoczky, et.alli (Orgs.). *Estratégias de Organização da atenção à saúde*. Porto Alegre: Dacasa editora, 2002.

complementares⁵, em outros programas de pós-graduação da UFRGS (Sociologia e Educação). Somadas a reflexões realizadas com colegas e professores do PPGA, elas contribuíram para aprofundar a necessidade de adotar uma base epistemológica de cunho crítico-reflexivo na construção de um projeto de pesquisa, redirecionando os caminhos a serem percorridos e mudando o sentido da trajetória. Aceitei, então, a idéia de buscar na epistemologia do construcionismo social, a compreensão epistemológica de sustentação, partindo da desconstrução/revelação do significado de alguns marcos conceituais balizadores do discurso do desenvolvimento sustentável que eu havia assimilado até então.

De acordo com Czarniawska (2000), uma perspectiva epistemológica construcionista contribui para a compreensão e a construção de muitos aspectos da vida social, longe dos resultados convencionalmente esperados, permitindo desmascarar o que foi esquecido ou não percebido como intenções dos sujeitos sociais não reconhecidas. Esse desmascaramento não abarca a intenção de revelar partes *enganosas*, ou de tirar a máscara de falsas consciências, ou de trazer à luz para a mente. É um exercício de desconstrução, visto como desnaturalização, no sentido de revelar o que não se prestou atenção. Para Spink (1999) esse é um processo de reflexão que possibilita uma desfamiliarização com construções conceituais que se transformam em crenças e, enquanto tais, colocam-se como grandes obstáculos para que outras possam ser construídas.

A desfamiliarização da objetividade implícita na retórica da verdade baseia-se na crítica da concepção de verdade como conhecimento absoluto. Trata-se aqui de perceber que não há verdade absoluta. A verdade é a verdade de nossas convenções, embora, nem por isso, menos impositiva. Os critérios de verdade são estabelecidos socialmente, não há portanto, nada que seja verdade no sentido estrito da palavra. (SPINK, 1999, p.29)

Essa discussão pode ser enriquecida com o pensamento Bourdieu (1998a, 1998b), que sugere o rompimento com a linguagem estabelecida, com o modo de expor os diversos temas no espaço social, já que existe uma cumplicidade entre o discurso que se está propenso a ser produzido e as estruturas de dominação existentes. Em face disso, a primeira ruptura é a teórica, que permite a observação

⁵ Disciplinas cursadas em outros programas de pós-graduação: "Teoria sociológica II" e "Estado, racionalidade e planejamento" (Sociologia) e "Metodologia qualitativa" (Educação).

de novos aspectos da 'realidade' socialmente construída. Romper com a evidência primeira significa romper com os esquemas de percepção do mundo social, sobretudo os sedimentados na linguagem, já que estes são produtos de lutas simbólicas anteriores e exprimem o estado de relações de forças simbólicas.

Nas ciências sociais, como se sabe, as rupturas epistemológicas são muitas vezes rupturas sociais, rupturas com crenças fundamentais de um grupo e, por vezes, com crenças fundamentais do corpo de profissionais, com corpo de certezas partilhadas que fundamenta a *communis doctorum opinio*. Praticar a dúvida radical em sociologia é pôr-se um pouco fora da lei. (BOURDIEU, 1998b, p.39)

O referencial crítico de Bourdieu (1998a, 1998b) auxilia a compreensão do processo de assimilação epistêmico, uma vez que o autor afirma que não existe a possibilidade de se fazer ciência se os pesquisadores não começarem a romper com as teorias nativas. Ou seja, não há possibilidade de construção de conhecimentos emancipatórios, se começar a tomar a realidade nativa como natural – é preciso desconstruir essa realidade, desnaturalizar, produzir uma ruptura com o senso comum.

Nesses termos, Bourdieu (1996) sustenta que o rompimento deve valer-se de um conjunto de relações que permitam que o fenômeno em estudo se apresente de forma nova aos olhos do pesquisador. Isso implica, de modo imediato, em historicizar o objeto em questão. No processo de reconstrução desse objeto, pelo qual as questões sociais são apresentadas, a postura do pesquisador deve ser a de explicitar os conjuntos e as relações estruturais que estão subjacentes ao modo como o mundo se naturalizou, como ele se tornou evidente para os atores sociais.

Segundo Bourdieu (1998b), esse é um processo de luta simbólica que se apóia numa análise compreensiva dos jogos de linguagem e nas estratégias discursivas realizadas pelos atores envolvidos nas disputas, nos respectivos campos de ação. Mais precisamente, pode-se dizer que é possível identificar, nas estratégias discursivas, os tipos de poder (capital) simbólico adotados pelos atores, com a finalidade de impor definições e visões do mundo social, de acordo com suas posições ocupadas no campo de disputa.

Assim sendo, para compreender o sentido ideológico, político e social, contido em textos que são recursos na disputa pela definição das regras em campos de

poder, é preciso um exercício de desopacificação/desnaturalização e desvelamento, que procure o que está nas entrelinhas do discurso exercendo sobre ele uma hermenêutica da suspeita, o que implica na possível construção de um novo recorte teórico que visa produzir novos ângulos de análise para os problemas que se relacionam com o que se mapeou antes sobre o assunto. Nesse exercício de descortinamento das estratégias discursivas, a linguagem, enquanto foco de análise, não é considerada como um meio transparente para refletir a maneira como as idéias se apresentam; ao contrário, passa a ser vista como uma ferramenta muito relevante na construção e na disputa dos campos sociais.

Como o Relatório de Brundtland (1988) é referência não apenas para a maioria dos estudos sobre desenvolvimento sustentável, mas também para o direcionamento de ações estratégicas alternativas no contexto organizacional, optei em tomá-lo como base da desconstrução, por meio de uma *análise crítica de discurso (ACD)*. O foco deste exercício não é apenas identificar os significados do discurso do desenvolvimento sustentável em si, mas, principalmente, identificar a utilização de recursos retóricos que, segundo Fairclough (2000; 2001), auxiliam a “desempacotar” a produção de significados da “realidade” social, constituídos discursivamente.

Com a apropriação de referenciais críticos (SPINK, 1999; BOURDIEU, 1998a, 1998b; HARDY e PHILLIPS, 1999; FAIRCLOUGH, 1995, 2001b) e com a elaboração do exercício de análise crítica do discurso do Relatório de Brundtland, comecei a identificar a complexidade referente ao uso estratégico da linguagem. Ela não pode agora ser vista como algo transparente, portadora de sentidos óbvios ou simplesmente representativa da realidade. Embora não seja a intenção detalhar os sentidos desopacificados no texto do Relatório de Brundtland, considero oportuno apresentar uma síntese de alguns aspectos mais relevantes, que servirão como balizadores para posterior análise do objeto dessa pesquisa.

É possível identificar como um discurso pode ser estrategicamente investido por uma natureza retórica, que permite vários sentidos simbólicos para contemplar a sociedade, seja para transformar seja para reproduzir. A análise crítica de discurso permite inferir que o Relatório de Brundtland é repensado por um estilo discursivo que, sutilmente, joga com relações de poder quando utiliza formas sutis de

argumentação, para convencer a opinião pública sobre a emergência e a inevitabilidade de uma nova agenda internacional de desenvolvimento.

Muitas questões críticas de sobrevivência estão relacionadas com o desenvolvimento desigual, com a pobreza, com o aumento populacional. Todas elas impõem pressões sem precedentes sobre as terras, águas, florestas e outros recursos naturais do planeta, e não apenas nos países em desenvolvimento. [...] A deterioração do meio ambiente pode prejudicar o desenvolvimento econômico. (CMMAD, 1988, p.346)

As palavras grifadas são justificativas utilizadas como se fossem sinônimos. Elas levam o leitor a uma “*pressuposição*”, ou seja, é dado que elas são as principais responsáveis pela degradação ambiental, que afeta o desenvolvimento econômico. Tais recursos retóricos perpassam não apenas neste trecho como em vários momentos do documento e sua identificação possibilita desopacificar o sentido explícito da mensagem. A expressão todas elas impõem pressões sem precedentes reforça o efeito da prática discursiva, que mostra uma preocupação de legitimar o documento, a partir de um “*estilo*” persuasivo, com formas sutis de argumentação. Ao identificar tais estilos comunicativos e desvelar o sentido retórico do discurso, pode-se dizer que eles são utilizados para justificar a necessidade da manutenção das reservas ambientais, o que é um dos principais alvos de disputa no Campo Internacional do Desenvolvimento Sustentável (CIDS).

A utilização de modalidades lingüísticas, como no exemplo a seguir, evidencia que a disputa está voltada para o crescimento econômico e não para questões sociais, como o discurso quer legitimar.

Hoje temos de nos preocupar também com o modo como a deterioração ambiental pode impedir ou reverter o desenvolvimento econômico. [...] O necessário, agora, é uma nova era de crescimento econômico, um crescimento convincente e ao mesmo tempo duradouro do ponto de vista social e ambiental [...]. Chegou o momento de romper com os padrões do passado [...] é preciso buscar segurança através de mudança. A Comissão aponta várias providências que podem ser tomadas para reduzir os riscos ambientais à sobrevivência e indicar rumos sustentáveis para o futuro desenvolvimento. Sem essa nova orientação das atitudes e prioridades, pouco se conseguirá. (CMMAD, 1988, p.38 e 346)

Nas expressões grifadas, é possível identificar a utilização estratégica do discurso com a intenção de propor um novo padrão de crescimento de forma inquestionável, que confere um sentido de obrigação ou de pretensão de verdade

(*modalidade*). Como em outras passagens, percebe-se o que é disputado neste campo: o capital ambiental. Este não como um bem da humanidade, mas como um meio para viabilizar o desenvolvimento econômico. Nota-se que tal enunciado, repleto de posições contraditórias e com um sentido vago, é estrategicamente vantajoso para os atores que dominam o campo, ao desviarem o foco daquilo que de fato está em disputa.

Como os enunciados exemplificados, os demais trechos analisados são dotados de um grande valor simbólicos. São moldados para passar a idéia de que as propostas do documento representam a única alternativa internacional para os graves problemas sociais e ambientais vivenciados pelo homem. O esforço de legitimação, visando à adesão da comunidade internacional, se dá pela retórica de cunho humanístico, mas enrustida por um viés economicista.

A Comissão acredita que os homens podem construir um futuro mais próspero, mais justo e mais seguro. [...] Se não conseguirmos traduzir nossas palavras numa linguagem capaz de tocar os corações e as mentes dos jovens e idosos, não seremos capazes de empreender as amplas mudanças sociais necessárias à correção do curso do desenvolvimento. [...] Vemos a possibilidade de uma nova era de desenvolvimento econômico [...] e acreditamos que esse crescimento é absolutamente essencial para mitigar a grande pobreza que se vem intensificando na maior parte do mundo em desenvolvimento. (CMMAD, 1988, p.1)

As palavras grifadas são utilizadas, apropriadamente, para convencer sobre a emergência e inevitabilidade de uma nova abordagem de desenvolvimento. É um estilo de linguagem que busca, no apelo à emoção e aos valores fundamentais da vida, um meio de legitimar o discurso na comunidade internacional. Ao analisar as expressões, percebe-se que elas não são abordadas de forma ético-humanista, como a complexidade social exige. Isso oferece indícios de que tais expressões são usadas estrategicamente, para atingir legitimidade internacional disputada no campo. Essa é a lógica da aparência discursiva, com suas formas sutis de argumentação, cujas expressões detém o poder de potencializar o sentido restante do discurso, a fim de ofuscar as intenções dos atores em disputa.

Outro aspecto revelado pela análise crítica do discurso, ao contrário do que é anunciado em várias passagens do documento, este não é de cunho coletivo e *dialógico*, representativo dos interesses da maioria dos representantes, mas é

monológico e serve de veículo aos interesses de uma minoria dominante no cenário internacional.

A Comissão contou com apoio de milhares de indivíduos de todo o mundo, muitos dos quais estão aqui relacionados [...] Inúmeras pessoas trabalharam horas a fio na preparação de documentos para as audiências públicas, relatórios para os painéis consultivos e estudos para a Comissão. O resultado foi certamente mais completo, mais realista e mais voltado para o futuro do que qualquer um de nós, sozinho, poderia conseguir. Chegamos à comissão com opiniões e perspectivas diferentes, valores e crenças diferentes. Após três anos de trabalho, apresentamos um relatório que é de todos. (CMMAD, 1988, p.403)

A ênfase na utilização da terceira pessoa (“*nós*”) pluraliza esse processo de elaboração do documento como se ele fosse resultante de uma *regularidade coletiva*. A tentativa de reforçar essa idéia vale-se da “*equivalência*”, isto é, do uso de uma freqüência de palavras (*opiniões, perspectivas, valores, crenças*) para potencializar o sentido da diversidade coletiva que se quer demonstrar estar presente no documento. Este recurso é estrategicamente vantajoso para que haja aceitação pública do documento, uma vez que ele mobiliza o sentido do senso comum.

O sentido de *responsabilização* tem relação não só com os autores do texto, mas também com as competências de intervenções, que partem do tipo de responsabilização que é disputado neste campo: (1) *voltada para os países em desenvolvimento*: responsabilizados pela não preservação do ambiente ecológico, em função de seus problemas sociais e incapacidade administrativa; (2) *voltada para os países industrializados*: responsabilizados pelas novas alternativas tecnológicas e econômicas para viabilizar novos padrões de desenvolvimento. A ênfase dessa justificativa vale-se, novamente, da “*equivalência*” como recurso da prática discursiva, criando e reduzindo, estrategicamente, diferenças entre os dois blocos. Relaciona insustentabilidade com crise (dos países em desenvolvimento) e meios de combatê-las (países industrializados).

Em outras palavras, o exercício de análise crítica de discurso do Relatório de Brundtland evidenciou que a naturalização de conceitos, como o da sustentabilidade, pode valer-se de processos estratégicos de articulação simbólica da linguagem, sem explicitar ideologias e interesses de grupos dominantes que se sobrepõem a uma política ética de interesse e validade universal. Nesses termos, o

uso de expressões como *desenvolvimento sustentável*, enquanto mobilizadores de ações em torno da equidade e da justiça social e com grande poder de legitimação no espaço social, pode ser enrustido de efeito simbólico. Valendo-se de formas sutis de argumentação, como a utilização de cenários sociais dos países de Terceiro Mundo e em desenvolvimento, a análise do Relatório evidenciou que ele mesmo não tem a finalidade de discutir a fundo a origem de suas problemáticas, apesar de os argumentos explícitos serem obviamente válidos e justificáveis. É, nas entrelinhas, um documento de disputa, numa luta contínua para atingir a hegemonia política, ideológica e de conhecimento. Segundo Fairclough (2000), diferenças políticas sempre têm sido constituídas como diferenças de linguagem, e luta política tem sido sempre, particularmente, luta pela linguagem dominante.

A partir dessas desnaturalizações lingüísticas, começa-se a perceber a potencialidade de referenciais como o desenvolvimento sustentável - dotado de valor simbólico, de contradições, fragmentações e ambivalências -, ser utilizado estrategicamente, para desviar a atenção para o senso comum, obscurecendo ou desviando o foco de atenção do leitor dos problemas e responsabilizações reais que envolvem o modelo desenvolvimentista, que é, na sua essência, insustentável. A questão é saber até que ponto a comunidade consegue identificar o que está oculto nos discursos? Ou então, como os discursos são utilizados estrategicamente, seja para transformar seja manter a ordem social? Em prol de que interesses os discursos são naturalizados no meio social?

Chegar a tais questionamentos que serviram como balizadores para a redefinição do objeto de pesquisa, não foi um processo linear, tranquilo. Não havia clareza das etapas a serem percorridas, nem de seu significado para que eu pudesse seguir o andamento da pesquisa. Ao contrário, o processo foi permeado por infindáveis momentos de angústias e incertezas. Uma questão permanecia: *por que esse processo de desconstrução discursiva havia sido tão impactante para mim? Por que resistia em assimilá-lo?* Acreditava ser conseqüente do desencantamento com um referencial do desenvolvimento sustentável, que vinha balizando as minhas expectativas em relação ao direcionamento do foco de investigação da tese.

A transposição dessa encruzilhada só foi possível com a apreensão do conceito de *reflexividade*, oriundo dos princípios construcionistas, e à luz da

hermenêutica (GADAMER,1997; GRONDIN,1999 e SCHWANDT, 2000; SPINK,1999; PHILLIPS e HARDY 2002). Segundo estes referenciais, o exercício da reflexividade exige um esforço de desconstrução de noções profundamente arraigadas na nossa cultura. Passei então a compreender que, por intermédio do exercício da reflexividade (HARDY e PHILLIPS, 1999), eu havia desconstruído concepções e crenças; enfim, desconstruí o olhar ingênuo. Havia identificado a influência da história pessoal sobre o modo como se olha para um dado objeto de estudo. Havia, enfim, iniciado um processo de rompimento com o modo introjetado e ingênuo de olhar para a construção da 'realidade social' e sua relação com as práticas discursivas.

A reflexividade possibilita incorporar um entendimento de como o analista, os autores dos discursos, a sociedade, coletivamente, representam um papel na construção social do conhecimento. [...] Ao escrever e apresentar seu trabalho, os analistas de discurso não devem se esconder atrás de convenções dominantes de produção de textos e empenhar-se, irrefletidamente, na retórica que os ajuda a produzir conhecimento. Sem dúvida, nós precisamos aceitar a completa responsabilidade de nosso papel crítico ao produzir nossos textos de pesquisa. (PHILLIPS e HARDY, 2002, p. 84)

De acordo com Lincoln e Guba (2000), um processo de cunho construcionista reserva a nós mesmos o direito de ficarmos um tanto mais atentos ou, simplesmente, o direito de mudar nossas posições ou pensamentos. Durante a trajetória relatada, foi possível vivenciar ambas as situações. Passei a entender como o pesquisador se torna sujeito do estudo. Entendi que, via reflexividade, nós também nos transformamos. Esse é um processo de amadurecimento teórico e intelectual que, sob a perspectiva de Fairclough (1999), diz respeito a conhecimentos posicionados, ou seja, conhecimentos gerados de posições particulares dentro de uma prática ou fora dela. Tal amadurecimento gera recursos para o posicionamento do sujeito num processo de luta que, segundo o autor, é essencialmente discursiva.

Ao vivenciar a trajetória de ruptura, de desconstruções do pré-construído que está em toda parte, está nas representações partilhadas por todos, nas aderências e nas adesões mais profundas e mais inconscientes, comecei a atentar melhor para o *papel do discurso na construção das nossas trajetórias, do modo de ação e na*

composição da história social. Assim desencadeia a *necessidade reorientação do objeto desta pesquisa.*

2.2 A DELIMITAÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA: QUARTA COLÔNIA E OS CENÁRIOS DISCURSIVOS

Delimitar um objeto de pesquisa afinado com princípios crítico-construcionista, exigiu um exercício crítico-reflexivo, fundado no princípio da inseparabilidade do sujeito do mundo objetivado. A apreensão do sentido desse princípio é ancorada em Spink (1999) e Hardy (2002b), quando os autores afirmam que o objeto não é algo pré-existente, ou que está representado num tipo de cenário externo, que pode ser apreendido como uma coisa, independente das ações dos sujeitos. Nesses termos, mudando a narrativa, mudando a forma de ver a natureza dos fatos sociais, muda o objeto, muda sua identidade, muda sua essencialidade, visto que o objeto de estudo é resultado de construções subjetivas.

Do mesmo ponto de vista, Íñiguez (2002) declara não haver essência universal nas coisas, mas sim uma certa essência particular, logo haverá tantas identidades e tantas versões de realidade quanto forem os contextos nos quais nos movimentarmos e interagirmos. Essa noção, em conformidade com Spink (1999) e Schwandt (2000), opõe-se ao representacionismo, ao realismo ingênuo e à epistemologia empírica, para os quais o conhecimento apenas pretende refletir o mundo que há lá fora.

A crítica da concepção representacionista do conhecimento é uma decorrência da desfamiliarização da dicotomia sujeito-objeto. Se os objetos da natureza são constituídos por nossas categorias, se essas categorias são artefatos humanos, produtos de interações historicamente situadas, então a hegemonia dos sistemas de categorias depende das vicissitudes dos processos sociais, e não da validade interna dos constructos. (SPINK, 1999, p. 28-29)

Nessa perspectiva em que o objeto de pesquisa não é uma representação, nem uma tradução de algo que pertence à realidade externa, sua delimitação resulta das trajetórias retratadas na unidade anterior. Nesse sentido, a necessidade de sua (re)construção e (re)condução é desencadeada pela desfamiliarização do referencial

da sustentabilidade. Essa trajetória convidou-me a relacionar o objeto de pesquisa ao *campo das práticas e dos jogos discursivos*, vivenciados pelos atores na construção das ações da realidade social.

Após a sinalização do objeto de pesquisa, outro questionamento surgia: teria sido a delimitação do objeto de pesquisa a única e mais importante finalidade dos *sentidos* resultantes das (des)construções e (re)construções anteriores? As apreensões vividas se tornaram descartáveis? Por que este desconforto novamente? Conectando tais questões ao referencial construcionista, entendi que tais *sentidos* não deveriam ser abandonados, mas guardados para constituir um acervo necessário ao processo de (re)significação de sentidos, que é contínuo, inacabado e complementar às etapas subseqüentes.

As vivências contribuíram para um interesse cada vez maior sobre o estudo do discurso, como parte importante na constituição dos desenhos organizacionais e das respectivos ações sociais. Valendo-me desse entendimento, senti a necessidade de explicitar alguns questionamentos que aptam o caminho para a delimitação do objeto de pesquisa. Em virtude disso, questiono: de que *modo produções e disseminações discursivas, como do desenvolvimento sustentável, atuam na constituição de projetos alternativos de desenvolvimento pautados na transformação social? Ou então, qual o papel do discurso nos processos de mudança social? Como a tradução de discursos legitimados institucionalmente atuam na construção de novos desenhos organizacionais?*

O interesse de investigar como processos organizacionais podem ser moldados por práticas discursivas, culminou com a identificação da *Quarta Colônia* como um espaço social *de interesse* para estudo. A sinalização dessa opção se dá por associação do discurso da sustentabilidade com o do processo de construção de práticas alternativas de desenvolvimento, em ascensão nos últimos anos na Quarta Colônia, somado à existência de um Consórcio de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS) na região.

Consolidando uma parceria intermunicipal, o CONDESUS tem instituído, desde os meados da década de 90, um novo cenário de desenvolvimento territorial, com desenhos organizacionais e institucionais inovadores; desse modo, diluindo as fronteiras entre os municípios. O consorcio é composto por nove municípios de colonização italiana, em sua maioria: Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá,

Nova Palma, Pinhal Grande, Silveira Martins, São João do Polêsine, Agudo e Restinga Seca. Esse movimento de integração intermunicipal está vinculado a projetos de desenvolvimento loco-regionais de cunho político, econômico, social, ambiental e cultural. Como consequência, várias iniciativas tais como turismo ambiental, eventos culturais, alternativas ligadas à gastronomia, novos modos de produção agroecológica, dentre outros, têm atraído centenas de visitantes, o que potencializa os projetos aí desenvolvidos.

Nesse contexto de construção de novos arranjos territoriais e interinstitucionais, com projetos alternativos de desenvolvimento, identificou-se e delimitou-se o **objeto de estudo: a natureza discursiva da Quarta Colônia**. A escolha do objeto justifica-se por ele exibir um cenário fecundo para o estudo, portanto, será possível falar sobre o papel do discurso na constituição e na manutenção dos respectivos processos sociais. As iniciativas inscritas em tal neste contexto estão sendo travadas por meio de ações, de parcerias e de cooperação organizacionais e interorganizacionais com inclusão de novos personagens no espaço público (comunidade, agricultores, associações, escola, dentre outros), conforme detalhamento na unidade a seguir.

2.2.1 Um pouco de história⁶ da Quarta Colônia: A descrição do contexto de desenvolvimento

Situada (anexo A) entre os vales e as encostas da Região Centro do Estado na Serra de São Martinho (Serra Geral), a Quarta Colônia atualmente, desde o início da década de 90, está composta pelos municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Silveira Martins e São João do Polêsine. Ocupando uma topografia bastante acidentada - área aproximada de 120.000 há, a região apresenta uma população total de 63.000 habitantes, sendo

⁶ As informações foram obtidas em relatórios de imigração italiana, depoimentos de pessoas (gestores) que participaram da criação de projetos voltados para a reconstrução da Quarta Colônia e, também, em encontros com integrantes da atual equipe técnico-administrativa do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da região (CONDESUS). Ainda se buscou informação nos relatórios do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PRODESUS) e do CONDESUS e em publicações via jornal local e Internet.

74,4% residentes no meio rural, com uma economia essencialmente voltada para a agropecuária. (ITAQUI, 2003b).

Retomando um pouco da história, a Quarta Colônia é originária de um dos quatro mais importantes núcleos iniciais de colonização italiana no Rio Grande do Sul. Os imigrantes vieram diretamente da Itália, organizados pelo Governo Imperial, a partir da segunda metade do século XIX. A constituição das colônias de italianos no Estado se deu na seguinte ordem: em 1869, a primeira colônia chamada Conde D'Eu (hoje Garibaldi) e a segunda colônia chamada de Dona Isabel (hoje Bento Gonçalves); em 1876, a terceira colônia, reconhecida como Fundos de Nova Palmira ou Campos dos Bugres (Caxias do Sul). Essas três primeiras ex-colônias estão situadas na região nordeste do estado e formam praticamente um bloco único por sua proximidade física. Em 1877, o Governo Provincial funda um quarto núcleo de colonização italiana com sede administrativa em Silveira Martins (berço da Quarta Colônia), que aos poucos desencadeou a formação dos novos povoados dessa colônia: Vale Vênito (1978), Arroio Grande (1979), São Marcos (1979), Soturno (Nova Palma-1883) e outros menores. Faxinal do Soturno, Dona Francisca e São João de Polêsine foram fundados mais tarde.

É importante lembrar que a região da Quarta Colônia não é exclusiva de imigrantes italianos, pois antes deles chegarem, já viviam nessa região descendentes de portugueses, de africanos e de alemães. Disso decorre que os italianos formaram sua história com os antigos moradores da região, integrando-se em um processo mais complexo de colonização e imprimiram, na construção dos núcleos, as suas referências e características culturais.

Há uma outra curiosidade central na composição histórica do contexto desse objeto de estudo, nos últimos anos, a Quarta Colônia era popularmente sentida por seus atores sociais como a “imigração esquecida” ou “a prima pobre”, se comparada as três primeiras colônias. Segundo depoimento de atores locais, houve quebra no processo de desenvolvimento da região entre as décadas de 30 a 50. Até os anos de 1920 e 1930 a produção econômica era tão intensa quanto as outras três colônias, vistas como mais ricas. “Aqui tinha capital humano, e condições de produção eram tão semelhantes senão até melhores das outras colônias. Hoje ainda se encontram nos casarões antigos, sede de várias fabricas, os sinais do

desenvolvimento da época” (depoimento de ator político local). Percebe-se que esse impulso de desenvolvimento foi bloqueado por circunstâncias locais.

Ouvindo depoimentos de nossos pais e avós, percebe-se que o grande impulso para o desenvolvimento das colônias se deu no início do séc. XX. Aqui em Silveira Martins, que era a sede da colônia, não houve uma liderança ou um conjunto de lideranças capaz de unir as diferenças ou os diferentes grupos que dominavam na região, com seus diferentes interesses religiosos e políticos. (ator local descendente de imigrante)

Conforme esse ator local, estudioso da cultura italiana, Silveira Martins era a sede da colônia e tinha uma intendência que coordenava todos os núcleos de colonização da região. No entanto havia ali, no final do séc XIX e início do séc XX, uma divisão muito forte entre diferentes grupos religiosos, principalmente maçons e católicos, que interferiram na emancipação e na união da colônia. Muitos traços dessas diferenças ainda se mantêm no município que, com seus 2700 habitantes, apresenta um cenário incomum para uma comunidade italiana: há quatro igrejas, mas apenas uma é católica, as outras três são protestantes.

Além das disputas religiosas, os relatos das primeiras imigrações justificam que a falta de objetivos comuns, ou a defesa de interesses de famílias dominantes limitaram a região, impediram que ela aproveitasse oportunidades fundamentais para seu desenvolvimento, tais como, a construção de uma estrada de ferro e a desvinculação de Santa Maria, dentre outras. Outros depoimentos revelam que Santa Maria sempre teve interesse em manter o Quarto Núcleo de Colonização Italiana sob seu domínio político e econômico, que, numa disputa pelo domínio do território, acabou limitando o processo emancipatório da colônia e seu respectivo desenvolvimento. A região começou, então, a se esgotar. “A partir dos anos 50 e 60, foi uma ‘debandagem’, tanto que a nossa região é conhecida como exportadora de mão-de-obra. Há municípios inteiros formados por pessoas que saíram daqui, como São Borja, Itaqui, Ijuí, Uruguaiana, dentre outros” (depoimento de ator local).

Considerando a relevância de detalhar um pouco mais da história da constituição das colônias e, particularmente, da emancipação do Quarto Núcleo de colonização Italiana, destaco uma versão contada por um reconhecido ator local - Padre Luiz Sponchiado, historiador e pesquisador da cultura italiana, reconhecido, dentre outros fatos históricos, por fundar a Cooperativa Municipal de Nova Palma

(CAMPAL⁷, em 1963) e, em 1984, o Centro de Pesquisa Genealógica⁸ em Nova Palma/RS, que ele mantém sob sua direção até os dias atuais. Devo confessar que esta entrevista foi um momento inesquecível, porque ouvi o relato de um dos protagonistas do resgate da identidade italiana, bem como um dos pioneiros das tentativas de emancipação e articulação do processo de desenvolvimento da Quarta Colônia, que pautou sua luta nos princípios da participação, cooperação, liberdade e justiça social.

Pontuando a questão histórica das emancipações, Padre Sponchiado relata que, nos anos de 1880, todas as colônias buscaram sua emancipação menos Silveira Martins, porque havia o domínio muito forte dos imperialistas. Conta ele que Júlio de Castilhos, o primeiro governador republicano, ao ouvir falar de Silveira Martins, ficava enfurecido. Ele afirma que, apesar de muitas tentativas, em vez de emancipar a Colônia, dividiram-na em pedacinhos para as cidades de Santa Maria, São Martinho e Cachoeira do Sul. “Passamos 70-75 anos na miséria, no esquecimento”. Conta ele que os italianos mais avisados, quando viram a situação, levaram seu capital para fora, investindo em outras regiões. “Com isso a nossa colônia nunca se emancipou e assim ficou até 1957. Conta ainda que, após um ano de chegada nessa Colônia (meados de 1950), e conhecendo essa história, ele reuniu as pessoas mais influentes das comunidades para falar da emancipação. “A idéia era estimular a emancipação dessa colônia que ficou em pedaços”. Como conhecia toda a legislação para viabilizar o processo, começou a tecer as devidas articulações. Sua proposta era fazer uma sede administrativa única que juntasse todos os distritos. “Mas eles não tinham a idéia de unicidade, que era a única

⁷ Atualmente a CAMPAL comercializa 100% da produção de grãos da região. Há aproximadamente 1000 produtores e 3600 associados atuantes, isto é, pessoas que compram e vendem os produtos e seus derivados.

⁸ O interesse do padre Luiz Sponchiado pelo estudo da colonização italiana começou quando ele ainda era menino. “Quando eu tinha 3 anos lembro que meus nonos (avós) me contavam a trajetória dos imigrantes....meu avô era um grande contador de histórias da colonização. Foi com ele que aprendi a gostar da história da genealogia das famílias”. Sponchiado começou a se dedicar a genealogia quando retorna a sua terra natal (Nova Palma) em 1956, e inicia a pesquisa com a reconstrução genealógica de sua família. O que era curiosidade nesta época foi se estruturando no decorrer dos próximos anos até se transformar, em 1984, num centro de pesquisas genealógicas em Nova Palma. Hoje é possível encontrar nos arquivos mais de 50 mil famílias de descendentes de italianos que habitaram a região, todas estas pesquisadas e registradas com sua letra. Segundo este protagonista da recuperação da memória “felizes são as comunidades que resgatam sua identidade cultural, pois, perdida esta, nada mais têm a perder”. O centro hoje é uma referência para quem procura a sua origem identitária, fundamentada, inclusive, com documentos dos antepassados, utilizados na busca da cidadania italiana.

maneira de andar. Eles não tinham unidade nenhuma, cada um pensava só em seus interesses.

A concorrência já era visível entre as famílias, entre vizinhos, entre comunidades”. Ele comenta que para mediar a integração esse processo de disputa necessitava ser enfraquecido a partir da compreensão do direito de o outro discordar, mas como os contra-argumentos giravam em torno do interesses político-econômicos limitados, a fragmentação da Colônia era vista como a grande alternativa - “se dividirmos, teremos mais impostos, mais poder para fiscalizar”. Então, segundo Sponchiado, as emancipações começaram acontecer separadamente. Em 1958, ocorreu a emancipação de Faxinal; em 1960, Nova Palma; depois, Dona Francisca (1964) e assim por diante. “A pobre Silveira Martins” teve sua tentativa em 1964, mas durou pouco, foi abortado pela força de famílias influentes politicamente na região, que não queriam pertencer a Silveira Martins, portanto, não queriam a emancipação do município.

Aprisionada durante mais vinte e quatro anos - durante o período da ditadura militar -, Silveira Martins só conseguiu sua emancipação em 1988, quando libertou-se do domínio de famílias tradicionais, com seus representantes políticos, que sempre foram contra a desvinculação da sede da Colônia de Santa Maria. Para que isso acontecesse, foi preciso deixar toda a região em que tais famílias residiam fora do território de Silveira Martins, reduziu-se assim muito a área do município. “Hoje essas terras estão lá perdidas, são distritos pertencentes à Santa Maria (Arroio Grande, Faxinal da Palma, São Sebastião) e completamente sem evolução”. Padre Sponchiado narra que, com a emancipação da “Mãe da Quarta Colônia”, rompeu-se uma história de conservadorismo, porque quebrou a hegemonia desse campo político dominante por muitas décadas. Esse fato estimulou, nos anos seguintes, as emancipações dos demais municípios que hoje compõe a Quarta Colônia, motivadas pela expectativa de acelerar o desenvolvimento da região. Segundo Itaquí (2002b), as políticas emancipatórias, até então, não incorporavam propostas concretas e efetivas de desenvolvimento, culminando com a decadência dos municípios. Como o berço da Quarta Colônia foi o último a conquistar este estado, talvez se justifique o cenário de empobrecimento da região.

Desta maneira, o relato contribui para elucidar a história de desenvolvimento desses municípios de colonização italiana, marcada tanto por um cenário de

decadência crescente na região, durante a última metade do séc. XX, quanto pelos primeiros sinais de recuperação no final da década 1990.

Até os anos de 1950 e 1960 essa região de minifúndios tinha uma exploração intensiva e baseada em sistemas de produção tradicionais, que utilizavam fundamentalmente a boa fertilidade natural do solo. No entanto se realizavam sucessivas roçadas e queimadas, que paulatinamente, foram exaurindo a capacidade produtiva e enfraquecendo as florestas de modo acelerado, exceto as áreas mais íngrimes. Com o advento da modernização da agricultura, finais dos anos 60, fomentada por uma forte política oficial que abrangia assistência técnica e crédito rural, houve uma mudança radical na base da agricultura, com o uso massificado de insumos modernos (adubos solúveis, agrotóxicos e sementes melhores) e com a mecanização. O centro de produção agrícola passou para a média e grande propriedade. Acelerou-se o processo de degradação ambiental - com o uso acentuado de agrotóxicos e fertilizantes solúveis, que contaminavam as águas, os solos e os próprios agricultores; com a erosão acelerada e com o empobrecimento do solo -, agravada pelo desmatamento ciliar e das encostas. Famílias que não haviam feito a transição da produção artesanal para a industrial, que compunham maioria, estavam fadadas a verem seus filhos irem embora. Formou-se, na região, um cenário acelerado de agravamento da crise sócio-econômico, marcado pelo êxodo rural, monoculturas, bolsões de miséria, diminuição da mão-de-obra, perda da identidade cultural, etc.

Aceleraram-se os mecanismos de desarticulação social. Dentro desse processo, seguiram os jogos encobertos de desvalorização sistemática da história construída, tanto nos seus aspectos materiais como imateriais. A história de um século de trabalho, na qual o Estado foi pouco presente, foi transformada em exemplo de fracasso e de falta de projeção econômica para as leituras em curso na época, defensores da revolução verde. Essas localidades, municípios e regiões necessitavam de caminhos alternativos para os quais, infelizmente, as políticas emancipatórias não tinham propostas concretas, muito menos o Estado. (ITAQUI, 2002b, p.23)

A partir da década de 70, com o aumento da pressão da sociedade sobre a questão ambiental e, particularmente, com as mudanças na legislação florestal, acentuaram-se ainda mais as dificuldades desse sistema de agricultura itinerante. Em vista disso, naturalizou-se o êxodo rural, principalmente das pessoas mais jovens. Com menos braços para o trabalho na lavoura e com impossibilidade

técnico-econômica para tal contratação e para o emprego de equipamentos e maquinarias mais modernas, as áreas que até então eram para cultivo, foram abandonadas por maiores períodos, desse modo propiciando que a mata voltasse a tomar conta de seus espaços históricos (ITAQUI, 1998, 2003a).

Na década de 80, o estancamento econômico e social e, ainda, a baixa auto-estima da população eram algumas das marcas que caracterizavam a região. Junto a essas marcas, conforme salientam Itaqi e Villagrán (1998b), outras marcas apareciam para indicar possíveis caminhos para tirar a região da decadência. O “esquecimento” em que permanecia a ex-colônia permitiu que grande parte de seu patrimônio cultural e ambiental fosse preservado. Este serviu como base para as iniciativas de desenvolvimento que se sucederam. A partir dele justamente acontece o início da recuperação do desenvolvimento da região, tendo na emancipação de Silveira Martins – berço da Quarta Colônia – o seu grande marco impulsionador.

Conseguindo sua emancipação em 1989, Silveira Martins desencadeia todo um processo voltado para a reversão do cenário de empobrecimento da região. Contando com atores políticos com competências singulares, o prefeito do município de Silveira Martins abre sua gestão para a busca de alternativas desse quadro instaurado, focalizando não apenas seu município, mas também os demais integrantes desses núcleos da colonização. É possível perceber, pela história relatada anteriormente e descrita a seguir, que apesar da tão tardia emancipação dos municípios que compõem a Quarta Colônia, foi nas margens desse campo de luta que o berço histórico de colonização detêm capital simbólico para reconfigurar os limites do campo social, de cunho mais interacional.

A partir do início da década de 90, recém-emancipada, Silveira Martins, é novamente palco de articulações sociais, políticas, econômicas e culturais. Advindos de uma equipe de gestores com vinculação local, articuladores do processo de emancipação, e outros convidados de fora (Ex.: José Itaqi, um dos principais articuladores do processo alternativo de desenvolvimento, com atuação administrativa na região até o presente momento), surgiram propostas, projetos e ações estratégicas que determinaram o início de um novo processo de desenvolvimento, que integra os municípios que constituíam a ex-colônia.

As ações iniciais foram de animação sociocultural. Articulando tanto o nível social (comunitário) quanto político, elas se formalizaram no **Projeto Identidade**

(PROI) o principal marco desencadeador da mudança de modelo de desenvolvimento. As atividades e os objetivos desse projeto envolviam *ações de animação de grupos comunitários, com resgate da história oral e dos Filós culturais. Aconteceram palestras, debates, inventário do Patrimônio Histórico, socialização de informações através da criação de jornal informativo regional, dentre outros.* O projeto foi assumido politicamente pela Prefeitura de Silveira Martins, com a criação da Secretaria de Cultura, e serviu de referência para o início da integração entre os municípios. O PROI desencadeou a realização não só de fóruns de cultura, mas também de outras ações regionalizadas de discussão e de resgate da cultura e da preservação do patrimônio histórico.

Com o decorrer das atividades previstas pelo projeto, surge, nesse período, a decisão de *identificar nominalmente o novo território vivido*, a partir de sua origem histórica - Quarta Colônia. Desde então, há um movimento crescente de criação e recriação das fronteiras entre os municípios, configurando o (re)conhecimento de uma nova territorialidade e de uma nova identidade. Assim, com o PROI, dá-se início ao desenvolvimento de trabalhos e de ações sistemáticas de resgate e valorização dos recursos cultural, natural e histórico da região, que articula uma prática de ações em parcerias.

Tais iniciativas desencadearam, em 1992, a criação do **Projeto Regional de Educação Patrimonial (PREP)**, que integrou sete Secretarias Municipais de Educação durante seis semestres. Envolvendo a participação ativa das comunidades dos municípios da Quarta Colônia, o PREP tinha como foco a conservação e a preservação das referências materiais e simbólicas (naturais e históricas) da região. Ao focalizar a valorização e a projeção, nos aspectos dinâmicos e operativos, do patrimônio cultural loco-regional, o PREP constituiu-se em base alavancadora para a formulação de outras propostas de desenvolvimento social e econômico integrados.

Com a finalização do PREP, e em meio a um contexto de efervescência discursiva, foi criado, no ano⁹ de 1995, o **Projeto de Desenvolvimento Sustentável**

⁹ Em 1995, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente, sob a coordenação da Fundação Estadual de Proteção Ambiente (FEPAM), e Ministério do Meio Ambiente, elaboraram o Projeto de Execução Descentralizada/PED, integrante do Programa nacional do Ministério do Meio Ambiente/PNMA. Para desenvolvê-lo foram indicadas seis regiões como áreas prioritárias, entre elas a Quarta Colônia.

da Quarta Colônia do RS (PRODESUS), constituindo-se como eixo norteador dos programas e das ações a serem desenvolvidos nos anos seguintes. A ênfase do PRODESUS voltava-se para a estimulação de projetos agro-ecológicos, destacando-se: horticultura, pomares e micro-agroindústrias ecológicas; recuperação de áreas degradadas; criação de roteiros integrados de turismo rural, cultural e ecológico; programas de educação patrimonial e ambiental.

Para garantir, potencializar e dar continuidade às propostas do PRODESUS, criou-se no mesmo ano, em 1995, o **Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS)**. Atuante até os dias atuais, o consórcio tem a finalidade de articular e fomentar projetos de intervenção em parcerias com os municípios, de forma intersetorial.

Conforme o Estatuto são finalidades do CONDESUS/Quarta Colônia (capítulo primeiro, artigo 7º, 1996):

Implementar ações para o desenvolvimento através de manejo adequado dos recursos naturais renováveis, da recuperação das áreas degradadas e enriquecimento das florestas nativas, integradas ao fortalecimento da agricultura ecológica e diversificada a usos múltiplos do patrimônio cultural, destacando-se dentre estas a implantação de programas de turismo ecológico, rural e cultural, permeando essas ações com um processo formal e informal de educação ambiental, que buscará reduzir os impactos decorrentes dos sistemas tradicionais de manejo, permitindo, assim, preservar e recuperar o patrimônio ambiental da Quarta Colônia e estabelecer modalidades sustentáveis e inovadoras de renda compreendidas no território dos municípios consorciados.

A consolidação do CONDESUS trouxe a inclusão de outros municípios e de outros distritos, próximos à região, para compor a Quarta Colônia. É o caso de Agudo (de origem alemã) e dos distritos de Restinga Seca (com raízes não só italianas, mas também alemãs, portuguesas e africanas). Vários são os projetos e os programas que o CONDESUS vem articulando na Quarta Colônia. As metas mais recentes estão voltadas para a intensificação e o fortalecimento de ações em rede entre os municípios. A seguir exemplifica-se alguns dos projetos e programas em desenvolvimento pelo CONDESUS, que são intensificados na perspectiva discursiva de organização em rede.

- Programas de capacitação: formação de cooperativas e de trabalho; planejamento agroecológico; produção artesanal; atendimento ao público; produção, divulgação e marketing da rede; recursos humanos para

formação e aprimoramento de um Centro de Comercialização da Quarta Colônia.

- Programas de educação: valorização das referências culturais (materiais e imateriais) familiares e comunitárias; educação ambiental.
- Programas de urbanização: projetos de melhoria da residência, incluindo infra-estrutura sanitária, recuperação e conservação de moradias; projetos para conservação da mata, sagas, arroios e rios da região; projetos para embelezamento e paisagismo da propriedade e acessos.
- Programas para a melhoria da produção primária e secundária (agroindústrias).
- Programas de organização da rede de produção.
- Programas de documentação e comunicação das atividades desenvolvidas: documentação em fotografias e vídeos; comunicação impressa (informativos).

Esses projetos e programas estão estruturados, a partir da ênfase aos aspectos culturais, ambientais, organizacionais e sócio-econômicos, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 01 - Síntese comparativa dos principais objetivos e metas gerais para melhoramentos da Rede de Desenvolvimento na Quarta Colônia

Aspectos ambientais	Aspectos culturais	Aspectos Organizacionais	Aspectos sócio econômicos
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento da agricultura ecológica: redução dos níveis de contaminação (do solo, dos produtos e do homem) por uso de agroquímicos • Melhoria da qualidade de vida da população • Recuperação da capacidade produtiva dos solos • Reflorestamento da região • Mapeamento da região e criação de um inventário florestal • Projetos de tratamento lixo 	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização das referências culturais de base • Fortalecimento da consciência comunitária como referência para novos modelos de desenvolvimento • Formação de uma cultura de desenvolvimento agroecológico 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de processos de inovação de gestão em rede • Incentivo a programas de formação de cooperativas • Criação de métodos de consorciamento para viabilização de novas tecnologias • Valorização do aprendizado coletivo • Contratação de consultorias técnicas • Formulação de planos loco-regionais de desenvolvimento 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de novas fontes de trabalho e geração de renda • Aumento dos níveis de produção com diversificação de agonegócios • Produção de regimes ecológicamente sustentáveis • Valorização dos recursos naturais para o desenvolvimento do ecoturismo

Fonte: elaborado pela autora

Algumas metas específicas para 2003-2005, apresentadas nos projetos de desenvolvimento para a Quarta Colônia (Itaqui, 2003), são sintetizadas no quadro a seguir:

Quadro 02 - Algumas metas específicas para 2003-2005

<ul style="list-style-type: none"> • Criação e aprovação de Planos de Desenvolvimento Loco-regional da Quarta Colônia. • Realização de fóruns coletivos para discussão das propostas e elaboração dos Planos de Desenvolvimento Loco-regional: work-shop, seminários e feiras. • Construção participativa de um conceito de desenvolvimento local e regional capaz de caracterizar as necessidades individuais (municipais) e regional para o Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia. • Realização de 11 exposições dos trabalhos para a comunidade regional. • Contratação de consultorias técnicas para orientar a elaboração dos planos municipais e regionais de desenvolvimento. • Atualização da informatização em banco de dados sobre a memória dos municípios para subsidiar os projetos futuros. • Construção de um terminal de comercialização da Quarta Colônia: equipamentos, veículos de transporte para recolher produtos da rede.

Fonte: Adaptado de Itaqui (2003)

O quadro a seguir objetiva facilitar a identificação dos diferentes atores políticos e sociais envolvidos na viabilização do CONDESUS.

Quadro 03 – Atual equipe técnica e de apoio do CONDESUS, 2005

Equipe técnico-administrativa	Equipes de apoio	
	Secretarias ¹⁰	Instituições participantes
<p>Presidente: Valsemira Bulegon Gassem</p> <p>Vice-Presidente: Derli Paul</p> <p>Secretário Executivo: José Itaqui</p> <p>08 Prefeitos dos municípios da Quarta Colônia</p>	<p>Secretarias Municipais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Obras e Urbanismo • Secretaria de Saúde • Secretaria da Agricultura e meio Ambiente • Secretaria de Educação • Secretaria de Turismo • Secretaria de Finanças <p>Secretarias Estaduais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de agricultura e abastecimento • Secretaria do Meio Ambiente • Secretaria do Turismo • Secretaria da Cultura 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério do Desenvolvimento Agrário • Ministério da Agricultura e Abastecimento • Ministério do Meio Ambiente • Ministério do Turismo • Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) • Entidades Não Governamentais (ONGS) • Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da mata Atlântica • Posto Avançado da Reserva da Biosfera de Dona Francisca • EMATER/RS • FEPAM • Câmaras Municipais de Vereadores • Conselhos Municipais

¹⁰ As secretarias municipais estão presentes na maioria dos municípios da Quarta Colônia, os respectivos secretários constituem as equipes de apoio do CONDESUS, 2005.

		<ul style="list-style-type: none"> • Sindicato Trabalhadores Rurais • Inspeção Veterinária do Estado
--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora

Finalmente, cabe dizer que a descoberta da Quarta Colônia é também uma (re)descoberta para mim, pois vivi minha primeira infância em uma das comunidades que ora a constitui. Somente nestes últimos anos é que retornei a ela, já que tem sido um convite para lazer encantador nesse novo espaço vivido. É importante salientar que dada a repercussão, a (re)descoberta da Quarta Colônia ocorre não apenas pelos personagens que diretamente a constituíram no passado, ou a compõem no momento atual (moradores, equipe técnica, equipe administrativa, políticos, órgãos de apoio, dentre outros), mas também por personagens que visitam ocasionalmente esse território (turistas, estudiosos, jornalistas, comerciantes, etc.).

2.3 A FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA: O RESULTADO DE UMA TRAJETÓRIA

O acúmulo de informações durante o movimento de descoberta e (re)descoberta do objeto de investigação, que posiciona o estudo do discurso como ação social no centro desse cenário, desafia a busca de significado ao enredo que toma orientação, a partir da definição do problema de pesquisa. Privilegiando como eixo de sustentação a epistemologia da construção social, a formulação de um problema de pesquisa implica num

[...] processo de [re]conceitualização que exige a presença de um número indeterminado de outros conceitos: estes, aliás, não figuram necessariamente nos quadros teóricos explícitos. [...] É tarefa do pesquisador interrogar-se sobre os modos de produção dos seus conceitos, sobre o processo de teorização, pois destes dependem a ligação com a definição da problemática. (BRUYNE, HERMAN e SCHOUTHEETE, 1991, p.58)

Nesses termos, assumir a centralização do discurso na constituição de ações sociais, tendo na Quarta Colônia o objeto de estudo, envolve o conhecimento

sobre a constituição da realidade social, que reside nos mecanismos de tomada de significado dos mundos sociais, mentais e discursivos em que o indivíduo se insere (FAIRCLOUGH e CHOULIARAKI, 1999; LINCOLN e GUBA, 2000). De acordo com esses autores, o discurso se tornou parte importante para a análise dos processos de construção social no curso da modernidade recente, pois grande parte de mudanças nas práticas sociais dizem respeito, de modo significativo, a mudanças nas práticas discursivas. Para teóricos como Fairclough (2001a, p.22),

os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as constituem; diferentes discursos constituem entidades-chave de diferentes modos e posicionam as pessoas de diferentes maneiras como sujeitos sociais.

Tais posicionamentos apontam para alguns questionamentos balizadores para a definição do problema de pesquisa, tais como: *Como a tradução dos novos discursos sobre desenvolvimento, emitidos pelos atores da Quarta Colônia, influencia na formação das ações alternativas? Qual a relação das atividades discursivas produzidas na Quarta Colônia e a formação de novas identidades loco-regionais? Como os discursos sobre desenvolvimento que circulam na Quarta Colônia, impulsionam ações colaborativas, tal como o caso da formação do Consórcio de desenvolvimento intermunicipal?* Assim, formula-se a seguir a questão-chave que constitui o **problema de investigação da pesquisa**:

Como o discurso, utilizado enquanto recurso estratégico, contribui para constituição do processo de desenvolvimento alternativo da Quarta Colônia/RS? quais os sentidos por ele vinculados?

3 A ORIENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

“O sonho positivista de uma perfeita inocência epistemológica oculta na verdade, que a diferença não é entre a ciência que realiza uma construção e aquela que não o faz, mas entre aquela que o faz sem o saber e aquela que, sabendo, se esforça para conhecer e dominar o mais completamente possível seus atos inevitáveis de construção e os efeitos que eles produzem, também inevitavelmente”.

Pierre Bourdieu

Uma vez definido o problema de pesquisa, é preciso buscar orientação teórico-metodológica que como balizadora do horizonte da pesquisa – permita a construção do ‘mapa’ a ser seguido. Trata-se de uma operação que torna possível as novas possibilidades de descoberta a caminho do estudo do discurso enquanto recurso estratégico envolvido na constituição de práticas sociais.

3.1 POR UMA EPISTEMOLOGIA CRÍTICA DO CONSTRUCIONISMO SOCIAL

Antes de discorrer propriamente sobre o caráter teórico-metodológico deste estudo, é necessário situar a instância epistemológica que o nortearia, ou seja, selecionar os princípios que fornecem uma vigilância crítica da pesquisa, para rever a pertinência dos conceitos, das teorias e dos métodos, diante do problema de pesquisa em questão, já que são elementos da investigação.

A opção pelo construcionismo social, como base epistemológica de sustentação deste estudo, parte do pressuposto de que a realidade do mundo é

social e discursivamente construída, portanto, a teoria social e a teoria lingüística devem, dialeticamente, analisar como isso ocorre. Tal delimitação emerge com a elaboração do 'ensaio teórico', conforme relatado no capítulo anterior, e está ancorada em obras de autores críticos contemporâneos, como Bourdieu (1998a), Spink (1999), Lincoln e Guba (2000), Fairclough (2000, 2001a), Phillips e Hardy (2002) e Schwandt (2000).

É pertinente salientar que essa linha epistêmica de pensamento é diferenciada das de correntes de pensamento tradicionais, como a do Positivismo - cujo foco se dirige às regularidades e às invariâncias dos fatos sociais, ao descrevê-los -, e a do Funcionalismo - cujo foco se assenta nos processos de controle estruturais, desvinculados dos processos sociais [ignorados]. Essa questão é subsidiada em Phillips e Hardy (2002, p.87), ao afirmarem que, "em vez de limitarmo-nos ao estudo das 'coisas' materializadas, nós podemos começar a desenredar os mistérios da construção social que produz sociedades, organizações e indivíduos".

Mantendo o *foco nos processos de constituição da realidade*, o construcionismo social tem suas *raízes "Teoria Crítica"*, mais especificamente na Escola de Frankfurt, com seus principais pensadores: Max Horkheimer, Theodor Wiesengrund-Adorno e Walter Benjamin. De acordo com Horkheimer (1989), a teoria crítica é empregada para designar um conjunto de concepções da Escola de Frankfurt, sendo que seus traços principais tem como ponto de partida o marxismo. O pensamento crítico, contudo, não se restringe às contribuições do Marxismo e da Escola de Frankfurt. Novas correntes emergiram no século XX sem contudo, perder a coerência epistemológica do pensamento crítico: Corrente Francesa (Bourdieu e Foucault); Corrente Alemã (Habermans, Adorno e Marcuse) e Corrente Anglossaxônica (Giddens, khun, Poppen). De um modo geral, essas correntes se agruparam em duas linhas de pensamento crítico com focos de análise distintos, conforme sintetizado no quadro a seguir.

Quadro 04: Correntes do pensamento crítico

Corrente Francesa (Bachelard, Bourdieu e Foucault)	Corrente Anglogermânica (Habermans, Giddens)
Tendência objetivista	Tendência subjetivista
<u>Crítica ao positivismo</u> : é necessário explicar como as estruturas são incorporadas por meio de relações de força, que rompem com a primeira evidência.	<u>Crítica ao positivismo</u> : é necessário reconstruir uma racionalidade substantiva que carregue o processo de emancipação do homem
<u>Objeto de estudo</u> : Relação estrutura /ação Formações discursivas que operam sobre as pessoas	<u>Foco de estudo</u> Relação sujeito-mundo vivido Formação consciência Intersubjetiva
<u>Problema</u> : Como estruturas, joga os atores sociais num espaço de correlações de forças, impedindo-os de se pensarem de uma certa forma, enquanto sujeitos.	<u>Problema</u> : Como os sujeitos dotados de subjetividades constroem o mundo, as estruturas
<u>Ator social na determinação da estrutura</u> Os atores não atuam deliberadamente, pois incorporam conjunto estruturas Estruturas, como espaço de correlação de força, que impedem os atores de se pensarem como sujeitos	<u>Ator social na determinação da estrutura</u> As estruturas só acontecem pelas práticas deliberadas dos atores sociais.

Fonte: Carcuff (2001), Giddens (1998) e Foucault (1997)

Apesar de as duas correntes assumirem posições analíticas distintas, o que une esses pensadores como críticos contemporâneos, é o fato de eles terem pautado seus estudos a partir de posturas reflexivas e indagadoras, em relação às questões práticas da vida cotidiana - seja focando as estruturas (francesa), seja focando o mundo vivido das relações intersubjetivas (anglogermânica). Seus principais interesses, em comum, de pesquisa giram em torno da problematização de temas como identidade, poder, ideologia, ética, relações sociais e definem o discurso como fio condutor.

Elegendo estas escolas como referência, a questão, para os construcionistas sociais, não é a de se posicionar por uma ou outra corrente, nem mesmo de se integrar aos dualismos (objetivismo-subjetivismo, estrutura/ação), mas de compreender a permeabilidade de suas fronteiras, a “fertilização” mútua, sem demandar necessariamente uma integração. Em outras palavras, significa reconhecer contrastes e conexões dos fenômenos sociais, preservando a diversidade que há entre eles. De acordo com Horkheimer (1989), quando se assume uma epistemologia baseada num comportamento crítico, não se tenta

eliminar contradições e inconvenientes manifestos na sociedade; pelo contrário, depreende-se as contradições da organização estrutural da sociedade como naturais a ela e percebe-se sua realidade, seu contexto social, tudo isso como uma massa amorfa, indissociável de suas funções vitais.

Adotar uma postura construcionista implica invariavelmente, segundo Spink (1999,p.60), “abdicar da epistemologia tradicional que difere interno-subjetivo de exteno-objetivo”. O conhecimento, nessa perspectiva, não é, para a autora, nem uma interiorização dos processos sociais, nem uma externalização dos processos mentais. O foco do construcionismo está situado na interanimação dialógica, no espaço da interpessoalidade, da relação com o outro, esteja ele fisicamente presente ou não.

De acordo com Grandesso (2000), alguns autores consideraram a obra dos críticos sociais Berger e Luckmann, publicada em 1966 - “The Social Construction of Reality” – como uma das pioneiras do movimento de origem do construcionismo. Contudo, os conceitos de “subjetividade individual” e “estruturação social”, embora centrais para esses autores, são periféricos para o construcionismo. No entendimento de Grandesso (2000), se analisar a obra desses autores com as lentes dos estudos críticos, é possível inferir que apresentam raízes no positivismo. O mesmo autor sustenta que essa possibilidade se torna mais clara quando Berger e Luckmann concebem a institucionalização como um processo central na criação e na perpetuação de grupos sociais duradouros, o que é uma contradição, pois a institucionalização, enrustida no pensamento funcionalista, é sinônimo de uma tipificação de instituição de comportamentos padronizados.

O construcionismo social, com suas raízes no pensamento crítico (social, cultural, político ou lingüístico), ressalta a necessidade de uma revisão de seus próprios vieses, de suas pré-concepções. Apresenta-se como uma “postura fortemente des-reificante, des-naturalizante e des-essencialista, que radicaliza ao máximo tanto a natureza social de nosso mundo, como a historicidade de nossas práticas e de nossa existência” (IBAÑÉZ, 1992, p.21). De acordo com essa reflexão, existe uma vertente no historicismo que inclui o estudo das estruturas, em vista disso, o construcionismo defende que tanto o sujeito quanto o objeto são construções sócio-históricas, portanto, precisam ser problematizados e desfamiliarizados. Aceitar tal afirmação implica, segundo Spink (1999), em

problematizar a noção de realidade que se opõe à noção do realismo positivista, ou seja, problematizar a postulação de existência de realidade independentemente do modo de acessá-la.

Pensadores construcionistas acatam a noção de realidade, pautada pelo construcionismo epistemológico, ou seja, a postulação de que a realidade não existe independentemente de nosso modo de acessá-la. Isso significa que é o nosso acesso à realidade que institui os objetos que a constituem. Dito de outra forma, só apreendemos os objetos que se nos apresentam a partir de nossas categorias, convenções, práticas, linguagem: enfim, de nossos processos de objetivação. (SPINK, 1999, p. 28)

Esta crítica à noção representacionista se funda na necessidade de desfamiliarizar a tradicional dicotomia sujeito-objeto, própria do realismo ontológico. Se os objetos que originam a realidade social são constituídos a partir das categorias dos sujeitos e, se essas são categorias produtos de interações historicamente situadas, então a realidade social depende da interação sujeito-objeto. Isso significa dizer, segundo Spink (1999, p.29), que o conhecimento “não é uma representação nem uma tradução de algo que pertence à realidade externa”. Essa linha de raciocínio também é encontrada em Lincoln e Guba (2000, p.176) que constata: “se o conhecimento do mundo social reside nos mecanismos de tomada de significado dos mundos sociais, mentais e lingüísticos que o indivíduo habita, então o conhecimento não pode ser separado do conhecedor”. Tal percepção subsidia um tipo de produção de conhecimento distinto do das pesquisas convencionais, de bases positivistas.

Os pesquisadores críticos, construcionistas do novo paradigma estão agora livres para situarem-se dentro dos textos, para reconstruir suas relações com os participantes da pesquisa e criarem apresentações que lutem abertamente com o problema de inscrição, reinscrição, metanarrativa e outros esquemas retóricos que obscurecem a extensão da ação humana. (LINCOLN e GUBA, 2000, p.177)

Por esse prisma, o conhecimento, para o construcionistas, é resultante de elaborações humanas. É mais produto de convenções culturais, morais e também das estruturas institucionais de legitimação - construídas num tempo e num espaço específicos e construtivas de uma realidade intersubjetiva -, do que uma aplicação

das faculdades especulares, representacionais. Isso significa, segundo Lincoln e Guba (2000, p.167), que:

os limites entre os paradigmas estão mudando. [...] Nossa própria posição é a do campo construcionista livremente definida. Não acreditamos que os critérios para julgar a realidade ou validade à realidade sejam absolutistas, mas sim, derivados do consenso da realidade com relação ao que é real, o que é útil e o que tem significado. Acreditamos que uma importante porção do fenômeno social consiste em atividades tornadas significativas, dos grupos e dos indivíduos em torno daqueles fenômenos. As próprias atividades tornadas significativas são de central interesse para construcionistas sociais bem como para os construtivistas, simplesmente porque são atividades atribucionais de dar significado ou fazer sentido que formam a ação, ou a não ação.

A ênfase do construcionismo é dada ao processo de construção dos significados pelas pessoas em uma interação que é, entre outros aspectos, de base discursiva. Em conseqüência, conforme Lincoln e Guba (2000, p.167), as próprias atividades de significação podem ser mudadas, quando forem incompletas faltosas ou mal formadas. Essa abordagem apoia-se na noção de reflexividade, de forma tal que não se pode conceber uma distância entre sujeito cognoscente e objeto conhecido.

Essa interface do construcionismo com o discurso - inerente aos processos alternativos de produção de conhecimento em torno da realidade social -, não é absolutamente um privilégio de pesquisadores construcionistas. Faz-se destaque para dois autores, considerados como pós-estruturalistas, como iniciantes dessa área de estudo da linguagem: Michel Foucault, com sua obra sobre as relações de poder e saber; Michel Pêcheux, com a proposição de um método de análise de discurso. Também o estudo da linguagem é propriedade da epistemologia construtivista, porém, nesse caso, existem algumas particularidades epistêmicas que necessitam ser esclarecidas.

Não é incomum encontrar, na literatura o uso indiscriminado, com indistinto significado, de construcionismo e construtivismo; estes são entendidos como sinônimos. Algumas vezes, os autores classificam o construcionismo social como um tipo de construtivismo. O fato de alguns pesquisadores assim se posicionarem, pode ser em virtude de ambas as linhas apresentarem, na linguagem, como elemento central, o processo de constituição da realidade. Eles também se pautam no princípio de que esse processo é construído reflexivamente. Outro elemento comum

é referente ao objeto em estudo, que não pode ser desvinculado de um contexto social. Entretanto, existe uma clara delimitação de territórios, conforme sistematizado no quadro abaixo, que mostra que tal relação sinonímica não tem sustentação, principalmente, quando assume uma posição construcionista social, como é o caso dos referenciais condutores deste estudo.

Quadro 05: Principais divergências entre construcionismo social e construtivismo

Construcionismo social	Construtivismo
<u>Ênfase:</u> Práticas sociais	<u>Ênfase:</u> Ações individuais
<u>Conhecimento:</u> Construído pelas experiências coletivas, resultante de praticas discursivas entre sujeitos em constante negociação	<u>Conhecimento:</u> Vinculado a processos intrínsecos do indivíduo, que só pode operar a partir de dentro (cognitivo)
<u>Compreensão da ação humana:</u> A partir da esfera social – processos microssociais	<u>Compreensão da ação humana:</u> A partir dos processos mentais
<u>Construção de significados do mundo:</u> Formação de idéias, conceitos e objetos surgem no intercâmbio social, por meio de práticas discursivas	<u>Construção de significados do mundo:</u> Formação de idéias, conceitos e objetos surgem das práticas mentais individuais, resultando do modo de operar no mundo
<u>Foco na linguagem:</u> como organizadora e geradora da ação social	<u>Foco na Linguagem:</u> como organizadora do pensamento humano

Fonte: Adaptado de Grandesso (2000)

Com base no exposto, o construcionismo dirige o foco para o processo de constituição da realidade social, incluindo a compreensão não só das ações e das práticas sociais, mas também dos processos de significação que dão sentido ao mundo. Visto como interface na *dialética*, o construcionismo busca superar a rigidez marcada por posições extremistas e contraditórias, que o paradigma positivista separou em objetivismo/subjetivismo, individual/coletivo, qualitativo/quantitativo e assim por diante.

A dialética, pretendendo-se captação do movimento concreto, natural e sócio-histórico, integra em sua abordagem a própria lógica do pensamento reflexivo e científico. A dialética como reflexão subjetiva articula-se com a dialética como movimento objetivo, o racional é o real (Hegel), é a história. Assim, a dialética só se realiza plena e rigorosamente na captação total do movimento histórico em suas contradições constituintes. (BRUYNE, HERMAN e SCHOUTHEETE, 1991, p.69)

Semelhante ao construcionismo, a dialética é um processo epistemológico crítico essencial, cujo campo de pertinência se situa não em nível da teoria, como

formulação analítica para solução dos problemas sociais, mas numa instância pré-teórica dos problemas que fundam ou direcionam a possibilidade da teoria.

Assim sendo, a interface com o pensamento dialético, adotado neste estudo de cunho contrucionista, tem a ver com um sistema de ligações entre diferentes elementos – é o sentido da complementaridade, da internalização –, desfazendo a idéia de exclusão de um elemento que tem sentido contrário [insuficiência de adotar conceitos contrários]. De acordo com Bruyne, Herman e Schoutheete (1991), os elementos que constituem a realidade social não podem ser concebidos separadamente, ou de forma que um exclua o outro, pois estão sempre num processo contínuo. Por outro lado, esse não é um movimento de totalização ou de integração, mas de transformação, no qual as contradições, as diferenças são expostas como a própria essência dos problemas sociais. Fairclough e Chouliaraki (1999) também discorrem sobre essa interconexão que existe entre os elementos constitutivos da vida social, tomando como referencia o cenário do novo capitalismo e enfatizando a interface discursiva entre os seus principais processos ou práticas, conforme ilustrado na figura abaixo.



Figura 01 – Constituição dialética da vida social

Fonte: Fairclough e Chouliaraki (1999)

Concebendo a vida social como uma rede interconectada de práticas de diversas formas de produção, o construcionismo não se apresenta como um caminho preestabelecido, mas como um *pensamento orientador*. Esse pensamento é reflexo das várias direções paradigmáticas que estão começando a se inter cruzar, portanto, os teóricos construcionistas podem agora se encontrar e trocar argumentos. Conseqüentemente, para tais estudiosos, discutir qual escola ou qual corrente de pensamento é a mais adequada para seus estudos é, provavelmente menos útil do que investigar como e onde confluem e como e onde apresentam diferenças, controvérsias e contradições. Como observam Lincoln e Guba (2000, p.167), quando o pesquisador se familiariza com vários laços teóricos e paradigmáticos da pesquisa, descobre que os ecos de muitos fluxos de pensamento andam juntos.

3.2 A TEORIA SOCIAL DO DISCURSO

Tomando a Teoria Social do Discurso como base conceitual, tanto orientadora deste estudo, como sinalizadora do processo metodológico, haverá necessidade de estabelecer-se um corpo de enunciados que assegurem um caráter de fecundidade ao processo de condução dos rumos desta pesquisa.

Estudos e teorias sobre o discurso se fortalecem no momento contemporâneo e se identificam com a ruptura do isolamento entre o campo da lingüística e o das ciências sociais, delimitados por paradigmas formalistas. São estudos influenciados por teóricos sociais críticos como Pierre Bourdieu, Michel Foulcault, Jürgen Habermans, Anthony Giddens e Norman Fairclough, dentre outros, que reconhecem, em suas teorias, a importância do discurso na constituição da ciência social moderna.

No entendimento de Fairclough (2001a), as tentativas de síntese entre estudos lingüísticos e teoria social não são novas. Já ocorriam desde a década de setenta – principalmente, com M. Halliday (Grã-Betanha) e M.Pêcheux (na França) -,

mas com limitações no alcance do equilíbrio dessa interação, uma vez que acentuavam o foco na análise lingüística dando pouca atenção à teoria social, como é o caso do primeiro, ou invertiam o foco, como é o caso da linha francesa. Outra limitação, justificada pelo autor, destaca que ambas correntes tomavam o estudo dos textos como processos acabados, com grande ênfase no amoldamento ideológico (Pêcheux, 1998), ou, então, focado nas relações entre poder e conhecimento (Foucault, 1972), que não analisava a linguagem de forma mais dinâmica, em processos de mudança social e cultural.

O enfraquecimento dos limites entre a teoria lingüística e a teoria social é acentuado a partir dos meados da década de noventa, sendo visível nos estudos de Fairclough (2001a), assume a premissa de que o discurso está imbricado na prática social, não sendo apenas um mecanismo lingüístico, mas uma forma de produção da realidade; assim, contribuindo para a sua transformação social.

Hoje, os indivíduos que trabalham em uma variedade de disciplinas começam a reconhecer os modos como as mudanças no uso lingüístico estão ligadas a processos sociais e culturais mais amplos e, conseqüentemente, a considerar a importância do uso da análise lingüística crítica como método para estudar a mudança social. (p.19)

Fairclough (2001a), juntamente com Phillips e Hardy (2002), Hardy (1998, 2001, 2002), Van Dijk (2001a), compartilha a premissa central, assumida nesse estudo, de que os *discursos não só descrevem, revelam e/ou representam coisas, fatos sociais, mas ainda substancialmente têm papel decisivo na constituição da realidade social, política e econômica.*

Eu uso o termo discurso para me referir primariamente para o uso da linguagem escrita ou falada, embora eu devesse também estendê-lo para incluir a prática semiótica em outras modalidades, tais como fotografia e comunicação não-verbal. Mas, ao me referir, a linguagem como discurso, eu estou assinalando um desejo de investigá-la como uma forma de prática social. (FAIRCLOUGH,1995, p.131)

Com base no exposto, questiona-se: em que *implica, precisamente, esse posicionamento da linguagem como discurso? como uma forma de prática social, ou como um modo de ação?* Em primeiro lugar, de acordo com Fairclough (2001a, 2001b), implica dizer que o discurso é um modo de representação com o qual as

peças podem *agir* sobre o mundo e, especialmente, sobre os outros. Em segundo lugar, significa que o discurso *constitui à sociedade*, não é algo externo a ela, como tradicionalmente foi estudada. Em terceiro lugar, mostra que o discurso é *um processo social, situado historicamente, num relacionamento dialético com outras facetas do social*, ou seja, a linguagem não pode ser vista separada de seu contexto social. E por último, implica dizer que o *discurso é um processo socialmente condicionado que também condiciona o social*, no sentido mais amplo e em todos os níveis: pelas relações sociais, pelas estruturas institucionais, pela natureza discursiva e não-discursiva e assim sucessivamente.

Clarificando esse entendimento, Fairclough (1995, 2001b) e Hardy (1998) posicionam o discurso como *socialmente constitutivo* – o discurso contribui para constituição de todas as dimensões da estrutura social, incluindo aí estruturas conceituais, objetos de conhecimentos, posições de sujeitos, identidades sociais e relacionamentos entre as pessoas. Como o discurso é *constituído socialmente*, os eventos discursivos específicos variam em sua determinação estrutural, segundo domínio social particular ou quadro institucional em que são gerados, de acordo com as ordens do discurso a que se filiam. Considera-se, então, que o discurso apresenta efeitos, ou melhor, constitui ou constrói [é moldado e restringido pelas] estruturas sociais¹ que o determinam e são determinadas por ele, e, ainda, contribui para a continuidade social e para a mudança social.

Fairclough (2001a) reconhece que tal visão constitutiva e constituinte do discurso é oriunda dos estudos de Foucault (1972) mas esclarece que sua abordagem é diferente da deste analista.

[...]Embora eu aceite [a classificação de Michel Foucault] que tanto os objetos quanto os sujeitos sociais sejam moldados pelas práticas discursivas, eu desejaria insistir que essas práticas são constrangidas pelo fato de que são inevitavelmente localizadas dentro de uma realidade material, constituída, com objetos e sujeitos sociais pré-construídos. Os processos constitutivos do discurso devem ser vistos, portanto, em termos de uma dialética, no qual o impacto da prática discursiva depende de como ela interage com a realidade pré-construída. (FAIRCLOUGH, 2001a, p.87)

¹ A estrutura se refere às regras, aos recursos, ao conjunto de relações, utilizados pelas pessoas, de modo a regular- reproduzir-transformar propriedades dos sistemas sociais (instituições). Sistema diz respeito às relações, reproduzidas entre os atores ou coletividade, organizadas como práticas sociais regulares. (GIDDENS, 1991a)

Esse processo de constituição de sujeitos moldados por práticas discursivas não implica, segundo Fairclough (2001a, p.70), numa visão passiva do sujeito, determinado por estruturas discursivas [crítica à noção de discurso trabalhada por Michel Foucault]. Argumenta ele que “a insistência de Foucault sobre o sujeito como um efeito das formações discursivas tem um sabor pesadamente estruturalista, que exclui a agência social ativa de qualquer sentido significativo”. Desenvolvendo essa reflexão, Fairclough (2001a) defende que o *processo de constituição dos sujeitos é sim moldado por práticas discursivas, no entanto, esses sujeitos são capazes de remodelar e reestruturar essas práticas*. Nesses termos, sempre há formas particulares de interação entre sujeitos pré-construídos, que influenciam o processo constitutivo. Isso significa, segundo o mesmo analista, que os *sujeitos sociais não são meramente posicionados de modo passivo, mas capazes de agir como sujeitos* e também de negociar seu relacionamento com tipos variados de discurso a que eles recorrem.

Valendo-se disso, Fairclough (2001a, 2001d) considera vital que os estudos sobre discurso explorem a tensão dialética entre esses dois lados do uso da linguagem. Esse procedimento é mais importante do que optar por uma análise estrutural baseada somente em um aspecto em detrimento do outro, como muitas tendências pragmáticas que analistas da linguagem fazem. Essa ênfase, dada pelo autor, de não separar o estudo da linguagem do contexto e das respectivas estruturas sociais, é fundamentada, segundo ele, porque existem estudos do discurso com capítulos sobre relacionamento entre linguagem e sociedade, que tomam estas duas como identidades independentes, que só entram em contato ocasionalmente.

Minha visão é que não há relacionamento externo entre linguagem e sociedade, mas um relacionamento interno e dialético. A linguagem é parte da sociedade; os fenômenos lingüísticos são fenômenos sociais em uma atividade especial, e os fenômenos sociais são [em parte] fenômenos lingüísticos. (FAIRCLOUGH, 2001b, p.19)

Ao conceber que os fenômenos lingüísticos são fenômenos sociais, o autor refere que, quando as pessoas falam, lêem, escutam ou escrevem, elas fazem de uma maneira que esses atos são determinados socialmente e produzem efeitos sociais, seja para manter ou para mudar os fenômenos sociais. Isso reforça a própria tese de Fairclough (2001b, p.20), ou seja, a de que os fenômenos sociais são [em

parte] fenômenos lingüísticos: a linguagem não é apenas reflexão ou expressão de processos e de práticas sociais, ela é parte deles. Mas isso não é, segundo o autor, uma questão de relacionamento simétrico entre linguagem e sociedade com facetas iguais em um papel único. “Apesar de todo fenômeno lingüístico ser social, nem todo fenômeno social é lingüístico – entretanto, eventos que não são tipicamente lingüísticos têm elementos substanciais da linguagem”.

Com base nas reflexões expostas, nesta sessão, de Hardy e Phillips (1999), Phillips e Hardy (2002) e de Fairclough (2001a, 2001d), qualquer **evento discursivo** é considerado como simultaneamente, como um **texto**, uma **prática discursiva** e uma **prática social**, e existe numa *relação dialética*, em que cada elemento internaliza e potencializa o outro. Ou seja, a prática social (política ideológica, relacional, etc.) é uma dimensão do evento discursivo, da mesma forma que é o texto. Para tal concepção da interrelação, um elemento não se opõe ao outro: o primeiro é uma forma particular do último. De acordo com Fairclough (2001a, p.99), “em alguns casos, a prática social pode ser inteiramente constituída pela prática discursiva, enquanto que em outros pode ser uma mescla de prática discursiva e não discursiva”.

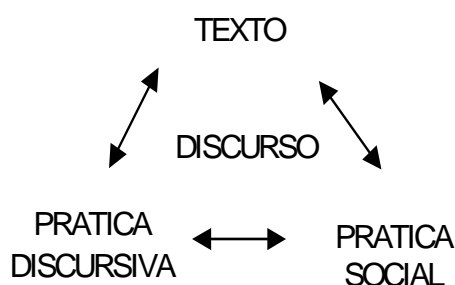


Figura 02 – Unidades constitutivas do discurso

Fonte: Fairclough (2001a)

Esse modelo de co-relação traduz a dinâmica dialética de complementaridade entre os elementos, que não têm sentido separadamente. Em outras palavras, Fairclough (2001e) também conceitua o processo discurso à luz da *teoria da dialética*, em que um elemento é resultado da interiorização de outros – “colonização dialética” (FAIRCLOUGH,1999) - sem que haja redução entre eles, assim, preservando a diversidade de cada um.

Qualquer prática social envolve a articulação dialética entre os seguintes elementos: ação e interação, relações sociais, pessoas (suas vidas, atitudes, histórias, etc.), o mundo material e o discurso[...]. As práticas sociais definem formas particulares de agir – eventos sociais, que serão parcialmente moldados por elas. (FAIRCLOUGH, 2003, p.25)

Cada um desses elementos apresenta uma interface do discurso, embora tenham sentidos teóricos diferentes. Esse é o sentido da “dialética transdisciplinar”, denominada por Fairclough (1999), Van Dijk (2001b) e Chouliaraki e Fairclough (2001). Melhor dizendo, os textos podem ser considerados como facetas de uma “prática discursiva” e como uma manifestação material do discurso, ou seja, uma prática social. Mais especificamente, para fins de análise, Hardy e Phillips (1999, p.03) afirmam que

os textos são locais de emergência, de complexos significados sociais, produzidos em uma história particular da situação de produção, que registram, em meios parciais, a história não só dos participantes das produções dos respectivos textos, como também das instituições que são invocadas e trazidas às cenas.

De acordo com Fairclough (1995, p.133), “textos simultaneamente representam aspectos de mundo [físico, mental e social]; eles ativam relações sociais entre participantes [...] e fazem conexões entre partes de textos, conectando textos com seus contextos situacionais”. Por sua vez, as práticas discursivas podem ser vistas como articulações entre diferentes tipos de elementos da prática social (formas de atividades, valores, relações sociais, objetos, formas de interação, etc.) os quais estão associados com áreas particulares da vida social. “As práticas sociais são sempre formas de interação social – formas para pessoas agirem juntamente na produção da vida social, no trabalho, nos jogos, em suas casas, na rua, e assim por diante” (FAIRCLOUGH, 1999, p.38).

Um outro aspecto significativo da teoria do discurso, como ação social, está na sugestão de que *os sentidos das realidades de um mundo social não residem dentro da mente das pessoas*. Ao contrário disso, os indivíduos, coletivamente, são confrontados com relações e identidades *previamente constituídas num discurso e se reificam dentro de organizações e práticas*. Nesses termos, a significação e a constituição da realidade social não emana de um jogo livre de idéias nas cabeças

das pessoas individualmente, mas de uma prática social discursiva que é, reflexivamente, orientada para estruturas sociais materiais. Para teóricos do discurso, a *ação nunca é somente discursiva, mas freqüente e principalmente discursiva.*

Para efeito de síntese, apresenta-se no quadro a seguir os principais termos estruturantes da teoria social do discurso.

Quadro 06: Principais termos da Teoria Social do Discurso

DISCURSO	Uso da linguagem concebida como prática social.
EVENTO DISCURSIVO	Instância de uso da linguagem, analisada como texto, prática discursiva, prática social
TEXTO	A linguagem escrita ou falada produzida num evento discursivo.
PRÁTICA DISCURSIVA	A produção, distribuição e consumo de um texto
PRÁTICA SOCIAL	Modos de ação, formas de práticas e formas de interação,

Fonte: Fairclough (2001d, p.39)

3.3 DISCURSO NA CONSTITUIÇÃO E NA SIGNIFICAÇÃO DO MUNDO SOCIAL

Conforme apresentado anteriormente, o uso do termo discurso, enquanto forma de prática social e não como representação de atividades puramente individuais ou apenas descritivas, apresenta várias implicações na constituição e significação da realidade social. Tais considerações têm tido considerável relevância, na última década, para estudiosos críticos do discurso como Fairclough (1995, p.96), segundo o qual, as mudanças sociais e culturais que estão afetando as sociedades contemporâneas são, em grande parte, mudanças em práticas discursivas. “Este é o contexto da tecnologização do discurso (TD), que está se tornando proeminente, enquanto uma consciente intervenção estratégica para reformar práticas discursivas com base de cálculos nos seus efeitos hegemônicos e ideológicos”.

Eu penso que a tecnologização do discurso tem sido acelerada, tomando contornos firmes na última década, mas sua linhagem é longa. A

tecnologização do discurso está sendo utilizada dentro de uma ampla variedade de instituições, serviços e profissões e de formas, crescentemente, sistemáticas. (FAIRCLOUGH, 1995, p.103)

Fairclough (1995) define tecnologias de discurso como tipos de discurso que envolvem aplicações mais ou menos auto-conscientes de conhecimentos científicos-sociais para propósitos de controles institucionais. As TD caem dentro de uma categoria mais geral de discurso estratégico, sendo vistas como fenômenos modernos, representando um novo estado da ordem social do discurso.

Mais especificamente, o termo tecnologização do discurso é utilizado por Fairclough (1995) para identificar um emergente modo contemporâneo de utilização/aplicação do discurso na política de planejamento institucional, numa visão de mudança social e cultural, a qual deve ser investigada com métodos de análise de discurso. Para auxiliar a compreensão destes elementos, que envolvem os processos de mudança na modernidade tardia, o autor destaca algumas características da tecnologização do discurso:

- (1) A emergência de especialistas de discurso (tecnologistas de discurso)
- (2) A modificação de políticas de práticas de discurso
- (3) Desenho e projeção de técnicas de discurso livre do contexto simulação estrategicamente motivada do discurso
- (4) Pressão em direção convecionalização da prática discursiva

Em relação ao último aspecto Fairclough (1995, p.105) diz que "a caracterização final da tecnologização do discurso em minha lista é que ela constitui um ímpeto poderoso em direção a convecionalização e normalização da prática do discurso, através de diferentes tipos de trabalho dentro de uma instituição". O destaque que vem sendo dado à tecnologização do discurso reflete a crescente importância que as sociedades modernas estão direcionando aos processos de mudança social, que são, certamente, complexas em suas formas de interação social. Isso está associado ao fato de que o discurso tem sido tomado como parte dessas mudanças.

Nós tomamos práticas como tendo três principais características. Primeiramente, elas são formas de produção da vida social, não somente produção econômica, mas também produção dentro de uma instância de

domínios cultural e política. Segundo cada prática é situada dentro de uma rede de relacionamento com outras práticas, e estes relacionamentos externos determinam sua constituição interna. Em terceiro, práticas sempre têm uma dimensão reflexiva: pessoas sempre geram representações do que fazem como parte do que fazem. (FAIRCLOUGH, 1999, p..22)

Partindo da premissa de que uma prática social não só reflete a realidade, mas ainda exerce um papel ativo sobre si mesma e também sobre os sujeitos que a compõem, Fairclough (2001a, 2003) apresenta três principais formas de implicações discursivas na prática social, a fim de relacionar o texto com a constituição e a significação do evento social, ou seja, com a formação de relações sociais, formação de identidades e representações.

- 1) O discurso implica num **modo de ação**, ou seja, é uma forma de as pessoas poderem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros. Como modo de ação, os discursos fazem parte da atividade social constituem gêneros. Gêneros são diferentes formas de agir e de produção da vida social, numa modalidade semiótica.
- 2) O discurso tem a ver com um **modo de representação** de como as coisas são, têm sido, ou deveriam ser, seja do mundo material ou da auto-representação reflexiva da prática em questão. Os discursos, na representação e na auto-representação de práticas sociais, constituem os discursos em si. Atores sociais, diferentemente posicionados, vêem e representam a vida social de diferentes formas, em diferentes discursos.
- 3) O discurso significa um **modo de comportamento** que está voltado a constituir formas sociais particulares ou identidades pessoais. O autor denomina este último aspecto do estilo discursional. Neste, diferentes discursos, dentro de cada prática, correspondem a diferentes posições/estilos de atores sociais. São discursos que exibem formas de ser, eles constituem estilos – ex.: o estilo de administradores de organizações, o estilo de líderes políticos, etc.

A separação desses três elementos não significa que eles sejam completamente estranhos uns aos outros. Pelo contrário, eles estão dialeticamente relacionados, uma vez que um internaliza o outro. Assim sendo, a separação é para

fins analíticos, cujo objetivo é reconhecer diferenças e conexões entre eles. Como declara Fairclough (2003),

todos elementos podem ser vistos em termos de uma relação, envolvendo as pessoas em eventos, as suas relações de conhecimento, as suas relações com outros e as relações consigo mesmas. Ou nós podemos ver esses elementos como formas particulares de representação (discursos), que podem ser conectadas com formas particulares de ação (gêneros) e relatadas em formas particulares de identificação (estilos). (p.29)

Tomando-se por base tais implicações discursivas sobre a prática social, esta é vista como uma relação interdiscursiva entre gêneros, estilos e discursos, sendo que o nível do discurso é intermediário entre o texto em si e o contexto social (eventos sociais, estruturas e práticas sociais). Mudanças de gêneros, por exemplo, reestruturam e reescalam outras formas de práticas sociais, tais como: educação, economia, incluindo, a transformação da vida social (FAIRCLOUGH, 2003).

Em relação à questão dos gêneros, Fairclough (1995, 2003) considera-os como elementos centrais nos processos de análise discursiva por desempenharem um papel relevante nas formas de agir e interagir no curso de eventos sociais, principalmente, no cenário emergente de uma sociedade globalizada. O autor justifica essa ênfase, por considerar que um dos aspectos relevantes do novo capitalismo globalizado é a intensa proliferação de gêneros discursivos.

As transformações sociais do novo capitalismo podem ser vistas como mudanças nas redes de trabalho das práticas sociais, como também mudanças nas formas de ação interação, nas quais incluem mudanças de gêneros. Mudança de gênero é uma importante parte do novo capitalismo.(FAIRCLOUGH, 2003, p.66)

Referindo-se ainda aos aspectos constituintes e constitutivos do discurso, Fairclough (2001a) pressupõe que, se o discurso está implicado em uma prática social, que se constitui de várias dimensões: econômica, política, cultural e ideológica, então, o discurso pode estar implicado em todas elas. Se se conceber a influência de tais orientações, conseqüentemente, pode-se entender os discursos como um modo de prática econômica, já que são produzidos, distribuídos e consumidos como se fossem mercadorias. Também pode-se ver como um modo de prática política, que estabelece, mantém e transforma relações de poder e de identidades coletivas. Como prática ideológica, os discursos constituem, naturalizam,

mantêm e transformam os significados do mundo, de posições diversas, nas relações de poder. Como prática cultural, eles relacionam-se com a construção de sistemas de conhecimentos e crenças. O autor esclarece que tais práticas não ocorrem independentemente umas das outras, mas ocorrem em diferentes tipos de domínios ou ambientes institucionais, com predomínio de uma prática sobre a outra.

De maneira geral, para a teoria social do discurso, as interconexões das práticas discursivas com as práticas sociais serão sempre moldadas por processos dialéticos, no sentido, já mencionado, de que cada momento internaliza todos os outros. Então, o discurso é uma forma de poder, um modo de formação de crenças valores e desejos, uma instituição, um modo de relações sociais, uma prática material e assim sucessivamente. Por outro lado, poder, relações sociais, práticas materiais, instituições, crenças, etc., são partes do discurso. (FAIRCLOUGH, 2003)

A tais aspectos dos efeitos constitutivos(construtivos) Fairclough (2001a) afirma corresponder, respectivamente, a *quatro funções do discurso*. A **função textual** diz respeito à constituição e à significação do sistema de conhecimento, ou seja, à produção de conceitos, categorias, idéias e teorias. A **função identitária** relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais e as posições de sujeitos são discursivamente constituídas. A **função relacional** dá conta de como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas. Por último, a **função ideacional** se referente ao modo como os textos significam o mundo e seus processos, identidades e relações. Tal classificação subsidia a tese de que o *discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social, seja para reproduzir a sociedade, seja para transformá-la*, dependendo das circunstâncias sociais em que a prática discursiva se inscreve (relações de poder, flexibilidade, abertura, etc.).

Com base nas considerações apresentadas nesta sessão, é possível dizer que um empreendimento discursivo, na constituição e na significação do mundo social, é sempre coletivo, vale dizer, interativo. Por meio dele, as pessoas constroem os termos e, a partir destes, compreendem e lidam com situações e fenômenos a sua volta.

3.4 O DISCURSO COMO RECURSO ESTRATÉGICO

Ao conceberem que o discurso não só reflete a realidade social, mas ainda, e fundamentalmente, a constitui, Fairclough (2001a), Hardy (1998, 2001, 2002) e Phillips e Hardy (2002) começaram a estudar, nos meados da década de noventa, como esse processo ocorre, ou seja, *como o discurso pode ser utilizado/mobilizado, enquanto recurso estratégico – mecanismo, meio de ação -, na constituição e na significação das dimensões das estruturas sociais*. Segundo Phillips e Hardy (2002), a literatura ainda tem ignorado a relação entre estratégia e discurso que, quando focalizada, chega apenas até o ponto de conceituar a estratégia de retórica discursiva, como é o caso dos estudos no campo organizacional.

Estes autores têm dirigido seus estudos, explicitamente, para a habilidade dos atores de usar o discurso como um recurso para obter certos resultados. Entretanto, em vez de focalizarem suas análises em quem se beneficia, ou está desprivilegiado por uma 'realidade' social construída discursivamente. Eles estão interessados em ***entender o modo como os discursos garantem que certos fenômenos sejam criados, materializados, a fim de constituir uma determinada 'realidade'***.

A estratégia, na perspectiva da teoria social do discurso, não se relaciona com as significações tradicionais do campo da administração. Ela não é entendida nem como uma simples tentativa de controle racional do ambiente - de maneira a poder moldá-lo, conforme a perspectiva voluntarista -, nem como uma resposta de adaptação, como sugere a perspectiva determinista. Isso significa dizer que a estratégia, na instância discursiva, não seria objetivamente planejada para implementar ações, conforme preconiza a concepção racional em sua linearidade. Mas ela, retoricamente, consiste numa resposta às pressões de mudança, legitimando e produzindo certas ações ou atividades no contexto organizacional. Para Hardy e Phillips (1999), o sentido de estratégia adotado na teoria social do discurso, seria a própria ação refletida nos fluxos e nos valores presentes nas práticas organizacionais em inter-relação com o contexto ambiental, imbricada nas práticas discursivas.

De acordo com Hardy (1998), apenas recentemente, os estudos organizacionais começaram a considerar esse sentido de estratégia, a partir de uma perspectiva discursiva, porém embasados em duas aproximações divergentes entre estratégia e discurso, que podem ser identificadas. Primeiramente, alguns escritores entendem a estratégia como um tipo particular de retórica, que promove uma linguagem comum utilizada pelas pessoas, em todos os níveis de organização, com o intuito de determinar, justificar e dar significado a uma linha constante de ações, com as quais a organização se compromete. Eles argumentam que a estratégia se tornou uma nova retórica que dá sentido, legitima e produz certas atividades. Numa segunda versão, alguns escritores compreendem a estratégia também como um discurso, mas chegam nesse ponto via insights, com aproximações consideradas pós-modernas. Eles argumentam que a estratégia é uma construção que serve para dar sentido ao mundo; nela é reproduzida uma variedade de textos e de práticas. Os estudos mais atuais decorrentes dessa versão, têm considerado que o fazer da estratégia se torna o gerenciamento do significado. Segundo a autora, esse tipo de abordagem, diferentemente da primeira, traz problemas para pesquisadores interessados em fazer conexões entre discurso e estratégia.

Nesse sentido, Fairclough (2001a), Hardy (1998, 2001, 2002) e Phillips e Hardy (2002), têm contribuído para os estudos organizacionais críticos (emergentes nos últimos anos), por estarem focando suas pesquisas na habilidade de os atores usarem o discurso como um recurso estratégico para produzir certos controles e causar certos resultados. “Nós argumentamos que é importante diferenciar a estratégia do discurso e explorar o papel do discurso como um recurso estratégico no qual os indivíduos podem acessar esse discurso, como parte de seus esforços, para colocar em prática a estratégia” (HARDY, 2000, p.1).

Sob tal perspectiva, esses teóricos críticos *não estão interessados no significado em si do mundo social*, para os sujeitos que o povoam, mas *em como os discursos, enquanto um meio de ação, se relacionam com a produção de significados da realidade social*. Ou seja, estão voltados para entender *o modo como os discursos garantem que certos fenômenos sejam criados e materializados*, para constituir práticas sociais em uma determinada realidade.

“O nosso interesse repousa em como o discurso é usado como um recurso pelos atores em suas tentativas de agir e em suas intenções estratégicas. [...] nós estamos interessados na amplitude e nos limites para a ação. [...]

nós estamos interessados em quem utiliza o discurso, como, por que e quando. (HARDY, 2000, p.7)

Segundo Hardy (2001), são os discursos que tornam possíveis certos comportamentos, em decorrência disso, eles constituem realidades. Para melhor compreender esse foco do discurso, como recurso estratégico, Hardy e Phillips (1999) argumentam que os *discursos criam uma realidade social pela produção de* [1] **conceitos**, [2] **objetos** e [3] **posições do sujeito**, moldando a forma como os sujeitos entendem o mundo e reagem a ele.

Resumindo, os conceitos são uma significação construída sempre contextualmente; os objetos dão significado ao mundo material, segundo a aplicação desses conceitos; já os posicionamentos ocorrem a partir do momento em que indivíduos adquirem o direito de falar por meio de um discurso em particular. Ao conceber esses três construtos, Hardy e Phillips (1999) e Hardy (2000) desenvolveram um modelo para a representação de formação discursiva, com base na idéia do processamento de estratégias em três **circuitos discursivos**: *Atividade*, *performatividade ou realização* e *conectividade*. Desses circuitos emana o poder do discurso – a habilidade de mover afirmações específicas da retórica para a prática - e os limites da atividade discursiva.



Figura 03 – Circuitos da estratégia discursiva

Fonte: Adaptado de Hardy e Phillips (1999), HARDY (2000)

A representação acima expõe o processo de formação de ações sociais por meio do qual o discurso se torna um recurso estratégico. Nesse modelo, a idéia do discurso, como recurso estratégico, é composto de ligações complexas que podem ser quebradas em um grupo de circuitos interativos, que se relacionam e identificam os vários passos pelos quais o discurso está engajado, conforme sistematização a seguir (HARDY e PHILLIPS, 1999; HARDY, 2000)

(1) O **circuito de atividade**: ocorre quando um enunciado é proposto para gerenciamento de significado, empregando-se recursos discursivos diversos como, por exemplo, retóricas, narrativas, metáforas, etc., de maneira que o enunciado discursivo seja associado a um conceito em particular. Esse processo observa a seguinte seqüência:

- Os indivíduos fazem afirmações discursivas em suas tentativas de manejar significados, de forma que estes apóiem suas intenções;
- As afirmações envolvem a criação e a disseminação de textos, incluindo a introdução de novos símbolos, a criação de narrativas, o uso de metáforas, o emprego de retórica, etc., voltados a gerenciar o significado.
- Os textos associam conceitos particulares com certas relações e/ou referências materiais, com o intuito de criar objetos (próximo circuito).

Pressuposição 01: O discurso produz conceitos, categorias e teorias, pelos quais entende-se o mundo e relata-se tal entendimento uns aos outros. Os conceitos existem unicamente na realidade das idéias, e são situados cultural e historicamente. São carregados de idéias e valores morais, que formam a base cultural, com a qual tornam-se possíveis os relacionamentos em sociedade.

Pressuposição 02: Os conceitos dependem da construção em andamento dos textos, e os seus significados podem se modificar dramaticamente, ao longo do tempo e de uma situação para outra, enquanto os textos são produzidos, disseminados e interpretados pelos atores em uma situação social. Conseqüentemente, indivíduos podem se engajar em atividades discursivas, transformando conceitos com o intuito de modificar entendimentos do mundo.

Proposição 03: A atividade discursiva, freqüentemente objetiva transformar o conceito para modificar entendimentos individuais do mundo e, então, mostrar como as relações sociais são completadas.

(2) O **circuito de performance**: ocorre pelo imbricamento deste conceito num contexto discursivo, à medida que as práticas discursivas sustentam essa enunciação como posicionamento e levam ao engajamento outros atores.

- Os conceitos evocam afirmações discursivas que estão embebidas em um contexto discursivo mais amplo – os conceitos relevantes devem formar

significados para os indivíduos a quem eles são dirigidos; para o indivíduo, não há uma livre escolha dos conceitos empregados, porque ele não pode criar um novo objeto do nada, nesse sentido, os conceitos assumem significado quando: a posição do sujeito enunciador garante a sua voz, quando símbolos, narrativas, metáforas, utilizadas pelo enunciador, conseguem receptividade e ressoam entre atores apropriados; assim sendo, os símbolos utilizados devem ser receptíveis, familiares aos outros e capazes de deslocar símbolos existentes.

Pressuposição 04: Quando tais conceitos são trazidos para fazer parte, ou para dar sentido às relações sociais ou aos objetos físicos, o discurso produz objetos. Objetos e conceitos são, obviamente, intimamente relacionados. Há diferença primária: enquanto o conceito somente existe na ordem expressiva das idéias, os objetos são partes de uma ordem prática, isto é, eles são o real, no sentido de existir no mundo material, mas somente fazem sentido se houver conceitos aplicados a eles.

Pressuposição 05: O papel do discurso na constituição do objeto, envolve diferentes conceitos para produzir diferentes objetos. Enquanto os conceitos mudam, novos objetos são produzidos e, igualmente, muitas práticas são invocadas.

(3) O **circuito de conectividade**: ocorre a partir de uma ressonância da performance, que liga relações e materiais e posiciona o enunciado numa situação específica que lhe possibilita novas acumulações, para influenciar práticas emergentes. Já futuras posições aparecem quando o sujeito adquire o direito de falar seu discurso particular. Dessa forma, os discursos produzem e transformam estruturas organizacionais.

- Como resultado, novas posições de sujeitos e de assuntos são criadas e o discurso se torna sedimentado dentro de uma nova prática social em que tudo é tomado como garantia e retórica;
- O acúmulo de afirmações individuais e de práticas influencia o contexto para atividades discursivas futuras e, prevalecendo em discurso, elas são contestadas, transformadas, modificadas ou reforçadas; desta forma, os discursos dominantes são contestados, tirados de sua posição, transformados, modificados ou reforçados, o que afeta, portanto, o contexto das atividades discursivas futuras;
- Novas afirmações de discurso são aceitas, isto é, tomadas como conceitos e são anexadas com sucesso às relações e aos referentes materiais, assim criando objetos específicos aos olhos dos atores.

Pressuposição 06: As posições dos sujeitos são, freqüentemente, construídas quando os indivíduos participam de um discurso particular.

Pressuposição 07: O discurso molda a experiência subjetiva e as ações daqueles que participam dele e, ao fazer isso, ajuda a produzir suas subjetividades. Alguns indivíduos, por suas posições no discurso, vão garantir voz mais ouvida que outros, enquanto outros podem não garantir voz alguma.

Analisando a seqüência dos circuitos discursivos, é possível pressupor um certo sentido de regularidade no modo como se processa a formação de conceitos, objetos e posições de sujeitos. Entretanto, isso não significa haver uma linearidade seqüencial na produção discursiva. Ao contrário, os circuitos são interativos, desenvolvem relações e articulam acúmulo de afirmações e posições de sujeitos de modo que os discursos são transformados, modificados ou reforçados, afetando, portanto, o contexto para as atividades discursivas futuras e respectivas ações sociais. A necessidade de uma síntese compreensiva desse processo culminou com a elaboração da figura a seguir:

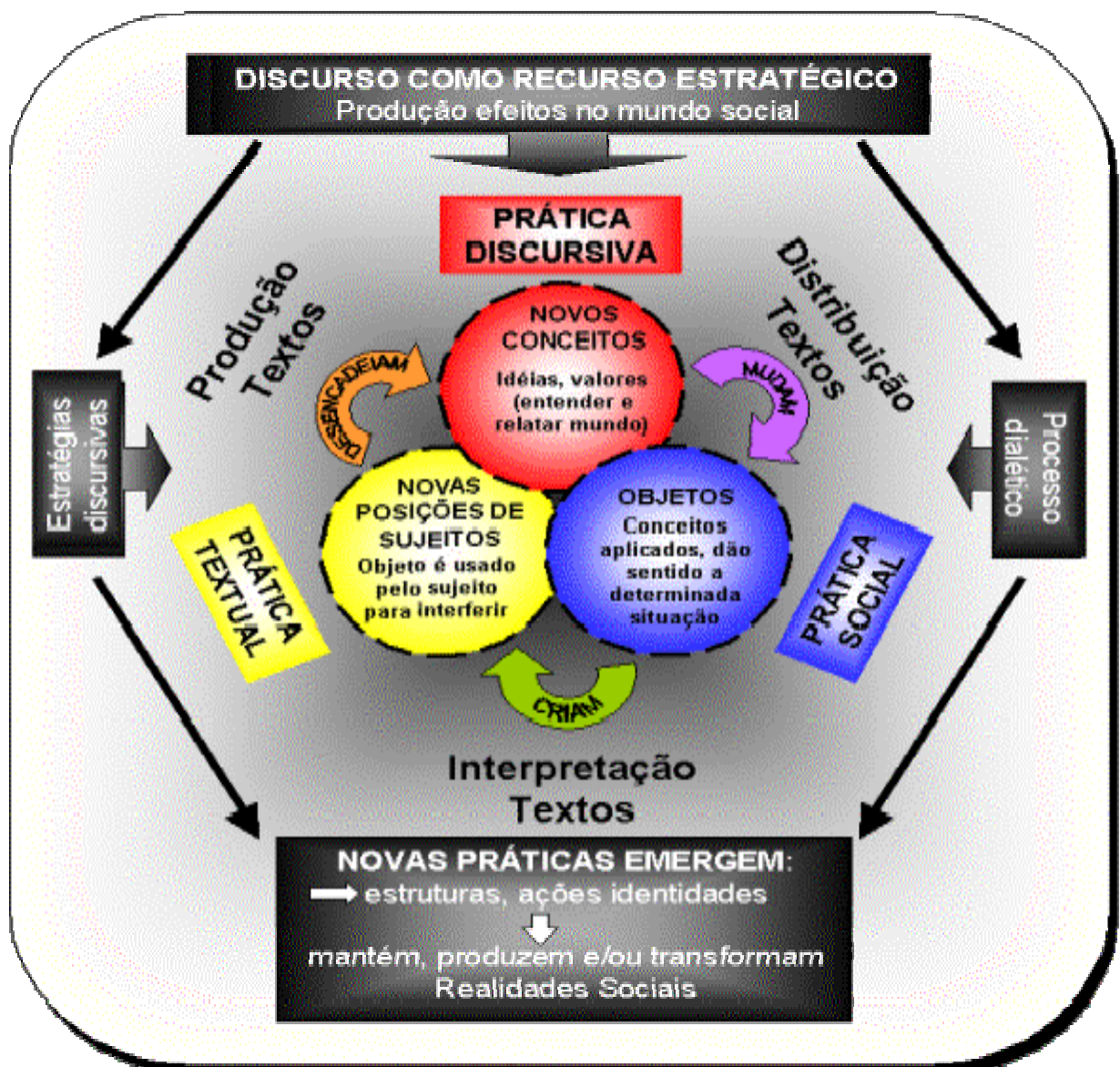


Figura 04 - Síntese dos estágios de produção discursiva

Fonte: Adaptado de Hardy e Phillips (1999), Hardy (2000)

3.5 ANÁLISE CRÍTICA DE DISCURSO: FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Historicamente, as origens da análise de discurso remontam à década de sessenta do século XX, sendo associada ao estudo dos recursos estruturais da lingüística. Os primeiros esboços de uma análise lingüística menos formalista e com mais orientação social, foram iniciados na França, por Michel Pêcheux e seus colaboradores (PÊCHEUX, 1998). Entretanto, apesar dos enfoques mais críticos – efeitos da luta ideológica no uso da linguagem – Fairclough (2001a, p.55) classifica suas análises como ainda voltadas para aspectos lingüísticos abstratos, visto que:

os objetos de análise são efetivamente as orações e não os textos completos. Os textos também são tratados como produtos e os processos discursivos de produção e interpretação textual não recebem atenção. São analisados em termos semânticos estreitos, com um foco pré-determinado em 'palavras-chave'.[...] Em consequência, são consideradas apenas as dimensões ideacionais do significado, enquanto deixam de ser contempladas as dimensões interpessoais que dizem respeito às relações sociais e às identidades sociais, e [isso significa que] são favorecidas as relações de significado mais abstratas em detrimento das propriedades do sentido dos enunciados do contexto.

Ante as várias críticas a essa abordagem, surge uma segunda geração de Pêcheux, que introduz uma visão dialética num novo foco analítico do discurso. Entretanto, tentativas de integrar o discurso à teoria social acontece, nesse mesmo período, na Grã-Bretanha, em função da necessidade de uma abordagem de análise mais preocupada em reconhecer a importância social do uso do discurso para reprodução e transformação da sociedade, que articulasse métodos de análise textual a questões práticas da vida social.

De acordo com Alvesson e Deetz (1999), esse movimento é resultante do momento histórico vivido nesse contexto. A ciência social é criticamente orientada e fortalecida com o impacto do “Novo Direito” nas universidades do Reino Unido, que se configuraram como lugares de militância de esquerda. Nesse sentido, a escola de administração do Reino Unido é fortalecida por estudos de cunho mais crítico, que se diferenciam do das escolas americanas, cujo desenvolvimento da sociologia crítica é limitada historicamente. A academia americana não teve o mesmo acesso

aos estudos críticos, se comparada a do Reino Unido, o que se justifica pelo fato de os estudos críticos estarem menos superficialmente posicionados na Europa do que nos Estados Unidos.

Como resultado desses movimentos, configuram-se, nesse período, duas correntes analíticas com foco crítico: a Análise do Discurso de linha Francesa (denominada em 1980 como Análise de Discurso - AD) e a Lingüística Crítica do mundo anglo-saxão (que, em 1990, vai constituir a Análise Crítica de Discurso - ACD).

As diferenciações de abordagens vão adquirindo uma clareza e uma importância maior com a contribuição de várias disciplinas, como Antropologia, Sociologia, Comunicação, Psicologia, Filosofia, dentre outras. O marco de legitimação da ACD acontece, em 1990, com a publicação da revista de Van Dijk, "*Discourse and Society*", momento em que se oficializa o termo Análise Crítica de Discurso.

Situada na interface entre a Lingüística e a Ciência Social Crítica, a ACD constitui-se, segundo Fairclough (2003), como um dos mais interessantes aportes teórico-metodológicos de análises das transformações da modernidade tardia, pois estas são, em grau significativo (certamente, não exclusivamente), transformações na linguagem e no discurso. Além disso, o autor enfatiza que a motivação fundamental da ACD, como teoria e método de pesquisa, é contribuir para uma consciência crítica dos problemas sociais. Para o autor, as práticas homogeneizadas da modernidade tardia não são uma jaula de ferro – é possível se tomar posições críticas em relação a elas, quando se reconhece o papel dos discursos na formação de ações sociais. Isso inclui, de acordo com Van DIJK (2001a, p.04), que se deve assumir uma posição mais e problematizadora da realidade circundante, principalmente quando se trata de práticas discursivas que reproduzem abuso de poder, dominação e desigualdade social. "Assumir uma posição com o fim de descobrir, desmistificar, é, ao mesmo tempo, desafiar uma posição de dominação".

Com o status de ser uma metodologia e não apenas um método, a ACD constitui-se num referencial epistemológico e também num conjunto de métodos (Phillips e Hardy, 2002), que auxiliam a compreensão da construção do mundo social por meio das práticas discursivas. Desse modo, a referência a essa análise

como teoria, método ou perspectiva teórica é totalmente aceitável entre os analistas críticos do discurso.

A Análise Crítica de Discurso não assume um mundo social e depois procura entender o significado do que é mundo para seus participantes. Muito pelo contrário, tenta explorar as formas como cada sociedade produz idéias e objetos que popularizam o mundo e são criados e mantidos. Essa é a mais importante contribuição da Análise de Discurso. Onde outras metodologias qualitativas trabalham para entender ou interpretar a realidade social e onde ela existe, a Análise de Discurso tenta descobrir uma forma na qual ela é produzida. Ela examina como a linguagem constrói o fenômeno e não como reflete e revela o fenômeno. Em outras palavras, a Análise de Discurso visa entender como o mundo social é construtivo assumindo que mundo não pode ser entendido separadamente do discurso. (PHILLIPS, 2003, p.222)

Ao conceber que a realidade social é criada pelas mudanças discursivas situadas historicamente, a ACD não presume um objeto social preexistente. Em vez disso, ela questiona como o discurso forma objetos sociais (tais como modelos de organizações) que fixam identidades, de modo que se torna possível falar sobre elas como se fossem entidades sociais existentes naturalmente (HARDY, 2001). Tal lógica tem correspondência com o construcionismo, para o qual não há institucionalização de normas metodológicas, enquanto padrões pré-fixados. Criatividade e inovação são chaves na implementação desse processo analítico.

Por extensão, a ACD é um método de investigação estruturado com sistema de conceitos e textos, contextos, objetos e sujeitos que os autores constituíram. Dessa forma, pode se compor de uma variedade de métodos que vêm desde a semiótica até o desconstrucionismo e dividem duas características fundamentais: estão interessados nos efeitos construtivos dos textos e são, necessariamente compreensivo-interpretativos.

3.5.1 Dimensões de análise

A delimitação de dimensões, para analisar a relação entre mudança de prática discursiva e mudança de prática social, emerge, inicialmente, da *concepção de evento discursivo*, apresentada por Fairclough (1995), ou seja: (1) um *texto*; (2)

uma *prática discursiva* e (3) uma *prática social*. Desse modo, a análise inclui correspondentemente:

- (1) **análise lingüística dos textos:** escritos, falados, imagens visuais e outras formas simbólicas;
- (2) **análise prática discursiva:** como os discursos são produzidos, distribuídos e consumidos ou interpretados, isto é, como nascem e constroem significados e como produzem efeitos no contexto social no qual ocorrem;
- (3) **análise prática social:** como as circunstâncias institucionais e organizacionais são moldadas pelas práticas discursivas e como elas moldam os discursos.

A correlação desse processo tridimensional analítico com o processo de produção e interpretação de textos é central, não só para Fairclough (1995, 2001a), mas também para outros analistas críticos do discurso, tais como: Hardy (1988, 2001), Hardy e Phillips (1999). No entendimento de Hardy (1998), para compreender como os discursos operam na construção e na significação do mundo social, não se pode ficar restrito a examinar as suas estruturas internas, pelo contrário, é necessário explorar como o discurso, como ação social, é inserido dentro de moldes mais amplos de entendimento, comunicação e interação. Isso corresponde, segundo Fairclough (1995) a analisar **o que é e como é socialmente produzido, o que é e como é internalizado** pelas pessoas e **como se torna socialmente viável** para elas, afim de usarem os recursos discursivos internalizados para se engajarem em práticas sociais.

Fairclough (2001a, p.99) faz referência à importância da perspectiva analítica especificar as *ordens do discurso* em que se baseiam os processos de produção e interpretação dos sentidos e como isso ocorre. Esses processos são sociais, por isso exigem referência aos ambientes econômicos, políticos, ideológicos e institucionais particulares, nos quais o discurso é gerado, já que ele pode estar implicado em todas elas. Isso diz respeito à *intertextualidade e intercontextualidade*.

A intertextualidade, para Fairclough (2003), diz respeito ao modo como o texto se desenvolve, incorpora, recontextualiza e dialoga com outros textos.

Em qualquer texto particular ou outro tipo de texto, há localização de outros textos e de outras vozes que são potencialmente relevantes e potencialmente incorporadas dentro do texto. Essa localização pode não ser identificada com precisão, e ela pode se tornar mais complexa e extensiva. Mas é analiticamente útil tentar identificar alguns de seus aspectos.

Algumas questões auxiliam: Que textos e vozes estão incluídos e quais significados apresentam (qual significado de empreendedor, identidade, etc.). (p.47)

A análise intertextual implica na inserção da história (sociedade), ou seja, avaliar como o texto absorve e é construído de textos do passado. Mais especificamente, por inserção de um texto na história, Fairclough (2003, p.134-135), entende“ que o texto responde, reacentua e retrabalha textos passados e, assim fazendo, ajuda a fazer a história e contribui para processos de mudança mais amplos, antecipando e tentando moldar textos subseqüentes”.

Isso significa dizer que, se, para a inteterxtualidade outros textos estão explicita ou implicitamente presente no texto sob análise, o sentido do texto pode ser multiplamente determinado pelos vários outros textos que entram em sua composição. Conforme Fairclough (2001) adverte, diferentes sentidos podem coexistir e necessitar de outras perspectivas analíticas complementares, como, por exemplo, relacionar a análise a diferentes níveis do contexto (intercontextualidade):

- (a) o nível de situação social ou o ambiente social imediato no qual o discurso ocorre;
- (b) o nível de instituição social que constitui uma matriz mais ampla para o discurso;
- (c) o nível de sociedade em seu conjunto (contexto social e histórico).

A análise dessas condições sociais dizem respeito a investigar como o contexto institucional, político, cultural, entre outros, moldam os recursos dos membros e trazem as pessoas para a produção e a interpretação dos discursos, o que dá a forma nas quais as ações sociais são constituídas.

Então, ao ver a linguagem como um discurso e como uma prática social, uma pessoa está se comprometendo não somente em analisar os textos, não somente em analisar o processo de produção e interpretação, mas analisar as relações entre textos, processos e suas condições sociais (de produção e de interpretação, ambas as condições do contexto situacional e, de forma mais remota, as condições institucionais e as estruturas sociais. (FAIRCLOUGH, 2001b, p.21)

Assim, segundo Fairclough (2001b), ao analisar textos específicos como parte de eventos discursivos específicos, o investigador está agindo de duas maneiras interconectadas:

- (a) olhando os textos e os eventos em termos de três aspectos de significado: ação, representação e identificação;
- (b) fazendo uma conexão entre eventos sociais concretos e práticas sociais mais abstratas, através de questionamentos, por exemplo, como discursos e estilos se articulam juntos nos textos.

De um modo geral, para atender a esse modelo tridimensional, poderão ainda ser consideradas três perspectivas analíticas, a *multidimensional*, a *multifuncional* e a *histórica*: a primeira, a multidimensional, para avaliar as relações entre mudança discursiva e social e, também, para relacionar as propriedades particularizadas de textos às propriedades sociais de eventos discursivos; a segunda, a multifuncional, para averiguar as mudanças nas práticas discursivas que contribuem para alterar o conhecimento, as relações e as identidades sociais; finalmente, a histórica, para discutir a estruturação ou os processos ‘articulatórios’ na construção de textos e na constituição, em longo prazo, de ordens de discurso. (FAIRCLOUGH, 2001a)

A *reflexividade* é outro componente importante na análise de discurso, portanto, é um aspecto a ser destacado nesta pesquisa. Segundo Hardy (2002), a reflexividade:

- (a) reconhece explicitamente que a linguagem constrói, em vez de simplesmente revelar a realidade;
- (b) baseia a pesquisa em processos históricos;
- (c) permite que vozes diferentes invadam o texto;
- (d) reconhece que nem todas as possíveis vozes são expressas e nem as vozes que estão presentes são expressas em termos iguais;
- (e) dá superfície a significados múltiplos.

3.5.2 Da semiosis à hermenêutica-dialética: a orientação compreensiva e interpretativa dos dados

A orientação compreensiva-interpretativa seguida por analistas críticos do discurso e adotada, neste estudo, pode ser nutrida pelos princípios da *semiosis* num diálogo com a *hermenêutica* e a *dialética*, em função de suas afinidades com o campo do construcionismo social, que complementa e amplia a base epistemológica da pesquisa crítica. De acordo com essas teorias, o mundo da cotidianidade, onde

se produz o discurso, é o parâmetro de análise. Não há, portanto, um compreender fora do contexto, da historicidade, da separação do sujeito do objeto da pesquisa; como não há pretensão de haver um único caminho de acesso à verdade (GRONDIN,1999; GADAMER²,1997,2000).

Para melhor entender a complexidade da articulação dessas três instancias analíticas que envolve a compreensão do discurso, como meio de ação social, é necessário problematizar os seus conceitos centrais; para tanto, destaca-se apenas a semiosis e a hermenêutica, pois a dialética já foi mencionada na sessão 3.1.

A concepção de semiosis, adotada neste estudo, é associada com a análise crítica de discurso, abordada por Fairclough (2001b), que a define como produção intersubjetiva do significado, auxiliando na compreensão da constituição discursiva da vida social ou então, prática social discursiva, que é, por si mesma, uma prática semiótica. Partindo-se do pressuposto que a vida social é uma rede interconectada de vários elementos que configuram uma prática social - atividades produtivas, meios de produção, relações sociais, valores culturais e consciência –, cada prática de produção da vida social é, parcialmente, uma prática de compreensão semiótica. Desenvolvendo essa reflexão, a semiosis relaciona-se com a ação e a representação das práticas sociais, portanto, todos os eventos considerados concretos são, muitas vezes semióticos.

Fairclough (2001b, p.11) define a semiosis como “a construção do significado do recurso da linguagem e de outros sistemas semióticos”; e já a análise semiótica compreensiva “é a reflexão crítica sobre as produções discursivas (*análise crítica de discurso*)”. Em sua associação com a semiosis, a ACD é considerada como um suplemento, ou modalidade, pois possibilita uma compreensão complexa e um domínio discursivo extra em sua aproximação mais geral com as relações sociais. A análise crítica do discurso abrange o desvelamento de intenções, as crenças, os desejos, as relações sociais e os usos retóricos da linguagem. Tal abordagem justifica a importância de processar a análise crítica de discurso para desvelar sentidos que são próprios de uma instância semiótica.

A semiosis vai ocupar um local apropriado na filosofia crítica das ciências sociais, e ao se beneficiar da sua relação com a ACD, possibilita uma *explicação de*

² Hans-Georg Gadamer é o representante decisivo da hermenêutica filosófica. Ele é considerado um dos filósofos mais importantes do século XX.

causas sociais e efeitos dos textos, a partir da compreensão de como as pessoas produzem e interpretam textos. Sobre essa relação, Fairclough (2001b, p.7) esclarece que “não são somente as razões que mudam o que a gente faz. Nós podemos ser mais influenciados pelo tom ou por um discurso, mais do que qualquer razão que pode estar presente”. Para o autor, a consideração dessas qualidades expressivas de comunicação expõe o caráter racionalista estreito, como causa das respostas às perguntas de *como os textos produzem efeitos*. Para isso, há necessidade do analista *ir além das questões de razão e causa*, pois o importante é examinar a natureza da semiosis de forma mais geral e o seu lugar dentro de toda a lógica social. “A compreensão não deve ser vista como antagônica à causa e à explicação: o nosso entendimento sobre o que alguém diz é uma mudança que deve ter causas, entretanto devemos evitar uma visão geral racionalista do problema”.

A associação da análise crítica de discurso com o viés compreensivo-interpretativo da semiótica, proposta por Fairclough (2001b, p.4), objetiva aumentar a possibilidade de: (a) explicar aspectos da verdade; (b) explicar a resposta de quem interpreta esta verdade; (c) avaliar as verdades contra outras respostas plausíveis; (d) explicar as causas sociais e os efeitos sociais de tais verdades. Com base nisso, a ACD semiótica aparece para questionar e duvidar do que é considerado como verdade.

Esse viés analítico semiótico pode encontrar sustentação ou interface na hermenêutica gadameriana, que focaliza o processo de compreensão e interpretação da linguagem, a partir da impossibilidade de separar o sujeito do mundo objetivado, se opondo à crença da verdade absoluta. É um sentido de verdade identificada com o que não está explícito no discurso, com o não dito ou dito de forma obscura. Pressupõe a “arte de compreender, derivada do nosso modo de estar no mundo” (GADAMER, 2000,p.23).

O compreender e o interpretar para Gadamer (1997, p.580), estão imbricados de modo indissolúvel, pois “na compreensão está contida potencialmente a interpretação a qual leva a compreensão simplesmente à sua demonstração expressa”. Como ressalta Geertz (1978, p. 28), a compreensão “nos leva ao cerne do que nos propomos a interpretar”, à medida que exige a descoberta de toda a trama que é essencialmente um discurso social”.

Essa é a hermenêutica construcionista, que procura a possibilidade de explicitar os passos da interpretação compreensiva, de modo a clarificar tanto aquilo que está subjacente num texto, quanto sua dinâmica interna, para compreender como ela se projeta e se engendra no mundo concreto, assim se constituindo em uma de suas narrativas possíveis. Sob essa perspectiva diferenciada, a hermenêutica e a semiosis servem, ao mesmo tempo, como base teórica e metodológica para compreensão do objeto de investigação. No caso da hermenêutica, como sustenta Schwandt (2000, p.196)

[...] não é uma metodologia para resolver problemas de falta de entendimento, ou problemas de acordo com o correto entendimento da ação humana. [...] O trabalho da hermenêutica não é desenvolver um procedimento de entendimento, mas entender as condições no qual o entendimento acontece. Mas essas condições não são da natureza de um método no qual quem interpreta deve trazer de si mesmo ou carregar do contexto. O objetivo da hermenêutica é entender o que está envolvido no processo de entendimento por si só.

De acordo com o enunciado acima, a hermenêutica não é uma questão de enfoque metodológico para resolver problemas de falta de entendimento, ou problemas de acordo com o correto entendimento da ação humana. A sua contribuição, numa perspectiva construcionista (GRONDIN, 1999), é entender não só as condições nas quais o entendimento acontece ou é constituído, como o que está envolvido nesse processo de entendimento. Isso implica dizer que, ao inserir-se no mundo da compreensão da linguagem, a hermenêutica pressupõe abandonar a pretensão de controle do processo de conhecer e entregar-se ao texto, ao diálogo, na busca de um sentido, que é sempre plural e renovado. Por outro lado, isso não é uma questão apenas de subjetividade em si, ou seja, um comportamento subjetivo diante do objeto de investigação. Envolve, dentre outros aspectos: um compreender a si mesmo; um compreender os outros; um estranhamento que se concretiza em questionamentos; uma consciência histórica contexto do que está enraizado. Essas são algumas das trilhas de um compreender hermenêutico, que desenvolve a partir de um raciocínio dialético, uma vez que pois a realidade é um todo dinâmico.

A compreensão é menos uma ação da subjetividade auto-suficiente, do que um introduzir-se num acontecimento da tradição, no qual o passado e o presente se intermediam constantemente. Entender um texto do passado significa traduzí-lo para a nossa situação presente, escutando nele uma discursiva resposta para os questionamentos da nossa era. Foi uma

aberração ao historicismo, tornar a objetividade dependente da extinção do sujeito interpretante, porque a verdade, aqui concebida como abertura de sentido, ocorre apenas no decurso da aplicação histórico-efetual. (GRONDIN, 1999, p.194)

Essa interface da compreensão da linguagem com a dimensão histórica não é no sentido de fixação no passado, como algo externo à pessoa (GADAMER, 1997). Ao contrário, Schwandt (2000, p.195) entende ser uma força viva que entra em todos os entendimentos e, apesar de operar, na maior parte do tempo, de modo obscuro, “ela está sempre lá, à nossa frente, à frente de nossas interpretações, moldando o que somos e como entendemos o mundo”. Grondin (1999, p.195) também entende que há necessidade dessas conexões históricas nos processos analíticos que envolvem a constituição social.

A compreensão é sempre a continuação de uma conversação já iniciada antes de nós. (...) Entender algo significa ter aplicado algo em nós, de tal maneira que nós descobrimos nisto uma resposta a nossas interrogações. Mas ‘nossas’ de tal forma que elas foram também assumidas e transformadas a partir de uma tradição. Cada compreensão vista como uma autocompreensão, é motivada e inquietada por perguntas que determinam, de antemão, as trilhas visuais da compreensão. Um texto só se torna falante, graças às perguntas que nós hoje lhe dirigimos. (...) a compreensão é a que é especificada como relação e, mais de perto, como conversação.

Mediante esses princípios hermenêutico-construcionistas não se compreende melhor um texto, mas se compreende sempre de outra maneira. Assim sendo, a verdade da compreensão contempla mais o sentido de uma participação, do que o de uma simples e definitiva apropriação. Para Grondin (1999), a compreensão está no diálogo construído uns com os outros e consigo mesmo, pois, enquanto a pessoa pensa, chega a certas verdades que intui, sem saber o que está acontecendo consigo mesma. O diálogo possibilita condições de reflexão sobre um entendimento ainda não disponível; ou seja, oportuniza aos participantes fazer uma auto-reflexão sobre seus próprios pontos de vista.

Nós levantamos constantemente pretensões de verdade, ou seja, por algo significativo, que está em consonância com as coisas, como as podemos ter na experiência e para as quais podem ser mobilizados argumentos, demonstrações, testemunhos, constatações e assim por diante. As verdades pelas quais participamos enfaticamente e pelas quais podemos empenhar-nos com boa razão, não são nem indiferentes nem absolutamente seguras. (GRONDIN, 1999, p.232)

Com base no exposto anteriormente nessa sessão, enquanto a semiosis busca a compreensão nos modos de ação e representação discursiva das práticas sociais, a hermenêutica subsidia uma orientação compreensiva na estrutura de significado da linguagem. Ambas orientações são mediadas pelo diálogo com a dialética que estabelece uma atitude crítica ao processo de compreensão da realidade social. Essa interface com a dialeticamente, de acordo com Spink (2000, p.61), que

a compreensão das práticas discursivas deve levar em conta tanto as permanências como, principalmente, as rupturas históricas, pela identificação do velho no novo e vice-versa, o que possibilita a explicitação da dinâmica das transformações histórica e impulsiona sua transformação constante. Por meio dessa abordagem, buscamos construir um modo de observar os fenômenos sociais que tenha como foco a tensão entre a universalidade e a particularidade, entre o consenso e a diversidade, com vistas a produzir uma ferramenta útil para transformação da ordem social.

Em face disso, a orientação compreensiva dessa investigação de base construcionista apresenta alinhamento epistemológico entre a semiosis, a hermenêutica e a dialética, que se apresentam como combinações metodológicas complementares.

4 SOBRE A OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

*Caminhante!
O caminho não existe.
O caminho se faz ao caminhar.*

Definida a base teórico-metodológica da pesquisa, chega o momento de projetar a sistematização do método de coleta e de análise dos dados. Orientados pelos pressupostos construcionistas, os desenhos que aqui se apresentam não resultam de um conjunto de técnicas pré-definidas e permanentes, invariáveis; ao contrário, representam uma seqüência de readequações à medida que o processo de investigação é vivenciado. Em virtude disso, a orientação metodológica, assumida neste estudo e descrita a seguir, parte do pressuposto de que os métodos de investigação de análise crítica de discurso não são dados a priori, mas definidos. É importante dizer que a elaboração do problema de pesquisa, realizada no início deste estudo, orientou e motivou a trajetória, pois formou um conjunto de preocupações e de estruturas que permitiram tomar decisões de como e por onde guiar esse processo de coleta e de análise de dados.

4.1 A FONTE DE COLETA DE INFORMAÇÕES

Uma coleta de dados preliminar ocorreu por ocasião da construção do objeto de pesquisa cuja finalidade estava em delimitar o espaço social de análise da constituição da Quarta Colônia (relatada na unidade 2.2.1). Os dados coletados diziam respeito a uma matriz contextual tanto de informação ampla, para o estudo do discurso como ação social, como de identificação de

um contexto discursivo situacional. Ou seja, eles sinalizavam a existência de processos de produção e interpretação discursiva associados às condições de estruturação organizacional, institucional e social.

No segundo momento, a finalidade da coleta de dados era buscar elementos que subsidiassem a análise de como o discurso constrói o fenômeno social, no caso, as práticas alternativas de desenvolvimento interacional da Quarta Colônia. Como tal era necessário se ater às possibilidades analíticas ofertadas, a partir da delimitação do objeto de análise – a prática discursiva na Quarta Colônia. O desafio, nesta etapa da pesquisa, dizia respeito à escolha de quais dados seriam significativos numa metodologia norteadada pela análise crítica de discurso. A questão não era coletar dados que refletissem ou significassem o fenômeno em si, mas afinar o foco na significação da natureza discursiva de sua constituição sócio-histórica, sem perder a riqueza e a diversidade das informações coletadas. Além disso era preciso considerar, conforme salienta Fairclough (2001b), que um discurso nunca poderá ser estudado por inteiro, mas em partes por intermédio de algumas pistas, que podem ser encontradas nas instâncias dialeticamente inter-relacionadas entre prática textual, prática discursiva e prática social, a partir de uma relação dialética.

Assumindo que os desenhos alternativos de desenvolvimento instituídos na Quarta Colônia desde 1990, estão moldados a partir de processos de natureza discursiva, tendo o campo identitário e o interacional como seu principal veículo estruturante, a coleta de dados se deu através de documentos textuais e de entrevistas. A sua delimitação teve como parâmetro a realização de eventos sociais e estruturações institucionais a respeito dos processos de mudança ocorridos neste cenário. A coleta de documentos textuais começou pela pesquisa em arquivos do CONDESUS, incluindo:

- documentos administrativos: Projetos, regimentos, boletins, manuais, memorandos, relatórios, minutas de reuniões;
- produções/publicações: manuais, cartilhas de educação, livros, jornais loco-regionais, boletins informativos, materiais de seminários e curso;

- textos de mídia: propaganda, símbolos, artefatos (fotografias)
- artefatos urbanos: sinalizações turísticas aspectos de paisagismo, moradia (novas restaurações e construções).

Os textos foram coletados, em grande maioria, diretamente na sede do CONDESUS, e alguns em publicações de jornais locais. Para a seleção dos documentos, considerou-se dois critérios: (1) Material sobre a prática discursiva: produção, distribuição e assimilação de textos; (2) Material referente à constituição de eventos sociais associados À realização de eventos de natureza discursiva. Para tal, delinear-se as seguintes questões:

Quadro 07 – Critérios de seleção dos textos para coleta dados

Prática Discursiva	Prática social
<ul style="list-style-type: none"> • Quais os textos mais importantes na constituição do objeto de análise? • Quais os textos que são produzidos por agentes mais influentes? • Que textos são distribuídos e como? Por meio de quais canais de comunicação? • Quem utiliza os textos? Como? por que? quando? • Que textos são interpretados pelos atores mais beneficiados? • Quem são os principais atores que compõem campo de atuação? 	<ul style="list-style-type: none"> • Que eventos sócio-organizacionais (práticas sociais, estruturas institucionais) se conectam com a produção e a disseminação textual no campo de instituição e afirmação da Quarta Colônia? • Quais as principais dimensões da estrutura social que foram alvos de intervenção discursiva no processo histórico de mudança? • Quais as novas combinações ou novos desenhos organizacionais que serviram como marco legitimador da instituição da mudança social?

A seleção dessas questões relaciona-se com os efeitos construtivos do discurso, para que ela auxilie a explorar não só a forma pela qual idéias, conceitos e símbolos constituem a realidade social, mas também os significados que produzem. Considerando tais aspectos, a coleta de informações sobre os efeitos da prática discursiva na constituição de ações sociais tem por finalidade assegurar uma diversidade de práticas, representativas das atividades normais do dia-a-dia dos atores da Quarta Colônia. Desse modo, para a coleta de dados em relação à constituição da prática social, considerando a tomada de novas posições de sujeitos, optou-se pela realização de entrevistas abertas.

Observando que, usualmente, é o pesquisador quem inicia o jogo e estabelece as regras da entrevista, sem negociação prévia (BOURDIEU, 2001b), fez-se um esforço para reduzir os “efeitos simbólicos/retóricos do dirigismo”, então, instaurou-se uma atitude de reflexividade entre pesquisador e depoente, ou seja uma escuta ativa com máxima disponibilidade em relação à pessoa interrogada.

De acordo com Bourdieu (2001b), as relações de escuta atenta são importantes, pois unem pesquisador e pesquisado, favorecem uma comunicação mais franca, e assim, asseguram a existência de laços de confiança, que sugerem os obstáculos ligados às diferenças de quando o pesquisador é percebido como socialmente estranho. Serve, portanto, como uma espécie de subterfúgio retórico intersubjetivo (HEIDEGGER, 1998), utilizado para reduzir esse distanciamento e tornar a entrevista um espaço legítimo.

“Mesmo que se mobilizem todos os esforços da vigilância profissional e da simpatia pessoal, temos dificuldades em afastar a indiferença da atenção, favorecida pela ilusão do já visto e do já ouvido, para entrar na singularidade da história de uma vida e tentar compreender, ao mesmo tempo, na sua unicidade e generalidade, as tramas de uma existência. A semicompreensão imediata do olhar distraído e banalizante desencoraja o esforço que se deve ter realizado para superar os lugares-comuns nos quais cada um de nós vive e diz de suas pequenas misérias como sendo seus grandes males. (BOURDIEU, 2001b, p. 701)

Para viabilizar esta escuta atenta, decidiu-se orientar tal evento a partir de algumas unidades temáticas, que permitem ao entrevistador uma maior flexibilidade, à medida que ele pode alterar a ordem dos temas, e também dispor de uma maior liberdade para fazer intervenções, de acordo com o andamento da entrevista (Denzin e Lincoln, 2000). Assim sendo, na condução da entrevista, registrada via gravação, considerou-se a interação entre pesquisador e entrevistado, não se atendo a um esquema de pergunta-resposta, mas de um roteiro de enunciados, conforme apresentado no quadro a seguir. É importante esclarecer que se tomou a decisão de escolher pesquisados entre atores sociais que tivessem proximidade social e política

com os projetos de constituição dos novos arranjos de desenvolvimento na Quarta Colônia.

Quadro 08: Roteiro de enunciados para entrevista

Palavras-chave	Discurso evocado
História pessoal	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de vínculo com o processo de desenvolvimento da Quarta Colônia
Evolução da quarta colônia	<ul style="list-style-type: none"> • Concepções de desenvolvimento incorporadas • Percepção sobre o processo de instituição da Quarta Colônia
CONDESUS	<ul style="list-style-type: none"> • Entendimento, visibilidade e legitimação • Percepção e vínculo entre as ações geradas • Relação com o processo de articulação político-administrativo • Interesses e valores despertados e mobilizados
Crenças e valores	<ul style="list-style-type: none"> • Significações assimiladas do modo de organização e do modo de vida capazes de desafiar estruturas vigentes
Formação de parcerias	<ul style="list-style-type: none"> • Significação e internalização dos novos desenhos loco-regionais • Tipo de envolvimento nos arranjos de desenvolvimento • Novos tomadas de posições individuais e coletivas
Processos de gestão e gerência	<ul style="list-style-type: none"> • Modo de potencialização do processo • Competências articulatórias

Os enunciados listados no quadro correspondem aos estímulos discursivos que nortearam a entrevista. Vale entender, os estímulos da conversação dialógica se constituíram em palavras-chave relacionadas às práticas discursivas, evocando formas de ordenação e áreas conectadas às práticas sociais em desenvolvimento na Quarta Colônia, vivenciadas pelos entrevistados. Sobre o sentido atribuído ao método de conversação dialógica, explica-se que os dados gerados foram buscados a partir de um procedimento auto-reflexivo (GERGEN & GERGEN, 1991; HARDY, 1998, 2002). O termo reflexivo aqui não se aplica somente à pesquisadora, mas também aos participantes da pesquisa que, durante a conversação, reelaboraram as questões de acordo com de suas historicizações.

As entrevistas aconteceram durante o primeiro semestre de 2005 e duraram em média de uma hora e meia a três, em cada encontro. Buscando uma relação dialógica, esse tipo de entrevista objetivava um acúmulo de material que possibilitasse exercitar a conexão entre constituição de prática

discursiva e instituição de prática social (introdução de novos posicionamentos e ações sociais). Assim, cada conversa com os atores locais foi absolutamente personalizada, de modo que, embora houvesse algo de comum entre elas, cada uma seguiu o rumo do contexto histórico específico em que ocorreu, de acordo com as vivências comuns entre os participantes.

Foram entrevistados, no total, trinta e sete (37) atores sociais que compõe, o campo de desenvolvimento da Quarta Colônia, ou seja, atores em atuação, sendo:

- Vinte (20) gestores locais: seis (06) prefeitos municipais, dezessete (17) secretários municipais dispostos nas seguintes secretarias: turismo; administração; obras e urbanismo; educação; saúde e assistência social; agricultura e meio ambiente; indústria e comércio.
- Presidente do CONDESUS e secretário executivo do CONDESUS.
- Dois (02) técnicos de empresas de capacitação e assessoria técnica regional com atuação local.
- Um (01) presidente de cooperativa loco-regional.
- Treze (13) empreendedores locais: oito (08) proprietários de agronegócios; quatro (04) proprietários de pousadas; um (01) guia turístico.
- Um (01) líder religioso (padre).

A decisão sobre a escolha desses participantes está relacionada aos papéis administrativos que eles desempenhavam nesse cenário em construção de alternativas de desenvolvimento. Como era impossível incluir todas as vozes potenciais, algumas foram privilegiadas sobre outras. Isso se definiu em relação ao caminho pelo qual a pesquisa foi sendo conduzida e pelo modo de inserção dos sujeitos na comunidade.

É importante ainda dizer que a priorização da participação de alguns gestores, tais como secretário executivo do CONDESUS é decorrente de ele fazer parte do cenário desde o processo inicial de instituição da Quarta Colônia. A delimitação das entrevistas deu-se com o saturamento das informações, isto é, no momento em que se sentiu que havia um aporte de dados representativos para respaldar a investigação.

4.2 A FILTRAGEM E PREPARAÇÃO DOS DADOS

No momento da apropriação dos dados, decidiu-se pela sistematização exposta abaixo, para melhor visualizar as informações coletadas para posterior análise. Tal sistematização tem respaldo em: Denzin e Lincoln (2000); Lincoln e Guba (2000); Fairclough (1995, 2001a); Clegg, Hardy e Nord (1999); Triviños (2001) e Hardy (2002b).

- 1ª etapa: Organização e catalogação dos discursos para análise: transcrição dos discursos falados (entrevistas, depoimentos, etc.); relato de narrativas; agrupamentos de textos simbólicos, e assim por diante. Este é um trabalho artesanal, na captura dos fragmentos mais significativos para análise.
- 2ª etapa: Leitura exaustiva dos discursos, familiarização com fotos, imagens e desenhos.
- 3ª etapa: Sistematização das informações obtidas no exercício anterior, a partir de uma listagem dos aspectos centrais, tomando como referência os pontos centrais objetivos do estudo.
- 4ª etapa: Codificação ou listagem individual de temas associados. A idéia não é formar uma exaustiva lista de temas no sentido de esgotar com todas as categorias, mas gerá-las até o ponto que possibilitem subsidiar uma compreensão de como as pessoas usam a linguagem como construção social.
- 5ª etapa: Contextualização da atividade discursiva ligando texto e contexto. Para tal procedimento, é necessário adquirir uma compreensão dos aspectos que ajudam a construir esses contextos discursivos e o papel dos discursos particulares. Isso significa reconhecer a localização de textos individuais em corpos maiores de discursos. Mesmo considerando a importância do contexto distal, esse é menos focalizado neste estudo, a fim de destacar-se a compreensão do contexto loco-regional.
- 6ª Etapa: Realização da análise interpretativa-compreensiva das atividades discursivas, considerando os contextos construídos. Essa etapa tem sustentação na hermenêutica interpretativa, que, entre outros aspectos, permite ampliar o foco de análise no que diz respeito à inserção da história nos discursos.

Via leitura do material coletado, surgiram fragmentos de textos que parecem ser os mais significativos dentre as respostas das entrevistas. Em

posse deles, analisaram-se as diferenças percebidas entre as falas. As partes significativas foram agrupadas em temas ou perspectivas de investigação, escolhidas a partir de categorias de análise concernentes ao referencial teórico, sendo elas: apoio social, rede social, autonomia, integridade, cuidado, aprendizagem e realização de projetos pessoais.

4.3 O MODELO DE ANÁLISE DOS DADOS

Coletado o material – documentos, falas e entrevistas –, transcritas as fitas e filtradas as principais informações, chegou o momento de projetar o modelo analítico orientador. Esse momento constituiu-se num desafio, pois é preciso sistematizar um modelo / método de análise crítica de discurso que permita avaliar as relações entre o uso do discurso como recurso estratégico e as respectivas mudanças sociais.

Mediante a adoção do eixo epistemológico construcionista, é necessário adequar sistematicamente num modelo de análise que não só viabilize a exploração das estratégias discursivas, na configuração de práticas sociais, mas a refleta. Após inúmeras construções e desconstruções da análise, como avanços e retornos para reelaborações, chega um momento de encontro entre o vivido no contexto da constituição da Quarta Colônia e o vivido na sustentação teórico-metodológica. Esta ponte, referente à análise do discurso, como recurso estratégico na constituição de processos de mudança social, é representada esquematicamente na a seguir, tendo sustentação nos seguintes eixos: análise lingüística da retórica textual; análise dos circuitos de produção discursiva de efeito social; análise compreensiva-interpretativa.

A construção deste modelo foi baseada na necessidade de conduzir as três dimensões de análise inter-relacionadas dialeticamente, procurando compreender, a partir desse movimento, como os atores construíam suas

estratégias discursivas por meio da capacidade de gerar ações sociais. Procurou-se, então, focar esse processo no que Denzin e Lincoln (2000) definem como fundamental para a pesquisa qualitativa: capturar os pontos de vista individuais e as representações do cotidiano visando de dar densidade a narrativa de maneira a validá-la por sua autenticidade.

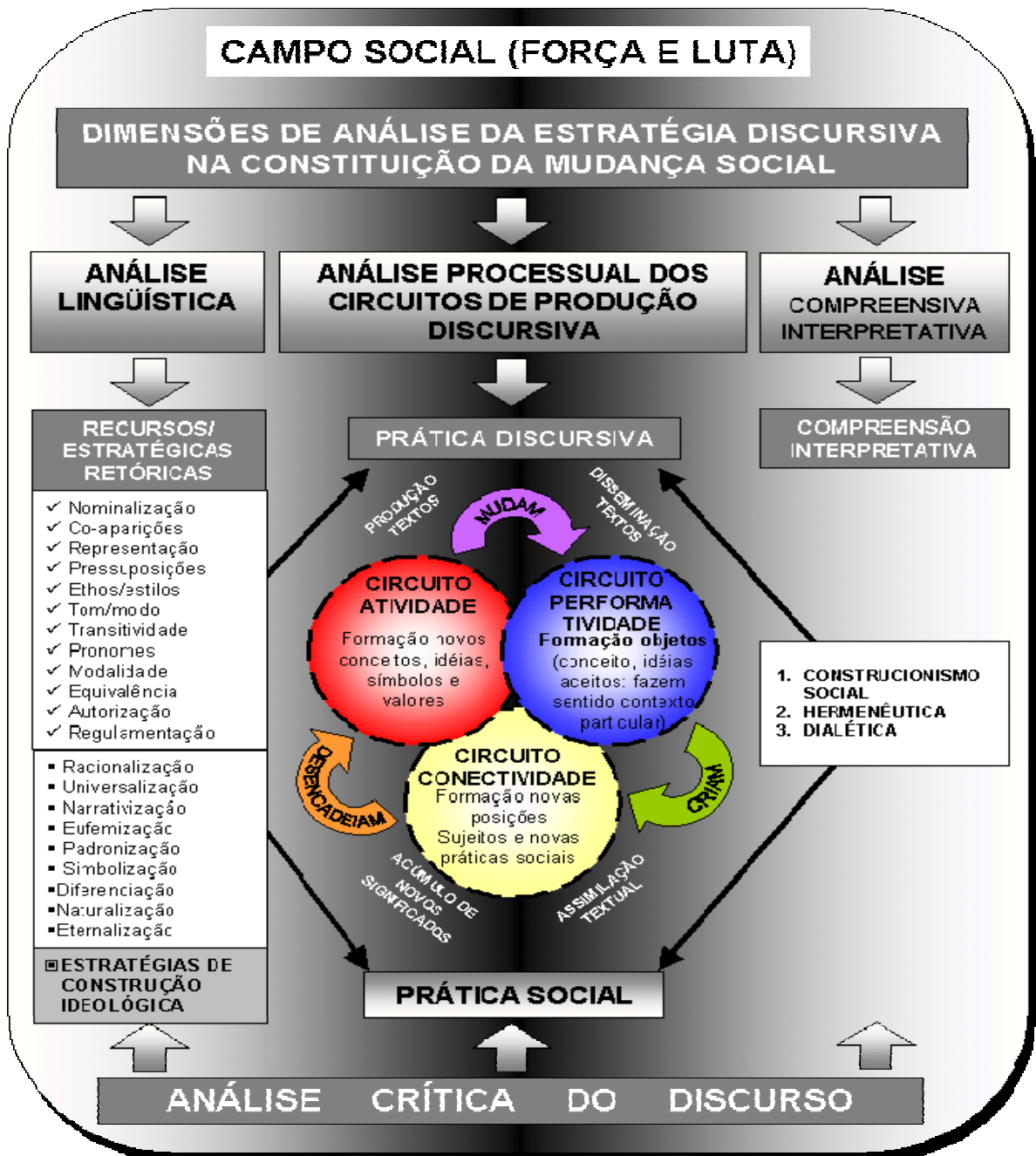


Figura 05: Modelo de análise do evento discursivo na constituição de ações sociais

Elaborado a partir de Hardy (2002)

Esta construção esquemática traduz a necessidade de conduzir as três dimensões de análise inter-relacionadas dialeticamente, procurando compreender, a partir desse movimento, como os atores construía suas estratégias discursivas com capacidade de gerar ações sociais. Possibilita, então, focar o que Denzin e Lincoln (2000) definem como fundamental para a pesquisa qualitativa: capturar os pontos de vista individuais e as representações do cotidiano para dar densidade a narrativa de maneira a validá-la pela sua autenticidade. Como salientam os autores, a validade como autenticidade numa pesquisa é definida como

a tentativa deliberada de prevenir a marginalização, de agir afirmativamente com respeito a inclusão, e agir com energia para assegurar que todas as vozes no esforço de pesquisa, tenham chance de ser representadas em qualquer texto e tenham suas histórias tratadas com justiça. (LINCOLN e GUBA, 2000, p.180),

Para um maior detalhamento da complexidade que envolve esta interconexão dialéticas entre as dimensões analíticas, torna-se necessário apreendê-las separadamente, conforme o exposto a seguir.

4.3.1 Análise linguística da retórica textual

Esta dimensão cuidou da análise dos recursos/retóricos estratégicos utilizados nos textos, com o objetivo de entender o sentido analítico dos textos, a partir de sua aparência fragmentada e contraditória. Partindo-se do pressuposto de que não há um procedimento metodológico fixo para se fazer análise das formas discursivas, mas muitos estilos diferentes de análise, optou-se pela sistematização exposta a seguir, de algumas estratégias discursivas e dos respectivos recursos lingüísticos.

Quadro 09 – Recursos retóricos orientadores da análise linguística

<p>Nominalização: Recurso para uma generalização. Representa um processo como um nome genérico e vago (envolve pessoas, ações, situações, etc.) ofuscando a agência e responsabilização. Não especifica o que está mudando, de que modo, qual o caminho, em que período de tempo, quem promove a mudança.</p>
<p>Co-aparições textuais e excesso de palavras: Proliferação de diferentes palavras na mesma área de significado. Pode ser indicativo da representação/ intenção discursiva dominante, i.é., de uma preocupação ideológica intensiva, sugerindo que a área particular da mensagem é especialmente significativa ou problemática.</p>
<p>Colocação: Co-ocorrências entre palavras em um texto. Podem ser identificadas pela frequência com que um adjetivo é utilizado para modificar um substantivo, ou pela relação usual entre uma condição e o verbo que expressa a ação sobre ela.</p>
<p>Representação: A relevância deste recurso está na construção discursiva da imagem (ações, sujeitos, situações..) que, muitas vezes, é feita de maneira sutil. Utiliza-se atribuições, descrições, uso de expressões que evocam ou contribuem para criar imagem negativa ou positiva que se faz.</p>
<p>Pressuposição: Textos são sempre uma mistura de significados implícitos e explícitos; o que é dito e o que é pressuposto. Às vezes, o que é pressuposto (tido como dado), não está em debate (é mero senso comum). Outras, são misturas contenciosas, elas pressupõem (assumem) determinadas coisas que são questionáveis. Tem a ver com discurso relativo.</p>
<p>Ethos: Formas sutis de argumentação persuasivas que jogam com relações de poder (apela à emoção). Justificam atuações, versões e atribuições realizadas com estratégias argumentativas, tais como princípios morais.</p>
<p>Estilos : Tem a ver com o desempenho geral: com identidades políticas e valores; com o modo como atinge o consenso; como ele representa o mundo social, o processo governamental e político; como projeta a identidade particular em valores específicos.</p>
<p>Tom/modos: Declarativo, imperativo, interrogativo – preferências sistemáticas podem ser ideologicamente significantes.</p>
<p>Pronomes: Existe uma distinção padrão entre o uso de 'nós': inclusivos (inclui todos os abordados) e exclusivos (exclui os abordados). A questão é saber quem exatamente é incluído? Quem são esses atores sociais que se encarregam dos problemas? Quais as propriedades sociais desses atores?</p>
<p>Modalidade: Especifica o nível de comprometimento com o que faz. Tem a ver com pretensão de verdade (é uma reivindicação que pode ser categórica) e/ou com obrigação (não pode existir qualquer outra alternativa). As categorias verbas mais usadas: poder, dever,.. Tem que ver com comprometimento, atitudes, julgamentos e insância, por isso com identificações. Mas também tem que ver com ação social, relações e representação (Fairclough, 20003, p166) pode evidenciar tipo de ação, tipo ...</p>
<p>Transitividade: O objetivo é verificar que tipos de processos (ação, evento..) e participantes particulares estão favorecidos no texto, que escolhas de voz são feitas (ativa ou passiva) e quão significativa é a nominalização dos processos. O maior interesse está em perceber se omite os atores, podendo fazê-lo porque são óbvios, ou porque há intenção de ofuscar os agentes e as responsabilidades.</p>

Fonte: A partir de Fairclough (2000; 2001a; 2001b), Misoczky (2002),

Considerando que algumas estratégias retóricas lingüísticas são mais representativas de construção ideológica (THOMPSON, 1995), optou-se em detalhá-las no quadro a seguir. É importante esclarecer que, segundo o autor, nenhuma estratégia é intrinsecamente ideológica, ou seja, se uma dada estratégia de construção simbólica é ideológica ou não, depende de como a forma retórica de cunho simbólico, construída por meio desta estratégia, é usada e entendida em circunstâncias particulares. Vale dizer, depende da forma retórica, assim construída, estar servindo, nessas circunstâncias para manter ou subverter, para estabelecer ou transformar as relações hegemônicas vigentes.

Quadro 10 – Recursos retóricos de legitimação ideológica

LEGITIMA ÇÃO	Racionalização: Produtor de formas simbólicas discursivas constrói uma cadeia de raciocínios para defender, ou justificar, um conjunto de relações sociais e, com isso, persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio.
	Universalização: acordos institucionais que servem ao interesse de alguns indivíduos, são apresentados como servindo aos interesses de todos, e esses acordos são vistos como estando abertos, em princípio, a qualquer um que tenha a habilidade e a tendência de ser neles bem sucedido.
	Narrativização: estratégias inseridas em histórias que se valem do passado para tratar o presente, servindo para justificar o exercício do poder.
DISSIMU LAÇÃO	Eufemização: ações, instituições ou relações sociais são descritas ou reescritas de modo a despertar uma valorização positiva.
UNIFICA ÇÃO	Padronização: formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica.
	Simbolização da unidade: construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletiva, que são difundidas através de um grupo.
FRAGMEN TAÇÃO	Diferenciação: ênfase dada às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo às relações existentes.
REIFICA ÇÃO	Naturalização: Um estado de coisas pode ser tratado como acontecimento natural ou como um resultado inevitável
	Eternalização: fenômenos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes ou imutáveis.

Fonte: Adaptado a partir de Fairclough (2000; 2001), Rojo (2004)

4.3.2 Análise de circuitos de produção discursiva

Outra dimensão de análise adotada nesse estudo, diz respeito ao processo de interação dialética entre prática discursiva e prática social. Trata-se de uma dimensão que focaliza mais a natureza da produção, consumo e interpretação textual numa correspondência com a produção de conceitos, objetos e posições de sujeitos. Em função da diversidade de aspectos que compõem cada momento, houve a necessidade de eleger os principais focos de interesse para investigação, sistematizados no quadro a seguir.

Quadro 11 – Elementos norteadores da análise da Prática Discursiva na constituição da prática social

<p><u>Produção do texto</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Como ocorrem as práticas de produção de textos: produção é coletiva ou individual? direta ou indireta? • Há diferentes estágios de produção? O que está representado em cada estágio (p.ex. aspectos do contexto e estilo, ou apenas significado ideacional, relacional) • O discurso representado está demarcado claramente? • Quais os agentes-sujeitos nos textos e quais posições eles ocupam nestes textos? • Como as pressuposições estão sugeridas no texto? • Que outros textos estão delineando na constituição do texto da amostra, e como isso acontece. Quais os tipos de textos mais associados? • Qual o conteúdo ideológico dos textos produzidos? Há ideologia dominante? Qual a ordem discursiva? Que tipo de transformação de conteúdo ideológico esses textos instituíram/ sofreram desde o processo de implementação do CONDESUS? • Que conceitos (afirmações discursivas) idéias, valores, símbolos, são produzidos?
<p><u>Distribuição textual</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Quais os indícios de que o processo de distribuição de textos (principais meios) é utilizado como um recurso estratégico e na constituição e condução dos processos de gestão e gerência institucionais? • Quais os principais veículos de disseminação textual e como são estrategicamente utilizados para atingir a colonização discursiva? • Qual a população alvo de acesso desses textos, quem é incluído e quem é excluído?
<p><u>Disseminação/ Interpretação textual</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Como ocorre o processo (práticas) de naturalização dos textos? • Que novos conceitos/afirmações discursivas, (idéias, categorias, relações) têm sido formado pelos atores? • Como as novas idéias, valores e símbolos fazem sentido no contexto de ação? • Como a tradução e a criação de conceitos conduz à formação de significados no contexto particular de análise? • Qual a relação entre a posição dos personagens que anunciam as idéias, símbolos, textos e a receptividade delas no campo de desenvolvimento da Quarta Colônia?

Fonte: Adaptado a partir de Fairclough (2000; 2001), Rojo (2004)

Quadro 12 – Elementos de conectividade entre prática discursiva e prática social

Matriz Textual

- Quais os efeitos da prática discursiva sobre a prática social?
- Quais os pontos de ligação entre a prática discursiva e a prática social? como os discursos produzidos são identificados com as práticas sociais?
- Como os objetos formados para viabilizar a criação de práticas sociais alternativas na Quarta Colônia se relacionam com os conceitos naturalizados pelos atores
- Que novas posições de sujeitos estão sendo criadas e assumidas pelos agentes institucionais administrativos da Quarta Colônia (gestores e gerentes)? como elas se relacionam com objetos específicos (a produção e a transformação das estruturas organizacionais)?
- Como os discursos produzidos pelo Condesus podem estar formando/mantendo/mudando estruturas sociais (práticas sociais)?

Matriz Identitária

- Como estruturas sociais hegemônicas são desarticuladas, rearticuladas e mantidas, via produção de estratégias discursivas? que efeitos estas trazem em termos de sua representação ou transformação?
- Como as ordens de discursos dominantes, nos textos produzidos pelo CONDESUS, se refletem na modalidade de constituição de práticas sociais?
- Que tipos de relações de poder atuam na colonização discursiva de uma prática sobre outra? como estão refletidas na prática social?

É importante elucidar que, de acordo com Phillips e Hardy (2002), o pesquisador não procura tornar exaustiva ou acabar com todas as categorias, mas gerá-las de forma a identificar como as pessoas usam a linguagem. Para os autores, a noção de saturação numa análise crítica de discurso é elástica. O ponto final vem, não porque o pesquisador pára de encontrar algum dado novo, mas porque ele julga que os dados são suficientes para reconhecer e justificar um argumento interessante.

5 UM REFERENCIAL COMPLEMENTAR PARA ANÁLISE

Uma vez narrada a operacionalização da pesquisa, o desenrolar do próximo capítulo desta narrativa seria sobre a análise compreensiva do processo de construção discursiva da Quarta Colônia. Entretanto, como o horizonte do objeto de investigação se apóia em dinâmicas constitucionais de campos sociais, em virtude da instituição de novos *desenhos organizacionais* de *desenvolvimento*, senti-me convocada a compor, anteriormente, um recorte teórico que justificasse os significados desvelados. A intenção é pautar tal construção para servir de iluminação ao processo analítico, subsidiando a compreensão crítica da produção de sentidos e significados da realidade social que os eventos discursivos constituem.

5.1 POR UM DESENVOLVIMENTO SOCIAL ÉTICO-UNIVERSAL DA VIDA HUMANA: UMA (RE)ORIENTAÇÃO DE VALOR E DE SIGNIFICADO

O termo (re)orientação se relaciona com a necessidade de associar novos significados e valores às noções de desenvolvimento e sustentabilidade, decorrentes da desconstrução do discurso oficial (CMMAD,1988), relatado na unidade 2.1. Essa (re)orientação teórico-conceitual é balizada por referenciais ético-crítico. Destacando-se aqui a obra de Henrique Dussel (2002), cujo foco de abordagem dirigi-se para o plano da reflexão filosófica e das ciências sociais.

A identificação com os princípios dusselianos se ancora na proposição discursiva de um desenvolvimento social de base ética-material-universal, que

se contraponha à lógica vigente, que cumpra a exigência da conservação e desenvolvimento da vida humana. É um dever-ser ético com pretensão de ser verdadeiro, de produzir, reproduzir, desenvolver a própria vida; visto que a vida humana é reflexiva e auto-responsável, e conta com sua vontade autônoma e solidária para sobreviver.

Para subsidiar essa (re) orientação, é conveniente destacar, previamente, o posicionamento de alguns pensadores críticos (RAMOS, 1989; CLEGG e HARDY, 1999; AKTOUF, 1996; ALVESSON e DEETZ, 1999; BOURDIEU, 2001a) que têm marcado uma rearticulação dos estudos organizacionais nos últimos anos, apontando, dentre outros aspectos, para o papel da pesquisa crítica na denúncia do modo de estruturação da sociedade moderna. Expondo as faces ocultas, as estruturas de controle e dominação e as desigualdades sociais, tais estudos, que têm por base os ideais da Escola de Frankfurt, pretendem questionar, permanentemente, a racionalidade das teorias tradicionais, que efetivamente imprimem um forte conteúdo de exclusão social e mostram que nada é necessariamente aquilo que aparenta ser.

Nessa mesma direção, Guerreiro Ramos (1989), um dos principais representantes dos estudos críticos em organizações, observa que a sociedade está cada vez mais balizada por uma *racionalidade instrumental¹ ou funcional*, em que o centro do mundo deixa de ser o homem e passa a ser o meio de produção. Esse pensamento apresenta uma interface com o pensamento de Horkheimer (2002), ao sustentar que as conseqüências de um contexto orientado por essa racionalidade é a redução do poder de reflexão dos indivíduos, que os faz interiorizar as formas de controles sociais e aceitar a perda da autonomia. Desse modo, torna-os mais pacíficos ante o “discurso racional” que sustenta as barbáries. Afirma o autor que, na racionalidade moderna, a própria racionalidade se transformou num instrumento disfarçado de perpetuação e de repressão social, em vez de ser sinônimo de razão verdadeira.

¹ O sentido de racionalidade instrumental, dado por Guerreiro Ramos (2004), foi desenvolvido originalmente por Max Weber (ação racional ajustada pelos fins),

De acordo com Horkheimer (2002), a lógica racionalista não consegue mais guiar os homens na direção da emancipação, da liberdade. A racionalidade instrumental, que tende a ser totalitária na sociedade tecnológica, passa a ser dominante e vai impregnando todas as dimensões da vida social. O progresso tecnológico institui a racionalidade técnica como a predominante, de tal forma que a sociedade, ao mesmo tempo em que admira os avanços nas áreas de desenvolvimento, tolera o fato de um terço da população mundial padecer de fome. Qualquer forma de barbárie implica subversão da razão. Alvesson e Deetz (1999, p.238) desenvolveram esse pensar quando afirmam que

sob o disfarce de tecnocracia, a racionalidade instrumental tem pretensões de neutralidade e independência com relação às esferas do interesse próprio e da política, carregadas de valor. Ela celebra e esconde, sob técnicas e a falsa aparência de objetividade e imparcialidade de conjuntos institucionalizados de conhecimento, burocracia e mandatos formais.

Essa é a lógica do modelo de desenvolvimento de cunho economicista, que é marcadamente desprendida de valores éticos universais, ao pautar-se em cálculo utilitário e em êxito econômico; irradiando conseqüentemente, essa visão de uma *sociedade centrada no mercado*, responsável pela iniquidade social e ecológica (AKTOUF, 1996). É a ênfase à maximização do resultado, o que se configura numa realidade paradoxal. O autor salienta que o ser humano não pode ser maximizado, visto que haveria um total desequilíbrio com perda de sentido de sua natureza.

Tal cenário justifica a posição assumida por jovens pesquisadores críticos, como Meneghetti (2004), quando ele defende que uma base crítica-humanista de desenvolvimento é uma utopia a ser perseguida. Para esse estudioso, mesmo que, em cada época, as tentativas de sua realização tenham sido feitas, as condições materiais e as limitações humanas impossibilitaram sua concretização. Mesmo sabendo que o atual contexto histórico limita a concepção e a consciência da necessidade de perseguir esse objetivo, somente a busca e a reformulação constante da concepção de

desenvolvimento pode levar à consolidação de um sentido mais humanístico. O autor destaca que a estratégia fundamental da reversão dessa lógica é ser questionador da ordem existente, é procurar entender o processo de constituição da realidade para, então, atuar em prol de uma transformação com benefício do coletivo.

Com base nesse posicionamento, é possível afirmar que, com a perda do pensamento crítico, os indivíduos submetem-se mais facilmente às formas de controle sociais. Tal compreensão pode ser sustentada pelos princípios de Pierre Bourdieu (2001a, p.07).

Os que têm a oportunidade de dedicar a vida ao estudo e ao mundo social não podem ficar neutros e indiferentes, presos em uma “torre de marfim”, longe das lutas, identificados erroneamente como a objetividade científica, sobretudo quando o resultado dessa será o futuro do nosso mundo, especialmente no caso da globalização, com a ortodoxia econômico-política tão universalmente imposta e tão unanimemente admitida que parece fora das influências da discussão contestação.

O autor defende acima de tudo, a necessidade de o intelectual ser crítico pois não existe uma verdadeira democracia sem um verdadeiro contra-poder crítico, visto que o intelectual é um contra-poder de primeira grandeza. Retornando a Horkheimer (2002), esse é um processo de luta pela emancipação, pela liberdade. É um processo de busca incessante da autonomia do indivíduo e da sociedade, alimentada na capacidade de criar a própria história, e de desempenhar papel ativo sobre os problemas relevantes de interesse coletivo. Uma sociedade emancipada é, antes de tudo, consciente de sua existência. Para o citado pensador, a emancipação é o oposto da alienação, da reificação, da opressão social, da dominação do homem pelo homem, da prevalência dos interesses individuais em detrimento dos coletivos.

Com base em tais reflexões, optou-se por adotar a obra de Henrique Dussel para a (re)significação de desenvolvimento e sustentabilidade, em virtude de sua consistência epistemológica e ideológica aos fundamentos de um estudo crítico, ao propor uma nova base teórico-prática, pautada no *princípio de uma ética universal da vida humana*. Em outras palavras, a

identificação com os princípios dusselianos se assenta na proposição discursiva de um desenvolvimento social de base ética, material e universal, que se contraponha à lógica vigente e que cumpra a exigência da conservação e desenvolvimento da vida humana. É um dever-ser ético, com pretensão de verdade, de produzir, reproduzir, desenvolver a própria vida, uma vez que a vida humana é reflexiva e auto-responsável e conta com a vontade autônoma e solidária para sobreviver.

É possível inferir que esse olhar dusseliano, que se contrapõe aos preceitos da modernidade, é compartilhado com outros autores, como Guattarri (1991), que têm refletido sobre o que está em questão, para os cientistas, para os políticos e para a sociedade em seu conjunto, quando se discute a temática do desenvolvimento considerando o quadro crescente de exclusão social. É um cenário de instauração, a longo prazo, de imensas zonas de miséria, de desemprego, de marginalidade opressiva, de angústia, de iniquidade, entre outros aspectos que continuam formando o sistema de estimulação do Capitalismo Mundial Integrado.

Para onde quer que nos voltemos, reencontramos um paradoxo lancinante: de um lado, o desenvolvimento contínuo de novos meios técnico-científicos, potencialmente capazes de resolver as problemáticas dominantes e determinar o reequilíbrio das atividades socialmente úteis sobre a superfície do planeta e, de outro lado, a incapacidade das forças sociais organizadas e das formações subjetivas constituídas de se apropriar desses meios para torná-los operativos. (GUATTARRI, 1991, p.12)

Assumindo uma reflexão de base ético-filosófica, Dussel (2002) afirma que, nesse contexto contraditório, haverá inevitavelmente excluídos que são as que sofrem as imperfeições, os erros, as exclusões, as dominações, as injustiças, etc., das instituições utilitaristas, vigentes nos sistemas contemporâneos. Esse re-conhecimento da existência de excluídos como vítimas do sistema, mostra-se como sendo o ponto de partida que o autor utiliza para se pensar novas bases para o desenvolvimento social.

É necessário transformar desconstruindo as causas da vitimação. A existência de vítimas mostra a necessidade de fazer novas normas, atos, microestrutura, instituições, sistemas de eticidade por meio dos quais seja possível o desenvolvimento da vida humana (na reprodução da vida das vítimas) e da discursividade humana (na participação das vítimas). (DUSSEL, 2002, p.563)

Esse processo de transformação defendido por Dussel (2002), implica na emergência da 'pulsão criadora', capaz de contrapor e transformar a ordem vigente, possibilitando criar modos de desenvolvimento com mais justiça e solidariedade para as vítimas. Trata-se, segundo o autor, de um novo critério de validade discursiva – a *validade crítica da razão libertadora* -, diferenciada do mero reformismo. Esse é o sentido da ética da libertação dusseliana, pautada no reconhecimento dos próprios excluídos, que se tornam sujeitos co-responsáveis por sua própria libertação. O termo *re-sponsabilidade* entra em jogo como crítica e transformação das causas da exclusão.

A transformação começa pelo compromisso do observador na estrutura da ação: o primeiro momento é o assumir a própria responsabilidade da crítica. Depois virão outros momentos, mas são posteriores. [...] A obrigação ética de 'transformar' a realidade que causa as vítimas parte da perversidade de sua mera existência, de nossa responsabilidade pela realização plena da vida destas vítimas, e do cumprimento do dever da crítica. (DUSSEL, 2002, p.383)

Nessa perspectiva, Dussel (2002) afirma que não se constrói processos alternativos de desenvolvimento, com validade anti-hegemônica, sem a mediação de uma consciência ético-crítica para a transformação dos atores sociais. Esta se dá via diálogo intersubjetivo, isto é, pelo encontro entre sujeitos que revelam, uns aos outros, os conteúdos inerentes aos processos de transformação. A práxis da libertação dos seres humanos, ante o sistema que produz e sustenta oprimidos, é a práxis realizadora e transformadora dos próprios atores sociais por si mesmos. Os excluídos se tornam responsáveis por sua própria libertação (responsabilidade crítica) e a intersubjetividade crítica passa a ser o novo critério de validade, que parte de uma crítica desconstrutiva dos valores vigentes.

Tudo isso envolve, segundo Dussel (2001), a necessidade do reconhecimento da diversidade intersubjetiva de comunidades sócio-históricas, especialmente das vítimas, quando descobrem e lutam por seus novos direitos. Então, um *auto-reconhecimento* e uma *auto-responsabilização* representa uma *autonomia comunitária*, em que os sujeitos são motivados pela ordem pulsional reprodutiva e inovadora de um bem supremo que é a vida humana.

Libertar, no sentido de possibilidade, não é só quebrar as cadeias, mas desenvolver a vida humana ao exigir que as instituições, o sistema, abram novos horizontes que transcendam a mera reprodução como repetição de 'o mesmo', e simultaneamente, expressão e exclusão de vítimas. É construir a utopia possível [...]; é tornar livre o escravo; é cultivar o processo da libertação como opção que chega à liberdade efetiva do anteriormente deprimido. É um libertar para o *novum*, o êxito alcançado, a utopia realizada. (DUSSEL, 2002, p.566)

A opção por estes princípios filosóficos inscritos no valor da reprodução da vida humana, com ética e liberdade, contraria, substancialmente, os pressupostos do desenvolvimento sustentável legitimados na versão "oficial" do Relatório de Brundtland (CMMMAD, 1988).

Afirmamos a necessidade de um 'desenvolvimento eficaz' qualitativo em favor da vida como conteúdo material e da co-responsabilidade dos sujeitos morais discursivamente participantes. [...] Esse desenvolvimento como transformação com facticidade crítico-ética é o processo histórico da libertação. Não como mera emancipação de ilustração, mas como emancipação integrada num processo intensamente mais complexo, sempre também material, corporal, cultural, de conteúdos, que tem momentos auto-regulados, com intervenções autoconscientes de discursividade crítica, e cuja materialidade formal chamamos de libertação." (DUSSEL, 2002, p.542-543)

Tal enunciado trata do caráter universal de desenvolvimento que funda não apenas a ética, mas também a reprodução e o desenvolvimento da vida humana; sendo, portanto, um critério universal de verdade. O autor destaca a crise ecológica [foco central do discurso oficial de desenvolvimento sustentável] como o melhor exemplo da exigência de uma nova conduta ética: “a espécie humana decidirá corrigir ética ou auto-responsavelmente os efeitos negativo do capitalismo tecnológico devastador ou a espécie, como totalidade, continuará seu caminho rumo ao suicídio coletivo” (DUSSEL, 2002, p.142-143). Adverte, o citado autor, que seria espontaneísmo suicida, para a humanidade, não admitir a importância crucial e estratégica da formação de uma consciência crítica em relação aos efeitos perversos do sistema (como, p. ex., a miséria crescente da humanidade atual e sua relação com as ‘receitas’ do FMI e BM, no seu neoliberalismo de mercado total ortodoxo).

É um discurso contra o *triunfo do economismo* sobre as outras dimensões da vida; contra o *Homo economicus* como ser racional e utilitarista, que maximiza suas necessidades vitais segundo propensões marginais de forma cega, sem cogitar o seu papel, sua responsabilidade na sociedade contra a redução tecnocrática das pessoas (do trabalho e do pensamento humanos), na perseguição atropelada pelo lucro; contra a hegemonia da racionalidade instrumental que exorta e direciona as ações da sociedade em direção ao capital.

Enfim, é um discurso que visa romper com as bases éticas pautadas em princípios utilitaristas, dentre outros que fortalecem o sistema vigente. De acordo com Dussel (2002), em um desenvolvimento com raízes na racionalidade utilitarista, o bem-estar do ser humano não tem relação com *um critério universal*, pois tem por base a lógica de uma economia distributiva, em que o foco está no valor do produto (mercadoria) que é, exatamente, constituído pelo desejo ou pelas preferências do comprador (potencial consumidor). O utilitarismo se move num círculo abstrato da razão instrumental, no qual o fim é o bem-estar, e os meios para alcançá-lo são

calculados formalmente, mas sempre tendo o mercado capitalista como horizonte.

A objetividade da realidade não antecede a vida humana, pois é antes seu produto e seu pressuposto. A partir desse princípio básico, Dussel (2002) afirma que a vida humana dá conteúdo a todas as ações que devem determinar a ordem racional e também o nível das necessidades, pulsões e desejos e constituir o marco no qual se fixam os fins.

A vida humana é o modo de realidade do sujeito ético, que dá o conteúdo a todas as suas ações, que determina a ordem racional e também o nível das necessidades, pulsões e desejos, que constitui o marco dentro do qual se fixam os fins. Os *fins* são colocados a partir das exigências da vida humana. (DUSSEL, 2002, p.131-132)

Nesse sentido, a vida é a possibilidade de ter fins, mas não é um fim, pois nenhuma ação calculada de racionalidade meio-fim é possível de se eliminar, em sua consequência, o sujeito que sustenta a ação. “À luz da racionalidade meio-fim, algo pode parecer perfeitamente natural; entretanto, à luz da racionalidade reprodutiva do sujeito pode ser perfeitamente irracional” (DUSSEL, 2002, p.138). Assim sendo, é importante esclarecer que adotar o referencial de Dussel (2002), não significa estar cego a possíveis limitações de conteúdo; pois este, conforme diz o autor, não está acabado.

A partir dessas fundamentações, pode-se dizer que os princípios dusselianos constituem bases referenciais instigantes para compreenderem-se os sentidos discursivos produzidos no processo de constituição da Quarta Colônia, que pauta suas ações no discurso da sustentabilidade. Vale questionar: *a produção de significados da realidade social é compatível com os ideais universais de emancipação e de liberdade da vida humana? Estes têm maior correspondência com que sentido do discurso oficial de sustentabilidade?*

5.2 VERTENTE CRÍTICA EM ANÁLISE ORGANIZACIONAL

A busca de uma (re)significação de desenvolvimento social, conjugando a preceitos discursivos e epistemológicos de base ética, crítica e emancipatória, está condicionada, entre outros aspectos, à adoção de uma nova vertente crítica dos estudos organizacionais. Essa é também uma abordagem recente, que exige tanto um distanciamento das tendências convencionais das teorias de administração quanto uma maior aproximação às versões emergentes, nos últimos anos, balizadas pela teoria crítica.

Proceder análise das organizações e dos respectivos processos de mudança social a partir de um discurso crítico-construcionista não seria simplesmente mostrar que algo está errado e deveria ser corrigido, ou então, simplesmente criticar algo. É uma questão mais complexa e que envolve, segundo Fairclough (1995), um modo de compreensão e comprometimento (ação) frente o objeto em questão, essencialmente, na sua interconexão com questões humanas que podem ser distorcidas pela visão convencional.

Nessa mesma direção Lincoln e Guba (2000, p.174) entendem que análises críticas em torno de processos organizacionais envolvem a chamada para ação em termos de transformação interna, tal como libertar-se da consciência falsa ou da transformação social externa. Segundo os autores, este é o caminho da transformação de práticas injustas até a transformação de sociedades inteiras. Acrescentam que a escolha de uma posição crítica no campo dos estudos organizacionais não é uma atitude utópica, essencialmente, é um libertar-se das amarras discursivas tradicionais das ciências sociais, que se apropria de um outro discurso inscrito no sentido da luta [não ingênua], como possibilidade de transformação das estruturas e das relações organizacionais, que contribuem para constituição e reprodução do processo de exclusão e opressão social.

Nesses termos, a teoria crítica, associada aos estudos das organizações,

é iluminadora da prática como facilitadora de uma construção de um vir a ser de sujeitos co-participes da construção histórica, social e cultural da sociedade. É a noção de práxis, em oposição à de pragmatismo, que nos direciona para explorar um sentido ético ideológico para emancipação, compatível com as necessidade de nossa formação social periférica. (MISOCZKY e AMANTINO-DE-ANDRADE, 2004)

Segundo pesquisadores críticos contemporâneos das organizações (GUERREIRO RAMOS², 1989; AKTOUF, 1996; ALVESSON e DEETZ, 1999; CLEGG e HARDY, 1999; PHILLIPS e HARDY, 2002), os fundamentos teórico-práticos ensinados e institucionalizados nas universidades e nas demais organizações sociais, não apresentam sustentação num saber crítico consciente em torno da complexidade que envolve processos de construção da sociedade. Por isso, eles defendem que uma associação da teoria organizacional com estudos críticos não só é necessária como fundamental. Entre eles, Alvesson e Deetz (1999) declaram que:

A meta central da teoria crítica, nos estudos organizacionais tem sido criar sociedades e lugares de trabalhos livres de dominação, em que todos os membros têm igual oportunidade para contribuir para a produção de sistemas que venham ao encontro das necessidades humanas e conduzam ao progressivo desenvolvimento de uma maioria da sociedade. (p.238)

Estes pesquisadores críticos têm fundamentado suas posições em um conjunto de compromissos sociais, desafiando a lógica organizacional vigente, eminentemente voltada para a sustentação da lógica do mercado – ou seja, desenvolvimento enquanto sinônimo de crescimento econômico. Há mais de duas décadas, o sociólogo Guerreiro Ramos (1989, p.02) já defendia que, para haver novos desenhos organizacionais e, conseqüentemente, novos sistemas sociais,

² Embora a corrente de estudos críticos organizacionais tenha se legitimado fundamentalmente na Inglaterra, estudiosos brasileiros - Alberto Guerreiro Ramos, Maurício Tragtenberg e Fernando Prestes Motta - têm desenvolvido, há décadas, um referencial de alto teor para os estudos críticos no campo da administração.

a ciência social deveria ordenar a vida humana associada a partir de um conceito de racionalidade mais teoricamente sadia, quer dizer, uma racionalidade substantiva, que oferecesse a base para uma ciência social alternativa, em geral, e para uma nova ciência das organizações, em particular.

A respeito do sentido de “racionalidade substantiva”, associada ao campo da administração, Ramos (1989) identifica-a como um atributo natural do ser humano que permite contrabalançar a busca de emancipação e auto realização, com alcance de satisfação social, ou seja, considerando também o direito dos outros indivíduos de proceder da mesma forma. Esta lógica organizacional, sustentada na razão substantiva, se contrapõe ao modo de administrar da razão instrumental e tem sua base no julgamento ético racional utilitarista, condicionado pela lógica do mercado.

De acordo com Guerreiro Ramos (1989), a teoria organizacional convencional não é capaz de levar a uma compreensão da complexidade do desenho e da análise dos sistemas sociais que começam a emergir no final do século XX. Em seu livro “A nova ciência das organizações”, o autor tenta formular princípios norteadores, para a construção de um novo paradigma organizacional, que subsidie um desenvolvimento social com emancipação humana. Isso implica na formulação de uma nova base discursiva que leve a formulação de espaços organizacionais pautados na ética da responsabilidade; pois, no mundo das organizações, a tolerância com singularidades, que manifestam os valores e as convicções dos sujeitos sociais, é bastante limitada.

Tais pesquisadores críticos organizacionais têm se respaldado usado nessas concepções para desconstruir não apenas sentidos, objetos, modos de ação da vida organizacional, mas também o seu próprio conceito limitado de organizações. Nessa lógica, a organização não é objeto material em que os sujeitos estão a seu dispor. Ao contrário, a organização é o próprio sujeito, a própria comunidade que a compõe. Em virtude disso, passa a ser vista como “constituída e constituinte, produzida e consumida por sujeitos” (CLEGG e HARDY, 1999, p. 302). Segundo tal perspectiva, as novas configurações

organizacionais em ascensão – Ex.:, redes, associações colaborativas, etc. -, não podem mais ser vistas ou compreendidas como estruturas objetivas, como um conjunto ordenado e padronizado (princípios da teoria institucional), mas como processos em construção social, em que a ordem social é continuamente negociada em um campo de luta e de disputa, sempre aberta a revisões e a mudanças.

Dessa forma, Clegg e Hardy (1999) sustentam que mesmo teorias mais recentes, como a Institucional, não são suficientes para explicarem processos sociais que envolvem a emergência de novos desenhos organizacionais resultantes de complexos processos de mudança social, pois deslegitimam a ordem institucional. Tais perspectivas não conseguem problematizar o “gatilho” da mudança, na nova era da globalização, pois operam no determinismo do ambiente, nas regras e padrões culturais, no objetivismo e na estabilidade evolutiva das estruturas (MISOCZKY,2003).

Isso ocorre porque, diferentemente de algumas décadas, hoje se testemunha: uma exibição de processos de mudança para a constituição de novas formas organizacionais; a aceitação muito difundida de novas tecnologias de informação; a globalização crescente de negócio, comércio e cultura, assim como a resistência a eles; e a importância crescente do discurso na constituição dessas formas. “Essas mudanças, nas práticas, levou a uma necessidade crescente para estudar aspectos mais efêmeros das organizações” (PHILLIPS e HARDY, 2002, p.15-16). A partir daí, segundo esses autores,

é cada vez mais difícil estudar as organizações como se elas fossem sólidas, objetos de material fixo, quando nós estamos conscientes da dinâmica contraditória de seu fluído. Como resultado, nós procuramos pelas estórias, narrativas e símbolos – os discursos – que mantém juntos estes fluxos contraditórios e torna-os reais para nós podermos compreender as novas dinâmicas.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Phillips, Lawrence e Hardy (2004) dizem que na maioria das organizações deve haver um evento discursivo que a constitui, associado a um mecanismo de controle.

De acordo com Misoczky (2003), acredita-se que as formulações de Bourdieu (1996), sobre “campo” de poder e ação, podem provocar uma nova iluminação para a compreensão desses fenômenos organizacionais, que são, em si mesmos, processos de ação e de mudança social. Na interpretação da autora, Pierre Bourdieu convida os pesquisadores organizacionais a transcenderem a fronteira sagrada, para sair resolutivamente do microcosmo acadêmico e entrar na interatividade com o mundo exterior.

5.3 O CAMPO SOCIAL DE BOURDIEU

Analisar a correspondência entre processos organizacionais e respectivas mudanças sociais de natureza discursiva, apoiada em pressupostos críticos de Pierre Bourdieu (1996, 1998a, 1998b, 2001a), significa partir da premissa de que o modo de constituição da sociedade se dá por um processo de diferenciação de espaços e de esferas de ações sociais, chamado de “*campo*”. Estes são marcados por lutas, confrontos e posições entre agentes e, ainda, pela reprodução ou transformação desse campo. Isso significa, segundo Bourdieu (1998b), fazer uma ruptura com a vertente economicista que reduz o campo social multidimensional unicamente ao campo econômico, às relações de produção; ruptura com o objetivismo, que caminha lado a lado com o intelectualismo. Tal lógica leva a ignorar as lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos, em que está em jogo a própria compreensão da representação do mundo social.

A razão de ser de uma instituição (ou de uma medida administrativa) e dos seus efeitos sociais, não está na ‘vontade’ de um indivíduo ou de um grupo, mas sim no campo de forças antagonistas ou complementares no qual, em função dos interesses associados às diferentes posições e dos *hábitus* dos seus ocupantes, se geram as ‘vontades’ e no qual se redefine continuamente, na luta - e através da luta - a realidade das instituições e dos seus efeitos sociais, previstos e imprevistos. (BOURDIEU, 1998b,p.81)

Tal noção de campo defendida por Bourdieu (1996), parte do princípio de que haja uma apreensão relacional na constituição do mundo social, em que os seres, quer se tratem de indivíduos quer de grupos, existem e subsistem na e pela diferença, isto é, enquanto ocupam posições relativas em um espaço de relações e de negociações. É o princípio de diferenciação que permite reengendrar, teoricamente, o espaço social empiricamente observado, por ser essa uma realidade invisível, que não se pode mostrar nem tocar e também organiza as diferentes práticas e representações dos agentes.

Quando descrevo o espaço social global como um **campo**, quer dizer, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados, conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo, assim, para a conservação ou transformação de sua estrutura. (BOURDIEU, 1996, p. 50)

Esse sentido de campo de forças e campo de lutas é também caracterizado como um “campo do poder”. Este, segundo Bourdieu (1996, p.52), envolve:

um espaço de relações de forças entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão; isto é, especialmente quando os equilíbrios estabelecidos no interior do campo, entre instâncias especificamente encarregadas da reprodução do campo do poder, são ameaçadas.

Desenvolvendo essa reflexão, num mesmo espaço social, existem diversos campos, em constantes e indefiníveis mudanças. Cada um é definido a partir de um espaço estruturado que contém suas próprias regras de funcionamento, que são dadas, em cada momento, pelas relações entre as posições que os agentes ocupam. Cada campo encerra seus próprios pontos de vista que se tornam invisíveis ou, pelo menos, insignificantes (ou até mesmos ilusórios) do ponto de vista de um outro jogo, conferindo-lhe uma certa

autonomia (Bourdieu, 1996). Para reforçar a especificidade inerente a cada campo, Bourdieu (1998a, p.82) observa que “cada um tem a sua lei fundamental (seu *nomos*)”, que não pode ser remetida para a lei de outro campo nem para o regime de verdade que lá se impõe. Ou seja, cada campo tem sua própria lógica, regras e regularidades, cujos limites é dado pelos seus efeitos. Vale dizer: “um agente ou uma instituição faz parte de um campo à medida que sofre efeitos ou que nele produz” (BOURDIEU, 1998b, p.31).

Assim sendo, os campos, enquanto espaços de relações de força (e não somente de significados) e de disputa, apenas existem para os que aderem ao jogo e têm disposição para jogar³. Conforme Misoczky (2002, p.42) “o espaço de relações entre os atores sociais constitui uma potencialidade aberta ao jogo, cujos limites são fronteiras dinâmicas, que também são objetos de disputa”. Para Bourdieu (1996, p.140) o interesse é “participar, admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos”. O autor complementa essa posição ao afirmar: “se você tiver um espírito estruturado de acordo com as estruturas do mundo no qual você está jogando, tudo lhe parecerá evidente e a própria questão de saber se o jogo vale a pena não é nem colocada” e confere uma aparente harmonia à interação entre os atores.

Entre as pessoas que ocupam posições opostas em um campo, e que parecem radicalmente opostas em tudo, observa-se que há um acordo oculto e tácito a respeito do fato de que vale a pena lutar a respeito das coisas que estão em jogo no campo.[...] Há uma espécie de consciência confusa dessa cumplicidade profunda entre os adversários inseridos no mesmo campo: eles se enfrentam, mas estão de acordo pelo menos a respeito do objeto do desacordo. (BOURDIEU, 1996, p.141)

³ Grande parte das condutas humanas acontece dentro de espaços de jogo. Elas não têm como princípio uma intenção estratégica tal como a postulada pela teoria dos jogos (Bourdieu, 1996). Entretanto, o verdadeiro sentido do jogo não é o jogador, mas o próprio jogo, pois é este que mantém o jogador a caminho, que o enreda no jogo, e que o mantém em jogo, que restringe o movimento de fora. A essência do jogo é definida pelas regras e regulamentos que limitam o espaço livre, que restringem o movimento de fora. O verdadeiro fim do jogo não é, de forma alguma, a solução das tarefas, mas a regulamentação e a configuração do próprio movimento do jogo (Gadamer, 1997; Misoczky, 2002).

Desta forma, as disputas num campo são o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais, disposições dos agentes - *habitus* - e as estruturas objetivas do espaço social. A noção de *habitus*, apresentada por Bourdieu (1998b), significa um conhecimento adquirido, um capital, uma disposição incorporada, quase postural. Em outras palavras, Bourdieu (1996) se refere a esquemas de percepção, pensamento e ação que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo – campo - e que estrutura tanto a percepção como a ação nesse mundo. O *habitus* é uma espécie de sentido do jogo que serve para o agente se orientar e se situar num determinado espaço social. Desse modo, quando as *estruturas incorporadas e as estruturas objetivas estão de acordo*, quando a percepção é construída de acordo com as estruturas do que é percebido, tudo parece evidente, tudo parece dado.

De acordo com Bourdieu (1996), pensar a noção de campo implica em articulá-la de modo inseparável, a de *habitus*. Este é o sentido do jogo:

Ninguém pode lucrar com o jogo, nem mesmo os que dominam, sem se envolver no jogo, sem se deixar levar por ele: significa isso que não haveria jogo sem a crença no jogo e sem as vontades, as intenções, as aspirações que dão vida aos agentes e que, sendo produzidas pelo jogo, dependem da sua posição no jogo e, mais exatamente, do seu poder sobre os títulos objetivados do capital específico. (BOURDIEU, 1998b, p.85-86)

Assim, compreende-se que a idéia central é a de um campo estruturado, enquanto espaço de possibilidades de tomada de posições dos atores sociais, uma vez que os atores não dizem ou fazem qualquer coisa, dizem e fazem um conjunto de coisa que são possíveis num determinado espaço. As ações que se produzem num campo são determinadas pelas necessidades específicas desse campo. Nesses termos, segundo Bourdieu (1996, p.63), a orientação dos processos de mudança depende:

do estado do sistema de possibilidades oferecidas pelo contexto histórico e que determinam o que é possível e impossível fazer ou pensar em um dado momento do tempo, em um campo determinado; mas, por outro lado, não é menos certo que ela dependa também dos interesses [freqüentemente desinteressados, no sentido econômico do termo] que orientam os agentes - em função de sua posição no pólo dominante ou no pólo dominado do campo - em direção às possibilidades mais seguras, mais estabelecidas, ou em direção aos possíveis mais originais entre aqueles que já estão socialmente constituídos, ou até em direção a possibilidades que seria preciso criar do nada.

Assim sendo, diferentemente de outras abordagens teóricas, para Bourdieu (1996), o motor de mudanças reside essencialmente nas lutas, cujo lugar são os campos de produção correspondentes, com suas fronteiras dinâmicas, sempre abertas para mudanças. Lutas essas que visam conservar ou transformar a relação de forças instituída em cada campo, e que têm o efeito de conservar, ou de transformar, a própria estrutura do campo. Misoczky (2002) destaca que, no desenrolar das batalhas, a forma de divisão do campo se torna essencial, porque altera a distribuição e o peso relativo dos tipos de capital (das formas de poder), o que é fundamental para alterar a estrutura do campo. Bourdieu (1998b) afirma que essa parte do jogo é repleta de incerteza, pois é fundamentada na pluralidade de visões do mundo.

O referencial de campo de Pierre Bourdieu amplia a perspectiva para compreenderem-se os processos discursivos de constituição social. Mas por outro lado, compreende-se que a análise da construção de um campo institucional é muito mais complexa; envolve não somente o entendimento da dinâmica das práticas discursivas, mas a sua correlação com a constituição dos mecanismos auto-reguladores. Do ponto de vista metodológico, significa compreender a “cena que se representa no palco, as estratégias que os agentes empregam para levarem a melhor luta simbólica para o monopólio da imposição do veredicto, pela capacidade de dizer a verdade a respeito do que está em jogo no debate” (BOURDIEU, 1998b, p.54). É, portanto, um referencial orientado pela expressão das relações de força objetivas entre os agentes envolvidos nos processos organizacionais e, mais precisamente, entre os

campos diferentes em que eles estão implicados na mudança social – e em que ocupam posições quase sempre elevadas.

De acordo com isso, associar teoria do campo à teoria social do discurso mostra-se não apenas complementar, como fundamental para capturar a natureza constitutiva de processos de mudança social como no caso da Quarta Colônia.

6 A NATUREZA DISCURSIVA DA CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DE DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO DA QUARTA COLÔNIA: UMA COMPREENSÃO POSSÍVEL

*...quando se compreende,
se compreende de maneira diferente.*

Gadamer, 1996.

Uma vez estabelecidos os alicerces teórico-metodológicos desta tese, é chegado o momento de realizar o respectivo empreendimento analítico. O interesse repousa em compreender como os novos arranjos de desenvolvimento da Quarta Colônia estão sendo constituídos, em parte, por processos de natureza discursiva. Como o foco analítico é a mudança discursiva em relação à mudança social, o alvo da investigação não está em entender ou interpretar as ações organizacionais e sociais que compõem a realidade social em si, mas em identificar de que modo ela é produzida, ou seja, de que forma os discursos estrategicamente produzem conceitos, objetos e novas posições de sujeitos e ainda, quais produções de significados eles constituem. Para isso, na estruturação da análise, tomam-se como referência duas dimensões reconhecidas como balizadoras desse processo: (1) (Re)constituição de identidades sociais; (2) Constituição de formas de relacionamento.

A DIMENSÃO IDENTITÁRIA DESENCADEANDO MUDANÇA SOCIAL

A delimitação da função identitária, como primeira dimensão analítica do processo de compreensão do discurso na constituição de ações sociais, ocorre porque tal função se apresenta como instância desencadeadora de mudança

social, na qual se estrutura o campo de desenvolvimento da Quarta Colônia. Considerando que a identidade é histórica, social e discursivamente construída (BERGER e LUCKMANN, 2002; FAIRCLOUGH e CHOULIARAKI, 1999), é importante esclarecer que essa análise não tem como foco uma série de características essenciais ou de crenças que o indivíduo ou a coletividade possui, e que define a identidade individual e sócio-organizacional.

Ao contrário da análise convencional, para uma perspectiva discursiva (HARDY, 2001; FAIRCLOUGH, 1996), a compreensão de *formação da identidade sócio-organizacional*, existe enquanto objeto discursivo e a partir dele que se *produz dentro e através de conversações*. Vale dizer, o parâmetro da análise identitária tem que ver com uma série de categorias discursivas sobrepostas (circuitos da estratégia discursiva), que é usada para dar sentido a um evento, a partir do qual, uma série de novas práticas é invocada. “O nosso foco está em uma identidade coletiva como um objeto produzido de forma lingüística, incorporado na fala e em outras formas de texto, muito mais do que a análise de um grupo de crenças mantidos nas mentes de seus membros” (HARDY, LAWRENCE e GRANT, 2005, p.61). De acordo com o autor, é uma modalidade de análise que transfere a atenção da intenção e das atitudes do indivíduo para sua prática discursiva e para os efeitos dessa prática nos relacionamentos sociais e nas ações.

Outro parâmetro estabelecido é em relação à natureza do campo social que se configura nesse novo cenário. Considerando que sua estruturação (negociações, limitações fronteiras, formação de capitais de disputa, etc.) se relaciona com os eventos discursivos, a existência de conceitos, objetos e posições de sujeitos é constitutiva e constitui a dinâmica da configuração desse campo.

Em face disso, o foco de análise desta sessão – (re)constituição de identidades sociais de orientação discursiva concentra-se em responder questões como:

- (1) Como as identidades são construídas, via estratégias discursivas, e com quais interesses e objetivos coletivos estão relacionadas?
- (2) Que novos objetos e novas posições de sujeitos [de identidade] os conceitos aplicados formam, i.é., que sentido dão a determinados modos de ação?
- (3) Como o acúmulo/assimilação de novas informações influencia um discurso futuro?

6.1.1 A (re)apropriação de um contexto de enunciação da prática discursiva

Para efeitos de compreensão da constituição discursiva do processo de mudança social da Quarta Colônia, que apresenta no resgate identitário, a sua primeira instância analítica, tal processo é tomado de forma contextual e intertextualmente situado. Isso se justifica pelo fato de que o *contexto influencia o discurso, como discurso influencia o contexto* (HARDY, 2000, p.06). Desse modo, segundo essa autora “a atividade discursiva não ocorre no vácuo, e para entender o discurso e seus efeitos de constituição e significação, é necessário apreender o contexto social e histórico em que são produzidos” .

Os discursos estão embebidos num rico contexto de significados e entendimentos, que emergem das lutas em andamentos, ambos dentro de um campo institucional e num nível social. Conseqüentemente, se formos entender a atividade discursiva, devemos examinar não somente as estratégias utilizadas pelos atores em campos sociais, mas também o contexto mais amplo de discurso relevante que operam num nível social e que se unem entre eles (Phillips e Hardy, 2002, p.5)

Sobre o significado atribuído ao contexto, Hardy (2002) observa que este não se dá em bases objetivas porque é *continuamente interpretado, construído e estrategicamente tornado relevante pelos participantes*. Acrescenta, ainda, que o contexto diz respeito não apenas às características da situação social ou de eventos comunicativos, mas também aos seus modos de configuração local

e global. Em relação a estes últimos aspectos, Phillips e Hardy (2002) entendem que, mesmo considerando ser o contexto local relevante, os discursos devem ser estudados a partir de um contexto social mais amplo; no entanto, isso depende do interesse e da motivação do pesquisador.

Considerando que a intenção desta sessão é apreender a relevância da mobilização do contexto nos seus aspectos sociais e discursivos, optou-se por examiná-lo a partir da escala loco-regional (cenários institucionais, processos de interação, etc.), incorporado, apenas tangencialmente, ao nível global (composição dos cenários ecológicos, social, cultural, político ou econômico).

Assim sendo, com base numa análise prévia de documentos e de depoimentos em torno do cenário em transformação da Quarta Colônia, nos últimos anos, é possível identificar que as ***mudanças são alavancadas com base na focalização/apropriação estratégica do contexto social de empobrecimento dos municípios originários*** do 4º Núcleo de Colonização italiana, este acentuado entre as décadas de 60 a 80. Em outras palavras, os fatores constitutivos do contexto - exclusão social, ocultamento da cultura local, esvaziamento do meio rural – são estrategicamente utilizados, conforme evidenciado na seqüência desta sessão.

É possível identificar o início das mudanças, nesse contexto loco-regional, com a municipalização (1988) da sede do 4º núcleo de colonização italiana - Silveira Martins. Resultante de um longo processo de disputa política e social, o novo município retoma seu papel histórico de condução do desenvolvimento da região (berço da colonização na região central do Rio Grande do Sul). É no espaço de possibilidades conquistadas na disputa pelo domínio do campo, que uma equipe de gestores, composta estrategicamente por atores locais e convidados de fora, desencadeia uma série de intervenções que refletirá na mobilização de toda a região, para retomar seu processo de desenvolvimento. Os novos interesses e, as novas posições assumidas no campo político irão orientar a luta para a configuração de um novo campo social.

Dentre as várias ações desencadeadas pela gestão municipal, é possível identificar um diferencial estratégico que foi determinante para a constituição desse campo de desenvolvimento: iniciativas em torno do resgate da identidade loco-regional, inscritas num cenário discursivo de animação sócio-cultural. O diferencial começa a aparecer com a contratação de um professor de teatro¹, pelo prefeito em exercício, com a finalidade de provocar, na escola e na comunidade, o resgate e a divulgação da história e da cultura do 4º Núcleo de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul. É importante esclarecer que essa não era uma prática usual na região, no que diz respeito não só a contratar um agente com uma predisposição incorporada (*hábitus*) para tal finalidade, mas ainda discutir identidade regional.

Conforme o depoimento do atual secretário executivo do CONDESUS [na época, o professor contratado], no começo, foi muito difícil desencadear uma disposição para reflexionar sobre suas histórias - “eles não queriam saber de representar as situações do seu contexto, pois parecia ser uma experiência vergonhosa. Queriam representar coisas da cidade”. Comenta o professor que, a partir deste cenário vivido no teatro ele começou a perceber a dimensão do problema contextual, em que dimensões sociais, identitárias, econômicas estão intrinsecamente relacionadas.

(1) A proposta era resgatar, através do teatro, os elementos dialetais, pois a gurizada não falava os dialetos, mas toda a forma de percepção e de expressão deles era codificada pela cultura dialetal. [...] Fui para casa chateado, pois senti que eles não queriam saber disso, pois parecia ser um experiência vergonhosa. Aí comecei a me dar conta da dimensão do problema social, econômico e cultural. [...] Eles eram totalmente envergonhados de sua cultura, de sua história..não falavam dialeto. Com o tempo, fui descobrindo que as meninas não convidavam suas colegas para ir em sua casa para não mostrar sua pobreza (casa de pedra, úmida). Então, passei a questionar o que eles gostariam de fazer? Queriam representar temas que viram na televisão. Então, percebi que eles faziam leituras de comportamentos urbanos que não conheciam a partir da interpretação de jovens do meio rural, marcados por sua cultura. Ou seja, eles faziam interpretação da questão urbana a partir da ótica rural. Então foi aí que

¹ O professor de teatro (José Itaqui) é formado pela Escuela de Teatro de Buenos Aires, estudioso da cultura italiana, autor e diretor do Grupo Teatral Miseri Coloni de Caxias do Sul. Tornou-se secretário de educação e cultura do município de Silveira Martins (1990) e assume em 1994, o cargo de secretário executivo do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia –CONDESUS. Autor de vários projetos e publicações sobre a Quarta Colônia, é reconhecido como um dos principais articuladores das ações alternativas de desenvolvimento dos municípios dessa região.

identifiquei toda a sua identidade enrustida. [...] (Depoimento Secretário Executivo do CONDESUS)

Ao analisar este fragmento de texto, é possível perceber a utilização de uma série de diferentes expressões na mesma área de significado – “*co-aparições*” – que indiciam a intenção de problematizar explicitamente a existência de uma identidade negada no contexto local. Tal aspecto é reforçado com expressões como “queriam representar temas da televisão”, “faziam leituras de comportamentos urbanos”, que demonstram o uso recursivo da “*pressuposição*” de que urbano era visto como superior nesse contexto rural.

Embora isso seja reflexo da sociedade moderna, em que o urbano invade o rural e provoca mudanças nos processos de socialização, o texto indica que o depoente assume, estrategicamente, posição contrária a essa naturalização, já que sinaliza sua intenção política, social e ideológica ao falar da necessidade de transgressão e quebra de barreiras do que está convencionalmente instituído. Esta (re)apropriação do contexto, a fim de desencadear a (re)valorização e o fortalecimento de processos identitários, confere um novo senso de luta entre diferentes tipos de domínio significativos e particulares de experiência identitária. Identifica-se a disposição para a utilização estratégica do discurso neste espaço social.

Ao retomar o referencial de campo de Pierre Bourdieu (1996), é possível compreender que a cena representada no palco, pode ser considerada a estratégia inicial para uma mudança. A dinâmica teatral possibilitou as primeiras identificações contextuais, ou seja, algumas atitudes concretas de rejeição às coisas da cidade, com a veiculação da identidade cultural de base. Considerando que as personagens do teatro eram os próprios atores locais, e que os textos focavam suas lentes na história da colonização no meio rural, e mais, que a problematização das situações eram vividas no cotidiano recente, desencadeou-se, no cenário lúdico, um ambiente propício para a reflexividade atingido atores e espectadores. É o processo de uma *auto-conscientização* entre esses atores sociais que, segundo Fairclough (2003),

é uma precondição para processos sociais de identificação, a construção de identidades sociais, incluindo identificação social do discurso. A capacidade de transformação da sociedade contemporânea depende das capacidades de reflexividade das pessoas, no sentido de se tornarem agentes corporativos capazes de ações coletivas e molda mudanças sociais."Atingir identidade social no seu sentido amplo é uma questão de ser capaz de assumir papéis sociais, mas personalizando-os , investindo em suas próprias personalidades (ou identidade pessoal). (FAIRCLOUGH, 2003, p.160)

Alguns fragmentos de texto coletados, como os expostos a seguir, permitem inferir que esse tipo de ação dramática, de cunho textual-reflexivo, funcionou como um recurso estratégico mobilizador para a (re)constituição identitária e disseminou indícios da necessidade de assimilação de novas idéias, de valores e de conceitos para entender e relatar o mundo (vivido no espaço cênico). Disseminou sementes do monopólio pela imposição do veredicto: a necessidade por novas posições de atores e de sujeitos, construtores de sua história real. A utilização do espaço lúdico mostra-se como uma estratégia conscientemente utilizada pelo agente e sinaliza como uma espécie de tecnologização discursiva, estrategicamente utilizada neste espaço social.

O teatro explica tudo. O ato de pensar é somente uma parte da realidade, é insuficiente, precisa transformar-se em ação concreta e isso é coisa do teatro [...]. Esse é um dos atributos do ator: gente que vai dialogando com a história, mas é necessário tomar alguns aspectos pontuais, um núcleo básico de afirmações, um ponto de sustentação, para não se perder. Essa é a lógica do teatro que é a lógica da construção[...] O teatro que fazemos, antes de produto, é processo. É formação social e política através da reapropriação crítica da cultura individual e coletiva que, no processo, se materializa em objeto artístico em cada apresentação (ITAQUI, 2002a)

O depoimento evidencia que o objetivo do evento teatral, impresso no contexto local, não era ser somente uma forma de representação da realidade em torno de conhecimentos, crenças, valores produzidos na história da comunidade de imigrantes. Ao contrário, as expressões grifadas indicam a intenção de o professor introduzir, via veículo textual, uma luta simbólica entre

o ator e sua identidade, cuja necessidade se impõe pelo vivido na situação cênica. É possível identificar as primeiras tentativas de utilização do recurso discursivo no desencadeamento de reações comportamentais, tanto dos atores quanto dos expectadores. Esse modo de tornar o contexto estrategicamente relevante, a partir de práticas discursivas interativas, é o principal diferencial que marca o início do processo de mudança social da Quarta Colônia, reforçado no depoimento a seguir.

Despertar possibilidades, dinâmicas e interesses em torno da necessidade de (re)construir identidades, segundo Castells (1999), é uma ação determinadanao só por seu conteúdo simbólico, como por seu significado dado por aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem. Para o autor, esse é um processo que se vale da matéria-prima fornecida pela história, pelas instituições, pela memória coletiva, pelos aparatos do poder, pelas interações sociais, enfim, pelo contexto em questão. Assim sendo, o seu desencadear é decorrente de tendências ideológicas, políticas, econômicas e outras, que orientam a construção de projetos sociais singulares, numa visão de espaço e tempo específicos, já que as identidades são definidas historicamente e, como tais, são continuamente deslocadas (HALL, 2003).

A partir do exposto, associado aos depoimentos, é possível identificar a intenção de agentes sociais (gestores, professores) de *tomarem o contexto como um recurso de intervenção pela explicitação de sua predisposição para efetivar o desencadeamento de um processo de (re)constituição identitária da Quarta Colônia.*

(2) Então começamos a interpretar a cidade [...]. Aí o grupo de teatro passou a ser um espaço de discussão sobre a questão da preservação da memória. O teatro passou a reunir pessoas, a organizar eventos. Foi a partir do grupo de teatro que resgatamos o *Filó*². Então propomos que, para participar do filó tinham que trazer um prato típico da cultura italiana. Era a condição para entrar. Fizemos uma grande mesa com uma toalha bonita. Aí vieram as famílias tradicionais. A mobilização das referências culturais e históricas iniciava-se muito antes do encontro, no resgate de receitas com as pessoas mais idosas. Os "filós" iniciavam com palestras, a maioria

² O filó é um encontro típico da cultura veneta, trazido pelos imigrantes italianos, nele, as famílias se encontravam para desenvolverem atividades sociais, de lazer ou de trabalho em mutirão. Como as demais expressões culturais trazidas pelos imigrantes, o filó também foi adquirindo particularidades e matizes distintos, próprios da realidade encontrada nas encostas das serras gaúchas. (ITAQUI, 2000)

em dialeto, seguidas de debates em que eram cruzadas leituras diferenciadas e críticas da cultura local e regional. Havia jogos. Quando se deram conta que não era o filó organizado pelo grupo de jovens, mas o próprio filó da história da cultura a comunidade começou a ficar “louca”. Participavam os pais, os velhos as crianças. O objetivo desses espaços era oportunizar aos atores sociais a expressão da cultura abafada, bem como leituras sobre ela, o estabelecimento de relações e afetos, de modo a se constituírem em caminhos para um entendimento dinâmico da importância dessa cultura no desenvolvimento individual e comunitário. Com essa base, se buscava a definição de medidas políticas para alternativas de desenvolvimento. [...] (Depoimento secretário executivo do CONDESUS)

(3) Começa então toda essa efervescência para discutir essas questões todas. E aí eu não agüento mais. A dinâmica em Silveira Martins começa a ser tão fantástica no sentido de tomada de consciência em torno do resgate da cultura. Começa uma grande animação. Através do teatro e dos ‘filós’ começamos a conhecer a realidade do município e sentimos a necessidade de criar, ou recriar, ações comunitárias em torno do resgate e da valorização do patrimônio natural e cultural local. Foi nesses referenciais e nas suas inter-relações que se manifestavam, no nosso entendimento, os elementos fundamentais para poder discutir e instrumentalizar projetos que impactassem o desenvolvimento local e regional. (Depoimento secretário executivo do CONDESUS)

Os fragmentos acima grifados reforçam essa compreensão da mobilização estratégica em torno da reapropriação do contexto quando evocam um “estilo” discursivo de ações para o engajamento comunitário, que envolve o resgate da identidade. Mais especificamente, é um tipo de estratégia retórica que utiliza uma mistura de “estilo” de ação (participar, mobilizar, discutir, interpretar, debate,...), para ressaltar a natureza do processo de construção, com um modo de “*representação*” (trazer prato típico, resgatar receitas, resgatar cultura), para destacar a maneira como os sujeitos sociais realizam a participação em direção à ocupação de novas posições para (re)construção identitária.

Um outro aspecto importante a ser analisado é sobre o poder ideológico que tais estratégias retóricas de construção simbólica podem exercer neste contexto específico de intervenção. De acordo com Thompson (1995), diz respeito a compreender como essas estratégias podem ser capazes de criar e sustentar relações de dominação. Ideologia, de acordo com esse autor, por natureza, é hegemônica, em virtude disso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes.

O estudo da ideologia exige que investiguemos as maneiras como o sentido é construído e usado pelas formas simbólicas de vários tipos, desde as falas lingüísticas cotidianas, as imagens até aos textos complexos. Exige que investiguemos os contextos sociais dentro dos quais essas formas simbólicas são empregadas e articuladas.

Requer, então, que perguntemos - e, se este for o caso – como o sentido é mobilizado pelas formas simbólicas em contextos específicos, para estabelecer e sustentar relações de dominação. [...] Ao estudar ideologias, estamos interessados tanto nos contextos da vida cotidiana como naquele conjunto específico de instituições que compreende a esfera da política. (THOMPSON, 1995, p.16-17)

Tomando por base o já enunciado, compreender os efeitos sociais ideológicos da utilização de estratégias retóricas de construção simbólica tem a ver com: (1) os papéis que a utilização de *formas simbólicas* (falas, imagens e textos), produzidas por sujeitos em determinados contextos, desempenham na constituição da prática social; (2) as maneiras como são interiorizadas e (3) as conseqüências de sua forma de internalização para a reprodução ou transformação da ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes.

Considerando que as “características dos contextos sociais são constitutivas da produção de formas simbólicas, bem como dos modos pelas quais são recebidas e entendidas” (THOMPSON, 1995, p.201), percebe-se que alguns eventos simbólicos são estrategicamente utilizados, a partir de um contexto específico, para se tornarem **objetos de processos de valorização**. Como o caso do **resgate dos “filós”**, um tipo de atividade integrativa que historicamente comunidades de imigrantes italianos cultivavam. Identifica-se, nessa ênfase, com a difusão de valores e de sentidos em torno da identidade e identificação coletiva, a utilização do sentido da “*unificação*”, enquanto estratégia retórica. Mais especificamente, este recurso caracteriza-se pela utilização da “*padronização*”, ou seja, novas formas simbólicas são adaptadas e vinculadas a um referencial padrão, proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica.

Segundo Thompson (2005, p.86), “relações de dominação podem ser estabelecidas através da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga indivíduos numa identidade coletiva”. Nesse caso, o filó é uma atividade que possibilita que questões culturais do contexto sejam *apreciadas ou denunciadas, queridas ou desprezadas*, a fim de conservar ou transformar o vivido cotidiano. Isso implica manter, transformar ou subverter

relações hegemônicas de poder que determinam o modo de viver dessas coletividades.

Após esta análise, é possível apreender que a utilização estratégica de formas simbólicas de retratar cotidianos facilita a mobilização de sentidos que constroem as relações do mundo social. É possível reconhecer aqui um típico *modus operandi* da ideologia. Contudo, de acordo com Thompson (1995, p.89),

se as formas simbólicas assim produzidas servem para sustentar relações de dominação ou para subvertê-las, se servem para promover indivíduos e grupos poderosos ou para miná-los, é uma questão que só pode ser resolvida examinando como essas formas simbólicas operam em circunstâncias sócio-históricas particulares, como elas são usadas e entendidas pelas pessoas que as produzem e as recebem nos contextos estruturados na vida cotidiana.

No caso do objeto de investigação, questiona-se qual a conotação ideológica investida no início da história da constituição do campo de desenvolvimento da Quarta Colônia, já que há visibilidade de utilização de estratégias de construção simbólica, representações identitárias no vivido cênico, nos filós, para trazer à tona as questões referentes à identidade cultural dos sujeitos locais.

Expressões como “cultura abafada”, “identidade enrustida”, como formas de caracterização do contexto histórico, denota o uso da “*padronização*” de uma estratégia retórica de construção simbólica com valor ideológico. A natureza retórica permite identificar também, nessas expressões, o uso de ações estratégicas de “*nominalização*”, para generalizar ou *reificar* um sentido de representação negativa da identidade, até então naturalizada no contexto histórico loco-regional. Do ponto de vista do efeito ideológico, tal sentido desnaturalizante pode ser analisado enquanto estabelecimento de uma nova relação de poder hegemônico, estrategicamente utilizado na mobilização dos sujeitos, para romper com um estado identitário vigente. É o deslocamento de um novo processo social, legitimando, discursivamente, a necessidade de um novo valor simbólico de identidade. Nesse caso, entende-se que o sentido de

uma nova hegemonia estaria em subverter/romper outras relações de dominação, conforme referência abaixo.

As convenções de discurso naturalizadas são um dos mais efetivos mecanismos para sustentação e reprodução de dimensões culturais e ideológicas da hegemonia. Correspondentemente, um alvo efetivo das lutas hegemônicas é a desnaturalização de convenções existentes e recolocação delas nas outras. (FAIRCLOUGH, 1995, p.94)

Essa estratégia de desnaturalização, para impor novas hegemonias no campo, pode ter correspondência com a necessidade de **legitimar uma (re)significação do contexto social, com disseminação de novas regras de funcionamento nos espaços** de possibilidades, conforme sinaliza os depoimentos: “Filós iniciavam com palestras, a maioria em dialeto, seguidas de debates em que eram cruzadas leituras diferenciadas e críticas da cultura local e regional”; “Então começamos a interpretar a cidade”. A natureza retórica-ideológica chama a atenção para a utilização de recursos associados – *“nominalização” (filós)* e *“narrativização”* (estratégia que se vale do passado para tratar o presente) -, que servem para justificar a introdução de um novo exercício de reconstrução identitária, com novas disposições para o jogo. É o discurso usado, como recurso estratégico, pelos atores locais em suas tentativas de mobilizar mudanças sócio-culturais no contexto, para produção de novos significados (resignificando contextos) e, correspondentemente, novas hegemonias.

A mudança sociocultural pode ser discursivamente realizada através da reestruturação das relações hierárquicas, por meio de manipulação do contexto e dos textos. Eu penso que as mudanças podem ser conceitualizadas não em termos de variedades unitárias ou códigos, mas em termos de campo aberto a transformações estrategicamente motivadas, com ênfase nas ordens dos discursos e mudanças discursional como modo de lutas hegemônicas. As potencialidades criativas para as mudanças são limitadas pelo estado de relações hegemônicas e lutas hegemônicas. (FAIRCLOUGH, 1995, p.89)

Conforme Fairclough (1995), um sentido de hegemonia se dá com o desenvolvimento de vários domínios da sociedade civil (social, político,

econômico, e outros), a partir de práticas, amplamente discursivas, que desnaturalizam relações e ideologias particulares em substituição a outras. Ou seja, identifica-se, nas entrelinhas desses textos, um grupo particular de agentes sociais (professor de teatro, gestores municipais), com um certo sentido do jogo - *hábitus* - (domínio de técnicas textuais de mobilização social). Essas habilidades possibilitam a disseminação implícita de certas ideologias – conhecimento e crenças particulares, posições particulares - para um tipo de sujeito social que participa desta prática (participantes dos filós, estudantes), produzindo formas de comportamentos particulares (‘começa uma grande animação’).

Ocorre a formação de novas posições hegemônicas em torno da sedimentação dos novos significados produzidos e disseminados de identidades no do contexto histórico. Assim sendo, o sentido de hegemonia, apreendido a partir dessas análises, tem que ver com o acordo oculto sobre a instituição de novas regras para configuração de um campo, através da utilização estratégica de meios ideológicos para chegar-se a um consenso. Em outras palavras:

Hegemonia é a construção de alianças e integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta ideológica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, família,...), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios. (FAIRCLOUGH,2001a, p. 122)

Mediante tais perspectivas, torna-se evidente que focalizar esse contexto que marcou o início do processo de constituição da Quarta Colônia, sustenta-se nessa luta ideológica, pautada sob pontos de profundo valor simbólico entre as forças sociais identitárias. Nesse sentido, convém refletir se essa mobilização retórica-ideológica, revestida de um estilo impositivo, não tornaria esses sujeitos passivos dessas determinações discursivas? Ou então,

não os tornaria reféns dos novos atores que determinam as novas regras de configuração do campo? De acordo com o referencial de campo de Bourdieu (1996), não existe tal possibilidade, pois o jogo só faz sentido a quem adere as regras. Então, qual a razão de existir dominados e excluídos, ou dessa conotação negativa de ideologia? Quem são os excluídos, seriam os que não participam do jogo? Quem determina os que devem participar? Até que ponto esse tipo de jogo referente à configuração do campo alternativo de desenvolvimento da Quarta Colônia é ético, universal e sustentável? A quem exatamente está voltado a beneficiar? A maioria dos excluídos da Quarta Colônia seria beneficiada?

Cumprе mencionar que tais reflexões são orientadoras da análise dos dados neste estudo, porque refletem um certo incômodo conceitual-analítico de que *ideologia e hegemonia devem* sempre ser denunciadas e combatidas, visto que usualmente elas estão em favorecimento de minorias detentoras do poder. O incômodo se instala no momento de analisar processos de mudanças como o da Quarta Colônia, em que os novos arranjos se mostram voltados ao interesse da maioria da coletividade. Então, como explicar o sentido ideológico das estratégias discursivas utilizadas nesse processo de transformação, cujo contexto sócio-econômico-cultural é reconhecido pela maioria da população, como de exclusão social? O sentido de hegemonia, como algo a ser denunciado, partiria do binômio beneficiado/não beneficiado ou dominante/dominado? Qual interface entre um binômio e outro? Como desencadear processos de mudança social sem a constituição de novas hegemonias?

Embora tais questionamentos instiguem estudos futuros para maiores aprofundamentos, a relevância deles se aloja no direcionamento analítico em torno da relação discurso/construção ideológica/mudança social, que tem na (re)apropriação do contexto seu ponto de partida. Para tanto, busca-se agrupá-los nas seguintes questões:

Para quem a prática discursiva está direcionando seus resultados? Ela está
--

ajudando a desnaturalizar ou a naturalizar outros tipos de práticas? Quais?

Que posições ideológicas estão sendo criadas e assumidas pelos atores sociais em decorrência da disseminação de novos sistemas discursivos?

Que mudanças, nas relações de poder, a prática discursiva propicia mediante a autonomização coletiva?

De um modo geral, tais questões refletem algumas das principais compreensões abstraídas durante a análise dos dados, nessa sessão. Vale dizer, evidenciou-se que esse modo de (re)apropriação simbólica do contexto loco-regional, feita por atores sociais (professores, gestores) é um típico processo de **tecnologização discursiva**. Mais especificamente, a **valorização e o manejo do contexto se relaciona com a utilização de estratégias discursivas**, muitas vezes consciente, que envolve o domínio de um conjunto de técnicas e/ou conhecimentos científico-sociais, para obter efeitos particulares sobre a população. Abarca o uso de recursos lingüísticos (figuras retóricas) para desnaturalizar representações simbólicas contextuais, marcadas por um senso ideológico. Considerando que a tecnologização discursiva tem sido útil em processos de mudança social da modernidade tardia, Fairclough, (2003) identifica, a partir dessas análises iniciais, a potencialidade dela atuar estrategicamente na desarticulação e na reestruturação dos campos de força.

Essa síntese compreensiva permite formular a primeira proposição deste estudo:

Proposição 01: A atividade discursiva somente promove um recurso estratégico, na mobilização de processos de mudança social, quando, apropriadamente, está embasada num contexto prevalente, que envolve aplicações muitas vezes autoconscientes de estratégias discursivas para reformar práticas sociais.

6.1.2 A produção textual na reconstituição da identidade social

A composição analítica desta unidade parte da pressuposição de que faria pouco sentido focar a análise da natureza discursiva do processo de constituição de ações alternativas na Quarta Colônia, sem acreditar que práticas de produção de texto *podem ter efeitos causais em processos de mudanças sociais*; visto que, de acordo com Fairclough (2003, p.08), em contextos específicos, “textos podem trazer mudanças ao nosso conhecimento, nossas crenças, nossas atitudes, nossos valores e assim por diante”. Em resumo, podem contribuir para mudanças individuais ou coletivas, para as relações institucionais e para o mundo material de um modo geral.

Ao conceber que o discurso não só reflete a realidade, mas também a constitui estrategicamente, a partir de um complexo processo de ligações - *circuitos da estratégia discursiva* (HARDY e PHILLIPS, 1999; HARDY, 2000) -, a análise de algumas das produções textuais, identificada nos arquivos do CONDESUS, apresenta como eixo orientador o circuito da atividade. Este envolve, por sua vez, introdução de afirmações discursivas, conceitos, idéias, símbolos. A formulação dos seguintes questionamentos facilitam a orientação de tal foco analítico.

Como ocorre a produção de textos?

Quem produz os textos e como o processo de produção se organiza?

Quais textos são associados a quê?

Que formas simbólicas são produzidas?

Há estágios distintos de produção de textos?

Há ideologia dominante? Se há, a quais formas simbólicas estão associadas?

A quem os textos são direcionados, como, por que e quando?

A partir daí, essa análise toma por base a *historicidade dos textos* que é significativa no processo de constituição discursiva da Quarta Colônia. Cabe

dizer que a peculiaridade desta sessão está em *analisar o tipo de produção textual e como ela se associa ao desencadeamento do processo de constituição da realidade social.*

6.1.2.1 Projeto Identidade (PROI): o marco simbólico inicial

O reconhecimento da natureza discursiva de um processo gerencial de mudança social no emergente campo político de Silveira Martins, está no foco estratégico utilizado na produção de alguns projetos de intervenção social, de valorização e de constituição identitária. É o caso do Projeto Identidade, compreendido nesta análise, como o primeiro marco de produção textual, independentemente do grau de intencionalidade do(s) produtor(es) do texto.

As primeiras iniciativas da gestão municipal referentes à (re)colonização dos elementos culturais (objetos, documentos, linguagem, paisagem...), por meio de encontros com a comunidade (teatro, *filós*) -, tornam-se formalizadas, em 1989, com a criação do *Projeto Identidade (PROI)*. Trazendo propostas básicas de ação cultural, o PROI cria espaços estratégicos de valorização do patrimônio edificado, da história e das manifestações vivas da cultura locoregional. Pode-se apreender que este é o primeiro projeto de mediação institucional e comunitária que se torna um *veículo textual de produção e de disseminação de novos conceitos, idéias, valores e símbolos*, a fim de desencadear a configuração do campo de desenvolvimento alternativo da Quarta Colônia.

Considerando a produção de textos como meio de imprimir e desenvolver complexos significados sociais (PHILLIPS e HARDY, 2002), a análise dos recortes iniciais diz respeito a proposições mais gerais do projeto em suas iniciativas e intenções estratégicas.

(1) O projeto identidade busca a criação de espaços sociais, nos quais as comunidades, através de sua ação concreta de resgate – seja de uma fotografia familiar, de um instrumento de trabalho, ou de uma preservação de um prédio, etc. – têm a possibilidade de entender as tramas sociais, culturais, históricas, econômicas, tecnológicas, afetivas, etc., contextualizando

os seus construtores e sua significação histórica. Esta reapropriação, para o entendimento da história como processo dinâmico, possibilitará não só uma releitura crítica, como também, nesta práxis, a transformação desses elementos marginalizados pela cultura oficial em bens culturais, patrimoniais. (Recorte extraído do Projeto Identidade de 1989)

Há muitos aspectos que podem ser analisados neste fragmento de texto, mas o interesse inicial está centrado em como se dá a utilização de estratégias para despertar um sentido de auto-valorização e valorização coletiva dos atores para que assumam *novas posições identitárias* enquanto sujeitos sociais. Percebe-se que as propostas não consistem apenas numa mera apresentação de ações como sugestões. Ao contrário, vinculam-se a um sutil estilo discursivo de comunicação simbólica (“*eufemização*”) visando *dissimular* descrição e redescricao de ações e de papéis, de modo a despertar uma valorização positiva do potencial identitário local.

Outro “*modus operandi*” dessa utilização estratégica da produção textual, observável no recorte, é a utilização de um estilo sutil de argumentação (*ethus*) vinculado a formas de “*representações*” da prática social. Há a introdução de imagens de ação (práxis, reapropriação, ação concreta); imagens de sujeitos (construtores), imagens de situações (tramas sociais), dentre outras, todas com intenção de evocar valor simbólico do que se pretende atingir. É um tipo de narrativa de valor simbólico-ideológico que se vale da formulação de estratégias “claras e objetivas” para a produção de novos significados viabilizadores de mudanças sociais. A seqüência do texto complementa melhor essa compreensão da relação entre produção de texto e processo de construção social.

(2) O entendimento desses elementos, reapropriados em seu contexto histórico-social e econômico, propiciará não só um maior entendimento (INTELECTUAL) da própria forma de ser e agir (IDENTIDADE), como uma restauração dos laços afetivos (AUTO-ESTIMA) consigo e com o seu próprio espaço (INDIVIDUAL e COLETIVO). A contextualização dinâmica deste patrimônio, com o apoio de um grupo interdisciplinar, não só afirmará estes referenciais, como projetará ações concretas para o desenvolvimento individual e coletivo destas localidades. O resgate das culturas regionais, dentro de uma visão dinâmica e participativa, é de vital importância para a afirmação da democracia como base para o desenvolvimento regional e o desenvolvimento da sociedade como um todo. (Recorte extraído do Projeto Identidade de 1989)

A natureza retórica deste texto permite dizer que a utilização de verbos indicativos de ações estratégicas (propiciará, afirmará, projetará), provocam, quando combinados, a idéia de constituir-se em um processo com proposições que objetiva a autonomização e a identificação de todos sujeitos envolvidos. Este recurso retórico vale-se de um estilo retórico - “*racionalização*” - para legitimar a construção de uma cadeia de raciocínios, como “*representação*” de imagens (intelectual, identidade, individual e coletivo), para defender ou justificar um conjunto de relações sociais. Há, nesse processo, um sentido amplo, mas ao mesmo tempo, muito vago da intenção do produtor do texto de desarticular o senso comum vigente para provocar rearticulações de elementos identitários, atrelados à emergência de outras posições de sujeitos e outros tipos de práticas sociais.

Examinando a intertextualidade manifestada neste projeto, é possível identificar as primeiras idéias [resgate das culturas regionais, dentro de uma visão dinâmica e participativa, como balizadoras da constituição de alternativas de desenvolvimento loco-regional], os primeiros conceitos [“sujeito social”] e os primeiros símbolos [“PROI”]. Essa constituição permeia todo o texto. Por exemplo, observa-se, em várias passagens, um “*estilo*” de linguagem que propõe uma concepção/sentido de *sujeito social*, como nos fragmentos a seguir.

O projeto identidade tem como função fundamental trabalhar sobre a singularidade relacional, da qual elementos culturais são produtos e materiais deste meio, construídos de forma individual e coletiva, em um contexto histórico concreto. Nesta dialética, se encontra o esforço deste projeto: trabalhar com sujeitos e não meros espectadores passivos, frutos da pedagogia do fatalismo religioso, que nos transforma em consumidores de um destino que somos incapazes de mudar. [...] Estamos importando modelos políticos e econômicos e o que é mais grave, estamos importando o *sentido da existência de outros, a cultura*. O que significa a morte do sujeito, a alienação no seu sentido mais aberrante. [...]Quarta Colônia precisa desses sujeitos sociais para conhecer, reconhecer, reapropriar-se de sua história. (Recorte extraído do Projeto Identidade de 1989)

Ao analisar o estilo discursivo, pode-se identificar que a noção de sujeito(s) que se quer imprimir nos projetos de desenvolvimento da Quarta Colônia não implica numa visão passiva. Ao contrário, tal noção está vinculada

à necessidade de imprimir uma nova identificação social baseada na necessária (re)formulação de papéis, de modos de desempenho e de posições que o sujeito ocupa no meio social. Para isso, o uso de expressões - meros expectadores, morte do cidadão, alienação -, associada a formas sutis de argumentação (“*ethos*”) - estamos importando o sentido da existência de outros - são recursos retóricos apropriados para legitimar a necessidade de troca simbólica (“*padronização*”). É um tipo de persuasão discursiva voltada para a inevitabilidade de mudança comportamental, como condição para mudança social.

Sob essa perspectiva, o **conceito de sujeito** produzido neste texto, é aquele que é capaz de remodelar e reestruturar essas práticas. O uso da expressão “Quarta Colônia precisa desses sujeitos sociais para conhecer, reconhecer, reapropriar-se de sua história” é um exemplo dessa produção textual cujas estratégias de construção simbólica são usadas para mobilizar um determinado esse sentido de sujeito social que tem lugar dentro de formas particulares de interação. Tais expressões veiculam a proposição de um novo padrão de sujeitos sociais não meramente posicionados de modo passivo, mas capazes de agir, de reapropriar-se de sua identidade como condição para desencadear processos alternativos de desenvolvimento. É a construção de um novo espaço social de possibilidades, com novas regras de funcionamento do campo social que surge, determinada por mudanças nas relações de poder.

A compreensão dessa produção textual encontra respaldo em Fairclough (2003, p. 208) que sustenta: “os discursos são imaginários e podem ser incorporados dentro de novas formas de ser, novas identidades. É um lugar comum nas novas formações econômicas e sociais e depende de novos sujeitos”. Para o autor, os processos de modificação dos sujeitos podem ser pensados em termos de incorporação de novos discursos com novos gêneros discursivos, isto é, o uso da linguagem associada com uma atividade social particular.

É interessante observar que, no decorrer dessa narrativa e em vários estudos, há uma referência aos termos sujeito, agente social e ator, em

decorrência disso necessita-se estabelecer uma distinção. A utilização do conceito do termo sujeito por Fairclough (1995, 2003) não é meramente aleatório, ele é usado preferencialmente para significar membro participante. Já o termo agente captura o conceito de sujeito qualificado para agir pelo molde institucional. “Ao preferir o termo sujeito [e não participante], eu estou enfatizando que as pessoas fazem os discursos bem como os discursos fazem as pessoas” (FAIRCLOUGH, 1995, p.39). Sob esta perspectiva, as instituições constroem, discursivamente, sujeitos ideológicos, no sentido de impor suas visões sobre eles como condições para qualificá-los para a ação e sujeitos da ação.

Os agentes sociais não são agentes livres, eles estão socialmente constrangidos, mas as suas ações nem são totalmente determinadas socialmente. Os agentes têm seus próprios poderes causais que não são redutíveis aos poderes causais das estruturas e práticas sociais. (FAIRCLOUGH, 2003, p.159)

Taylor (1993) amplia essa correlação entre sujeito-agente e ator, quando afirma que um sujeito transforma-se em ator se age sobre um objeto, com a ajuda de uma instrumentação qualquer e, em consequência de sua ação, um valor é criado. Esse sujeito pode transformar-se, ainda, em agente, uma vez que ele esteja posicionado em uma situação de comunicação *habilitada*, ou seja, estando de posse *atribuída* de um objeto de valor, ele pode tornar-se agente para qualquer um, para quem esse valor possa ser transferido. O ator pode ser também um agente social, se agir *em nome* da sociedade.

Sob essa ótica, é possível pensar, por exemplo, em um indivíduo que pode ser ator, se ele se encontrar engajado na ação social, sem, no entanto, assumir a sua plena condição de sujeito para quem a sua própria ação possui um sentido. Do mesmo modo, esse ator social pode não se constituir como um agente da organização, ou do espaço social, uma vez que sua ação não esteja investida de uma legitimação, de uma validação de direito conferida pela estrutura social na qual se encontra.

Na visão de Taylor (1993) e na Fairclough (2003), como a identidade individual e a identidade social do sujeito nascem na interação, a experiência

da subjetividade fica inseparável de sua objetivação. Essa lógica parece estar captada na produção textual do PROI, já que as propostas estão ancoradas na idéia de que é na interação que o indivíduo se constitui como sujeito e que constrói sua identidade. Especificamente, as propostas associam a criação de um processo de mudanças à formação de novas posições de *sujeito*, este engajado como um ator e/ou agente que se apropria do sentido de coletividade.

A rigor, na análise da formação desses conceitos e idéias, devem ser investigados: o alcance ideológico, o político e o econômico que tais práticas de produção de textos querem atingir. Para isso, devem ser analisados quais os significados que os conceitos produzem com referencia à formação e à implementação de políticas sociais na Quarta Colônia e também como tal política é recebida e aprovada pelos sujeitos em suas várias formas de acomodação e resistência. Tais aspectos, que serão alvo de investigação, nas próximas sessões, tem que ver com o desencadeamento de interesses que as produções textuais determinam entre esses sujeitos, para tentar levá-los a assumirem novas posições no campo em configuração.

Continuando a análise deste estilo discursivo do PROI, em que se reconhece práticas discursivas amparadas em recursos estratégicos, evidencia-se que o conceito de sujeito social está intrinsecamente ligado à formação do **conceito de desenvolvimento**.

Desenvolvimento só faz sentido em função das pessoas, e tem que se preocupar com "grandezas" dificilmente quantificáveis como: justiça social, dignidade e liberdade. Essa liberdade se afirma na consciência social e história desses indivíduos. O crescimento, o enriquecimento e o amadurecimento desses indivíduos só é possível em relação ao passado, onde se acumulam as experiências vividas. Essa tomada de consciência se faz urgente e necessária, não por questão tradicionalista e ufanista mas porque os elementos culturais (objetos, documentos, arte, linguagem...) compõem o modo de ser e de fazer de nossa região. Eles compõem o rosto, a fisionomia que este grupo adquiriu através da história. E é sobre esta história, esta singularidade, que se apoiará o desenvolvimento da Quarta Colônia. (Recorte extraído do Projeto Identidade, de 1989)

De um modo geral, os fragmentos grifados, neste recorte, revelam a utilização de inúmeras expressões na mesma área de significados referentes aos níveis de comprometimento e de atitudes dos sujeitos sociais

(enriquecimento, amadurecimento, tomada de consciência). Essa cadeia de raciocínio se serve de recursos retóricos (“*racionalização*”, “*co-aparições textuais*”) apropriados para mobilizar uma nova ordem social de desenvolvimento, balizado pelo valor simbólico do resgate histórico da vida de cada sujeito em comunidade. Esse jogo de linguagem, ora centrado no sujeito, ora na história, ora no desenvolvimento, num movimento de “equivalência” constante, confere o “*modus operandi*” da ação ideológica construída discursivamente.

Expressões não só presentes neste fragmento, como em várias partes do texto - “só é possível”, “se faz urgente”, dotadas de um “*estilo*” ou “*tom*” sutilmente persuasivo, são reveladoras da ação ideológica do documento, que determina novos critérios de dominação no campo. No caso desses recursos retóricos, eles são moldados para passar a idéia de que a única alternativa para o desenvolvimento está no resgate da identidade que, por sua vez, está condicionado a um estado de conscientização.

Um outro aspecto evidenciado, ao analisar-se a expressão “essa tomada de consciência se faz urgente”, denota um novo *gênero* discursivo (diferentes formas de agir) que tenta imprimir uma conotação de desenvolvimento de cunho ético-humanístico. Como essa é uma expressão balizadora de referenciais críticos - de acordo com Dussel (2002) e apresentado em unidades anteriores (5.1) - é interessante retomar alguns dos seus aspectos como parâmetros para a compreensão dessa produção de significados.

Para o Dussel (2002), a tomada de consciência crítica e auto-reflexa é essencial na conquista de um desenvolvimento de base ética que preserve a liberdade. Porém, esse estado ético vai além de um resgate de uma história reprimida, destruída no seu núcleo criador. “A consciência ou saber-se afetado (quando se é excluído) é já fruto de um processo de conscientização libertador”, afirma o mesmo autor (p.422). De acordo com isso, as vítimas excluídas do sistema, a grande maioria da população, são o alvo do processo de desenvolvimento. Então, questiona-se se é este o *sentido de*

desenvolvimento que tais produções textuais têm formado em torno da Quarta Colônia?

Com base no referencial dusseliano, a associação entre tomada consciência e desenvolvimento, adotada no texto do PROI, pode ser compreendida como um recurso estratégico de efeito simbólico, usado para obscurecer a lógica economicista a qual essa produção se propõe. Nesse caso, a discussão sobre o sujeito consciente e sobre o resgate de identidade não são os fins do desenvolvimento, mas os meios para atingí-lo. Essa é a dinâmica da criação de sistemas simbólicos, vistos por Bourdieu (1998b, p.09) como instrumentos de conhecimento e de comunicação, que exercem um poder estruturante, isto é, atuam no sentido de tornar possível e necessário um consenso acerca do sentido do mundo social. “O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)”.

De acordo com Giddens (2002) e Fairclough (2003), esses são processos baseados numa ordem reflexivamente mobilizadora, que pontuam o estilo de vida própria do sistema da modernidade tardia. Equivale a entender: a capacidade de transformação da sociedade contemporânea depende da capacidade de reflexividade das pessoas a fim de se tornarem sujeitos ativos, capazes de ações coletivas para desencadear mudanças sociais. Por sua vez, Fairclough (1999) esclarece que essa reflexividade depende da internalização de recursos – *hábitus*, nos termos de Pierre Bourdieu - que os sujeitos desenvolvem, considerando que variam de acordo com as circunstâncias sociais. Dito de outra forma:

Proposição 02: Atingir o resgate de identidades sociais [na Quarta Colônia] envolve, entre outros fatores, o modo de mobilização discursiva para a formação da autoconsciência tanto individual quanto coletiva dos sujeitos sociais.

Os recursos retóricos identificados, até o momento, permitem sinalizar que a mobilização discursiva, que culmina com a proposição de novos

conceitos, evidencia **o caráter não convencional desse tipo de produção textual (PROI)**. Tal compreensão se fundamenta no fato de que o produtor do texto é o mesmo ator que introduz as primeiras idéias de resgate da identidade (teatros, resgate dos “Filós”), tornando-se um dos principais sujeitos-articuladores do processo de constituição da Quarta Colônia. Ou seja, essa complexidade referente à mudança social pode estar refletindo a atuação e a articulação de **um exímio(s) tecnologista(s) de discurso**; reforçando, assim, por sua vez, a constatação elaborada no desfecho da sessão anterior. Tal possibilidade encontra respaldo em Fairclough (1995, p.91) que considera a tecnologização do discurso como um “importante recurso utilizado por forças dominantes para dirigir e controlar o curso das maiores modificações sociais e culturais que estão afetando a sociedade contemporânea”.

A expressão “nesta dialética se encontra o esforço deste projeto”, evidencia a habilidade do uso da retórica discursiva por atores sociais experientes em suas tentativas de agir e em suas intenções estratégicas. É pertinente destacar que para Fairclough (2001a), tecnologistas de discurso não são os manipuladores convencionais de textos, mas cientistas sociais, consultores, com privilegiado acesso à formação e à informação científica.

Um efeito da tecnologização do discurso é, eu sugiro, modificação da política das práticas discursivas de um nível institucional local para um nível transinstitucional, e de categorias do agente dentro de instituições particulares para os tecnologistas do discurso como pessoas de fora. Além disso, para a modificação na localização dos agentes políticos, há uma modificação na base de suas legitimidades. Ele tradicionalmente tem a base de seu poder e prestígio dentro da profissão ou instituição de certas categorias como um agente que exige (reclamando, revidindicando) policiar o uso correto de suas práticas; O tecnologista de discurso é visto como um experto bem como os que o vêem de fora. (FAIRCLOUGH, 1995, p.104)

Com base no exposto propõe-se:

Proposição 03: O modo de mobilização discursiva, para atingir processos de mudança social depende, entre outros fatores, da atuação de tecnologistas de discurso, ou seja, atores com habilidade em modificar práticas institucionais dominantes.

Pode ser um dos **princípios geradores da mudança social na Quarta Colônia**, a atuação de atores sociais que apresentam uma espécie de disposição incorporada, que consegue captar o sentido do jogo num determinado campo social. De acordo com Fairclough (1995), tal senso para captação não está direcionado à singularidade da natureza humana, mas às particularidades de histórias coletivas diferentes, servindo, assim, para orientar suas intenções estratégicas. Em outras palavras, tal disposição pode ser associada ao sentido de *habitus* defendido por Bourdieu (1998a, p.42), ou seja, “uma espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação – o que chamamos, no esporte, o senso do jogo, arte de antecipar o futuro do jogo inscrito, em esboço, no estado atual do jogo”.

Considerando que a tecnologização do discurso pressupõe modos de intervenção em relação ao futuro, seja para sustentar seja para transformar ações sociais hegemônicas, é possível compreender, até esse momento da análise, que há claramente um apurado jogo de linguagem produzido nos moldes de uma tecnologia discursiva cujo esforço é o de legitimar propostas de mudança, via produção textual (PROI). É um jogo inerente à formação de um campo institucional capaz de infundir irresistibilidade, veemência e argumentação às questões enunciadas, que apelam ao senso comum de valorização identitária e de conscientização da população.

6.1.2.2 Programa Regional de Educação Patrimonial (PREP): marco da interação identitária

Para que um campo institucional [Quarta Colônia] se transforme em algo que aconteça ou que signifique algo, complexas cadeias textuais devem ser produzidas de forma a estabelecer ou a modificar o significado associado com a ação (PHILLIPS, 2004). De acordo com o autor, a formação dessas cadeias é um recurso estratégico para tentar ganhar, manter ou reparar a legitimidade

das intervenções. Com base nesse entendimento, é possível traçar a seguinte proposição, como balizadora da análise:

Proposição 04: Ações que afetam as percepções de legitimidade da ação sócio-organizacional, provavelmente, resultam muito mais da produção de textos que são amplamente disseminados e consumidos do que das ações que não são.

Retomando a historicidade da produção textual que se deposita sobre esse campo em renovação da Quarta Colônia, percebe-se que textos, como do PROI, ao serem disseminados e consumidos se transformaram em outros, numa espécie de cadeias intertextuais. É o caso do *Programa Regional de Educação Patrimonial (PREP)*, que introduz formas de representação e de fixação de novos significados, alavancadas pelo resgate identitário. Convém destacar que tal programa representou um marco para o processo de implantação de ações integradas no contexto intermunicipal da Quarta Colônia. Constituído por sub-programas semestrais, para serem desenvolvidos pelas escolas municipais e estaduais, o PREP se desenvolveu de 1993 a 1996, atingindo 3.752 crianças e 447 professores do ensino de primeiro grau dos oito (08) municípios da Quarta Colônia.

As eleições de 1992 e as novas adesões emancipatórias municipais fortaleceram o quadro político regional, e os prefeitos eleitos, na busca de caminhos para uma maior integração regional, tomaram como base esse processo do projeto identidade (PROI). [...] Porém era necessário trabalhar mais a contextualização e explicitação desse discurso. Precisávamos trabalhar na base da formação. Os mais idosos já estavam com a cabeça feita. Era fundamental trabalhar com os mais jovens e, fundamentalmente, com as crianças, com a escola, e com os profissionais da educação. Para entrar no âmbito da escola era indispensável um programa de trabalho que a envolvesse sem cair em uma nova disciplina ou em uma ação suplementar, separado do programa. Ao contrário, buscava-se um programa integrado no qual os elementos culturais fossem trabalhados não como um recurso, mas como a realidade material e concreta da qual os alunos fazem parte como sujeitos. [...] As escolas seriam o eixo difusor da nossa ação, integrando o conjunto das comunidades rurais. Foi assim que criamos, em 1992, o Programa de Educação Patrimonial (PREP). Essa foi a primeira ação integrada entre secretaria de cultura e educação.[...] Para reafirmar essas propostas, foi necessário também a criação de um veículo de informação – O Informativo Quarta Colônia -, com distribuição gratuita, usando principalmente as escolas rurais. (Depoimento do Secretário Executivo CONDESUS)

Nesse bloco acima, é visível a estruturação de um campo político (adesões emancipatórias; busca de caminhos para uma integração regional; precisávamos trabalhar na base da formação) que utilizam recursos discursivos intertextuais, na delimitação de novos capitais, para disputa (patrimônio cultural) no interior de um campo com suas constantes e indefiníveis mudanças. Mais especificamente, é a luta pela *legitimidade do capital discurso em defesa do resgate identitário via educação patrimonial*, que vai comandar, ou orientar, a estruturação do campo de desenvolvimento da Quarta Colônia (CDQC). De acordo com Fairclough e Chouliaraki (1999, p.103),

Em campos específicos, como campo político, o capital discursivo se manifesta por si só como um acesso a estilos mais ou menos poderosos, onde o estilo é um elemento de mecanismos através do qual a linguagem textual e simbólica objetiva produzir e impor as representações de sua própria importância e, então, ajudar a assegurar a credibilidade.

Com base nessa utilização estratégica do discurso na estruturação de campos sociais, é possível reconhecer, neste último depoimento, que as posições que esses produtores de textos ocupam, dentro do espaço social, têm relação com as estratégias discursivas adotadas e estas, por sua vez, dependem da composição do capital discursivo no qual suas posições estão englobadas. Esse capital discursivo é reforçado com a utilização da intertextualidade associada à retórica textual, e tem efeito significativo na probabilidade de tornar os textos mais fixados, ou mais legitimados na estruturação dos campos (PHILLIPS, LAWRENCE e HARDY, 2004). É o caso da necessidade de fixação das idéias e dos conceitos sobre a proposta de educação patrimonial e resgate identitário, reforçada ao utilizar diferentes expressões na mesma área de significado (era necessário, era fundamental, era indispensável). Estas provocam, quando combinadas, um *tom* de exigência persuasiva para fixação de novos capitais discursivos (trabalhar na base da formação).

Os interesses que orientam os agentes detentores de poder (produtores de texto) em torno da disputa pela imposição de novos capitais discursivos, é verificado não apenas nesse “*estilo*” sutil dirigido a persuadir a comunidade

sobre a necessidade de colonização de novas idéias e recursos (poder simbólico), mas também na associação de objetos de disseminação dessas idéias: “Para reafirmar essas propostas, foi necessário a criação de um veículo de informação - O Informativo Quarta Colônia”. O enunciador do texto [editor do jornal] condiciona a legitimidade das propostas à *“regulamentação”* de um veículo discursivo que permite controlar a circulação e o acesso dos textos a um número maior de atores da comunidade loco-regional. Essa é a lógica da tecnologização discursiva, que utiliza o poder simbólico midiático para influenciar a viabilização de processos de mudança social. Considerando que o editor do jornal é o mesmo produtor dos projetos (PROI, PREP) é possível levantar a seguinte proposição:

Proposição 05: Textos produzidos por atores com legitimidade no campo, isto é, que exercem o poder ou a autoridade de determinar as regras do jogo e direcionar seus resultados, ou que estão centralmente localizados no campo, provavelmente se tornarão muito mais fixados em um discurso do que em textos não produzidos dessa forma.

Tomando por base a relevância estratégica dessa produção textual, no que se refere a um tipo capital para estruturação de um campo social, é significativo proceder a análise crítica de alguns fragmentos textuais extraídos do Projeto Regional de Educação Patrimonial, oficialmente apresentado à comunidade loco-regional em 1992.

Quadro 13: Objetivos do Programa Regional de Educação Patrimonial (PREP)

- Afirmar e valorizar a cultura local como elemento fundante da identidade sócio-cultural do aluno
- Propiciar ao aluno uma leitura dinâmica, crítica e transdisciplinar da sua própria realidade
- Trabalhar elementos culturais, a nível teórico pedagógico, a partir da própria realidade do aluno
- Prover a criação de espaços de comunicação e discussão científico-pedagógica, a partir da realidade cultural local e regional
- Instrumentalizar professores, alunos e comunidade de conhecimentos e técnicas para operar no processo de identificação, proteção, valorização, projeção do seu patrimônio individual e coletivo
- Resgatar o patrimônio cultural através dos elementos que fazem cada lugar e definem a identidade cultural dos seus habitantes

Fonte: Texto Projeto Regional de Educação Patrimonial editado em 1992; Itaqui (2000)

As propostas do PREP, explícitas neste quadro acima e nos recortes a seguir, estão sustentadas pelo vínculo com ações pedagógicas, inscritas na construção de um espaço social interacional e transcendem formas convencionais de articulação social. Estas formas resultam do efeito que produz a oficialização e a realização do impensado e impensável discursivo [resgate identitário via educação formal] pelos produtores de textos, então atores políticos locais. Essa é a lógica estratégica da formação de novas regras do jogo desse campo social em construção, determinadas por atores políticos que detêm o poder discursivo (BOURDIEU, 1988b).

(1) Este é um projeto de cunho educativo, mas que não se reduz às quatro paredes da escola tradicional, e sim à integração e participação do conjunto da comunidade no trabalho de resgate e valorização do seu próprio patrimônio. [...]

(2) Massificado e silenciado, o jovem do meio rural vai sendo empurrado, desde a sua formação primária, tanto familiar como escolar, para a cidade. [...] Como instrumento de massificação, a escola fundamenta a dicotomização do rural através da imposição autoritária de produtos culturais de consumo imediato e descartáveis. [...]

(3) Resgatar o cotidiano, os elementos que constituem e fazem o ser e o agir, a cultura, os bens patrimoniais – naturais e sociais – deve ser uma das preocupações básicas da educação formal para a construção do sentido de cidadania. Resgatar o patrimônio cultural dos nossos municípios através dos elementos que fazem cada lugar e definem a identidade cultural dos seus habitantes, não é só uma responsabilidade com o passado histórico dessas comunidades, mas fundamentalmente com o futuro. Resgatar a cultura do cotidiano, do contexto em que a criança é socializada e valorizar esses elementos, 'não como um recurso pedagógico', mas por serem eles parte da sua realidade social e emotiva, base referencial da sua identidade cultural. [...]

(4) Esses são os pressupostos básicos do PREP para, através de uma ação integrada de animação sócio-cultural, identificar, registrar, valorizar e projetar, nos seus aspectos dinâmicos e operativos, o patrimônio cultural municipal e regional. [...] (Itaqui, 2000)

O valor simbólico exercido por este texto está, entre outros aspectos, em consagrar um **conceito de educação**, vinculado a formas de representações de sujeito social em relação às posições que ocupam, ou devem ocupar, no campo social em construção. Esse gerenciamento de significado está inclinado a transformar as regras do jogo via assimilação textual. Para tal, vale-se de

construções de estratégias ideológicas que utilizam a “*equivalência*”, como um recurso para criar, simultaneamente, uma construção de imagens (massificado e silenciado, imposição autoritária) evocando a idéia de uma nova tomada de posição na estrutura do campo social (resgatar o cotidiano; resgatar o patrimônio; resgatar a cultura).

Essa retratação de um estado de coisas, quase como algo inevitável é próprio da estratégia de “*desnaturalização/naturalização*” cuja intenção é a de desencadear a transformação ou conservação de um campo de forças (BOURDIEU,1996), travado num jogo de disputa entre conservadores e inovadores, velhos e novos. O sucesso desse empreendimento de mudança na Quarta Colônia focaliza, no grupo de jovens (via sistema escolar), o principal alvo de intervenção estratégica (Os mais idosos já estavam com a cabeça feita. Era fundamental trabalhar com os mais jovens, e fundamentalmente, com as crianças, com a escola e com os profissionais da educação).

Necessitamos de homens e mulheres com capacidade de criação[...] Para que essa capacidade se desenvolva e se expresse, é necessário um contexto familiar e educacional que estimule a formação participativa de criança e adolescente, dando-lhes espaço e papéis concretos para atuarem no desenvolvimento da cidade. [...] A cidade foi e deve seguir sendo um espaço de formação de cidadania. Para tal, é necessário rever como a educação (formal e informal) vê a cidade e sua sociedade. [...] Uma educação que situe a criança no mundo, possibilitando integrar criticamente realidades. Uma educação da descoberta, da criação como caminho do conhecimento. Esse é o momento da apropriação de metodologias participativas e democráticas que articulem a construção de uma nova arquitetura social. Uma educação da ação, da inventividade, da arte para o desenvolvimento da fantasia e sentidos humanos fundamentais, como fraternidade, respeito pela vida e pelo outro, independente da espécie. Necessitamos de uma educação para o desenvolvimento comunitário [...] A educação formal deve ser modificada. Ela está esclerosada e não corresponde as necessidades vitais das comunidades, principalmente as das crianças de baixa renda, necessitadas de pedagogias efetivas e não de paternalismos. As crianças querem um futuro e a educação ainda é um instrumento de responsabilidade social que tem papel de capacitá-las para chegar a ele com dignidade que merecem (Coluna assinada pelo Coordenador do PREP, José Itaquí – Informativo PRODESUS)

As palavras grifadas funcionam como recursos retóricos com poder simbólico de invocar, na comunidade (via jornal), a necessidade de mudança de atitude, mudança de cenário, que tenha na educação, a principal instância de intervenção. A “*nominalização*” da idéia de uma **educação para o**

desenvolvimento como algo inevitável, associada a “equivalências” de expressões com sentido de adoção de atitudes mobilizadoras (capacidade de criação, participação, inventividade, responsabilidade social), indica uma preocupação ideológica intensiva de relacionar a **necessidade de novos padrões de desenvolvimento ao sentido da educação**. Entretanto, a ênfase propositiva sobre mudanças no campo sugere uma certa ambivalência discursiva: opera como uma estratégia discursiva, que vincula o significado de educação ora como sinônimo de cidadania, ora como de desenvolvimento. A questão é tentar identificar novamente qual é o sentido de desenvolvimento que o discurso quer legitimar? Em outras palavras, a análise evidencia um caráter ideológico decisivo, que utiliza a reorientação dos sistemas sócio-culturais como estratégia para definir reformas administrativas no novo cenário de desenvolvimento. O trecho a seguir ajuda a clarificar um pouco essa produção de significado que o texto do PREP constitui.

A educação patrimonial [...] dá a base para o processo de desenvolvimento de uma consciência cultural e turística. O nosso programa de desenvolvimento está calcado sobre as nossas referências naturais, sociais, culturais e históricas. Elas são nosso patrimônio e o produto principal de atração turística. [...] Não há desenvolvimento econômico sem transformação cultural e a transformação deverá ser construída através de um projeto de identificação, valorização, reapropriação e projeção do nosso patrimônio cultural. [...] (Itaqui, 2000)

É perceptível que a noção de educação que o PREP quer disseminar em seu texto, tem como *fim* a viabilizar o desenvolvimento econômico. Ou seja, embora o enfoque seja sobre as necessidades humanas, essas são tematizadas em função do desenvolvimento econômico. De forma mais clara, o sentido amplo de educação e, ao mesmo tempo, muito vago neste “estilo” comunicativo, pode ser estrategicamente vantajoso para atores que tentam imprimir formas sutis de relações de poder para desencadear processos de mudança. Este é o entendimento em relação ao foco aparente das propostas integradas de animação sócio-cultural que, implicitamente, disseminam outras produções de significado simbólico, embasados em discursos mais amplos a fim de legitimar o processo de mudança social.

Com base no exposto, é possível apreender que a **produção simbólica** referente aos textos PROI e PREP afirma-se como **instrumento por excelência de integração social**, mobilizando estrategicamente poderosos recursos retóricos para disseminar significações de processos de mudança social e legitimá-las na estruturação do campo de desenvolvimento da Quarta Colônia. Este aspecto evidenciado é próprio do **circuito de atividade** em que os sujeitos produtores de textos utilizam muitos recursos retóricos (“modalidades”, “*pressuposições*”) em suas tentativas de manejar significados sobre a necessidade de resgate da identidade. Entretanto, para que essas tentativas de introdução de símbolos na criação de narrativas dêem sentido ao processo de constituição social da Quarta Colônia, necessitam, anteriormente, ser disseminadas num contexto específico.

6.1.3 A distribuição e a disseminação textual

Partindo dos fatos analisados, na unidade anterior, nos quais há uma significativa produção textual com foco no contexto em transformação da Quarta Colônia, sugestivo de ser um recurso mobilizador do processo de mudança social, a questão de interesse, nesta sessão, é compreender como tal produção de idéias, conceitos e símbolos têm receptividade num contexto particular. Essa dimensão da análise, orientada pelos circuitos de produção discursiva de efeito social, parte do seguinte pressuposto:

Proposição 06: Somente a produção e a disseminação de textos (conceitos, idéias, valores...) não geram ação, ao menos que quando aplicados, produzam significados e dêem sentido a determinada situação, criando novas posições dos sujeitos.

É exatamente essa instância de aplicação que interessa nesta análise, ou seja, a *distribuição e a disseminação textual*, que têm interface como o

circuito da performatividade. A elaboração dos seguintes questionamentos tem por finalidade delimitar alguns aspectos centrais desta análise crítica de discurso:

Como o processo de distribuição e disseminação textual é estrategicamente utilizado na tentativa de fazer estabelecer conceitos, idéias e símbolos que desatem determinados sentidos?

Como o sujeito enunciador garante a voz, para que os textos consigam receptividade entre atores?

A quem os textos são direcionados?

Considerando a caracterização da grande quantidade de material textual produzido, arquivado e publicado na sede administrativa do CONDESUS - publicações, edições de jornais, folderes, projetos, relatórios, fotografias, vídeos, etc –, percebe-se uma conexão entre estratégia gerencial e estratégia discursiva, referentes às ações emergentes na Quarta Colônia. Sendo essa conexão uma atividade contínua nos últimos quinze (15) anos, reforçam-se constatações anteriores sobre a existência de um singular processo administrativo nesse contexto, fundamentado em competência gerencial-discursiva para desencadear um complexo processo de transformação social. É o caso da sistemática e complexa vinculação das propostas dos projetos PROI e PREP a fenômenos estruturais de disseminação textual (*feiras, exposições, fóruns, publicações, etc.*), na tentativa de que determinados conceitos, idéias e símbolos façam sentido num contexto particular..

(1) Semestralmente, eram realizados seminários para que os professores conhecessem, através das exposições dos trabalhos, as experiências desenvolvidas por seus companheiros em cada uma das localidades dos municípios participantes. Esse intercâmbio de conhecimentos e reconhecimentos enriqueceu as experiências individuais, energizando com idéias, com soluções criativas e com participação comunitária o desenvolvimento dos programas. [...] A documentação (fotográfica e vídeo) dos trabalhos dos alunos e das exposições locais e municipais era enviada à coordenação regional do PREP para a montagem de novas exposições e de edições de vídeos que retornavam aos municípios executores. A exposição Regional (fotográfica) dos trabalhos foi levada a várias cidades e estados do país, divulgando, valorizando e animando o trabalho em andamento nas escolas e comunidades. Destaca-se: Porto Alegre, expondo na Usina do Gasômetro, na Secretaria Estadual de Educação e na Assembléia Legislativa; Caxias do Sul, durante o Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana e IX Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros; São Paulo, no Seminário Latino-americano de museologia; Rio de Janeiro, no Museu Imperial de Petrópolis;

Cachoeira do Sul e Santa Maria. (ITAQUI, 2000)

(2) Durante esses quatro anos, os nossos professores formaram uma rede e os trabalhos produzidos nas escolas foram referências, fontes desse complexo mosaico comunicativo construído por muitos olhares [...]. As exposições, foram empregadas como espaço de articulação entre a escola e a comunidade. [...] O Projeto de Educação Patrimonial estimulou a documentação de cada um dos 06 sub-programas, [...] como forma de balizar a história da educação nas nossas comunidades. Durante a realização de uma das etapas do PREP – Programa Documentos Familiares – foi sugerido às prefeituras participantes, a criação de Bancos de Imagens [...].(ITAQUI e VILLAGRAN, 1998b)

Os recortes resumem, praticamente, muito dos sentidos existentes em outros textos, ou seja, a estratégia de legitimar e colonizar a produção discursiva, por isso houve a escolha deles para esta análise. Primeiramente, a autoria dos textos³ e o respectivo veículo de publicação representam a ocupação e a divulgação estratégica da posição de um sujeito social que “*garante a voz*”, a fim de ser reconhecido como agente legitimador discursivo. Um outro aspecto que marca essa ação estratégica de disseminação da produção relaciona-se à última fonte bibliográfica. Refere-se a uma produção de destaque nos arquivos do CONDESUS: publicação de um livro sobre o Projeto de Educação Patrimonial. O destaque não é apenas pela publicação, ou pela qualidade de sua apresentação (encadernação, registros fotográficos, conteúdo do texto, dentre outros aspectos), mas por ter recebido o “Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade 1997”, na categoria Educação Patrimonial. Outro aspecto revelador dessa ação gerencial estratégica-discursiva é a distribuição gratuita da publicação (dois mil exemplares), que contou com o patrocínio da produção e publicação do Ministério do Meio Ambiente e do Programa de Execução Descentralizada do RS.

Convém destacar que tal procedimento esta nunca foi uma prática desse contexto social, político e cultural. É o gerenciamento da produção e disseminação textual, com a finalidade de ser reconhecida pelos atores do campo (distribuição para gestores, técnicos, pesquisadores) e pelo público

³ A edição do livro “Educação Patrimonial: a experiência da Quarta Colônia”, organizada pelo PRODESUS (ITAQUI e VILLAGRAN, 1998b), documenta a teoria e a metodologia do Projeto de Educação Patrimonial, sua aplicação, impacto entre os alunos e comunidades. O livro foi produzido com a documentação do trabalho desenvolvido no projeto pelos professores, alunos e pais de alunos, tendo sido lançado no final de 1998.

consumidor (distribuição de exemplares nas escolas e na comunidade em geral). É possível dizer que essa é uma estratégia própria de tecnólogos do conhecimento, planejada conscientemente.

Segundo Phillips, Lawrence e Hardy (2004, p.642), “as ações que levam os atores a tentar ganhar, manter ou reparar legitimidade são mais prováveis de resultar na produção e disseminação de textos que deixam traços”. É o caso do uso de formas de intervenção simbólica - seminários, exposições, intercâmbio, documentação, edições de vídeos – , que, ao serem evocadas associadamente no texto, asseguram a fixação de uma imagem positiva da ação, garantindo sua legitimidade, quando disseminadas em contextos específicos, alvos de interesse de intervenção. Também a “*co-ocorrência*” das palavras divulgando, valorizando e animando, associadas a vários cenários político, econômico e cultural (locais das exposições) representa a utilização de estratégias retóricas para legitimar as novas formas de intervenção social.

Outra estratégia gerencial-discursiva, para disseminação das produções textuais, é o destaque da criação de um banco de dados, com a finalidade de subsidiar a realização de fóruns, exposições, publicações. Em relação às exposições, percebe-se sua relevância na fase de disseminação de idéias, visto ser uma das últimas etapas da programação do PREP, organizadas em três níveis: individuais (em cada escola), coletivas conjunto a escolas, (na sede de cada município) e regionais (apresentadas em diferentes localidades do Estado e do País). Compreende-se que se trata não apenas de um recurso pedagógico de disseminação/socialização de produções, mas um meio de desencadear mobilização para uma integração comunitária, essencial aos desenhos alternativos de desenvolvimento.

A importância destinada ao processo de disseminação textual tem outro ponto máximo, nessas fases históricas iniciais da constituição social: a utilização do campo de “interação midiática”, como um dos importantes veículos de divulgação das ações do PREP. A edição, durante anos, do **Informativo Quarta Colônia**, mais tarde, “**O Quarta Colônia**” - Jornal organizado pelo CONDESUS, com edição mensal -, é um dos principais

sinalizadores da utilização de recurso estratégico com uma tecnologia discursiva gerencial, delimitadora de processos de mudança social. Tais edições circulavam periodicamente em todos os municípios da Quarta Colônia – a tarefa de distribuição cobra aos alunos e era gratuita -, servindo para divulgação dos projetos e das vivências loco-regionais. Também houve, nesse período, de “quebra de barreiras ideológicas e hegemônicas” a elaboração e apresentação de programas semanais, em rádios comunitárias, por representantes da comunidade (professores, alunos, gestores) que reforçaram a ação estratégica.

No projeto de educação Patrimonial da Quarta Colônia, professores e alunos vão organizar e editar jornais, onde contarão ações e descobertas que estão fazendo e de que forma estão atuando. A proposta do jornal é criar uma verdadeira rede de informação ecológica-cultural, que possa incentivar e ampliar a conscientização da comunidade sobre o papel de cada indivíduo na construção de uma realidade sem destruição e poluição. Afinal, comunicar é fundamental para o homem. (Informativo PRODESUS, edição 1993)

Nós adotamos os jornais na escola, procurando utilizá-los dentro das matérias desenvolvidas. Após cada aluno levava para trabalhar com os pais, avós, vizinhos. Muitas vezes, o Jornal do PRODESUS se transformou no único meio de comunicação que a família do meio rural tinha (Coluna assinada por professora participante projeto PRODESUS – Informativo PRODESUS)

A colocação da rádio universitária ajudou muito. Hoje se está mobilizando a formação de rádios comunitárias em todos os municípios; pois, à medida que vai divulgando, as pessoas vão assimilando novos comportamentos. Com certeza, se você entrevistasse a comunidade há dois anos atrás era uma Nova Palma, hoje é outra...a rádio comunitária fez um papel diferencial aqui...é uma rádio apartidária...Não era normal as crianças irem para rádio falar. (Depoimento gestor municipal – Secretário de Cultura e Educação)

Buscando respaldo em Spink (1999) para análise desses fragmentos, compreende-se que, via campo midiático, discursos fundadores [como os do PROI e os do PREP] exercem a função estratégica de conquistar as comunidades e, ao serem distribuídos e disseminados, suas idéias passam a agir como discursos reflexivos para provocar assimilação de novas idéias e valores e, com isso, produzir diferentes objetos. Convém notar que um dos principais aspectos que chama atenção na análise dos documentos midiáticos arquivados é, novamente, a evidência da utilização de uma tecnologização discursiva gerencial. Isso se deve ao fato de que a maior parte da autoria das produções textuais e da organização das estratégias de disseminação, gira em torno dos mesmos produtores textuais e coordenadores do PROI e PREP. De

acordo com Bourdieu (1996), esse senso prático diferencial do que se deve fazer em determinadas situações (senso do jogo) é o sentido do *hábitus* de um agente, com disposições incorporadas, quase postural, ou seja, com suas capacidades geradoras de práticas distintas e distintivas.

Cada produtor, escritor, artista, sábio, constrói seu próprio projeto criador em função de sua percepção das possibilidades disponíveis, oferecidas pelas categorias de percepção e de apreciação, inscritas em seu *hábitus* por uma certa trajetória e também em função de sua propensão a acolher ou recusar tal ou qual desses possíveis, que os interesses associados a sua posição no jogo lhe inspiram. (BOURDIEU, 1996, p.64)

Complementando tal compreensão, segundo Bourdieu (1996, p.22), “os *hábitus* são diferenciados, mas também diferenciadores. Distintos e distinguidos, eles são operadores de distinções: põem em prática princípios de diferenciação ou utilizam, diferenciadamente, os princípios de diferenciação comuns”. Essa é mais uma importante compreensão de como o discurso contribui para a constituição de fenômenos sociais, desse modo reforçando compreensões anteriores.

Proposição 07: Os processos de disseminação textual, em direção à mudança social de base discursiva, necessitam de sujeitos sociais com *hábitus* distintos para desencadear intervenções diferenciadas.

Essa competência para redesenhar práticas de cunho discursivo, a fim de atingir uma efetividade institucional, confirma apreensões já explicitadas no decorrer da análise dos dados, sobre a atuação de exímios tecnólogos de discurso que (como no recorte a seguir) demonstram uma habilidade não só de produção textual, mas também domínio de distribuição e disseminação textual.

O jovem município de Silveira Martins assumiu o compromisso de propor e fomentar uma ação comunitária e de revalorização do seu patrimônio individual e coletivo, essência de sua própria cultura. Silveira Martins precisa conhecer, reconhecer, discutir e escrever sua

história. [...] O Projeto Identidade tem objetivo de resgatar a identidade sócio-cultural da 4ª Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul e discutir suas possibilidades de projeção. Como Objetivos específicos, tem o propósito de discutir o papel social, político e histórico dos imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul; estimular o intercâmbio entre pesquisadores e historiadores da 4ª Colônia do processo imigratório; Discutir ações concretas que permitem a projeção dos aspectos potencialmente operativos desta cultura; promover a integração cultural e econômica da 4ª Colônia com outras regiões do estado [...] O primeiro trabalho realizado pelo projeto foi uma conversa junto as pessoas com mais de 60 anos de idade, tendo apoio da SPHAN, hoje, Instituto do Patrimônio Cultural/RS. Também foi realizado um trabalho de levantamento de todo o patrimônio arquitetônico de Silveira Martins, juntamente com o antigo CDEC, atualmente, Secretaria de Cultura do Estado. Ao mesmo tempo começou a ser promovido painel sobre a importância do Patrimônio Cultural da 4ª Colônia. (Coluna assinada pelo Coordenador do PROI –Jornal A Razão, edição 27-07-1990)

As expressões grifadas nesse veículo de disseminação textual, evocam a intenção de sociabilizar um novo padrão de desenvolvimento e crescimento, para dar visibilidade e legitimidade ao fenômeno social em construção (“*modalidade*”). As expressões “também foi realizado, começou a ser promovido” se valem de um “*estilo*” discursivo (verbos no passado) que sinaliza o processo que está em pleno andamento e evidencia o esforço do autor do texto em legitimar a dinâmica das intervenções. Outras expressões (estimular o intercâmbio; promover a integração cultural; conversa junto as pessoas) também conferem o gerenciamento de significados por meio de disseminação textual. Quando disseminadas, com uma conotação sutil (“*ethus*”) de papéis a desempenhar, visam engajar outros atores com objetos e conceitos particulares, para que haja a construção de um processo de mudança sustentado em parceria.

Tal articulação discursiva, de base intertextual, estrategicamente mobilizadora de formas de interação social, materializa a estruturação de uma nova ordem social hegemônica, a partir da disseminação do sentido ideológico do Projeto de Educação Patrimonial, com interface num projeto político mais amplo de desenvolvimento loco-regional. De acordo com Fairclough (1995), essa é a emergência dos vários aspectos da tecnologização do discurso na modernidade tardia: reestruturar hegemonias dentro das ordens do discurso, como um elemento mais amplo das lutas para reconstruir hegemonias dentro de uma efetividade institucional.

Retomando o processo histórico de disseminação das idéias, na constituição sócio-cultural da Quarta Colônia, percebe-se outra importante estratégia gerencial: a organização de quatro Fóruns de Cultura. Estes encontros representaram não apenas um marco histórico não só do resgate identitário da Quarta Colônia, mas ainda de todo o processo de constituição de alternativas de desenvolvimento, estruturado a partir de uma prática discursiva de cunho integrativo.

Conforme depoimento do coordenador do PROI, o *I e II Fórum de Cultura da 4ª Colônia Italiana*, ocorridos em 1990 e 1992, respectivamente, tinham a finalidade de “acelerar o processo de resgate da identidade e *energizar* as demais comunidades vizinhas e herdeiras do patrimônio comum.

(1) Esse evento já não poderia mais ficar entre quatro paredes do município de Silveira Martins. Ele tinha que ser regional, pois a discussão deveria responder aos interesses da região. Em função disso, foram organizados os pré-fóruns nos municípios da região, discutindo com as comunidades a importância da preservação do patrimônio comum e a necessidade de engajamento regional na busca de saídas conjuntas para o desenvolvimento da região. [...]

(2) Toda a fundamentação do primeiro fórum era integrar a Quarta Colônia – antes era chamada região da colônia – até chamavam pejorativamente de gringolândia. Havia uma comunhão de carências que era impossível ser trabalhado, individualmente...O sentido de regionalidade começa com o trabalho nas escolas...Os municípios que hoje compõe a Q.C não eram integrados. Silveira Martins era excluído, Ivorá também. Os municípios não tinham história de articulação entre si. O município de Nova Palma não dialogava com o município vizinho – Faxinal. Havia disputas histórias muito fortes entre os municípios [...] Até hoje tem jogos de disputa. [...] Então o fórum começou a possibilitar a criação de alguns vínculos de aproximação. (Depoimento Secretário Executivo do CONDESUS)

Analisando o conjunto do depoimento, é possível apreender novamente a habilidade estratégica do produtor do texto. Inicialmente há uma centralização nas proposições do Fórum, voltadas para a disseminação de idéias sobre o comprometimento integrado, já, no segundo momento, a ênfase está em utilizar formas simbólicas para justificar a necessidade da ação integrativa. Em termos de recursos retóricos, há evidência do uso do “*tom*” *imperativo* (“ele tinha que ser regional”) para legitimar os novos padrões de referência discursiva, no desencadeamento do processo de mudança social. A associação intertextual da idéia de “desenvolvimento”, como “*pressuposição*” de “ação integrativa”, é também um outro recurso retórico explícito na fala.

Demonstra a intenção estratégica da *criação de novas posições de sujeitos* sociais como resultado à disseminação de novos estilos discursivos (gêneros).

A elaboração compreensiva acima é reforçada pela força simbólica do segundo recorte. A utilização de “*co-ocorrência*” entre as palavras ou expressões na mesma área de significação simbólica (gringolândia; municípios não tinham história; havia disputas histórias) associa a necessidade de difundir a idéia da mudança identitária como uma condição da mudança social. A **instituição, assimilação e/ou naturalização do termo “Quarta Colônia”**, nunca utilizado anteriormente, é um dos mais importantes indicadores da ocorrência desse processo, ou seja, as **idéias e os conceitos fazem sentido num contexto particular**. A assimilação do nome Quarta Colônia, um **novo capital simbólico**, substitui um estado hegemônico de naturalização pejorativa da identidade dessas comunidades de imigrantes, por uma nova identidade de caráter coletivo e de cunho emancipatório.

Tal processo explicita a dinâmica da interconexão dos ciclos das estratégias discursivas. Melhor dizendo, o uso de afirmações discursivas como gringolândia, municípios não tinham história (circuito de atividade) é divulgado pela disseminação para fazer sentido em situações específicas, (circuito de performatividade), ou seja, toma-se o novo objeto para fazer sentido em uma situação específica (valorização identitária na Quarta Colônia).

Outro aspecto interessante na análise dos fóruns, que funcionou como veículos de disseminação textual, é o empenho pela estruturação de um espaço social de legitimação micro e macro contextual. É o caso da composição dos participantes no evento, incomum na história desse contexto social, pois contou com a inclusão da comunidade loco-regional (gestores, professores, famílias, estudantes); com autoridades estaduais (governador) e internacional (consul da Itália) e ainda foram convidados palestrantes e pesquisadores de universidades que estudam a questão da identidade cultural. Essa representatividade de atores sociais com inclinação e status voltados ao tema central (valorização identitária), exerce um poder de “*autorizar*” a produção discursiva; desse modo, garantindo a posição do sujeito enunciador

(produtor texto). Este, por sua vez, visa legitimar as tentativas de manejar novos significados de identidade, de forma que todos apóiem suas intenções de modificar representações e, com isso, contribuiriam para a construção do processo de transformação social da Quarta Colônia. Essa autorização e legitimação são, estrategicamente, reforçadas quando utilizam, por exemplo, um veículo de comunicação de circulação e aceitação regional, como é o caso do jornal “A Razão, editado em Santa Maria/RS.

O público que pretende ser atingido é proveniente de territórios com integrantes da antiga 4ª colonização compreendendo os municípios Ivorá, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Dona Francisca, Jaguari, Nova Esperança do Sul, Julio de Castilhos e Santa Maria. Foram convidados pesquisadores e estudiosos da formação cultural rio-grandense. (Jornal A Razão, edição 27-07-1990)

Considerando que a publicação dessa matéria ocorreu um mês antes do evento, é visível o senso estratégico de legitimação do processo em construção, via disseminação textual. Tal diferencial é fortalecido pela proposição programática do Fórum (quadro abaixo), em que se percebe uma diversidade simbólica em relação às das atividades (conferências, painéis, festivais, exposições), a fim de consagrar a importância do resgate identitário.

Quadro 14 : Programação do I Fórum da Cultura da Quarta Colônia

Conferências e painéis:	<ul style="list-style-type: none"> • Causas econômicas e sociais da imigração italiana • As quatro colônias do Rio Grande do Sul • As origens da formação do 4º Núcleo colonial do Rio Grande do Sul; • Aspectos sócio-político e econômicos do 4º Núcleo de Colonização • Políticas de preservação cultural • Perspectivas de integração e desenvolvimento da 4ª Colônia
1º Festival da Mora do RS	<ul style="list-style-type: none"> • Conferência: O lúdico nas comunidades rurais italianas • Apresentação de estilos (Mora Cantada, Mora Corrida, Mora Muda) • Concurso da Mora
Exposições	<ul style="list-style-type: none"> • Desenhos, pinturas e fotografias sobre Silveira Martins • Mostra de inventários de bens culturais • Feira de artesanato e produtos coloniais da região

De um modo geral, associando o conteúdo programático do Fórum com os aspectos analisados anteriormente (convidados, apoio midiático), é possível dizer que o evento configurou a formação de um espaço social discursivo para produção-disseminação-assimilação de conceitos, idéias e valores, baseado no princípio de construção relacional. Tal processo culminou com a criação, em 1991, de um novo espaço institucional: *Secretaria Municipal de Cultura*,

Turismo e Desporto, em Silveira Martins, sendo o próprio coordenador do PROI, então secretário executivo do CONDESUS, que assume o cargo na época. Essa é uma nova prática social (circuito de conectividade) com novas posições de sujeitos, ligando relações materiais com novas acumulações conceituais para influenciar práticas emergentes na Quarta Colônia. É a prática discursiva contribuindo para constituição de uma nova prática social.

Esta pasta é que vai planejar, coordenar e executar as ações propostas pelo Projeto Identidade, aprofundando a política em andamento, oxigenada com o apoio de importantes instituições como 12ªCR do IPHAN, IPHAE, UCS, PUC e UFRGS e de pesquisadores locais [...]. Para o fortalecimento da proposta política da nova secretaria, foi necessário criar parcerias, cruzar informações e, fundamentalmente, conter os campanilismos locais e regionais. (Depoimento do Secretário Executivo CONDESUS)

Na fala, percebe-se uma intertextualidade claramente atribuída, que identifica ações e sujeitos do novo espaço social. A frase grifada evidencia o locus de formação de um novo *campo político* na Quarta Colônia. Este é constituído por um campo de força, cujas novas regras do jogo (planejamento, coordenação, aprofundamento político, fortalecimento de proposta) se impõem, estrategicamente, aos antigos atores envolvidos, mas não correspondem à nova lógica a ser instituída (criar parcerias, cruzar informações e, fundamentalmente, conter os campanilismos locais e regionais). A composição desse campo de força político pressupõe formação de um campo de luta pelo domínio de novos capitais simbólicos (conceitos de desenvolvimento, de sujeito social; novos modos de interação, novas posições..). De acordo com Bourdieu (1996), no interior desse campo, os sujeitos começam a se enfrentar, com meios e fins diferenciados, conforme as posições ocupadas na estrutura do campo de força, contribuindo, assim, para a conservação ou a transformação de sua própria estrutura. Nesse caso, a disseminação textual constitui-se num valioso recurso simbólico, ou seja, um tipo de capital para disputar a delimitação do campo de desenvolvimento da Quarta Colônia e a determinação dos seus integrantes.

De acordo com Bourdieu (1996), os elementos discursivos têm mais oportunidade de serem colonizados se forem disseminados entre agentes sociais inclinados – por proximidades no espaço das relações sociais e

também graças às disposições e aos interesses associados a essas posições – a se reconhecerem mutuamente e a se reconhecerem em um mesmo projeto. Tal disposição é perceptível nos fragmentos a seguir, em que a criação da narrativa é de autoria de um dos palestrantes convidados para o Fórum que mantém vinculação jornalística com umas das colônias que mais se desenvolveram no Estado, Caxias do Sul.

Já comentei, nesta coluna, que faz muito tempo que tive a oportunidade de conhecer aquela que foi a quarta colônia, em ordem cronológica, ocupada pelos imigrantes italianos. A sede, Silveira Martins só agora se transformou em município. Outros retalhos da colônia, desmembrados entre si, estão anexados a outros municípios da região. O sentimento dessa antiga colônia é o de que ela foi esquecida, enquanto se glorificavam as colônias do nordeste do estado. Mas agora não se pode mais dizer que continua esquecida. Muito vai-se ouvir dela. O ponto de partida dessa mudança está, seguramente, na emancipação política de sua sede (Silveira Martins) conquistada a duras penas e na seqüência de diversas tentativas frustradas. A principal mudança, porém, nasce do esforço que Silveira Martins vem empreendendo no sentido de afirmar sua própria identidade. O I Fórum de Cultura da 4ª Colônia”, realizado este mês, foi um passo gigantesco nessa direção. Esse evento manifestou duas coisas importantes. Primeiro, confirmou Silveira Martins como a liderança histórica natural das comunidades de cultura italiana da região. Segundo. Deixou clara a disposição daquela comunidade em buscar rumos novos para o futuro da região. A afirmação de uma liderança cultural naquela região é importante porque muito cedo a antiga quarta colônia foi fragmentada. Isso fez com que se perdesse os laços de integração, que agora começam a ser reatados. Apoiando-se umas às outras, as comunidades até então dispersas, poderão mais firmemente configurar sua identidade e sua diferença cultural. Isso é fator de saúde social. Ter a própria cultura reconhecida melhora a auto-imagem e lança raízes de confiança no futuro. A disposição de traçar um projeto para o futuro é particularmente decisiva para Silveira Martins e para a região, que vive a síndrome de ter passado de uma era de esplendor e riqueza para um período obscuro, que tende a ser visto pela população como período de decadência. Criou-se um espécie de sentimento coletivo de que nada mais dá certo, como se uma maldição tivesse se abatido sobre todos. Há uma preocupação, demasiada ansiosa por nossa parte de descobrir quais seriam as causas desse declínio. Bastante dessa preocupação transpareceu nos debates do I Fórum da Quarta Colônia. A busca dessas causas talvez seja necessária para demonstrar que elas não se situam numa importância coletiva, mas em fatores de ordem estrutural/institucional que fugiu, ao menos em parte, da capacidade de decisão da comunidade. Mesmo que esta tenha cometido erros de avaliação das oportunidades de desenvolvimento, a isto foi induzida pelas circunstâncias, e não deliberada recusa a fazer as opções corretas. Em outras palavras, descobrir as causas do declínio pode servir para agora fazer as escolhas certas para o futuro. O passado não deve servir para ser objeto de exercício mental, mas como lição para o presente. O fórum certamente contribuiu para isso. Depois dele, Silveira Martins ingressa definitivamente numa nova era. (Coluna de J.C.P., Jornal de Caxias do Sul, editado ano de 1990)

O destaque, neste texto, é o manejo (orientação) dos significados (conceitos, idéias, valores, intenções) de forma que suportem as intenções estratégicas do enunciador externo em garantir uma tomada de posição capaz de deslocar os significados para a comunidade de leitores. O discurso é

revestido de um “*tom*” intencional em evidenciar um esboço do cenário contextual, pautado numa regularidade discursiva, também verificada em outros recortes analisados. Tal regularidade retórica vale-se de “*equivalências*”, entre uma lista de fatos, de acontecimentos que criam diferenças em termos de significado – cenário de decadência (destaque em linhas tracejadas) e cenário em mudança (destaque em linha contínua) – no entanto, no conjunto, o primeiro significado condiciona a inevitabilidade do segundo. Dito de outra forma, a “*equivalência retórica*” argumentativa, aparentemente resolutive dos problemas da região, reveste-se de um caráter ideológico decisivo desse processo de disseminação textual: o desencadeamento de novas posições de sujeitos, pertinentes a novas práticas de desenvolvimento.

Essa tentativa de manusear significados via prática discursiva de disseminação de idéias, conceitos em torno de novos sentidos de desenvolvimento e regionalidade, permearam o **3º Fórum de Cultura da Quarta Colônia**, realizado em novembro de 1994. Tendo como objetivo fomentar a criação de ações regionais de desenvolvimento sustentável, tomando como base a preservação do patrimônio cultural, natural e histórico, esse espaço social culminou com a definição das **Diretrizes Básicas do Programa Regional de Desenvolvimento Integrado** da Quarta Colônia. É a ressonância da estratégia de performatividade, possibilitando novas acumulações de sentido para influenciar práticas emergentes.

Reunião científica de caráter internacional, o núcleo temático do 3º Fórum tratava da “Memória do desenvolvimento sustentável em uma Reserva da Biosfera”. Essa foi a conceituação que pautaria a nossa política de desenvolvimento: uma leitura do manejo integrado dos nossos recursos naturais e culturais, onde foram discutidos os temas: com especialistas nacionais e internacionais e representantes de instituições locais, regionais, estaduais e federais. Neste evento foram discutidas as diretrizes básicas para desenvolvimento sócio-econômico da 4ª Colônia. [...] Participaram conferencistas de renome internacional: Hugues de Varine (França), Ulpino Bezerra de Menezes (USP- SP). Neste evento foi proposto e aceito a indicação da Quarta Colônia como uma das áreas Pilotos da Reserva da Biosfera do Estado. (Recorte extraído do livro Quarta Colônia: Invetários técnicos flora e fauna)

A análise das expressões grifadas deste último bloco, investiga como o processo de produção e disseminação de idéias e conceitos (sobre o resgate

identitário) pode atuar, estrategicamente, para fazer sentido num contexto específico, engajando atores (conferencistas, gestores, comunidade em geral) e, com isso, desencadeando novas produções de significados e novas posições de sujeito. Essa compreensão diz respeito a como os discursos, recursos estratégicos, contribuem significativamente para garantir que certos fenômenos sejam criados e materializados. Essa é, de certa forma, uma ação estratégica que consiste numa resposta às pressões de mudança que legitimam e produzem ações, como é o caso da indicação da Quarta Colônia como uma das áreas Pilotos da Reserva da Biosfera.

Em resumo, após a imersão neste conjunto de informações é possível apreender que:

Proposição 08: A natureza estratégica-discursiva dos processos de mudança social não requer apenas competência no uso da linguagem, ou na escolha de pessoas que pensam e sugerem novas possibilidades, mas necessita de habilidades gerenciais para desenvolver estratégias efetivas de produção e disseminação textual, que possam garantir, quando aplicadas, que novos conceitos, novas posições de sujeitos sejam criadas para instituir novas práticas.

6.1.4 Assimilação textual: Produções de significado e criação de novas posições de sujeitos

Tomando por base o pressuposto anterior de que a produção e a disseminação textual não geram, por si só, ações sociais, o foco analítico dessa subunidade trata da receptividade [efeitos] desses textos pelos atores locais, expressada na *construção de novas significações identitárias* da realidade social da Quarta Colônia. o processo de internalização/assimilação textual trata da conectividade do enunciado (conceitos e idéias disseminados) a situações específicas - terceira fase dos circuitos da estratégia discursiva -, possibilitando novas acumulações de conceitos e de idéias, a fim de influenciar

práticas emergentes. Sob esta perspectiva diferenciada, a compreensão do discurso é orientada pelos seguintes questionamentos:

O que evidencia a internalização de práticas discursivas de produção e de disseminação textual?

Como as novas idéias, valores e símbolos naturalizados fazem sentido no contexto de ação?

Qual a relação entre a posição dos personagens que anunciam idéias, símbolos, textos e a receptividade destes campo em desenvolvimento da Quarta Colônia?

Com referência à ressonância dos *conceitos e das idéias*, produzidos e disseminados, sobre identidade cultural, a seqüência de depoimentos evidencia uma significativa receptividade e/ou internalização deles entre os atores sociais atuantes no contexto da Quarta Colônia, (gestores, micro-empresendedores, professores, comunidades em geral), para os quais a prática discursiva era dirigida.

O que podemos dizer é que esse processo foi incidindo no discurso da comunidade. Aqueles que achavam que isso era perda de tempo e de dinheiro, hoje, quando se referem a sua região, ao seu patrimônio cultural, a essas coisas que chamavam de velharias, caem em contradição no seu discurso. Começam negando e logo resgatam o valor do objeto negado [...] (Depoimento do Secretário Executivo CONDESUS)

Quando eu estudava na universidade, a gente era discriminada, pois faziam até “chacota” do nosso jeito de falar. [...] Então, eu não “abri a boca” durante a faculdade toda. [...] A gente negava essa identidade, pois tínhamos vergonha de nossas origens. [...] Eu falava dialeto com meus avós mas tinha medo de falar na sala de aula, medo de que os colegas fossem rir de mim. [...] Até hoje tenho dificuldade de falar em público e devo isso a tanto que me políciem na faculdade. [...] Então, com todo esse movimento na região, com o trabalho que tinha que fazer com os alunos na escola, fui aprender a falar italiano. Hoje sou professora de italiano, o dialeto já não falo mais. (Depoimento professora municipal)

Não tem nem comparação como eu me sinto agora, se comparado a uns dez anos atrás. Antes, a gente era visto como “gringo da colônia”, era uma coisa pejorativa. Hoje não, com esse intenso processo de resgate e valorização da cultura, quando a gente sai daqui as pessoas nos elogiam e comentam sobre o que temos aqui. As pessoas reincorporaram sua identidade. [...] Hoje, para fazer um curso de italiano, tem que ficar na fila de espera. O que era vergonha hoje é orgulho. [...] Para pessoas daqui e que colonizaram a região, hoje com 70 a 80 anos, este resgate tem um valor maior ainda, pois eram proibidos de falar italiano no tempo de Getúlio Vargas. Quem falasse italiano ou alemão, era cadeia certa. (Depoimento gestor municipal -secretário de cultura)

As pessoas tinham vergonha de chegar na cidade grande e dizer que eram da colônia. Quando perguntavam de onde elas eram, diziam ser de Santa Maria. [...] Ser da colônia e ser descendente de italiano era vergonhoso, era pejorativo. [...] Hoje já não ter mais vergonha de nossa identidade, já é um grande avanço. (Depoimento gestor municipal: secretário de

agricultura)

Eu trabalhei com o Projeto Identidade na escola e foi maravilhoso, pois serviu não só para mudar a forma de nos olharmos, mas também para repensar a educação que deve envolver a comunidade. Até meu marido se envolveu nisso. Agora ele mudou a maneira de pensar. Valoriza e resgata os objetos antigos. [...] Eu sempre fui de guardar mas ele queria jogar tudo fora. O velho tem muita história. (Depoimento professora municipal e micro-empresendedora local: setor turismo)

As narrativas tornam explícita a desnaturalização das convenções de identificação cultural e a inauguração de novos significados assimilados pelos atores sociais da Quarta Colônia. Essa afirmativa pode ser evidenciada em todas as falas anteriores, em que há uma “equivalência” retórica entre a assimilação de um comportamento histórico de negação da identidade (a gente era discriminada, a gente negava essa identidade, tínhamos vergonha de nossas origens, antes a gente era visto como “gringo da colônia”) e, subsequente, a formação de novos significados (o que era vergonha hoje é orgulho, agora, ele mudou a maneira de pensar). Essa **naturalização de (re)posicionamentos** sinaliza que as estratégias discursivas de produção e de disseminação textual foram internalizadas, isto é, a introdução de idéias, valores e símbolos sobre a identidade fizeram sentido no contexto particular desses sujeitos sociais, no caso, os gestores municipais

Especificamente, o último recorte reflete a ação das produções textuais (PROI, PREP), modificando entendimentos individuais e o conseqüente engajamento coletivo (eu trabalhei com o Projeto Identidade na escola e foi maravilhoso pois serviu não só para mudar a forma de nos olharmos, mas também para repensar a educação que deve envolver a comunidade). Isso permite compreender que os respectivos projetos funcionaram como uma espécie de agenda orientadora, para a formação da autoconsciência individual e coletiva, objetivando que os sujeitos se tornassem agentes corporativos capazes de ações coletivas para moldar mudanças sociais. Esse recorte também possibilita entender que a mudança de natureza discursiva depende dos interesses que orientam os agentes em função das posições assumidas no campo. Essa é a lógica da constituição de significados que, segundo Castells (1999), se dá por

meio de processos de individualização, isto é, só ocorre se os atores sociais mostrarem disposição para a internalização das novas regras de funcionamento.

Ainda sobre tais processos de desnaturalização e internalização evidenciados nesse contexto local, sente-se a necessidade de aprofundar a discussão sobre o efeito ideológico que tais processos de construção de significados determinam nos atores, nesse momento histórico de constituição do campo. Em termos de estratégia gerencial, questiona-se se esses agentes (gestores) estariam legitimando novas relações de dominação, resultantes de uma *racionalidade instrumental* (RAMOS, 1989; FAIRCLOUGH, 1999), própria das sociedades modernas centradas no mercado, cuja finalidade das intervenções é maximizar a efetividade de formas de produção econômica?

O que tem se tornado mais claro, até o momento, é a necessidade de haver um cuidado de não orientar a análise, a partir desse efeito das formações discursivas, com sabor pesadamente estrutural-funcionalista; pois, de acordo com Fairclough (2001a), sujeitos são moldados por práticas discursivas estruturais/institucionais, mas também são capazes de remodelar e reestruturar essas práticas. Assim sendo, ao preferir o termo sujeito, Fairclough (2003) enfatiza que os agentes têm seus próprios poderes causais que nem sempre são redutíveis aos poderes causais das estruturas e práticas sociais.

As práticas homogêneas da modernidade não são uma jaula de ferro - é possível se tomar posições em relação a elas, e constituir uma identidade e uma diferença dessa forma. Além disso, uma maior reflexividade - uma maior capacidade de usar conhecimento sobre a vida social e transformá-la parece ser uma característica da sociedade moderna atual, a qual tem se referido como "modernidade reflexiva". Agência intitula-se aqui como reflexividade. Os agentes podem perseguir estratégias no discurso. Isto inclui estratégias com respeito ao discurso - eles podem de forma consciente interferir na aplicação do seu conhecimento das práticas de linguagem, modificando tais práticas de linguagem como parte de estratégias mais amplas de mudança. Tal agência com respeito ao discurso parece estar, de forma crescente, moldando a modernidade tardia - p.e., o gerenciamento de forma consciente intervém na modificação da prática da linguagem no trabalho como parte de uma estratégia para transformar os locais de trabalho. (FAIRCLOUGH, 1999, p.15)

Tal perspectiva, com interface no campo dos estudos críticos da administração encontra respaldo também em Guerreiro Ramos (1989, p. 129), que afirma que, num processo gerencial de internalização discursiva, pautado numa racionalidade mais substantiva e menos instrumental de interação simbólica, “não há comportamentos funcionais que devam ser julgados do ponto de vista de estratégias instrumentais ou de regras técnicas, mas antes ações ou atitudes de sujeitos, definidas a partir de um plano de reciprocidade de perspectivas”. Isso significa que os sujeitos sociais não são posicionados de modo passivo, mas capazes de agir como agentes e, entre outras coisas, de negociar seu relacionamento com tipos variados de discurso a que eles recorrem.

É pertinente salientar que, até o presente momento da análise, nesse processo de transformação identitária da Quarta Colônia, há uma espécie de regularidade discursiva para atingir novos posicionamentos, como identidade social, tendo como eixo central a influência da prática discursiva no modo como as pessoas se auto-identificam ou são identificadas com os outros. Nesse caso, de acordo com Fairclough (2003, p.159), o papel fundamental da prática discursiva tem como ponto de partida os sujeitos sociais com “a formação de novos estilos de identidade coletiva, no sentido de atuar no processo social para atingir a ação coletiva, através da conversação no contexto”.

De uma maneira geral, os depoimentos, até então analisados, evidenciam que essa dinâmica de transformação de significados e de formação de novas posições de sujeitos é resultante do caráter estratégico das práticas de produção e de disseminação textual que desencadearam processos de reflexividade dos sujeitos sociais. Atingir uma nova identidade social, na Quarta Colônia, mostra-se como uma questão de ser capaz de assumir papéis sociais, de forma a investir nas próprias personalidades dos atores individuais (identidade pessoal) e grupais (identidade coletiva). Os trechos a seguir enfatizam esse processo, revelando como os sujeitos se identificam a si

mesmos e como são identificados pelos outros, em decorrência da seqüência de estados de socialização, interiorização e naturalização do evento discursivo.

Muito da história foi perdida. [...] Apenas de quatro a cinco anos para cá é que se começou a sentir o impacto do despertar pelo interesse de preservar a nossa cultura de um modo mais generalizado nos municípios. [...] Sinto claramente, que de um tempo para cá é que começou essa coisa de cuidar da história. Acho que houve uma forma de mentalização de tanto falar nisso nesses últimos anos. [...] A criação da Quarta Colônia fortaleceu muito esse movimento (Depoimento empreendedor local: Guia turístico)

Até 1991 ou 1992, Deus nos livre alguém dizer que era italiano ou colono, no ambiente das escolas desses municípios rurais. As pessoas tinham vergonha de sua descendência. Eu morava aqui na região e nós discriminávamos quem vinha do interior estudar aqui. Hoje, não é mais assim. Hoje, é um orgulho ser da região. (Depoimento gestor municipal: secretário da educação)

A Quarta Colônia proporcionou um resgate das várias culturas que existem na região. [...] Realmente, não existia esse termo Quarta Colônia e sim municípios. [...] Mas agora está sendo difundida essa idéia de valorização, de uma região com possibilidades de desenvolvimento. [...] Pessoas da administração acreditaram que aqui tinha um potencial a ser descoberto. (Depoimento gestor municipal: prefeito)

Hoje, a Quarta Colônia é um potencial que a gente tem. Depois que surgiu a Quarta Colônia é que foi possível a gente conhecer o potencial das pessoas, a grandiosidade dos municípios. A gente troca idéias, faz amizade e nos informamos. (Depoimento micro-empendedor local: agroturismo)

Hoje, se eu vou numa reunião em Porto Alegre sobre qualquer assunto e se eu falar em Quarta Colônia o pessoal reconhece, a marca pegou. (Depoimento gestor municipal: prefeito)

Esses depoimentos são extremamente importantes, já que representam o desfecho de um empreendimento discursivo, centrado num óbvio sentido de reconstrução de identidade social, tendo como referência a legitimação simbólica da constituição de um *novo espaço social*, a Quarta Colônia. Os princípios que delimitam esse espaço, discursivamente estruturados, são determinados pelas novas posições que os agentes ocupam. Nesse sentido, os fragmentos em destaque denotam a existência de um movimento estratégico de articulação discursiva voltado à mudança de comportamento individual e coletivo (“de um tempo para cá, é que começou essa coisa de cuidar da história” “houve uma forma de mentalização de tanto falar nisso nesses últimos anos”). É a incorporação de novos *hábitus*, dentro de corpos individuais, sob a forma de esquemas mentais de percepção, compreensão e ação, ancorados em certas formas de poder - tipos de capital - (BOURDIEU, 1996).

Essa disposição para gerar novas condutas, no campo social da Quarta Colônia, é resultante da interconexão entre circuito de atividade (produção de conceitos e idéias - via projetos), de performatividade (disseminação das idéias - via fóruns, jornais, publicações, etc.) criando um circuito de conectividade, quando conceitos são anexados com sucesso a objetos específicos (legitimação da Quarta Colônia). Como resultado, **novas representações simbólicas, crenças e valores emergem** (a criação da Quarta Colônia fortaleceu muito esse movimento; hoje, é um orgulho ser da região; a Quarta Colônia proporcionou; não existia esse termo Quarta Colônia e sim municípios; hoje a Quarta Colônia é um potencial que a gente tem, depois que surgiu a Quarta Colônia), legitimando-se não apenas no contexto específico, mas ainda em diferentes fronteiras escalares (local, regional, nacional ou internacional).

Essa identificação dos sujeitos, oriundos de diferentes espaços territoriais (municípios), com um novo espaço social - Quarta Colônia -, é representativa da constituição de uma nova identidade coletiva. Mais especificamente, há uma ressignificação do sentido de pertencimento a um novo espaço social que implica, segundo geógrafos críticos (RAFFESTIN,1993; BOISIER,1995; BECKER,1997a), num movimento de revisão da idéia determinista de espaço territorial, a partir da emergência de novos usos e significados de território e espaço social. Nesse sentido, o território não é visto apenas como um recorte geográfico, pois tem denotado, segundo Becker (1997), a existência de intervenções e concepções de maior complexidade. Para além dessa compreensão de espaço físico, Raffestin (1993) metaforiza o território como um “espaço vivido”, que contém um campo de possibilidades, onde os atores podem construir vários tipos de tessituras e articulações.

Essa interpretação da **resignificação de um novo espaço social vivido** a partir de um resgate identitário de um objeto conectante - a Quarta Colônia - influencia a constituição de novos arranjos contextuais e as conseqüentes práticas discursivas futuras (reinício dos circuitos da estratégia discursiva), conforme sinaliza a seqüência de depoimentos.

(1) Os reflexos dessa política centrada em projetos de resgate ao patrimônio, começam a ser percebidos. Prédios começam a ser pintados e restaurados; elementos que estavam em completo abandono passam a ter um papel destacado, como objetos decorativos. Saindo dos porões, dos cantos dos galpões, eles passam para espaços de uso social. Enfim, as localidades começam a se preocupar com o seu patrimônio e colocam a preservação desse elementos como prioridade. [...] Prédios antigos começaram a ser recuperados e utilizados como pontos turísticos. A capela do Rosário em Silveira Martins – a primeira construção de italianos e totalmente abandonada - foi restaurada em sistema de mutirão; bancos de memória foram criados em Nova Palma, Faxinal da Palma e Pinhal Grande. [...] (depoimento professora local)

(2) [...] Então começamos a utilizar a nossa identidade como recurso diferencial no negócio de turismo que envolve a culinária italiana. [...] Eu adorava a sopa de minha vó (“menestra”), então, comecei a servi-la e o pessoal de fora adorou, pois nunca tinham ouvido falar neste nome. A gente está tentando resgatar, no nosso empreendimento, aquelas coisas básicas que aprendi com minha avó. Estou buscando ajudantes no cardápio que ainda mantêm essas características de cozinha. [...] Eu tive que resgatar aquilo que vagamente lembrava da minha infância para poder ter um rótulo diferenciado para oferecer ao turista. (Depoimento de empreendedora turística local)

(3) Estou aqui há mais de seis anos. Encantei-me com a região e não fui mais embora. Esta área estava abandonada e comecei a construir a pousada. Eu sou de fora e um dos maiores entusiastas da Quarta Colônia (Depoimento de empreendedor turístico)

(4) Quando festejamos 120 anos de imigração italiana em Caxias do Sul, o prefeito de Nova Palma e eu fomos à Caxias numa reunião com o consulado italiano e nos apresentamos como prefeito da Quarta Colônia. Sentimos que eles levaram um susto tão grande que ficaram inquietos durante toda a reunião. Eles não entendiam o que esses prefeitos teriam a dizer, pois nunca tínhamos estado oficialmente representando a nossa região. Depois, fomos numa segunda vez divulgando o Projeto Regional de Educação Patrimonial, capitaneado pela insistência do secretário executivo do consórcio. Fizemos um coquetel, uma exposição. Foi um sucesso. Depois, fizemos uma exposição na usina do Gasômetro com um coquetel à base de produtos coloniais (pão, queijo, salame, vinho) foi inesquecível. Isso tudo começou a se somar, a criar uma outra estrutura, uma outra identidade, uma nova possibilidade de sustentar o desenvolvimento da nossa região (Depoimento gestor municipal: prefeito)

(5) Hoje, eu ainda me surpreendo com o impacto dessa assimilação. Eu fui numa reunião, há um mês atrás, na FAMURGS, e estavam lá 250 prefeitos reunidos. Aí surgiu um assunto em torno de um movimento tal e perguntaram quem representava a Quarta Colônia. [...] Nas reuniões da HEMICENTRO, que são 34 municípios do Estado, o pessoal se refere à Quarta Colônia (Depoimento gestor municipal: prefeito)

(5) A gente percebe que a mudança de comportamento começa a ser sentida entre jovens, velhos e todas as idades, mas ainda é comum encontrarmos pessoas com vergonha do que têm. Ontem mesmo dois jovens vieram nos perguntar muito constrangidos sobre o que poderiam fazer em suas propriedade. Mas estavam repletos de vergonha. Vergonha de morar no interior, de voltar para o interior depois de ter saído e estudado. Então, isso é coisa que a gente ainda sente. Depois comecei a falar da beleza de suas propriedades e que muitos dariam tudo para ter um local desses e fazer um investimento como abrir uma pousada, sem ter que investir muito. [...] Existe uma demanda e eles precisam se organizar. (Consultor técnico instituição A)

Os depoimentos novamente revelam que a atividade discursiva, por si só, não significa que um novo objeto e novas posições de sujeitos necessariamente serão criadas, ao menos que, quando aplicada a contextos

particulares dê sentido a determinada situação, permitindo a produção de novas ações e interações. Por isso a importância de analisar, mais profundamente, a conexão entre o circuito da performatividade e o da conectividade, destas atividades discursivas, ou seja, entender como e por que as afirmações e as idéias propostas nos projetos são recebidas pelos atores sociais.

Nesses termos, avaliando o impacto da prática de produção e de disseminação textual, percebe-se que, em todos os recortes, há um discurso materializado simbolicamente sobre situações cotidianas do contexto vivido dos atores sociais da Quarta Colônia. Esse discurso envolve desde a **tomada de posições dos sujeitos** (então começamos a utilizar a nossa identidade como recurso diferencial no negócio de turismo que envolve a culinária italiana; a gente está tentando resgatar, no nosso empreendimento, aquelas coisas básicas que aprendi com minha avó; nunca tínhamos estado oficialmente representando a nossa região) até à **necessidade emergente de acúmulo de novas informações para gerar novos discursos e, conseqüentemente, novas práticas sociais** (isso tudo começou a se somar, a criar uma outra estrutura, uma outra identidade, uma nova possibilidade de sustentar o desenvolvimento da nossa região; existe uma demanda e eles precisam se organizar).

A análise compreensiva dessa coleção de textos sobre a constituição do resgate da identidade da Quarta Colônia, numa perspectiva discursiva, leva à seguinte proposição:

Proposição 09: As práticas discursivas moldam/constituem as experiências individuais e coletivas e as respectivas ações, desde que formem significado para os sujeitos a quem são dirigidas, determinando, assim, o que é possível ou não fazer num contexto histórico de possibilidades.

Considerando que a finalidade analítica deste capítulo se centra na apreensão da natureza discursiva da formação identitária e em sua correspondência com a constituição do campo de desenvolvimento da Quarta Colônia e tomando-se por base a representação gráfica dos circuitos de

produção discursiva, opta-se por elaborar o quadro a seguir para tornar mais claro a síntese das principais conexões entre estratégia discursiva e estratégia gerencial, engendradas no interior de um campo de força.

Quadro 14: A natureza discursiva da configuração do CDICQ, em seu marco inicial de constituição identitária

Limites do campo	<p>Os limites do CDICQ, em seu marco inicial de constituição, é definido por atores com poder de interferir nas regras do jogo (desarticular regras vigentes e rearticular novas regras), que envolvem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • agentes com sistema de disposições incorporadas que permitem associar estratégias gerenciais a estratégias discursivas; • agentes que incorporam o sentido do jogo, tendo, assim, suas funções ampliadas: gestores, técnicos, educadores. <p>Os limites do campo está veiculado à necessidade de mudança do cenário de desenvolvimento econômico-social e cultural, por isso as fronteiras são ampliadas com a naturalização de novos conceitos de identidade coletiva.</p>
O que é disputado no campo	<ul style="list-style-type: none"> • Legitimidade da práticas de produção e disseminação textual. • Ocupação de posições de gestores, com habilidades discursivas que garantam a voz.. • Produção e assimilação de novos conceitos: sujeito interacional; identidade e desenvolvimento sustentável. • Instituição do campo de “interação midiática” de caráter científico-pedagógico, centrado na realidade cultural loco-regional. • Naturalização do sentido de pertencimento à “Quarta Colônia”, como um novo capital simbólico. • Substituição do estado hegemônico de naturalização pejorativa da identidade existente por uma nova identidade de caráter coletivo e de cunho emancipatório, capaz de assumir novos papéis sociais. • Instituição de um novo espaço social vivido a partir de um resgate identitário de um objeto conectante - a Quarta Colônia, utilizando a identidade como recurso diferencial nos novos arranjos sócio-econômico-culturais. • Apropriação das vantagens simbólicas associadas à posse de uma identidade legítima, quer dizer, suscetível de ser publica e oficialmente reconhecida.
Tipos de capital para disputa	<p>Os agentes detêm, como poder para impor transgressões e unir elementos em novas combinações de desenvolvimento, dois tipos de capitais essenciais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Competência estratégica discursiva (inovação para o contexto local) • Competência estratégica gerencial <p>O acúmulo desses dois capitais detém o poder de instituição simbólica de novas hegemonias que permitem consagrar os resultados desse jogo em favor da capacidade criativa dos jogadores que detêm o poder simbólico.</p>

Produção de símbolos	<p>Constituição do <i>cenário discursivo de animação sócio-cultural</i>, desencadeada por uma visível intenção e habilidades gerenciais, engendradas por interesses de redefinir uma nova tomada de posição dos atores no contexto loco-regional</p> <p>Simbolização da existência de uma identidade negada no contexto local: “cultura abafada”, “entidade enrustida” Envolve eventos e espaços sociais ancorados em significados identitários:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto Identidade (PROI) • Programa de Educação Patrimonial (PREP) • Quarta Colônia
-----------------------------	---

O produto geral desse jogo discursivo, pautado numa construção simbólica e socializada num contexto específico, mostra ter atingido sua finalidade, isto é, a de impactar, loco-regionalmente, as instâncias sócio-política-econômica-cultural, através da produção, disseminação e assimilação de conceitos, idéias e símbolos. Como consequência, articularam-se, nesse momento de constituição do CDIQC, novas estratégias de desenvolvimento que beneficiariam, essencialmente, os interesses dos atores que aderem às novas regras do jogo (políticos, educadores, empreendedores).

6.2 A DIMENSÃO INTERACIONAL NA AFIRMAÇÃO DO CAMPO DE MUDANÇA SOCIAL

O foco da análise crítica do discurso, desta unidade, continua voltada ao contexto em mudança da Quarta Colônia e examina, por sua vez, o processo pelo qual objetos discursivos, referentes às formas materializadas de identidades desencadeiam novos modos de ação e de interação, inculcados num processo permanente de produção social. Vale salientar que essa delimitação da função relacional, como segundo eixo norteador para a compreensão da natureza discursiva na constituição de ações sociais, ocorre porque ela é vista como capital central de afirmação do campo de desenvolvimento da Quarta Colônia.

Tal percepção é decorrente da análise processual dos circuitos da produção discursiva, efetuada na unidade anterior, em que se identificam novas tomadas de posições e novas práticas identitárias, que desencadeiam a instituição de novas configurações relacionais, neste contexto histórico em permanente transformações. Dito de outro modo, as formas de interação social que estruturam esse campo, são geradas a partir de uma base discursiva de ação identitária acumulada. Essa é uma espécie de “indução de práticas fundadas na experiência anterior” (BOURDIEU, 1996, p.145), ou seja, as estratégias de intervenção dependem do espaço de possibilidades, herdado de lutas anteriores, que tende a definir os espaços de tomadas de posições e a orientar a busca de posições. Em virtude disso, o eixo analítico dessa unidade é orientado pelas seguintes questões:

Como o discurso modificado sobre a identidade social, influencia a constituição de novas formas de relacionamento?

Que tipos de mudança de capitais simbólicos (organizacionais, sociais, políticos, etc.) os novos processos discursivos desencadeiam, para redefinir/reestruturar a instituição de novos domínios de interação do campo de desenvolvimento da Quarta Colônia?

6.2.1 Produção e disseminação textual e os modos de interação social

Partindo da noção de que *formas de interagir*, no curso de eventos sociais, nunca são somente discursivas, mas são freqüentemente e principalmente discursivas (FAIRCLOUGH, 2003), faz-se necessário examinar a dinâmica das atividades de produção e de disseminação textual que delinearam possibilidades de constituição de novos arranjos relacionais inseridos no espaço social da Quarta Colônia. Para tanto, formula-se algumas questões mais específicas, tais como:

Quais as produções textuais que são mais representativas das novas construções sociais

Quais afirmações discursivas, idéias e símbolos, cujo significado de relacionamento são geradas no novo espaço social identitário?

Como as práticas estratégicas de produção e de disseminação textual e práticas estabelecem correspondência com práticas gerenciais?

Há ideologia dominante? Se há, quais formas simbólicas estão associadas?

6.2.1.1 Os marcos institucionais da produção discursiva: PRODESUS e CONDESUS

A partir das acumulações política, social, ideológica, formadas em torno do Projeto Regional de Educação Patrimonial, desencadeia-se, em 1995, a criação do *Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia/RS (PRODESUS)*. Considerado um marco da viabilização de alternativas de desenvolvimento para região, essa produção textual determina um modo de interação entre sete dos nove municípios, que atualmente compõem o *Consórcio de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS)*. Com duração de

quase uma década, suas propostas de intervenção são transpassadas pela ideologia do Projeto de Educação Patrimonial, introduzindo novas articulações lingüísticas pautadas na idéia da sustentabilidade ambiental e das ações integradas regionalizadas.

Se se analisar a gênese contextual evolutiva, percebe-se que tais projetos constituem-se numa complexa coleção em andamento de conceitos, idéias, ideologias, tomadas de posições relacionadas à ampliação de espaços de possibilidades de interação social numa interface histórico-contextual (valorização do patrimônio histórico cultural e ambiental). Correspondentemente, eles determinam a constituição de sistemas de significação (crenças, valores), fontes de produção ideológica, que impactam pelo modo de pensar, de se valorizar, de interagir e de se organizar uma nova identidade de cunho relacional cooperativa-participativa, como é o caso do PRODESUS.

As ações até o momento desenvolvidas, nos permitem olhar o desenvolvimento local de forma mais ampla, complexa, ao mesmo tempo mais rica e desafiadora. É como se a dinâmica interna de região tivesse mudado, seus ritmos tivessem sido acelerados, levando-nos a questionarmos tanto as partes como o todo. Nessa tomada de consciência, é que está o fato transcendental desencadeado pelos projetos como PROI e PREP: já não podemos mais pensar no resgate de nossos patrimônios sem pensar no desenvolvimento e sem discutir a nossa regionalidade. Esse sentido de conjunto, de integração, de regionalidade é que nos dará espaço e força política para canalizar energia e transformá-la social e economicamente. (Coordenador técnico PRODESUS -Texto extraído do Projeto de Desenvolvimento Sustentável, 1996)

A preservação e valorização das identidades loco-regionais demandam o desenvolvimento de políticas afirmativas dos laços e interesses comuns, dos elementos articuladores e integradores das relações locais (culturais, naturais e econômicas) e que se ramificam instituindo os vínculos e sentidos da regionalidade. (ITAQUI, 2000)

A análise desses recortes evidencia, novamente, a associação entre estratégia discursiva e estratégia gerencial na utilização de retóricas lingüísticas, para desencadear novos significados no espaço social da Quarta Colônia; agora, focalizando as novas regras para o desenvolvimento da região e tendo, na nova dinâmica identitária, o novo capital de disputa no campo.

A utilização de expressões como “nos permitem olhar”, “já não podemos mais pensar no resgate sem pensar no desenvolvimento”, “nos dará espaço e força política para canalizar energias”, “demandam o desenvolvimento de políticas afirmativas”, é indicativa de uma preocupação intensiva com a disseminação de idéias, conceitos e símbolos para evocar um novo sentido de desenvolvimento (poder ideológico atuando). Há o uso de formas sutis de argumentação (“*estilo*” discursivo) que jogam com relações de poder (apelo à emoção, ao comportamento), como estratégias argumentativas da inevitabilidade da continuidade do processo de mudança. Tal análise evidencia que a introdução das concepções de desenvolvimento e regionalidade passa a ser alvo das novas intervenções, marcadas por disputas políticas, que se valem de um processo estratégico de articulação simbólica da linguagem.

O quadro clareia estes indícios de que as propostas do PRODESUS estruturaram-se a partir de uma espécie de esquema mental de produção simbólica, que incorpora formas retóricas de articulações organizacionais, como estratégias gerenciais para impor legitimidade hegemônica às novas possibilidades de intervenção.

Quadro 16 - Síntese das estratégias gerais de intervenção PRODESUS

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. <u>Gerenciamento integrado</u> dos recursos naturais da Quarta Colônia, com o objetivo de fazer um mapeamento ambiental, identificando as espécies e os índices de cobertura florestal atual. 2. <u>Desenvolvimento</u> da agricultura <u>sustentável</u> pela implantação de <u>unidades didáticas</u>, teórico-práticas e integradas, para qualificar os agricultores e os técnicos da região a fim de que utilizem processos de <u>agricultura sustentável</u> e <u>novas alternativas de produção</u>. 3. <u>Ações integradas</u> de <u>turismo ecológico</u>, rural e cultural com a identificação de trilhas ecológicas, para desenvolver turismo e gerar alternativas de trabalho, além de incentivar atividades que contribuam para a preservação do patrimônio ambiental, social e cultural. 4. <u>Educação ambiental</u> do patrimônio nas escolas, nas associações comunitárias, nos cursos de formação professores e, ainda, viagens de estudo, dias no campo e palestras. |
|--|

Fonte: Projeto de Desenvolvimento Sustentável (1996).

A “*nominalização*” é um dispositivo retórico identificado neste quadro (expressões em destaque), sendo utilizada para direcionar a atenção do público alvo (gestores locais, gestores estaduais, técnicos, pesquisadores e comunidade em geral) para a necessidade de “*padronizar*” novas categorias

relacionais, como condição à implementação de alternativas de desenvolvimento. Tem que ver com a pretensão de verdade, ou seja, uma espécie de reivindicação categórica, que envolve comportamentos e atitudes dos atores loco-regionais. Esse é o modo de instituição da nova ordem social que orienta o campo de desenvolvimento da Quarta Colônia. Segundo Fairclough (2003), tal modo de articulação textual representa a tentativa de legitimar idéias e conceitos, que se inserem num processo geral de legitimação social, política, econômica e cultural, pelo qual estão em jogo as viabilidades de instituições que detêm o poder. Ou seja, pelos meios discursivos, como a proposta do PRODESUS, tenta-se assegurar a legitimidade de novos poderes institucionais que configuram espaços sociais em transformação.

Analisando a constituição do Campo de Desenvolvimento da Quarta Colônia como um campo de produção de novos modos de interação, há de se reconhecer os vários tipos e quantidades de recursos ou capital disponível que esses produtores de textos empregam para disputar o domínio pelas novas configurações. Assim, identifica-se, nos recortes anteriores do PRODESUS, uma variedade de regras, convenções e esquemas flexíveis. De acordo com Thompson (1995, p.367), esses esquemas não são regras muito explícitas e claramente formuladas, mas estratégias implícitas e tácitas. Segundo o autor, elas existem na forma de conhecimento, gradualmente incubado e continuamente reproduzido nas atividades comuns da vida cotidiana

Outro aspecto interessante que emerge desses recortes e pode-se analisar, de acordo com Bourdieu (1998b, p.145), é a luta pela produção e disseminação de textos singulares que corresponde a “luta pela imposição de visões de mundo social, onde os agentes [produtores de texto] detêm um poder à proporção de seu capital; quer dizer, em conformidade ao reconhecimento que recebem de um grupo”. Em outras palavras, a autoridade estratégica (interlocutores do PROI e PREP), que mostrou fundamentar a eficácia performativa da ação discursiva na constituição identitária da Quarta Colônia, tem continuidade nesse momento histórico de proposição de alternativas de desenvolvimento, via PRODESUS. Como visto em Phillips e Hardy (2002),

essa é a lógica da estratégia no sentido discursivo, isto é, a própria ação refletindo práticas organizacionais em inter-relação com as mudanças contextuais.

Nesse contexto discursivo de reconhecimento do PRODESUS, pode-se vislumbrar a instituição de um processo sistemático de integração entre atores sociais, vinculados à proposição de alternativas de desenvolvimento loco-regional. Segue-se o reconhecimento de que a **configuração de campo de desenvolvimento interacional da Quarta Colônia é de construção simbólica**, com apoio em uma análise compreensiva dos jogos de linguagem usados por atores com domínio em estratégias discursivas. Conforme Bourdieu (1998b), tais jogos e estratégias têm a finalidade de “impor” definições e visões do mundo social, de acordo com as posições que os sujeitos ocupam nesse campo, numa luta que é propriamente simbólica. Os textos a seguir evidenciam a utilização de estratégias discursivas para a produção de capitais simbólicos que nortearão os limites do campo e os respectivos processos de disputa, neste momento da história, em que o campo assume legitimação social. É a luta pela legitimação de ações alternativas de desenvolvimento sócio-econômico, a partir da **disseminação de novas ordens de discurso**, voltadas para firmar o monopólio de um novo capital simbólico: produção de novas regras de desenvolvimento com base em novas formas de ações cooperativas e de interação loco-regional.

(1) O projeto terá garantia de sustentabilidade tanto financeira como política e social. A sustentação financeira será dada principalmente pelo Fundo Rotativo de Desenvolvimento Sustentável (FDRS). [...] Esse sistema proporcionará a um agricultor ou, de preferência, a um grupo de agricultores, propor um projeto de agricultura ecológica, com uma série de práticas integradas. [...] Além desse fundo, haverá, em conseqüência da implantação do PRODESUS e seus sub-projetos, uma forte dinamização da economia regional, em especial no setor agrícola e no turismo ecológico, rural e cultural, de modo a promover a geração de recursos para que esses setores financiem, por si só, as suas futuras atividades. (Texto extraído do Projeto de Desenvolvimento Sustentável, 1996)

(2) Outro importante aspecto da sustentabilidade, este do ponto de vista sócio-político, é o forte desejo e empenho das municipalidades da Quarta Colônia e demais organismos do Estado (EMATER, SAA/RS, UFSM) e da sociedade civil organizada (Conselhos Comunitários, Associações e outras entidades) em participar ativamente deste projeto, seja com recursos financeiros, humanos ou materiais. (Texto extraído do Projeto de

Desenvolvimento Sustentável, 1996)

(3) Através do PRODESUS, poderemos acelerar trabalhos em andamento e fortalecer o desenvolvimento regional, através de transformações de propriedades e localidades rurais, enfatizando o desenvolvimento da agricultura ecológica e o turismo rural. É a formação de unidades de desenvolvimento sustentável que englobarão práticas de gerenciamento, manejo florestal, agricultura ecológica e programas de ecoturismo e turismo rural. Essas unidades serão corredores integrados e difusores de técnicas e políticas de conservação e de desenvolvimento ambientais. (Texto extraído do Projeto de Desenvolvimento Sustentável, 1996)

Temos plena consciência das dificuldades em que atravessam os agricultores e seus familiares, fundamentalmente aqueles que vivem nas encostas da serra geral, a grande maioria da Quarta Colônia. Movidos por essa consciência é que acreditamos e promovemos a criação de espaços onde essa realidade seja debatida dentro da ótica da sustentabilidade. [...] As pessoas que vivem na Quarta Colônia querem para si e para seus filhos qualidade de vida e esta, mais do que uma conquista individual é uma conscientização individual e coletiva de relacionar-se com o meio. (Coluna assinada coordenador PRODESUS - Jornal Quarta Colônia)

O desenvolvimento do PRODESUS tem marcado um novo momento para as comunidades da região: um tempo de descobrir a força da ação conjunta, um tempo de valorizar e resgatar nossa riqueza (cultural, arquitetônica, ecológica,...) e buscar alternativas para o desenvolvimento econômico e social sustentável. A continuidade desse caminhar dependerá de nossa vontade de chegar a uma nova realidade, em que nós e nossos filhos queiramos (e possamos) viver com dignidade na terra. (Coluna assinada coordenador PRODESUS -Jornal do PRODESUS, 1998)

Nas reuniões do PRODESUS, os prefeitos da região mostraram força capaz de conquistar reivindicações e de construir estratégias para o desenvolvimento em longo prazo. O meio ambiente privilegiado, as tradições e marcas dos antepassados ainda preservados e os produtos típicos da região são pontos fortes que devem ser consolidados. (Coluna assinada coordenador PRODESUS -Jornal do PRODESUS, 1998)

Um primeiro aspecto a ser analisado, nesses fragmentos, é em relação ao sentido da sustentabilidade que emerge do texto. É necessário lembrar que, para a análise crítica de discurso, o interesse não está no significado de temáticas como da sustentabilidade, mas como idéias, conceitos e símbolos associados se conectam com a produção de significados da realidade social, quando utilizados estrategicamente. De modo mais claro, o interesse está em compreender que sentido de desenvolvimento tais produções discursivas (ancoradas nas concepções de sustentabilidade) estão formando no campo social da Quarta Colônia.

Embora não exista uma definição conclusiva para desenvolvimento sustentável e considerando as contradições do seu significado, legitimadas internacionalmente via Relatório de Brundtland (relatado na unidade 2.1), a

análise toma como referência a discussão elaborada na unidade 5.1, ou seja, um sentido de sustentabilidade com base ética-universal, centrada na supremacia da vida humana (DUSSEL, 2001,2001). Sob essa perspectiva diferenciada, questiona-se, então, se *a produção e a disseminação textual sobre o CONDESUS sinaliza para possibilidades de mudança social, tais como reduzir a exclusão social, ou é mais uma estratégia discursiva que se vale dessas produções simbólicas para legitimar novos domínios no espaço social, como na Quarta Colônia?*

É importante esclarecer que a orientação analítica desta questão não pretende compreender o impacto desses projetos no processo de inclusão social desencadeado pelos arranjos de desenvolvimento, mas procura um entendimento de como as sociedades trabalham, discursivamente, para produzir não só benefícios como efeitos prejudiciais, a fim de fornecer subsídios para que esses efeitos possam ser diminuídos. (FAIRCLOUGH,2003).

Partindo dessas reflexões, a análise dos recortes anteriores evidencia uma ambivalência discursiva, ou seja, centra o sentido de sustentabilidade num viés racional-instrumental (garantia de sustentabilidade tanto financeira como política e social; outro importante aspecto da sustentabilidade [...] participar ativamente deste projeto, seja com recursos financeiros, humanos ou materiais), ora numa racionalidade mais substantiva (agricultura ecológica; conservação e desenvolvimento ambientais; qualidade de vida; valorizar e resgatar nossa riqueza; viver com dignidade na terra). A impressão que se tem é que tais traços de ambivalência, com um certo sentido vago de primazia à vida humana, são estrategicamente vantajosos para os atores que disputam a legitimação de novos capitais simbólicos para alteração da estrutura do campo, isto é, da mudança social. Dito de modo mais claro, esse jogo de sustentabilidade ora centrado na viabilidade econômica, ora no valor humano, ora no ambiental, num movimento de rearticulação constante, mostra-se vantajoso para ofuscar as verdadeiras intenções dos atores. Estes podem estar utilizando o poder simbólico respaldados no conceito de sustentabilidade (legitimado

internacionalmente), como estrategicamente conveniente para invocar a aceitação pública sobre a necessidade de mudança, pois é um discurso que mobiliza o senso comum. Mobiliza o senso de responsabilidade, incitando a adesão de atores a participarem num jogo que merece ser jogado (a continuidade desse caminhar dependerá de nossa vontade de chegar a uma nova realidade, em que nós e nossos filhos queiramos (e possamos) viver com dignidade na terra; mais do que uma conquista individual é uma conscientização individual e coletiva de relacionar-se com o meio).

Disso decorre que a relevância de utilizar este discurso da sustentabilidade enquanto recurso estratégico está na “*representação*” de imagens (ações, sujeitos, situações,..) que ele desencadeia, na intenção de mobilizar a formação de novas posições de sujeitos e novas práticas sociais. O último fragmento evidencia melhor esta estratégia de disseminação discursiva (os prefeitos da região mostraram força capaz de conquistar reivindicações e de construir estratégias para o desenvolvimento em longo prazo).

Outro aspecto interessante da análise que explicita essa relação da produção textual com a legitimação de formas de relação, refere-se a utilização de recursos retóricos sutis para representar o processo de planejamento do PRODESUS. De maneira mais pontual, a produção e a disseminação textual valem-se de um “*estilo*” específico e incisivo de argumentação (projeto terá garantia de sustentabilidade; promover a geração de recursos; o forte desejo e empenho das municipalidades da Quarta Colônia; a força da ação conjunta; a continuidade desse caminhar dependerá de nossa vontade; devem ser consolidados), conferindo um certo “*tom*” persuasivo ao discurso que joga com relações de poder e entra em jogo de valores de cunho econômico e político, predominantemente. Essa força retórica discursiva que utiliza um padrão argumentativo, como maneira de naturalizar determinada visão de mundo, tem sintonia em Bourdieu e Wacquant (2001a). Segundo estes autores, nas lutas que se travam no interior dos campos e entre os campos de força, os atores dispõem desse jogo retórico que, por meio de troca discursivas, constituem redes de significação para transformar práticas sociais instituídas. Tal rede de significação ganha maior legitimidade à medida que adere a processos mais

complexos de disseminação textual, conforme evidenciado nos fragmentos abaixo.

O serviço de assessoria ao PRODESUS foi realizado através da divulgação das atividades em andamento na região de abrangência do Projeto, bem como da divulgação do patrimônio cultural, ambiental e histórico, através das edições do Jornal do PRODESUS e do programa radiofônico semanal PRODESUS em Foco. Utilizado como ferramenta de apoio, as 12 páginas do Jornal do PRODESUS, apresentaram reportagens com técnicos, pesquisadores e produtores envolvidos com o desenvolvimento integrado e a consciência ecológica. A distribuição era feita de acordo com a população rural de cada município, pela rede estadual e municipal, secretarias da agricultura e escritórios da instituição B. A difusão semanal do programa radiofônico acontecia nas rádios locais. Foram um total de 40 programas de 10 minutos cada um. Outro material que serviu de suporte didático foram produções de vídeos que mostravam o contexto local (cultura e meio ambiente), elaborados em uma linguagem simples, embasada em pesquisa e com orientações de profissionais da área. (Coluna assinada coordenador PRODESUS – Informativo PRODESUS)

Com o PRODESUS conseguimos potencializar as ações do PREP, isto é, o resgate do patrimônio cultural, social e econômico, integrando, valorizando e projetando os municípios da região. [...] O projeto foi importante porque as secretarias ganharam filmadoras, máquinas fotográficas, computador no sentido de instrumentalizar as escolas para o desenvolvimento de atividades. Também patrocinou viagens de estudos aos professores que se sentiam motivados em apresentar novidades. [...] (Coluna assinada por professor da UFSM – Informativo PRODESUS)

Foi muito importante o PRODESUS ter viabilizado a possibilidade de tentarmos novamente introduzir o cultivo agroecológico aqui, o que pode vir a se mostrar uma grande alternativa econômica para nosso meio rural. [...] O PRODESUS serve de referência na região, uma vez que é pioneiro no fomento do desenvolvimento sustentável. Atualmente, está despertando o interesse das pessoas que não participaram das fases iniciais do projeto por não acreditarem que teria um bom andamento. As novas alternativas estão surpreendendo os produtores participantes por estarem de acordo com a filosofia do projeto que prima pela preservação, conservação e restauração do patrimônio ambiental. (Coluna assinada pelo secretário da agricultura municipal da Quarta Colônia – Informativo PRODESUS)

Apesar de não estarmos envolvidos no PREP que iniciou a integração regional, nosso município participou de forma ativa no PRODESUS. [...] Teríamos perdido muito se tivéssemos continuado de fora. (Coluna assinada por técnico local da EMATER – Informativo PRODESUS)

O PRODESUS pode ser visto como um projeto histórico, que iniciou uma mudança no perfil e na atuação política da região. Agora temos uma referência concreta de como se pode administrar o desenvolvimento de forma integrada e responsável, sem medo. Mas é bom lembrar que um trabalho de desenvolvimento só se faz com o trabalho de todos e, principalmente, com a confiança naquilo que temos e no que podemos fazer. (Coluna assinada por coordenador executivo PRODESUS – Informativo PRODESUS)

Os depoimentos confirmam a existência de um circuito de atividades discursivas na constituição desse campo, que vincula produção/disseminação textual como recursos estratégicos para “*reificação*” de um novo fenômeno social: proposição de alternativas de desenvolvimento loco-regional, via

PRODESUS. A utilização de formas de interação mediática de gerenciamento local (Jornal PRODESUS) é um recurso representativo da conexão dialética entre estratégia discursiva e estratégia gerencial. Ou seja, a possibilidade de os textos produzidos serem consumidos, em contextos locais da Quarta Colônia, mostra-se como um poderoso recurso para delimitar a maneira (as regras do jogo) como a comunidade deve se engajar na construção de novas práticas sociais, como alternativa ao convencional. Por exemplo, a disseminação de expressões como “teríamos perdido muito se tivéssemos continuado de fora”, é uma estratégia discursiva que articula comportamentos com pretensões de verdade (“*modalidade*”). Tais expressões, quando disseminadas numa coletividade, objetivam persuadir a opinião de grupos, instituições e interessados sobre sua legitimidade (“*recurso de autorização*”).

De um modo mais explícito, as expressões grifadas tornam evidente a preocupação gerencial com a utilização de práticas de disseminação textual para atingir a comunidade, alvo das transformações. (divulgação do patrimônio cultural, ambiental e histórico, através das edições do Jornal do PRODESUS; utilizado, como ferramenta de apoio, as 12 páginas do Jornal do PRODESUS [...]; as novas alternativas estão surpreendendo os produtores participantes: as secretarias ganharam filmadoras, máquinas fotográficas, computador no sentido de instrumentalizar as escolas para o desenvolvimento de atividades).

Chama atenção também a predominância do tempo verbal, na primeira pessoa do plural (consequimos; tentamos; estaremos; temos; podemos) que passa a idéia de uma regularidade coletiva, no processo de proposição de ações alternativas, representativa dos interesses da maioria dos atores sociais. É uma estratégia de conotação inclusiva que dá a uma idéia de harmonia, de, nesse campo de disputa pela adesão de formas de interação. Resta saber se tal padrão é mesmo regular, ou melhor, é tão transparente quanto à produção textual quer evidenciar neste veículo de disseminação discursiva. Percebe-se que essa é uma produção discursiva que se vale de estilos comunicativos, para uma mobilização sutil da opinião pública, sobre a necessidade de intervenção efetiva de formas de interação social na constituição de alternativas de

desenvolvimento. Implicitamente, tal estratégia discursiva em interconexão com estratégias gerenciais envolve a ação de atores produtores de textos (gestores) que detêm capital econômico, tecnológico e político.

Associando os referenciais discursivos de Fairclough (1995) com os de campo de Bourdieu, entende-se que tais estratégias, disseminados num campo midiático, funcionam ideologicamente para internalizar novas combinações políticas, econômicas, culturais, a fim de afastar qualquer possibilidade de estranhamento para a instituição de uma nova ordem social.

Nesses termos, o esforço de legitimação do poder discursivo do PRODESUS, encontra conectividade na constituição de novos objetos sociais como é o caso do **Consórcio de Desenvolvimento Sustentável – CONDESUS**, criado no final de 1995. Considerado o “pivô” da estruturação social cujo nível é o mais concreto da legitimação das ações alternativas de desenvolvimento na Quarta Colônia. O consórcio configura-se como uma instituição política e social ancorada em significados de interação social e agentividade, com poder para implementar as proposições do PRODESUS. Caracterizando-se como uma entidade jurídica não governamental, de direito privado, sem fins lucrativos (ITAQUI, 2002b), o CONDESUS foi criado para responder às necessidades administrativas do PRODESUS, a fim de abrir caminhos mais efetivos ao desenvolvimento sócio-econômico, a partir da integração entre os municípios da região. Isso significa que a dinâmica regulativa (regras e recursos) que se forma nesse espaço social sobre o CONDESUS, desencadeia propriedades estruturadoras que permitem reconhecê-lo como agenciador da legitimidade do campo de desenvolvimento alternativo da Quarta Colônia.

A constituição do CONDESUS confirma a tese de Fairclough (1995, p.37) de que “os discursos estão mais associados com a formação de instituições sociais do que com conversações causais, por isso as instituições são focadas como ‘pivô’ do mais alto nível da estruturação social e o nível mais concreto de um evento social particular”. O autor complementa que a tendência das ações sociais variam muito mais de acordo com as tendências das

instituições (que é um nível intermediário da estruturação social), e como estas são, dentre outros aspectos, uma espécie de comunidade de discurso, já que as ações sociais variam de acordo com as tendências discursivas.

Retomando a reflexão segundo a teoria social do discurso (PHILLIPS, LAWRENCE e HARDY, 2004, p.647), para que um campo institucional se transforme em algo que aconteça, uma organização ou um grupo de organizações, devem produzir e disseminar textos suficientes que constituam um grupo de discurso e, então, produzir instituições que caracterizem um campo. No entanto, para isso, os autores afirmam ser necessário a existência de “modelos complexos de produção e disseminação textual”. De acordo com Chia (2000), Fairclough (2001c) e Hardy (2002), as organizações só existem quando seus membros as criam por meio do discurso e, para isso, a tecnologização discursiva, conforme mencionado em unidades anteriores, tem se tornado [na modernidade tardia] um recurso gerencial estratégico para viabilização de tais modelos.

Com base em tais referenciais, é necessário tomar a análise crítica da produção e da disseminação textual do significado institucional que envolve o CONDESUS, não apenas como uma instância reguladora e condutora de práticas sociais, em que os significados compartilhados são produzidos, mas como redes de práticas sociais constituídas e constitutivas discursivamente.

O CONDESUS se afirma como instituição voltada para promoção do desenvolvimento regional, através da viabilização de projetos, ações e programas que criem as condições materiais e políticas para fomentar e projetar a integração e o desenvolvimento sustentável da Quarta Colônia.[...](Texto extraído do Relatório de Atividades CONDESUS, 1999)

O CONDESUS é um instrumento, legalmente constituído, que tem como fundamentos legais e estatutários construir, de forma associada a integração social, cultural e econômica da Quarta Colônia, através da promoção de políticas públicas e execução de ações, projetos e programas que tenham como fundamento o desenvolvimento integrado e sustentável.[...]Com a institucionalização estaremos afirmando e dando continuidade às ações desenvolvidas pelo PRODESUS/Quarta Colônia que possibilitou uma nova forma da comunidade ver-se e pensar o seu desenvolvimento. O CONDESUS tem a finalidade de qualificar esse processo, responder às necessidades sociais e econômicas, preservar os recursos naturais e a cultura local através de práticas de manejo sustentável. (Estatuto do CONDESUS,1996)

As expressões grifadas evidenciam a tese de que as organizações só existem quando seus membros as criam por meio do discurso (FAIRCLOUGH, 2001c; CHIA, 2000). As expressões grifadas conferem um sentido de obrigação ou pretensão de verdade da legitimidade político-social da instituição, indicando que o discurso é um meio pelo qual os sujeitos das organizações criam a realidade social, moldada a partir do senso de quem eles são, dos capitais que possuem e dos interesses em jogo. Nessa articulação institucional, o agente não é reduzido à simples fenômenos das estruturas. Segundo Fairclough (2001b, p. 30),

o tipo de discurso utilizado nas instituições estabelece as posições dos sujeitos envolvidos, e é somente pela ocupação destas posições que uma pessoa se torna coordenador, produtor, empreendedor. Ocupar uma posição de sujeito é somente uma questão de se fazer certas coisas (o que é permitido ou não de dizer, de fazer) dentro de um certo tipo de discurso particular. É somente pela ocupação destas posições que continuam ser parte da estrutura social. Então o discurso, por sua vez, determina e reproduz a estrutura social.

Faz-se necessário, neste momento, esclarecer a associação entre ação-discurso e estrutura a partir dos referenciais de Phillips (2003), Phillips, Lawrence e Hardy (2004), para subsidiar a compreensão da natureza discursiva da instituição do CONDESUS.

Usando uma perspectiva discursiva, nós concebemos a instituição como algo construído primariamente através da produção de textos, muito mais do que diretamente através de ações. As ações não facilmente permitem as múltiplas leituras pelos múltiplos indivíduos que são necessariamente das idéias das organizações a serem transmitidas através do tempo e do espaço. Os textos, entretanto, o fazem. Textos permitem pensamentos e ações transcender o caráter essencialmente transitório do processo social. Em outras palavras, as ações podem formar a base do processo institucionalizado, mas sendo observadas, interpretadas, escritas ou faladas, as ações geram textos que mediam o relacionamento entre a ação e o discurso. De acordo com isso, nós argumentamos que as instituições são constituídas por coleções estruturadas de textos que existem em um campo particular que produz categorias sociais e normas que formam os entendimentos e comportamentos dos atores. (PHILLIPS, LAWRENCE e HARDY , 2004 p. 638)

Tal compreensão associada à constituição do CONDESUS alimenta a tese de que os discursos não meramente descrevem coisas, mas também,

revelam como os sujeitos se engajam em atividades discursivas para perseguir seus planos e projetos (HARDY, 2000; FAIRCLOUGH, 2001). Assim, estudar a natureza discursiva do processo de constituição do campo de desenvolvimento da Quarta Colônia, é uma maneira de explorar processos de instituição organizacional, não apenas como instâncias regulativas ou coletividades sociais, mas ainda e principalmente, como campos de luta referentes à colonização ideológica da produção discursiva, em que diferentes grupos competem para moldar a realidade social, a partir de seus interesses.

(1) O CONDESUS, como projeto de desenvolvimento ambiental (neste aspecto é que estão suas principais características) tem como propósito mediar (na prática e com as comunidades) a apropriação de conhecimentos e técnicas ecologicamente sustentáveis que venham possibilitar a transformação gradativa dos sistemas tradicionais de produção agrícola e de organização comunitária. Através de ações integradas vamos construir as bases para uma consciência teórico-prática de como diminuir impactos negativos causados ao meio ambiente pelo sistema atual de exploração “mineira” do solo. O processo de construção do produto nesta leitura é visto como uma continuidade que não se corta na colheita, mas que seguirá interferindo nas próximas colheitas e em todas inter-relações ambientais do contexto vivo de vida das comunidades. [...] Neste contexto e na sua dimensão de que esta é a solução de menor custo: social, cultural, ambiental e econômica[...] (Texto extraído do Relatório de Atividades CONDESUS, 1999)

(2) O PRODESUS e CONDESUS tem sido o espaço prático, material e concreto, que fundamenta e nos dá confiança para dizermos que a região é outra e quer seguir caminhando de forma integrada. As histórias de bairrismo, revanchismos partidários e demais miopias conseqüentes fazem parte da história passada. Desenvolvimento é confiança na capacidade crítica individual e coletiva, de transformação e é com esse sentido de grupo que temos caminhado nesses últimos três anos. Nem sequer as mudanças ocorridas nos municípios em 1996 (trocas partidárias) foram capazes de torcer o rumo das propostas e ações. Elas afirmaram e fortaleceram o sentido de regionalidade e que o desenvolvimento não se faz de maneira isolada (Coordenador técnico PRODESUS/CONDESUS - Relatório de Atividades 1998)

(3) Como a sua missão é trabalhar pela integração regional, é necessário ter uma política centrada nos interesses comuns da região e, de forma associada, construir caminhos que nos permitam definir estratégias que viabilizem o nosso desenvolvimento integrado. Portanto o (s) caminho (s) é sempre resultante do acordo entre as partes, mas não é somente isso, o acordado deve confluir as necessidades comuns, de necessidades imediatas para que se possa alcançar, de forma mais plena. Esse é o jogo do desenvolvimento integrado em que ceder não é o mesmo que perder. Como temos dito, as nossas necessidades são muito próximas, podem ter escalas, matizes diferentes, mas no fundo e com bom senso podemos estabelecer caminhos comuns e nesta construção permanente e dinâmica que o CONDESUS se insere no sentido de fortalecer, associar e trabalhar pela integração e desenvolvimento da Quarta Colônia. (Secretário executivo CONDESUS: Relatório de Atividades 2004)

Tomando o CONDESUS como uma instância estrutural/institucional, o direcionamento da análise desses recortes está na forma como as *ordens do*

discurso são estruturadas, com o objetivo de moldar a realidade social, haja vista que a prática discursiva contribui para a reprodução ou a transformação da ordem existente. Nas palavras de Fairclough (2001b), a prática envolve “lutas para impor ou resistir a nova ordem, e que não são, particularmente, lutas sobre linguagem, mas sobre novo formato do uso da linguagem e sobre mudanças das representações discursivas”. De acordo com Hardy (2001), as relações de poder são resultantes de lutas discursivas pelas quais os significados são negociados, de modo que criam objetos particulares de conhecimento, identidades e relacionamentos.

A série de expressões destacadas (conhecimentos e técnicas ecologicamente sustentáveis; possibilitar a transformação gradativa dos sistemas tradicionais; diminuir impactos negativos causados ao meio ambiente; solução de menor custo; seguir caminhando de forma integrada.; integração regional; interesses comuns da região; é sempre resultante do acordo entre as partes.; ceder não é o mesmo que perder) deixam traços significativos sobre a forma do uso da linguagem, que combinam recursos simbólicos com tecnologias de (inter)ação, como meios alternativos de produção, para alcançar efeitos sociais particulares (econômicos, políticos e culturais). Convém notar que há uma proliferação de diferentes expressões, na mesma área de significado (“*co-aparições*”), que denotam um estilo de linguagem que indica a preocupação intensiva do produtor de texto, numa área particular da mensagem - *ações sociais integradas*. Percebe-se, então, neste *circuito de atividade*, a utilização de uma estratégia retórica de viabilização da ordem discursiva, apropriada para convencer sobre a emergência e a inevitabilidade de uma nova abordagem de desenvolvimento centrada nesses aspectos destacados.

Com efeito, reitera-se novamente que se encontra em jogo, na constituição desse campo de produção discursiva, a disputa pelo monopólio de um novo capital simbólico: produção de novas regras de desenvolvimento com base em novas formas de relações sociais. Os integrantes desse processo de produção discursiva detêm o poder acumulado por outras práticas discursivas de construção simbólica (PROI, PREP, PRODESUS), que permitem consagrar

os resultados desse jogo ao seu favor. De acordo com Fairclough (1999, 2001b), essa é a lógica das relações sociais de poder, veiculadas discursivamente, cuja finalidade é a de mobilizar a comunidade política, econômica e social, sobre a legitimação e a inevitabilidade das idéias, conceitos e símbolos de desenvolvimento sustentável.

A forma nas quais as ordens do discurso são estruturadas, e as ideologias que elas incorporam, são determinadas pelos relacionamentos de poder, em instituições sociais particulares, e na sociedade como um todo. Nós, então, necessitamos ser sensíveis com a análise crítica da linguagem para as propriedades da sociedade e instituições com as quais estamos preocupados (FAIRCLOUGH, 2001b,p.26)

Outro aspecto interessante, para analisar-se é o **sentido de regionalidade** imprimido nessas produções textuais e, principalmente, no último recorte. (“Como a sua missão é trabalhar pela integração regional, é necessário ter uma política centrada nos interesses comuns da região e, de forma associada, construir caminhos que nos permitam definir estratégias que viabilizem o nosso desenvolvimento integrado”). É importante destacar que tais sentidos de espaço são resultantes das acumulações discursivas já imprimidas nos circuitos da constituição identitária.

As expressões revelam o que está em jogo, nesta produção discursiva que envolve a luta pela identidade: a legitimação, de fato, da desconstrução simbólica das fronteiras, no sentido de construir não apenas uma nova identidade regional, mas, possibilidades de agregação de valor simbólico, enquanto recursos para viabilizar ações alternativas de desenvolvimento. Esse processo de produção de sentido em torno da regionalização, envolve, conforme Bourdieu (1998b, p.112), uma certa “manipulação simbólica que tem em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores”. Considerando ser este um campo de constituição identitária, essa (re)significação do espaço social, implica, por sua

vez, numa luta que pressupõe, fundamentalmente, o reconhecimento dos outros.

Assim, o que está em jogo, nesta produção discursiva é a luta pelo monopólio ('naturalização') de fazer ver e fazer crer a idéia de unidade grupos, a partir de uma unidade regional. Nesse caso, as fronteiras não passam de vestígios apagados, autorizados e legitimados pela instituição CONDESUS. É o ato discursivo detendo o poder simbólico e, como todo poder, afirma-se no reconhecimento do que anuncia.

Tais aspectos parecem ser reveladores de questões centrais que envolvem a complexidade discursiva dos processos de organização social e de desenvolvimento da Quarta Colônia. Para geógrafos críticos como Boisier (1996) e Becker (1997), as recentes propostas alternativas de desenvolvimento estabelecem relação direta com a produção de novos sentidos de espaço, reflexo da incorporação de novas escalas de valores sociais, políticos, culturais. Tal concepção é estrategicamente assimilada e utilizada pelos produtores de texto do CONDESUS, confirmando, novamente, a atuação de exímios tecnologistas de discurso, com poder de interferir nas regras do jogo e nos limites do campo, utilizando estrategicamente, recursos simbólicos como este referente ao sentido de regionalidade.

O sentido de regionalidade, não se cria por decreto ou da noite para o dia. É necessário mecanismos sociais que identifiquem os problemas e as necessidades comuns para, a partir delas, construir parcerias, ações associadas que tenham como projeto uma melhor qualidade de vida para todos. Muitas vezes, temos as necessidades identificadas, mas não conseguimos fazer parcerias. A nossa história recente está cheia de conflitos individuais e de grupos, de interesses dos mais variados, que dificultam a integração e a associação na busca de um ideal comum. CONDESUS é uma relação de confiança entre parceiros de caminhada. (Texto extraído do Relatório de Atividades do CONDESUS, 2001)

Esta produção de conceito e de idéia sobre a integração territorial, subentende uma disputa de capital pela delimitação do campo de desenvolvimento, que envolve novos significados de territorialidades. Isso

implica, por sua vez, numa disputa entre diferentes poderes locais e diferentes identidades, delimitada pelos interesses dos indivíduos e pelos agrupamentos sociais que aí vivem. As novas idéias produzidas se transformam em novos capitais simbólicos de disputa, que associam um conjunto de práticas materiais e simbólicas, capazes de garantir a voz desses sujeitos num novo espaço territorial. Buscando em Bourdieu (1998a) referenciais para melhor entender tal comportamento, percebe-se a capacidade de mobilização política e social dessas agências de natureza discursiva, como CONDESUS, que passam a ser importante capital simbólico, num campo em disputa pela naturalização de conceitos como regionalidade, já “*universalizados*” em escala global.

Os ganhos de universalização são uma das paradas de jogo maiores das lutas simbólicas, nas quais a referência ao universal é a arma por excelência: pôr em regra, “regularizar” é para cada um tentar pôr o grupo do seu lado, afirmando que se reconhece a regra desse grupo, e, portanto, o próprio grupo e a submissão à ordem do grupo encontra-se também no princípio de todas as estratégias, sinceras ou hipócritas, tendendo a universalizar práticas que podem ter princípios muito pouco universais, através da adoção de formas e de fórmulas universais (são as racionalizações), através da dissimulação e do recalçamento dos interesses e dos ganhos privados.” (Bourdieu, 1998a, p.109)

Com base neste enunciado, as novas regionalidades propostas nos projetos do CONDESUS, sustentadas num discurso universalizante da modernidade tardia, formam uma construção discursiva de base relacional, que ocorre não só de forma individual, como coletivamente, na cooperação, no conflito, mas jamais no vazio social. Assim, segundo Raffestin (1993), os agentes sociais são constituídos como tais em/pela relação que eles mantêm com um espaço social. Como o espaço físico é definido pela exterioridade mútua, o espaço social é definido pela distinção das novas posições de sujeitos, que passam a desempenhar papéis coerentes à nova estruturação social. Referindo-se a esse sentido de papéis sociais ou posições de sujeitos, Fairclough (2001b, p. 30) esclarece que as formas de interação entre os sujeitos que desempenham papéis, são resultantes do que eles fazem discursivamente.

Outra formação discursiva apreendida nesta produção textual do quadro anterior sobre do CONDESUS, envolve a associação da idéia de mudança com representação de imagens de **qualidade de vida** (ações associadas que tenham como projeto uma melhor qualidade de vida para todos). Considerando qualidade de vida um valor universal, que serve ao interesse de todos, questiona-se qual a finalidade da produção de significado sobre ela. Os próximos recortes permitem esclarecer tais aspectos, que são fundamentais para a compreensão da amplitude e dos limites da ação discursiva de efeitos sociais, respaldados em princípios éticos universais da vida humana (DUSSEL, 2001, 2002).

A palavra qualidade passa a ter uso em todas as instâncias da vida. Mas esse grau não se limita ao produto, mas a todo processo de produção (a preparação da terra, qualidade da água, dos insumos utilizados, os tratamentos agroecológicos, a apresentação do produto, a relação com o cliente, etc.). Neste processo, não como modismo inconseqüente, mas por consciência é que devemos buscar qualidade e esta consciência se projeta muito além das nossas necessidades imediatas. A qualidade do nosso agir, no fazer é o que vai determinar se os herdeiros vão ter uma boa ou má qualidade de vida no planeta (Coluna assinada coordenador CONDESUS - Informativo PRODESUS, 1999)

A associação da qualidade de vida com o processo de produção sinaliza vestígios da racionalidade-instrumental, própria de uma ética utilitária (DUSSEL, 2002), para o qual o valor da vida humana é condicionado às regras do jogo que estruturam este campo de desenvolvimento de base economicista ou de alternativas de produção. A vinculação, nessa produção e disseminação textual, a fatores fundamentais sobre a resolução dos problemas de saúde da maioria da população do meio rural (preparação da terra, qualidade da água, tratamento de agrotóxicos), reveste-se de um certo “*tom*” persuasivo cujo fim é o de legitimar a proposta de desenvolvimento, passando a idéia de que tais medidas estão ancoradas em princípios éticos universais de conservação da vida.

A questão é saber se esse discurso realmente tem foco na melhoria das condições de vida, incluindo os mais carentes, ou é apenas uma retórica de mobilização social. O que fica claro, até o momento, é que ele é um discurso materializado, simbolicamente, por situações cotidianas que envolvem uma forma de responsabilização dos sujeitos sociais pela insustentabilidade desse

modelo, responsabilizando-os pela conquista de um novo que obtenha como resultado melhor qualidade de vida. É um discurso estrategicamente vantajoso pela aceitação pública da produção discursiva das propostas do CONDESUS, pois mobiliza o sentido do senso comum sobre a necessidade de uma intervenção efetiva (no caso, com foco no controle ambiental). É a utilização de um estilo discursivo – persuasivo que apela a valores, a representações simbólicas do mundo social, com poder de formar a opinião pública para viabilizar interesses ligados à mudança social.

Cabe ainda dizer que as análises discursivas sobre o PRODESUS e o CONDESUS mostram, novamente, que a produção e a disseminação textual são os principais meios pelos quais os sujeitos criam uma realidade social, moldada a partir da produção de conceitos, idéias, símbolos e significados, por eles introduzidos, num campo de força para impor a sua legitimação. Conforme apreendido em unidades anteriores, essa dinâmica é resultante da interconexão entre as estratégias discursiva e as estratégias gerenciais, ambas constitutivas do social. De acordo com isso, é possível elaborar a seguinte proposição:

Proposição 10: Estratégias de produção e de disseminação discursivas associadas às estratégias gerenciais, provavelmente, produzirão mais capitais de disputa em campos de mudança social do que aquelas que atuam separadamente.

6.2.1.2 O marco relacional da produção discursiva: A Rede Social Quarta Colônia

Dando continuidade à análise da produção e da disseminação dos textos, a partir da historicidade constitutiva da Quarta Colônia, toma-se como foco de investigação o projeto “Rede Quarta Colônia”, voltado para a constituição de ações interrelacionais de caráter colaborativo-associativo. A

relevância desse projeto que emerge a partir dos anos 2000, está em constituir-se num marco simbólico de afirmação da instituição de ações de parceria do Campo de Desenvolvimento da Quarta Colônia. Isso se justifica porque o projeto tem conseguindo conectar, nos últimos anos, a construção de novos arranjos produtivos, sociais, políticos e identitários que levam ao fortalecimento de práticas alternativas de desenvolvimento, centradas no campo da produção e da comercialização da economia loco-regional. Essa prática de produção discursiva é tangenciada por programas de capacitação voltados à formação cooperativa, à capacitação técnica e à educação ambiental, patrimonial e turística.

Com base nesse diferencial, há a necessidade de considerar que tal produção (projeto de criação da Rede) não representa um artefato de anúncio de idéias, conceitos e valores, conforme evidenciado em produções anteriores (PROI, PREP, PRODESUS), mas um projeto resultante do acúmulo de novas afirmações, novas posições de sujeitos, decorrentes de práticas discursivas anteriores. Em outras palavras, a relevância em analisar as produções textuais da Rede, não está apenas nas novas conexões discursivas que ela produz, mas também está no reflexo de uma conectividade discursiva que influencia, transforma e reforça o contexto de constituição da Quarta Colônia. Tal compreensão tem sustentação em Phillips, Lawrence e Hardy (2004):

Mesmo que a ação leve à produção de textos, há textos que não necessariamente tem qualquer impacto discursivo. Nós estamos, então, interessados em que tipos de textos se tornam fixados nos discursos. Essa idéia de fixação se refere a quando os textos são adotados e incorporados por outras organizações que se tornam parte de significados tradicionais, categorizados e generalizados. A colocação de um texto não é simplesmente um artefato de uma rede de atores particular; ela tem sido transformada em um fato - parte de uma realidade dentro de um mundo organizacional. Para colocar de outra maneira, um texto se torna fixado, colocado, cravado quando ele é usado como um mecanismo na organização através de situações individuais.(p.643)

Em face disso, considerando-se os aspectos conceituais, estruturais e relacionais que envolvem a constituição da Rede, pode-se compreender que ela é, por si mesma, um capital simbólico de constituição discursiva, decorrente da acumulação de um grupo de discursos recorrentes, tais como PREP, PRODESUS e CONDESUS. De acordo com Phillips, Lawrence e Hardy (2004, p.644-645), os discursos altamente legítimos e bem estabelecidos afetam a produção de discursos futuros e, subseqüentemente, afetam a constituição do campo social e respectivas estruturas institucionais. Ou seja, os autores afirmam que “um discurso que é consistente e é apoiado por outros discursos, produzirão instituições mais poderosas por conta de seus mecanismos auto-reguladores que reforçarão uns aos outros”.

Este é o caso do CONDESUS, cuja análise crítica de discurso evidenciou que a produção discursiva desenvolvida sobre ele foi embasada em outros discursos mais amplos, como os de identidade social, desenvolvimento sustentável e integração regional (intertextualidade manifesta). Sem esses discursos, seria difícil imaginar uma produção textual referente ao campo de desenvolvimento da Quarta Colônia. No caso da produção em foco, há uma intertextualidade manifesta, resultante não só de produções textuais de escala global, mas ainda de novas produções em escala local. Tudo isso é para dizer que a prática discursiva sobre a constituição da Rede Quarta Colônia é resultante de fluxos de circuitos discursivos anteriores, dinâmica e sistematicamente interconectados.

É sempre interessante lembrar que nem todas as interações são discursivas, mas a maioria delas, substancial e centralmente, envolve discursos, cujas propriedades criativas e gerativas de interação são amplamente desenvolvidas na e com as propriedades do discurso (FAIRCLOUGH, 2003). Sobre tais compreensões que envolvem as interações sociais de natureza discursiva, analisa-se a produção do objetivo central da Rede da Quarta Colônia.

A Rede tem como finalidade implementar ações associadas para o fortalecimento de práticas agroecológicas da produção primária, industrialização de alimentos e comercialização;

instrumentalizadas por programas de formação cooperativa, capacitação técnica e de educação ambiental, patrimonial e turística de técnicos, agricultores e seus familiares. (Projeto de criação da REDE, 1999)

A atividade discursiva deste fragmento invoca práticas dentro de um sistema de significados apreendido em circuitos discursivos anteriores (PREP, PRODESUS), compatíveis com o movimento articulatório dos processos de mudança. Nesse contexto em que emerge a necessidade de institucionalizar formas de interação, a utilização de termos como “ações associadas”, “fortalecimento de práticas”, “instrumentalização por programa”, funcionam como uma espécie de “*regulamentos*” que projetam a nova configuração - a REDE Quarta Colônia. Esta nova ordem social pode ser compreendida como um novo *gênero discursivo*, na estruturação do Campo de Desenvolvimento da Quarta Colônia, em virtude da particular significância que confere as novas formas de interação. Tal compreensão encontra respaldo em Fairclough (2003). O autor afirma que os gêneros são aspectos especificamente discursivos de formas de agir e interagir no curso de eventos sociais.

Nós devemos dizer que a (inter)ação nunca é somente discursiva, mas ela é freqüentemente principalmente discursiva. Então, quando nós analisamos um texto ou uma interação em termos de gênero, nós estamos perguntando como eles figuram dentro e contribuem para ação e interação de eventos sociais – especialmente dada as orientações associadas ao novo capitalismo. (FAIRCLOUGH, 20003, p. 65)

Outro aspecto a considerar, de acordo com Fairclough (2003), refere-se ao modo como as idéias e as concepções do projeto (objetivo) se recontextualizam e dialogam com outros textos, ou seja, percebe-se que ele se estrutura a partir de uma intertextualidade claramente manifesta, tanto numa escala global quanto local. Isso pode ser apreendido ao analisar as injunções textuais retratadas nas “*nominalizações*” (ações associativas, cooperativas). Há uma nítida articulação conceitual entre discursos produzidos em nível local (PRODESUS e CONDESUS) e discursos mais gerais do mundo globalizado

(formas de estruturações organizacionais). Tal fixação pode ser mais bem entendida no recorte a seguir.

Com a criação da Rede, estaremos afirmando e dando continuidade às ações desenvolvidas pelo PRODESUS que possibilitou uma nova forma da comunidade regional ver-se e pensar seu desenvolvimento. A Rede, como continuidade, qualifica esse processo, responde às necessidades sociais e econômicas desses produtores, preserva os recursos naturais e a cultura local através da adoção de práticas de manejo sustentável. Desta forma estaremos fomentando o processo de preservação e revitalização dos recursos ambientais renováveis e do patrimônio cultural e histórico das comunidades portuguesas, afro-brasileiras, italianas e alemãs que integram e fazem a Quarta Colônia. (Texto extraído do Projeto criação da Rede de comercialização de produtos agro-ecológicos da Quarta Colônia, 1999)

O “tom” declarativo, nas primeiras linhas deste recorte, é um recurso discursivo estrategicamente bem utilizado para investir legitimidade às novas propostas. Ele vale-se de uma descrição de acontecimentos, ações do PRODESUS com o objetivo de persuadir a opinião de grupos, instituições e interessados sobre a legitimidade da continuidade desse processo que tem foco em princípios sociais de conduta adequada (responde às necessidades sociais e econômicas desses produtores, preserva os recursos naturais e a cultura local através da adoção de práticas de manejo sustentável). Ainda, tais argumentos são respaldados na constituição identitária (uma nova forma da comunidade ver-se), porém, tomada com um certo “tom” utilitário (a Rede responde as necessidades sociais). Nesta associação percebe-se que a identidade inter-relacional coletiva assume um estilo discursivo de colaboração efetiva, equivale a dizer, os sujeitos, ao se autoconstruírem, também constroem a solução conjunta para os problemas sociais.

Essa formação de significado sobre o coletivo simbólico se mostra também presente pela predominância do “nós” (estaremos afirmando; estaremos fomentando), usado estrategicamente para dar um sentido de responsabilização. Novamente, questiona-se se o padrão de regularidade reflete os interesses da maioria ou é um recurso retórico para influenciar o simbólico coletivo, a partir de interesses de uma minoria. De acordo com Fairclough (2003), é sabido que, num contexto de mudança, tal padrão não é

tão regular assim, ou melhor, não é tão homogêneo ou tão transparente quanto a linguagem quer evidenciar.

Entende-se, até o presente momento, que a identificação da identidade e responsabilização coletiva é importante para ajudar os participantes a se conectarem num processo de interação colaborativa (HARDY, LAWRENCE e GRANT,2005). Essa é a lógica das interconetividades entre as práticas discursivas que se verifica nas seqüências das análises, isto é, conceitos são anexados com sucesso a objetos específicos. Isso significa que há fixação não apenas de produções textuais (intertextualidade constitutiva), mas de fluxos de transformações contextuais de base discursiva (intercontextualidade constitutiva). Sob esta perspectiva, a produção textual da Rede absorve discursos do passado (PROI, PREP, PRODESUS), assimilando-os, respondendo-lhes, reacentuando-os e retrabalhando-os. Assim, cada prática discursiva que se processa determina, conseqüentemente, novas reconfigurações no campo, impactando-o nos processos de mudança.

O eixo fundamental para sustentação desse projeto é seu caráter associativo-colaborativo: somente de forma associada é que esses produtores e região poderão construir redes de marketing, distribuição e comercialização de seus produtos. Associados, agricultores e a região poderão qualificar seu processo produtivo, capacitar-se e competir com qualidade e preço, conquistando espaço merecido no mercado local e regional. (Texto extraído do Projeto criação da Rede de Comercialização de Produtos Agroecológicos da Quarta Colônia, 1999)

Os pré-projetos irão balizar uma ruptura transformadora da forma de produzir e comercializar. Com isso, modifica-se uma realidade competitiva e divisora em uma associação de energias, produtos e esforços solidários que permitam uma maior capacitação no exercício das atividades específicas, construídas de forma integrada e integradora. Agregando-se, nesse processo, conhecimento e cooperativismo para produzir com mais qualidade, para comercializar com mais quantidade para estar mais presente no mercado e com melhores preços. (Secretário executivo CONDESUS- Relatório de Atividades 2004)

Estes recortes indiciam uma combinação de arranjos organizacionais com poderes político-sociais, cuja força simbólica está nas expressões em destaque. Eles utilizam tanto uma descrição de imagens quanto de atribuições de funções associadas a um “tom” de inevitabilidade de adesão ao modelo de redes, como se não existisse futuro sem esta forma de estruturação relacional. Nesse recurso lingüístico (“representação”), as necessidades que determinam

a configuração relacional do campo não são resultantes de um simples efeito de agregação de interesses, mas de um mecanismo de estruturação das regras do jogo em torno do monopólio sobre certos tipos de capitais efetivos (BOURDIEU e WACQUANT, 2001a).

A questão central não está em desconsiderar a veracidade ou a consistência desses desenhos organizacionais, mas em elucidar que tais *arranjos colaborativos*, antes de serem analisados como um novo modo de organização social, devem ser concebidos numa instância altamente discursiva e inseridos num campo de força e de luta. Tal reflexão está de acordo com isso, Lawrence, Phillips e Hardy (1999) que entendem que as perspectivas teóricas dos estudos organizacionais falham ou são incapazes em considerar tais aspectos da significação e da construção social. Os autores, afirmam que o foco para compreender tais processos de colaboração e de instituições de parcerias está na luta entre os participantes e esta é discursiva. Associando o referencial discursivo ao de campo de Bourdieu (1996), entende-se que a instituição desses desenhos se dá pelo poder de força dos participantes na disputa pelo domínio de novos capitais simbólicos.

A Rede terá papel de canalizar esse aumento da produção, agregando valores culturais (étnicos e históricos), ambientais e ecológicos, possibilitando ao consumidor local e regional o acesso a serviços e a produtos de qualidade até então inexistentes no mercado regional. Esses são fatores que darão garantia de sustentabilidade à Rede. (Texto extraído do Projeto da criação da Rede de Comercialização de Produtos Agroecológicos da Quarta Colônia, 1999)

Formação de uma consciência de que a agroecologica, mais que uma técnica de operação, é um novo marco conceitual de organização social da propriedade e da produção rural, transformando vizinhos e parceiros da Rede em uma grande família que coloca as suas melhores energias para a construção de uma sociedade solidária e capaz de manejar os recursos naturais com responsabilidade, com respeito à vida em toda a escala de produção. (Texto extraído do Projeto criação da Rede de Comercialização de Produtos Agroecológicos da Quarta Colônia, 1999)

Tais recortes evidenciam a associação, com um certa conscientização, entre estratégias gerenciais e estratégias discursivas, a respeito torna da importância de instituir processos de aprendizagem na viabilização de práticas alternativas (formação de uma consciência de que a agroecologica, mais que uma técnica de operação, é um novo marco conceitual de organização social da

propriedade e da produção rural). Nesse sentido, há uma nítida preocupação de **instituir um conceito de rede**, este, sinônimo de aumento da produção a partir da conscientização agroecológica movida por um sentido de parceria, enquanto sinônimo de grande família e sociedade solidária. É o uso da retórica discursiva “*reificando*” / “*pressupondo*” um estado de coisas como se fosse natural.

Nesse estilo comunicativo em que se reconhece práticas discursivas utilizadas como recursos estratégicos, para legitimar ideologicamente um conceito de rede, evidencia-se **o que está em jogo: produção de significado sobre o conceito de rede**, como um meio para viabilizar o desenvolvimento econômico (A Rede terá papel de canalizar esse aumento da produção). Não estão em discussão os aspectos econômicos dessas alternativas, mas a utilização de estratégias retóricas fundamentada em princípios morais e éticos universais, na tentativa de legitimar um discurso de coesão social ancorado nos termos de um discurso de base neo-liberal.

A questão é saber qual o fim dessas estratégias discursivas, referentes ao aumento e da consciência e da capacidade de ação eficaz? Estariam incorporando o discurso da sustentabilidade, fundadas numa ética utilitarista? Seriam estratégias de “sedução” e simulação? Estariam produzindo significado de sustentabilidade, a partir de um valor de troca? Estariam conectando novas posições de sujeitos e de práticas sociais, que possibilitem transformações, não só centradas em pretensão econômica, como também em pretensão de justiça social? Embora este estudo não mantenha o foco direto nesta correlação, tais questionamentos instigam a relevância de posteriores investigações.

É possível reter de tudo isso que, ao examinar-se a dinâmica de tais estratégias discursivas em direção a **naturalização conceito de Rede** – este entendido como um poderoso capital simbólico de disputa para estruturação do campo de desenvolvimento -, os conceitos são trazidos, quando disseminados (através de conversas, publicações), para dar sentido à constituição do processo relacional em andamento. Como os conceitos só existem no mundo

das idéias, as estratégias visam relacioná-los a objetos que são de uma ordem prática. Então, os conceitos são aplicados via práticas discursivas, articulando diferentes vozes para constituir uma materialidade estratégica (LAWRENCE, PHILLIPS e HARDY, 1999). O reconhecimento desse mecanismo discursivo, num campo de força, revela como as novas ordenações sociais, econômicas e políticas se formam, se naturalizam e se legitimam. Tais considerações orientam a seguinte proposição:

Proposição 11: A possibilidade de naturalização de conceitos discursivos, em um campo social, a fim de constituir objetos e posições de sujeitos, supõe a aquisição de competências estratégicas de negociações discursivas muito mais do que objetivas construções de idéias.

6.2.2 A assimilação discursiva e a constituição de modos de interação sócio-organizacional

Considerando que as pessoas interpretam, representam e moldam suas formas de interação, o objetivo desta unidade repousa na análise da natureza discursiva desse processo, no qual a prática de assimilação textual é uma parte constitutiva. Isso pressupõe analisar como os textos obtêm receptividade entre os atores sociais e se conectam com situações específicas para formar diferentes posições relacionais no contexto da Quarta Colônia. Esse interesse em investigar a fixação discursiva de produções e de disseminações textuais sobre as formas de relacionamentos social é norteadas pelas seguintes questões:

- (1) Que novos objetos e novas posições de sujeitos os conceitos aplicados [de identidade interacional] formam, i.é., que sentido eles dão a determinados modos de ação?
- (2) Os discursos produzidos são contestados, transformados, modificados ou reforçados, nesse processo de assimilação textual?
- (3) Que relações de poder a prática discursiva desencadeia mediante a autonomização coletiva de uma nova identidade interacional na Quarta Colônia?

De acordo com estes questionamentos, a relação de depoimentos a seguir são formas apropriadas para proceder a investigação dos elementos naturalizados discursivamente.

(1) Antes não havia esse acordo, essa integração entre a região. Em 1993, surgiu essa idéia de nos unirmos; pois, na época, eu também era prefeito e percebíamos que necessitávamos nos unir, que, em conjunto seria melhor. Entendemos que juntos teríamos mais forças de buscar recursos, porque temos as mesmas peculiaridades de propriedade rural, a geografia, a questão do turismo, a gastronomia. Esses foram também fatores determinantes para essa união. Hoje, diria que a integração está cada vez mais forte para discutirmos nossos problemas. Os prefeitos dos outros municípios se preocupam não mais apenas com seus problemas locais. (Depoimento gestor municipal: prefeito)

(2) Hoje somos parceiros. Há uns anos atrás, a gente competia um município com o outro. Essa competição hoje quase não existe mais. Hoje, quando tem uma reunião importante, os prefeitos ou secretários dos municípios se ligam convidando e motivando para participarmos. Isso nunca acontecia antes. Hoje existe uma consciência e disposição para cooperação, e nós só vamos desenvolver juntos. (Depoimento gestor municipal: secretário de agricultura)

(3) Existe hoje uma parceria entre todas as áreas (turismo, cultura, educação) isso faz com que a própria população busque mais. Existe uma ligação entre os municípios. Eu, por exemplo, na área do turismo e educação, conheço todos os secretários. Existe uma parceria. A visão é diferente, eu sou do município "x" e vou associá-lo, mas trabalhar por toda a região. (Depoimento gestor municipal : secretário de cultura e educação)

(4) Aprendemos que com a parceria seria mais fácil do que jogar com interesses individuais. Se nós começássemos cada um puxar por uma ponta da corda não chegaríamos a lugar nenhum. É um pouco difícil. [...] Algumas vezes, tenho que abrir mão de alguma coisa para o município vizinho. Mas, por outro lado, ele dá um retorno num segundo momento. (Depoimento gestor municipal: prefeito)

(5) Hoje ninguém sobrevive se não é parceiro um do outro. [...] Se os prefeitos forem sozinhos arrecadar fundos em Brasília eu não acredito que consigam alguma coisa mas nove prefeitos têm muito mais força. [...] Também nós, na agroindústria notamos que formando a parceria tem mais força, abre mais o leque de um modo geral (Depoimento de pequeno empreendedor local: área de agroindústria)

Os depoimentos são repletos de significados para subsidiar a assimilação dos textos produzidos (PRODESUS, CONDESUS e Rede Quarta Colônia), a fim de conectá-los a situações específicas de um campo social em transformação. As expressões em destaque evidenciam que os conceitos, idéias e símbolos produzidos e disseminados de formas de interação - redes, parcerias, identidade coletiva; não apenas obtêm receptividade, como geram diferentes posições sociais de valor identitário, político e econômico (percebíamos que necessitávamos nos unir; entendemos que juntos teríamos mais forças de buscar recursos; hoje, somos parceiros; nós só vamos desenvolver juntos; aprendemos que, com a parceria, seria mais fácil). Os tempos verbais tornam

explícita essa fixação da prática discursiva que gera alteração nas crenças, nos hábitos da ação e na dinâmica organizacional. Tais categorias denotam uma não efemeridade desse processo discursivo, visto que geram transformações relacionais como algo suficientemente duradouro, para garantir alguma forma de resposta sócio-político-econômica.

Outras afirmações discursivas como – nós só vamos desenvolver junto; hoje ninguém sobrevive se não é parceiro um do outro – representam a naturalização não só de distintas posições de sujeitos, mas também de formas particulares de *gênero e estilo*, que contribuem para a constituição de outras possibilidades e configurações de prática social. São formas de interação assimiladas discursivamente, que conectam tanto sujeitos quanto estruturas organizacionais e contextos; assim, constituindo um importante capital de sustentação identitária do campo de desenvolvimento loco-regional.

Há, nesses fragmentos, uma visibilidade da produção de significados de interação social que os discursos produzidos e disseminados geraram em contextos específicos, ou seja, há interação, como resultante de um processo de negociação de significados de posições. Tal compreensão se sustenta nas reflexões de Lawrence, Phillips e Hardy (1999).

Por colaboração nós queremos dizer cooperação, relacionamento interorganizacional que não se deposita nem no mercado nem nos mecanismos hierárquicos de controle, mas é negociado num processo comunicativo em andamento [...]. Envolve a negociação de papéis e responsabilidades em um contexto onde nenhuma autoridade legítima é suficiente para gerenciar a situação que é reconhecida. [...] O processo comunicativo entende colaboração numa luta discursiva entre diferentes grupos dos quais acessam diferentes conjuntos de recursos discursivos e não discursivos. (LAWRENCE, PHILLIPS E HARDY, 1999, p. 482,487)

Um outro importante aspecto da natureza desse recurso estratégico-discursivo de fixação de significados particulares e gerais, é o de **como se relacionam com a instituição de estruturas organizacionais**, no caso do

CONDESUS, este entendido como um meio para os sujeitos canalizarem certos fins.

(6) O impacto mais importante causado com a criação e o desenvolvimento do PRODESUS foi que os municípios começaram a ver-se também como região, como Quarta Colônia, e o CONDESUS viabilizou a instituição desse processo. [...] A região que pode ter, em seus vizinhos, parceiros para a construção do desenvolvimento regional. Questões de interesse comum passaram e ser reivindicadas de forma conjunta, com os nove prefeitos pressionando na busca de soluções para seus problemas locais e regionais. Estradas, saúde, agricultura, educação, promoção turística e cultural passaram a ser trabalhadas em conjunto e com aportes econômicos do conjunto. Essas são algumas das mais importantes ações desenvolvidas nesses onze anos de trabalho na Quarta Colônia. Elas foram tecendo uma rede de fibras vivas, intercomunicantes, que se alimentam dos estímulos internos e externos, sem com isso perderem o sentido do particular na busca do fortalecimento deste novo e frágil objetivo que é o sentido e a prática da regionalidade, como caminho do desenvolvimento sustentável solidário. Esse processo, podemos dizer com toda a propriedade, está sendo construído através da cultura, dos laços comuns das comunidades integrantes, elementos que para muitos era motivo de vergonha. Esses elementos culturais, históricos, dialetais foram energia articuladora e mobilizadora que, atravessados por conhecimentos técnicos e científicos (exógenos) possibilitaram um entendimento qualificado do particular na construção da regionalidade (Depoimento secretário executivo CONDESUS)

(7) O CONDESUS tem uma participação importante pois é quase uma outra prefeitura, ou seja, uma entidade que tem uma atuação forte e tem a representação dos nove municípios. Isso dá um aval muito grande. Hoje tudo que estamos avançando é através desta parceria. Os pedidos feitos através do Consórcio tem um peso muito maior que se individualmente, porque é uma região. Quando vai um projeto para Brasília é em nome da região, de um conjunto de municípios. Por isso tem muito mais probabilidade de serem aceitos os projetos (Depoimento gestor municipal: prefeito)

(8) Não vou dizer que não existe de cada um olhar mais para o seu interesse. Isso existe e é normal. O que faz a diferença é que há tendência para um sentido de coletividade que está cada vez maior, as tendências perdem o sentido do individualismo. Depois que surgiu o CONSÓRCIO, e a idéia de que os municípios fossem trabalhados e mostrados em conjunto, o processo foi crescente desse amadurecimento coletivo, de parceria. Eu diria que não dá nem para comparar com o início. (Depoimento gestor municipal:prefeito)

(9) Passamos a compreender que lutar separadamente era muito mais difícil do que se nos uníssemos. A união é feita via CONDESUS, pois é onde tem projetos, onde tem uma organização, é uma forma nova para nós e que está dando certo. Estamos sempre unidos, podemos até não conseguir mas estamos trabalhando em conjunto. Nós temos conseguido muito coisa com este espírito integrado. (Depoimento gestor municipal: prefeito)

(10) É uma entidade muito forte. Sem o consórcio morre tudo. Essa vitalidade que tem os municípios não pode morrer. Prefeito nenhum tem coragem de sair do consórcio. Nós temos que começar a pensar em amarrar melhor para o consórcio não ficar na mão das pessoas. (Depoimento gestor municipal: prefeito)

Nos depoimentos acima, chama atenção a concepção homogeneizada dos depoentes, ao associarem a atuação da instituição CONDESUS à legitimação de uma nova identidade relacional, enquanto um espaço de possibilidades. Tal correspondência, também identificada em análises

anteriores, permite entender que essa forma de estruturação institucional é resultante de atos discursivos (PROI, PREP, PRODESUS), sendo, portanto, constituída e constitutiva discursivamente. De acordo com Fairclough (2004), essa é uma perspectiva que se distancia das tendências convencionais de perceber organização, conforme apreendido nas análises anteriores. Ou seja, rejeita conceitos de organizações como algo estruturado independentemente da ação dos sujeitos e do contexto, em favor de conceitos como acontecimento interativo, isto é, algo que se organiza discursivamente. Se novamente a análise reforça que as organizações afetam e são afetadas pelos discursos, então, as questões de interesse dizem respeito à compreensão dessa receptividade (naturalização) de significados em torno da instituição de organizações como é o caso do CONDESUS, tomado, neste estudo, como um órgão estruturante do campo de desenvolvimento da Quarta Colônia.

No entanto, para proceder essa reflexão, faz-se necessário conceber instituição não apenas como constituída por coleções estruturadas de textos, que ao serem assimilados formam categorias sociais normativas, para entendimentos e comportamentos de atores (PHILLIPS, LAWRENCE e HARDY, 2004), mas pensá-la como constitutiva e constituída de um campo social, espaço de relações de força e de lutas constantes, para se apropriar do produto específico em disputa no jogo (BOURDIEU, 1996, 1998a). Com base nisso, a análise investiga qual é a representação do CONDESUS para os atores sociais, no que se refere à negociação de regularidades, regras organizacionais determinadas num espaço de jogo, que contribui para formulação, reformulação ou manutenção de estruturas sociais.

Tais considerações exigem identificar se a produção de capitais simbólicos (redes, parcerias, integração, identidade regional, etc.) produzidos e disseminados textualmente (projetos de implantação PRODESUS e CONDESUS), obtêm receptividade num contexto específico, no qual são incorporados pelos atores com disposição para o jogo. A retomada dos seguintes fragmentos são reveladoras de tais elementos: O impacto mais importante causado com a criação e desenvolvimento do PRODESUS foi que os

municípios começaram a ver-se também como região, e o CONDESUS viabilizou este processo(6); O CONDESUS tem uma participação importante, pois é quase uma outra prefeitura, ou seja, uma entidade que tem uma atuação forte e tem a representação dos nove municípios(7); Depois que surgiu o CONSÓRCIO, e a idéia de que os municípios fossem trabalhados...(8); A união é feita via CONDESUS, pois é onde tem projetos, onde tem uma organização, é uma forma nova para nós e que está dando certo(9); Sem o consórcio morre tudo(10).

De um modo geral, percebe-se que as estratégias discursivas utilizadas para disseminar um sentido de obrigação ou de pretensão de verdade nas propostas dos projetos (analisadas nas sessões anteriores) apresentam conectividade na prática social. Isto é, os agentes (gestores) aderem às regras do jogo quando assumem o CONDESUS como um veículo essencial para suas inovadoras formas de intervenções político-administrativas. Há uma visível relação de cumplicidade entre os atores sobre o que está em jogo na continuidade desse campo interacional de desenvolvimento: a luta pela manutenção do novo capital simbólico - CONDESUS - com base na sustentação das novas formas de relações sociais (parcerias intermunicipais). Esta é a lógica das práticas discursivas investidas ideologicamente, a fim de contribuir para sustentar ou minar relações de poder. De acordo com Fairclough (1995, p.73),

O relacionamento do discurso com tais estruturas e relações extra-discursivas [relações de mercado, relações políticas, etc.] não é somente representacional, mas constitutivo: a ideologia tem efeitos materiais e o discurso contribui para a criação e recriação constante das relações, dos sujeitos e objetos que povoam o mundo social.

Com base nessas compreensões, contempla-se a concepção de Fairclough (1995) ao se referir às “instituições sociais como um tipo de comunidade discursiva e como um tipo de comunidade ideológica. [...] As instituições constituem sujeitos ideologicamente e discursivamente”. Considerando tal premissa, procede-se uma análise mais bem focalizada dessas representações naturalizadas. Retomando a análise da seleção de

fragmentos, é possível apreender o ordenamento de *hábitus* entre agentes (gestores), isto é, a predisposição incorporada ou acumulada de um modo de pensamento específico que orienta a legitimação e a permanência dessa instituição e, conseqüentemente, da sustentação do Campo de Desenvolvimento na Quarta Colônia. Segundo Bourdieu (1996, p.22):

Uma das funções do *habitus* é a de dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de um grupo de agentes [...] É um princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas de uma posição em um estilo de vida unívoco.

Definindo o *hábitus* como geradores de novos posicionamentos, um dos entendimentos da formação do pensamento coletivo sobre o CONDESUS é que os gestores não agem simplesmente como sujeitos diante de um objeto (consórcio); eles mobilizam a assimilação de capitais simbólicos (produzidos e disseminados nas práticas textuais) em defesa de seus interesses. Conforme Bourdieu (1998a), isso não pode existir senão ao preço de um trabalho coletivo de construção inseparavelmente teórico e prático. Dito de outro modo,

O trabalho simbólico de constituição e consagração necessária, para criar um grupo unido (nomes, siglas de adesão) tem tanto mais oportunidade de ser bem-sucedido quanto mais os agentes sociais sobre os quais ele se exerce estejam inclinados – por sua proximidade no espaço das relações sociais e também graças às suas disposições e interesses associados a essas posições – a se reconhecerem mutuamente e a se reconhecerem em um mesmo projeto (BOURDIEU, 1998a, p.51)

Daí considerar que o modo como os agentes (gestores, empreendedores, educadores, técnicos) percebem a instituição, tem relação com suas posições ocupadas na estrutura do campo, com suas disposições internas (*hábitus*) e com a assimilação das estratégias discursivas de valor simbólico, como é o caso do sentido de colaboração que permeia o discurso. De acordo com Bourdieu (1998a), os efeitos retóricos têm em vista produzir uma fachada de objetividade que depende dos interesses específicos e dos triunfos diferenciais que, numa situação particular de luta simbólica (manutenção e solidificação das parcerias via consórcio), lhes são garantidos

pela sua posição nos sistemas de relações de força simbólica. Com efeito, o **que estava em jogo na prática de produção** e disseminação textual – constituição de parcerias colaborativas -, faz sentido nesse momento de conectividade à prática social.

O seguinte recorte de expressões é útil para compreender a tese de Bourdieu (1998b, p.125) sobre o que está de fato em jogo nesse momento do processo de constituição de parceria [na Quarta Colônia]: “o poder de se apropriar de todas as vantagens simbólicas associadas à posse de uma identidade legítima, quer dizer, suscetível de ser publicamente e oficialmente reconhecida”.

(2); existe hoje uma parceria com todas as áreas (3); a visão é diferente, aprendemos que, com a parceria, seria mais fácil do que jogar com interesses individuais (4); hoje ninguém sobrevive se não é parceiro um do outro(5); vizinhos, parceiros para a construção do desenvolvimento regional; rede de fibras vivas(6); tem muito mais probabilidade (7); não dá nem para comparar com o início (8); passamos a compreender que lutar separadamente era muito mais difícil do que se nos uníssemos (9).

Os fragmentos denotam a existência de uma tomada de posição entre os atores sociais com novos posicionamentos e ações em parceria e colaboração. Reforçando compreensões anteriores, sustentadas nos referenciais de Lawrence (2002), Lawrence, Hardy e Phillips (1999), percebe-se que esse tipo de auto-identificação e identificação coletiva, que envolve processos de natureza colaborativa, não se deposita nem nos mecanismos institucionais hierárquicos de controle (para ganhar cooperação um do outro), nem no mercado, nem em tecnologias relacionais. Segundo esses autores, tanto a análise dessa complexidade (constituição de processos efetivos de colaboração), quanto seu alcance só pode ocorrer a partir de uma perspectiva discursiva. Eles sugerem que a efetiva interação, com ênfase na colaboração, se deposita em processos no qual participantes se engajam em uma variedade de práticas discursivas.

(1)Essa associação, via CONDESUS, é que faz os municípios avançarem em todas as áreas. A representatividade é diferente. Depois que aconteceu essa associação, existe hoje uma parceria em todas as áreas (turismo, cultura, educação) isso faz com que a própria população

busque mais. Existe uma ligação entre os municípios bem mais produtiva. Eu, p. e., na área do turismo e educação conheço todos os secretários. A visão é diferente (Depoimento gestor municipal: secretário turismo e educação)

(2) Nós só vamos progredir com parcerias. Temos uma história de competitividade e nada avançou. Temos que aprender a nos unir, a partir das nossas diferenças. Por exemplo, o alemão não sabe fazer vinho como o pessoal de municípios de colonização italiana, mas sabe fazer cachaça. Por isso estamos começando a nos mobilizar para resgatar a produção de cachaça que era forte entre nossos avós. O lema é fazer bem feito que daí tudo dá certo. [...] O nosso diferencial vai ser este, numa rota única o turista vai conhecer as especificidades da cultura italiana, germânica e afro, concentrada numa mesma região e, quem sabe, entra mais tarde. (Depoimento gestor municipal: secretário de agricultura)

(3)[...] Então, começamos a entender que era só com parceria, e não com individualismo como era antes. Esse discurso é passado continuamente para a comunidade via meios de comunicação, nas reuniões, no momento em que divulgamos nossos trabalhos, no momento em que nos apresentamos conjuntamente, no momento em que reunimos a iniciativa privada para subsidiar as agroindústrias, sempre se fala no todo. (Depoimento gestor municipal: prefeito)

(4) Hoje em dia tem que ser tudo em parceria. Individual não anda. [...] Tu pensar só em ti não funciona. [...] A gente foi visitar as pousadas da Quarta Colônia e a gente fez esse acordo de troca. [...] Empreendedor vizinho não pode ser visto como um concorrente, mas sim um parceiro (Depoimento de empreendedor local: área turismo)

(5) Hoje o consórcio é o principal meio para viabilizar nossos negócios pois é através dele que conseguimos toda essa ajuda para entrarmos no mercado e comercializar nossos produtos, que hoje têm qualidade. Sem esta parceria, não é fácil, eu diria, quase impossível. Hoje fazemos compras juntos, fora as feiras que têm sido outros grandes momentos de troca e que nunca havíamos participado antes (Depoimento de empreendedor local: agroindústria)

Novamente os depoimentos evidenciam uma convergência na construção de significados atribuídos por diferentes atores sociais, a respeito do reconhecimento das ações colaborativas. Isso reforça a tese de que as posições dos sujeitos são, freqüentemente, construídas num discurso, cuja finalidade é moldar suas experiências subjetivas. Especificamente, é o circuito da atividade e o da realização (conceitos, idéias formados e aceitos) sendo associados à conectividade, unindo, em uma conexão significativa, ações em parceria, num contexto específico (campo político e econômico da Quarta Colônia).

As seguintes expressões refletem e reforçam compreensões anteriores de que o sentido da estratégia discursiva não se refere apenas a pensar em novas possibilidades, mas sim, a desencadear modificação do discurso hegemônico, produzindo novas posições e novas práticas sociais: existe hoje uma parceria em todas as áreas (turismo, cultura, educação), isso faz com que a

própria população busque mais; o nosso diferencial vai ser este; hoje em dia, tem que ser tudo em parceria, individual não anda; sem esta parceria não é fácil, eu diria, quase impossível. Cabe dizer que essa homogeneidade sobre as representações do modo de agir, significa que os atores sociais estão recontextualizando o curso de suas atividades, a partir de uma modelagem discursiva, que inclui uma **autoconstrução reflexiva**.

Retomando os referenciais de Bourdieu (1998b), entende-se que a homogeneização e a autoconstrução reflexiva não são sinônimos de um cálculo consciente e nem se quer dizer que sujeitos são os principais alvos das ações que ocorrem nesse campo de desenvolvimento. Implica em dizer que tais sujeitos são jogadores, isto é, incorporaram o sentido do jogo. Então, o alvo é o próprio sentido do jogo e os sujeitos têm o senso histórico dele. Nesse caso, conforme o referencial de campo de força e de lutas, o jogador admite que o jogo merece ser jogado e que os alvos envolvidos merecem ser perseguidos. “Enquanto o mau jogador está sempre fora do tempo, sempre muito adiantado ou atrasado, o bom jogador é aquele que antecipa, que está adiante do jogo” (BOURDIEU, 1996, p.145). De acordo com esse autor, a menos que os atores se excluam do jogo e caiam no nada, não há outra escolha a não ser lutarem para manter, melhorar ou transformar suas posições no campo, quer dizer, a fim de conservar ou aumentarem o capital específico que só no campo se gera.

6.2.2.1 Interação: lutas de interesse e valor

A compreensão desse jogo discursivo entre atores, para naturalizar formas de interação, tem foco em questões de interesse e valor. De acordo com Lawrence, Phillips e Hardy (1999), os interesses sempre emergem de um processo discursivo, imersos num contexto social de negociação, potencialmente político, no qual as formas de interação ocorrem, pois

peças como agentes engajadas na luta, atuarão sobre aquilo que é constituído como argumento, de acordo com as condições dos processos discursivos particulares, e formularão seus interesses de acordo com isso. Os interesses não podem ser colocados fora do contexto no qual eles estão situados. [...] O que é crítico aqui é que o interesse não pode preceder o discurso, mas é um efeito sobre ele; os interesses são construídos pelos atores através de processos de negociação. [...] Os interesses são negociados muito mais que objetivamente definidos (LAWRENCE, PHILLIPS e HARDY, 1999, p. 491)

Para Misoczky (2002), a disposição para engajamento na luta não envolve apenas questões de interesse, mas também de valor nessa mobilização. Esclarecendo essas diferenças, sustenta a mesma autora, que o interesse indica a posição ou a intenção do ator em relação ao que se encontra em disputa. O valor, por sua vez, considera a importância que um ator confere a um tema (o que se disputa em um determinado jogo), tendo em vista os objetivos que persegue. A motivação resulta da convergência do interesse e valor. Com base nesta concepção, os depoimentos a seguir sinalizam que os atores sociais da Quarta Colônia agem movidos por certa convergência entre interesse e valor na adesão de novas formas de interação social.

(1) Nós estamos hoje compartilhando com nossos vizinhos, com a região da Quarta Colônia, com cidades da região, com o Estado e com o Brasil. Muitos produtores que nunca tinham saído do interior foram até para São Paulo. Nós tivemos uma reunião na semana que passou e cada um falou de suas experiências, das suas necessidades. Os monitores de trilha foram para São Paulo e mostraram a cara da Quarta Colônia e o pessoal ficou encantado. Disseram que conheciam do RS só a serra e que, agora, as belezas daqui que não sabiam que existiam. As pessoas estão descobrindo as belezas dos municípios. (Depoimento de empreendedor local: área do turismo)

(2) A nossa região ficou muitos anos desintegrada desse ponto de união de forças. Cada município cuidava de seus interesses e não tinha uma coordenação geral, não tinha um trabalho dirigido para todos. Cada um tocava do seu jeito. Para comprovar, há quinze (15) anos atrás os municípios competiam por pontos turísticos. A partir da integração, os municípios, em conjunto, distribuíram os pontos turísticos de modo a que todos passassem a ser beneficiados. Com isso, cada município passou a ter um diferencial e não a mesma coisa. Até porque, quando um turista vier para a Quarta Colônia, não vem visitar só um município, mas sim desfrutar o diferencial de cada um. Mas ninguém cuidava disso antes. (Depoimento gestor municipal: secretário de cultura e turismo)

(3) Nós percebemos que os nossos pequenos empreendedores (principalmente das agroindústrias) estão se tornando grandes porque eles estão se juntando. Para quem conheceu muitos empreendedores que tenho em meu município e olha o que eles têm hoje é impressionante. Houve uma mudança para melhor. A Casa Quarta Colônia será nosso orgulho, nosso cartão postal. Através dela, eles terão condições de fazer um grande empreendimento. (Depoimento gestor municipal: prefeito)

(4) O pequeno produtor, o pequeno empreendedor sozinho não vai sobreviver, não adianta. Ainda em nossa região é muito difícil trabalhar em cooperativismo. (Depoimento gestor municipal: secretário de agricultura)

(5) Foi necessário nos despirmos completamente das vaidades, pessoais e municipais. [...] Eu não posso ir para uma reunião do CONDESUS pensando que vou me promover ou vou promover o meu município. Não é uma questão de humildade, mas de parceria. Tem que ir lá pensando numa ação conjunta. As coisas mudaram muito, hoje somos muito parceiros. (Depoimento de gestor municipal: secretário da indústria e comércio)

(7) Algumas vezes, tenho que abrir mão de alguma coisa para o município vizinho. Mas por outro lado ele dá um retorno num segundo momento. [...] Então, temos várias questões que nos levam a pensar de não fazer isoladamente, porque alguém ficaria sem aquela parcela. É o caso agora dos museus paleontológicos que são quatro (4) e os municípios são nove (9). Por outro lado, temos ações em outros municípios que estes não têm, o que compensa. (Depoimento gestor municipal: prefeito)

(8) Eu não estou aí só para falar, para contar histórias, mas também para aprender com as pessoas que vêm de fora, e a gente sempre faz essa troca. Eles trazem experiências de outras trilhas e dão sugestões para melhorias. (Depoimento de guia turista local)

(9) A mãe trabalha direto conosco, levanta de madrugada para assar as cucas e o pão. Não precisava fazer isto, mas ela adora o que está fazendo porque é nosso, porque estamos todos juntos (irmãos, tios e primos). A gente queria que ela parasse e ficasse mais cuidando do pai que é doente, mas não tem jeito dela se afastar. Ela diz que se parar vai adoecer (Depoimento empreendedor local: agroindústria e farináceos)

(10) Toda essa parceria foi o que pesou. Foi o que despertou, pois eles [técnicos] sempre mostravam através de slides o que os outros lugares tinham, e que nós também tínhamos um potencial e poderíamos modificar nossa realidade e nos aproximarmos daquele desenvolvimento [Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi]. Por isso entendemos que não faríamos nada sozinhos se não tivéssemos o apoio desses órgãos, se a gente não se unisse. (Depoimento empreendedor local: turismo)

Numa leitura menos analítica parece que a maioria dos gestores, ao abordar as formas de integração, a retratam a partir de questões de valores. (Muitos produtores que nunca tinham saído do interior, foram até para São Paulo; nós tivemos uma reunião na semana que passou e cada um falou de suas experiências, de suas necessidades. Com isso, cada município passou a ter um diferencial e não a mesma coisa(1); a Casa Quarta Colônia é nosso orgulho, nosso cartão postal. Através dela eles terão condições de fazer um grande empreendimento; nosso pequeno empreendedores estão se tornando grandes, porque eles estão se juntando(3); o pequeno empreendedor sozinho não vai sobreviver(4)). Já, nos depoimentos dos empreendedores, há uma convergência maior entre interesse e valor (Não é uma questão de humildade, mas de parceria. Tem que ir lá pensando numa ação conjunta. (5) Eu não estou aí só para falar, para contar histórias, mas também para aprender [...] a gente sempre faz essa troca(8) ; mãe trabalha direto conosco [...],

porque estamos todos juntos (irmãos, tios e primos)(9) poderíamos modificar nossa realidade e nos aproximarmos daquele desenvolvimento(10). Isso evidencia que, para esses sujeitos empreendedores, não basta atribuir valor ao que é perseguido para gerar ação social. É preciso admitir o interesse para entrar nesse jogo, ou seja, ter capacidade de sustentar as intenções sobre a produção de novas formas de relação e os benefícios de participar desse jogo de constituição de alternativas de desenvolvimento no campo da Quarta Colônia. Observa Bourdieu (1996):

A emergência do campo econômico marca a aparição de um universo no qual os agentes sociais podem confessar a si próprios e confessar publicamente que eles têm interesses e desprender-se do desconhecimento coletivamente mantido, no qual podem não apenas fazer negócios, mas confessar que estão lá para fazê-los, isto é, para se comportar de maneira interessada, calcular, obter lucro, acumular, explorar. (p.181)

O que resulta de tudo isso é que, para compreender a razão de ser desse processo de instituição de formas de relação, não basta analisar questões de interesse ou de valor descoladas de um campo de força que, por sua vez, tem uma correlação com *jogos de linguagem*, cujo poder está em sua legitimidade e autoridade em mobilizar conceitos, idéias, símbolos – esquemas classificatórios. Essas relações de poder que a prática discursiva desencadeia, diz respeito à capacidade de impor definições, idéias por meio de persuasão retórica, num campo de disputa (BOURDIEU, 1996). Isso significa dizer que:

Proposição 12: O modo de incorporação de esquemas discursivos, num determinado campo de força, influencia o grau de interesse e de motivação para a ação. Nesse caso, o interesse em assimilar formas de interação social será tanto mais efetivo quanto mais complexo forem as práticas discursivas.

6.2.2.2 A arena da aprendizagem e modos de interação social

Conforme observado no decorrer das análises, todo processo de constituição da Quarta Colônia se dá via eventos de aprendizagem coletiva (PROI, PREP, PRODESUS). Contudo essa dinâmica assume uma

intensificação a partir dos anos 2001-2002, a fim de intensificar o processo produtivo. O alvo dessa estruturação é a construção da Rede Quarta Colônia, que demanda significativos investimentos na capacitação dos atores sociais (potenciais empreendedores). Esse procedimento conta com a participação técnica de instituições federais e estaduais habilitadas em processos de capacitação e aprendizagem.

De acordo com o Relatório de atividades do CONDESU/2004, é finalidade dessa atuação técnica: capacitação dos sujeitos para atuarem na Rede; promoção de animação familiar e comunitária (possíveis empreendedores); desencadeamento de processos de produção e comercialização qualificados, promoção de divulgação e marketing, dentre outros. Entre os principais programas de capacitação realizados nos últimos quatro anos, destacam-se: cooperativismo; planejamento agroecológico; horticultura ecológica; fruticultura ecológica; produção de farináceos; produção de derivados de leite; produção de derivados de carne; produção de doces e geléias; formação em Rede; marketing de rede e produtos ecológicos; agroturismo. É importante destacar que tais estratégias de mudança de percepções e representações têm, como eixo de sustentação, o processo de relações em parcerias, significativo capital simbólico, cultural e econômico, em disputa na afirmação do campo.

No que se refere à literatura sobre aprendizagem no campo das organizações, Easterby-Smith, Burgoyne e Araújo (2001) afirmam que se tende a examinar os resultados, ao invés de pesquisar o que a aprendizagem realmente é e como os resultados são alcançados. Apesar deste estudo não focalizar tais aspectos, a preocupação desta sessão está em identificar como práticas sistemáticas de aprendizagem se relacionam com a constituição de formas de interação de natureza discursiva, na configuração do Campo de Desenvolvimento da Quarta Colônia. As seguintes questões orientam tal interesse:

Quais objetos e quais posições de sujeitos os processos de aprendizagem estão

produzindo?

Esta produção de posições afeta a estrutura do campo, ou seja, contribui para conservar as regras do jogo e transformá-las?

Os discursos produzidos são contentados, transformados ou reforçados nesse processo de assimilação textual?

Assim sendo, o interesse da análise contempla a associação entre as novas formas de relação em parcerias e a entrada de novos atores em campo (técnicos, consultores, pesquisadores), que deslocam as regras do jogo (delimitação espaço, mudanças nas posições e práticas), a partir da arena de aprendizagem individual e/ou coletiva.

(1) Até a criação do PRODESUS não existia nada em termos de qualificação e de acompanhamento de agroindústrias. Como ficava muito na experiência individual, os resultados eram praticamente sem visibilidade social. (Depoimento de gestor municipal: secretário da agricultura)

(2) O cenário mudou e o nível de conscientização sobre a relevância das atividades de parceria, no contexto sócio-econômico, hoje é muito maior. É preciso consolidar, junto as parcerias regionais, o entendimento de que esse é um negócio que uma vez bem fomentado e solidamente implementado, pode contribuir para o processo de melhoria do desenvolvimento regional [...] O terminal de comercialização, intitulado Casa Quarta Colônia, é o nosso grande desafio futuro. Será um espaço de divulgação onde será possível não só receber informações sobre os produtos coloniais e artesanatos da região, como também sobre equipamentos, empreendimentos e serviços turísticos disponíveis aos visitantes da Quarta Colônia. É também nesse espaço que haverá a possibilidade de se estabelecer estratégias específicas para implantação de um sistema de rede de produção e comercialização, ou seja, a formação de uma Rede cooperativa entre agricultores familiares, agroindústria e empreendedores turísticos. [...] Para tal, é necessário uma política articulada capaz de fazer com que o embrião dessa rede se capacite e qualifique os seus produtos, se organize e comercialize por meio do Terminal de Comercialização: Casa da Quarta Colônia. [...] Para isso, cabe salientar a importância de estabelecer estratégias de capacitação e operacionalização nas diferentes áreas envolvidas no processo de implantação do terminal (Projeto de turismo integrado CONDESUS/instituição de capacitação A, 2005)

(3) A nova etapa da proposta do consórcio é articular os segmentos entre si – a agroindústria, o artesanato, o hortifrutigrangeiro. É preciso capacitar mas tendo como foco o conceito de rede. É preciso ficar atento ao trabalho dessas instituições de assessoria e capacitação, pois conceito de rede não se trabalha individualmente. Temos que juntar partes, os conflitos, as diferenças. Se nós atuássemos em todos os campos ao mesmo tempo, não teríamos pernas. (Depoimento secretário executivo CONDESUS)

(4) A capacitação sempre foi aberta para todos. Abrimos um leque imenso de capacitação e não inibimos ninguém para participar. Usávamos os meios de comunicação para divulgar, convites diretos, igrejas. Só não se capacitava quem não queria, pois as ações estavam ali. Repetimos cursos em municípios vizinhos para viabilizar a oportunidade de participação. (Depoimento consultor técnico)

(5) São componentes indiscutíveis e inegociáveis: produção associada em Rede; capacitação técnica dos produtores e valorização, através de mutirões, dos elementos culturais, naturais e

turísticos da propriedade e da comunidade. Essa reunião de elementos dá identidade aos produtores e à região, fazendo parte constitutiva das relações sociais e econômicas da Quarta Colônia. (Projeto da criação da Rede de Produção e Comercialização de Produtos Agroecológicos – CONDESUS, 1999)

Algumas expressões são reveladoras que a estrutura desse campo de desenvolvimento é dada, neste momento, pelas relações entre agentes detentores do poder - gestores, técnicos e consultores - e atores sociais pretendentes - novos empreendedores (é necessário uma política articulada capaz de fazer com que o embrião dessa rede se capacite e qualifique os seus produtos(1), estabelecer estratégias de capacitação(2); É preciso capacitar, mas tendo como foco o conceito de rede(3); São componentes indiscutíveis e inegociáveis: produção associada em Rede; capacitação técnica dos produtores(5)). Os depoimentos indicam a ordem social que dá o direito à entrada neste campo correlacionado à homogeneidade dessas novas posições dos sujeitos alvos dos processos de capacitação, objetivando atingir uma colaboração efetiva, via aprendizagem, essencial para a viabilização dos novos arranjos econômicos. É o surgimento de novos capitais específicos (atores capacitados para uma atuação determinada; formação da Rede; formação terminal de comercialização) que reificam os discursos produzidos na trajetória histórica da composição do campo.

Os fragmentos também evidenciam que um acúmulo de capital simbólico adquirido em tais processos de capacitação, é estrategicamente mobilizado na reconversão de outras espécies de capital (econômico, cultural, político); assegurando, com isso, maior domínio sobre os mecanismos constitutivos do campo, para garantir sua legitimidade e sua autonomia nas práticas alternativas emergentes. Tal acúmulo é resultante de práticas discursivas anteriores que se potencializam numa arena mais complexa que é a da aprendizagem/capacitação.

Nesta arena, agentes em posições de dominação (gestores, técnicos, consultores) introduzem, por meio de ações estratégicas centradas em práticas discursivas (utilizando a linguagem do planejamento corporativo) e de controle,

mudanças nos tipos de capital do campo, redefinindo-o de modo a lograr implicações não só sobre a vida das pessoas envolvidas nos processos de capacitação, mas também na história da futura viabilização desse campo.

(1) Foi com estes programas de capacitação que esse movimento da Quarta Colônia começou realmente a se intensificar. Como os projetos tinham a idéia de reunir o pessoal, as agroindústrias, isso me levou a conhecer mais de perto os produtores da região. Foi a partir de então que começamos a agregar produtos da Quarta Colônia aqui, no nosso município. Hoje, eu tenho produtos de todos os municípios. Antes eu tinha mais produtos só do meu município, porém com menor qualidade. Eu não tinha um padrão de qualidade. Com esses cursos transformei meu empreendimento num pequeno terminal de comercialização. Aqui, hoje, é um ponto de referência dos produtos da Quarta Colônia (Depoimento de empreendedor local: comercialização)

(2) A gente percebe que tem havido uma mudança de mentalidade entre grupos que já tinham história de negócios. Tem havido muitos cursos, muitas palestras. Nas reuniões, a gente percebe a qualidade dos produtos que são fabricados aqui e um vai levando os outros. As pessoas começam a perceber uma rede que vai se formando e essa rede não atinge só o comércio, ou a indústria, mas atinge todos os setores. (Depoimento de gestor local: secretário de cultura)

(3) A base de toda mudança de comportamento vem da formação que temos adquirido com as capacitações, pois é a base para se mudar tudo. A gente percebe resultados práticos em função disso. As pessoas, é claro, têm resistências, pois são apegadas a costumes, valores e a uma série de questões culturais que, às vezes, até as impedem de participar, mas depois que elas se abrem para isso, é um caminho sem volta. (Depoimento de empreendedor local: setor hotelaria)

(4) Os consultores e técnicos trabalharam muito com a motivação, a partir da valorização das potencialidades. Colocaram em vigor as regras da produção. As pessoas se sentiram o que elas realmente são. Ninguém veio tirar o lugar delas de gestores da própria vida. Os técnicos e consultores da instituição conseguiram encontrar sintonia com o grupo. (Depoimento de empreendedor local: produção e comercialização de farináceos)

(5) Na minha equipe, todas participaram dos cursos e foi aí que começou a mudar. Esse estímulo de colocar as minhas funcionárias a fazerem cursos é também para dar exemplo para os demais empreendedores da região. Eu acredito que à medida que começarem a capacitar mais os funcionários, eles também vão crescer. O que eu senti que ajudou muito foi uma oficina gerencial. (Depoimento de empreendedor local: produção e comercialização de farináceos)

(6) Nós nunca imaginávamos o que era trabalhar com agroindústria, pois eu trabalhava de vendedora no comércio, meus irmãos plantavam arroz, minha mãe era servente em um hospital. As nossas experiências de produção era para consumo caseiro. Mas eu adorava vender, mas não nesse ramo. Nós tivemos que incorporar o nosso modo de fazer com os cursos. Tivemos que buscar as informações. Fizemos muitos cursos de administração. Fiz curso técnico de agroindústria durante um ano e meio. (Depoimento de empreendedor local: agroindústria)

(7) Eu tenho consciência, posso até ser super pretenciosa para alguns, mas sei que é o processo pedagógico que faz a gente mudar. Principalmente, quando você abre um negócio com funcionários sem qualquer experiência no ramo industrial. Passei a perceber que, quando os funcionários conseguiam entender a lógica de novo modo de fazer, passavam a agir diferente. Sentia que eles tinham muito medo do novo. Mas junto a tudo isso, eu tive uma ajuda muito preciosa do CONDESUS e dos programas de capacitação. Quando decidi retornar e investir no negócio com a família (há três anos) eu nem sabia o que era o consórcio e naquela altura do campeonato, não queria saber, pois não queria me envolver com a política. Aí

comecei a me dar conta de algumas dificuldades e, coincidentemente, os técnicos e consultores entraram. Quando tu sabes o que queres o caminho vai se auto-construindo e tu vai tendo a liberdade de seguir o caminho ou brigar, resistir e te perder na jogada. Meus familiares estavam resistindo a essa assessoria com medo de que não desse em nada. Decidi fazer os cursos. Achei que a instituição A envolvida na capacitação tinha um discurso sério[...]. A gente não é marinha de primeira viagem e sabe distinguir um discurso sério de um não tão bem intencionado. (Depoimento de empreendedora: produção e comercialização de farináceos)

(8) Parece que esses programas de capacitação são para nós um ponto de afirmação. Os técnicos e os consultores conseguiram chegar no ponto da necessidade da população. Eles têm sido nossos parceiros, têm sido divulgadores da Quarta Colônia. Estão conseguindo, junto conosco, levar a Quarta Colônia para fora. Tem empresas de turismo que só operam aqui na região, porque a Instituição A está conosco. (Depoimento de empreendedor local: setor de agroturismo)

Percebe-se que as escolhas dos atores e seus reconhecimentos sobre a importância das ações de capacitação, não são atos desinteressados, totalmente independente das posições que ocupam nesse campo, ou de seus interesses que são solidários a tal posição. De modo mais claro, conforme Bourdieu (1998a), esses agentes estão investindo em seus interesses, portanto, não dizem ou fazem qualquer coisa; dizem e fazem um conjunto de coisas que são possíveis, num determinado espaço social. (Com esses cursos transformei meu empreendimento num pequeno terminal de comercialização.; Na minha equipe, todas participaram dos cursos e foi aí que começou a mudar; Parece que esses programas de capacitação são para nós um ponto de afirmação).

Trata-se de reconhecer, nesses fragmentos, que as ordens discursivas viabilizadas em práticas de produção, disseminação e assimilação textual (analisadas em unidades anteriores) são estrategicamente direcionadas para atingir uma homogeneização explicitada, assegurando, assim, uma relação de força, capaz de produzir efeitos reais sem gasto aparente de energia. (Foi com esses programas de capacitação que o movimento da Quarta Colônia começou realmente a se intensificar; A gente percebe que tem havido uma mudança de mentalidade; um vai levando os outros; base de toda mudança de comportamento vem da formação que temos adquirido; Nós tivemos que incorporar o nosso modo de fazer com os cursos; mas sei que é o processo pedagógico que faz a gente mudar).

Identifica-se também uma cumplicidade imediata associada a um conjunto de disposições (*hábitus*), no novo aprendizado, que permitem

funcionar o sistema simbólico proposto pelo campo, de acordo com as regras impostas que o definem. Tratam-se de estruturas incorporadas, oriundas de sucessivas acumulações discursivas, trata-se de um mecanismo de transmissão, conforme Eagleton (1997), pelo qual as estruturas se corporificam na atividade social cotidiana. As estruturas funcionam como princípios geradores e organizadores das práticas e das representações (Com esses cursos, transformei meu empreendimento num pequeno terminal de comercialização; A base de toda mudança de comportamento vem da formação que temos adquirido; Parece que esses programas de capacitação são para nós um ponto de afirmação). Esse é o sentido do jogo que tais processos de aprendizagem imprimem no campo social, o qual leva os agentes a atuarem e reagirem de um modo que não é mera relação de obediência às regras, mas uma relação de cumplicidade com elas (BOURDIEU, 1996).

Percebe-se que esses interesses pelos processos de capacitação, são social e discursivamente constituídos, eles apenas existem em relação a um espaço social específico, no interior do qual certas escolhas são importantes (Esse estímulo de colocar as minhas funcionárias a fazer cursos é também para dar exemplo para os demais empreendedores da região; Meus familiares estavam resistindo a esta assessoria com medo que não desse em nada). Essa concordância de que vale a pena lutar a respeito das coisas que estão em jogo no campo (BOURDIEU, 1996), determinam a legitimação de novas estruturas de poder que os processos de mudanças identitárias desencadeiam.

(1) Fui começando a tomar pé de todo a discurso em torno da Quarta Colônia. Comecei a conhecer a região, as pessoas, a lógica da política da região e tudo começou a ser favorável. Comecei a intervir nas reuniões. Comecei a entender a necessidade dessa mudança política para a região deslanchar. Comecei a ver, com esses cursos e conhecer empreendimentos que deram certo, que há necessidade de se fazer um planejamento e cumprir o planejado, replanejar e cumprir e assim. Comecei a entender que é possível, tem mais gente pensando assim e não estou só. É mentira essa história de que investe, investe e não tem resultado. Todas as funcionárias são daqui, mas elas podem e devem se aprimorar pois eu ganharia mais e elas também. Eu me juntei com o grupo dos trinta empreendedores e, automaticamente, eu passei a fazer parte da coordenação do projeto (Depoimento de médio empreendedor local: produção e comercialização de farináceos)

(2) Graças a esta parceria CONDESUS/Instituição "A", atuando intensamente desde 2002, hoje, estamos alavancando as agroindústrias, o setor de turismo, o artesanato.[...] Sem a capacitação, com certeza esses setores, principalmente as agroindústrias, não chegariam onde estão (qualidade, conhecimento...) Tu vai ali no estabelecimento comercial x, sente esse

resultado no ambiente, no modo de trabalhar, no cuidado com a produção. Isso a gente não via a três anos atrás. (Depoimento de gestor municipal: secretário da agricultura)

(3) Com os cursos e consultorias adquiri mais segurança, amizade entre as pessoas, trocas de idéias. A gente passa a conhecer a linguagem para poder trabalhar com uma noção de qualidade. Não tinha noção de planejamento, organização, como tratar um cliente, as dificuldade, como resolver as situações.[...] (Depoimento de médio empreendedor local:agroturismo)

(4)Tu vê na prática os empreendimentos que estão se abrindo em função dessas parcerias. Por exemplo, a padaria Brilhante quer se especializar em produtos coloniais, mas é muito difícil servir um café. Então fez uma parceria com o empreendimento x para oferecer o café com os produtos do empreendimento y. Outro é o caso do empreendimento z, que vende produtos de várias agroindústrias certificadas da Quarta Colônia, inclusive os sucos de Pinhal Grande que eram difíceis de comercializar devido à distância. Isso é a cooperação. (Depoimento consultor Instituição "A")

(5) A parceria é fundamental para que o turismo deslanche mas não sei o que acontece, não sei se é pela característica do italiano, ou por tudo isso ser ainda muito recente. A nossa história é de sermos muito individualistas e, para modificar esse modo de relação e de trabalho é lento. A instituição A tem trabalhado muito em cima disso. Ontem, na reunião, foi discutido muito isso "ninguém trabalha sozinho". Enquanto não nos dermos conta de que temos que nos unir, não avançaremos. O consórcio faz com que os municípios não pensem isolados. Enquanto cada um pensava por si, a Quarta Colônia ficava adormecida (Depoimento guia de turismo local)

Os recortes retratam a formação de posições de sujeitos sobre formas de interação conectadas a práticas discursivas, tecidas numa arena comum de aprendizagem. Percebe-se uma série de conexões entre os novos posicionamentos que indicam a existência de um processo de assimilação textual próprio de um campo científico, como esse que envolve processos sistemáticos de aprendizagem. Considerando que um campo "é a institucionalização de um ponto de vista nas coisas e nos *hábitus*" (BOURDIEU, 1998a, p.85), identifica-se, nessas tomadas de posições dos atores, os seguintes elementos constitutivos que, de acordo com Hardy, Lawrence e Grant (1999), podem funcionar como moldes de referência para constituição discursiva dos processos interacionais.

- (1) O entendimento dos sujeitos sobre si mesmos, a partir de ligações de uns com outros e por meio de um objeto de interesse (Comecei a entender que é possível, tem mais gente pensando assim e não estou só; A nossa história é de sermos muito individualistas e, para modificar esse modo de relação e de trabalho, é lento)

- (2) A constituição de sistemas de valores e de interesses (A parceria é fundamental para que o turismo deslanche; sem a capacitação, com certeza esses setores, principalmente as agroindústrias, não chegariam onde estão)
- (3) A aquisição sistemática de conhecimentos (Com os cursos adquiri mais segurança [...] a gente passa a conhecer a linguagem para poder trabalhar com uma noção de qualidade)
- (4) A delimitação de papéis sociais (parceria é fundamental para que o turismo deslanche; ninguém trabalha sozinho; tu vê, na prática, os empreendimentos que estão se abrindo em função dessas parcerias).

Por intermédio dessas interconexões discursivas - potencializadas na arena da aprendizagem -, papéis, responsabilidades, status e poderes são demarcados, como moldes de referência desenvolvidos por agentes, para dar sentido às novas formas de interação e criar cursos legítimos de ação. De acordo com Hardy, Lawrence e Grant (2005), esses são recursos discursivos que funcionam como um quite de ferramentas, no qual os atores selecionam diferentes instrumentos para construir linhas de ação.

Percebe-se, com isso, que a dinâmica dessa arena de aprendizagem na Quarta Colônia, atua como uma nova ordem social, que regulamenta certas formas de pensamento, de comunicação e de atitudes sobre o assunto. Nessa perspectiva, as construções convergentes, identificadas nos depoimentos, refletem a negociação de um acordo geral implícito no jogo (formação de parcerias para dinamizar arranjos produtivos), a fim de coordenar ações coletivas, assim, considerando diferentes capitais de disputa.

6.2.2.3 Construções comuns e construções privadas na interação

Entende-se que o monopólio da autoridade científica que as instituições de aprendizagem formam na Quarta Colônia, dinamizam arranjos produtivos interacionais. O intercâmbio entre práticas discursivas-gerenciais-sociais supõe adesão a novos circuitos de trocas de legitimidade em que há acumulação de

capitais simbólicos (formação Rede Quarta Colônia, Produção Agroecológica). De acordo com Hardy, Lawrence e Grant (2005), nesse processo discursivo os atores exercem construções comuns e construções privadas na tentativa de desenvolver formas de interação mais efetivas, que, segundo Lawrence (2002) são freqüentemente desenvolvidas para produzir alguma forma de inovação. Estas, por sua vez, são orientadas por preferências, numa “luta que se desenrola sempre sob o controle das normas constitutivas do campo e apenas com as armas aceitas no interior do campo [...]” (BOURDIEU, 1998a, p.95).

Os depoimentos, na seqüência a seguir, são relevantes para identificar como se procede a instância discursiva de formação de novos posicionamentos sobre a diferenciação entre construções comuns e construções privadas, centrando a análise na primeira instância, ou seja, a da negociação entre concordância geral ou acordo comum.

(1) A nossa associação nasce da necessidade de organização e da idéia de que sozinho não se consegue avançar. Mas nasce também de uma vontade que está muito ligada à viabilização de nossos empreendimentos. Não tem nada de poético eu diria, mas acaba sendo uma grande poesia. Nós precisamos viabilizar que nossos negócios se sustentem. Eu não sei qual é o conceito de sustentabilidade, mas para nós significa que tem que dar certo, ser viável economicamente e socialmente o projeto. [...] (Depoimento de empreendedor local: produção farináceos)

(2) Hoje, nas feiras locais, priorizamos os produtos da Quarta Colônia que estão legalizados. Antes fazíamos a feira com vários fornecedores, para agradar a todos, mas não deu resultado pois muitos não tinham qualidade. (Depoimento gestor municipal: secretário de agricultura)

(3) Nós somos um grupo de seis famílias que busca outras alternativas de renda. Fizemos reunião mensal. Temos livro de ata. Definimos que cada família trabalhará com uma linha de produção. A nossa idéia de formar uma parceria com as famílias ocorreu quando participamos de um curso de agroindústria familiar. Hoje, estamos com a agroindústria em andamento. Agora, acabamos de fazer um curso de empreendedorismo gerencial (Depoimento de pequeno empreendedor local: produção e comercialização de derivados de moranguinho)

(4) Eu acredito que devemos trabalhar num conceito de transição agroecológica. Isso parte desde os processos políticos sociais de participação, como parte da busca de novas tecnologias que sejam ambientalmente mais respeitadoras, mais sustentáveis. A instituição B (de suporte técnico estadual) tem hoje uma série de tecnologias alternativas que estão sendo implantadas na região, no manejo dos pomares, no manejo do feijão, no manejo da cultura da batata, mas este é um movimento de idas e vindas, de altos e baixos. (Depoimento gestor municipal: secretário da agricultura)

(5) O problema é que muitas pessoas não têm a consciência ecológica. Se não tiver não funciona. Tem muitos técnicos que incentivam a aplicação de veneno. [...] A consciência ecológica também é função da nossa história, quando há trinta e dois anos atrás nossos pais plantavam moranguinho sem veneno e produziam muito bem. Se com veneno também a gente não colhe bem então dá para plantar sem veneno. (Depoimento de empreendedor local: produção e comercialização de derivados de moranguinho)

(6) A instituição B está sempre um pouco desatualizada e os técnicos que estão aí não têm aquele grande interesse e envolvimento com produção agroecológica. [...] essa semana fiz uma visita ao CONDESUS e questionei. Foi investido na parte da fruticultura na região e, hoje, não existe fruta. O que aconteceu? Onde estão os técnicos para avaliar o que foi investido? É preciso formar um quadro de técnicos para fazer vistoria. [...] Muitos dos novos gestores não têm essa preocupação, por isso os municípios não avançaram com a mesma intensidade. No nosso caso, é uma exceção pois sempre teve essa visão (Depoimento de empreendedor local: agroindústria)

(7) Ainda não se começou a trabalhar uma noção de desenvolvimento que não seja só crescimento econômico [...] É necessário sintonia entre poder público e necessidade da comunidade. Tem que pensar globalmente e agir localmente (Depoimento gestor municipal: secretário de cultura e educação)

Todos os depoimentos acima, que dizem respeito à instituição de novos arranjos produtivos, têm em comum a constituição discursiva de identidades interacionais coletivas que orienta os sujeitos em sua auto-construção individual e coletiva, e a construção e a solução de seus problemas. Tal identidade ajuda os atores sociais a se conectarem num investimento coletivo (LAWRENCE, 2002), que, por sua vez, tem correspondência num processo de construção comum de significados e ações. Nesse sentido, é unânime o posicionamento a favor da necessidade de negociação de acordos comuns como condição da viabilidade dos novos arranjos interacionais. De acordo com Hardy, Lawrence e Grant (2005, p.66), “para que uma colaboração efetiva ocorra, os participantes devem se engajar em conversações que produzam recursos que façam sentidos a assuntos e problemas relacionados em termos que haja concordância geral”.

É explícito, em alguns fragmentos, a assimilação conceitual entre os agentes sobre a importância de conciliar diferentes interesses num acordo comum, se quiserem que a sinergia operacional ocorra (Definimos que cada família trabalhará com uma linha de produção; devemos trabalhar num conceito de transição agroecológica). Nesse engajamento em interesses comuns, se reforça acumulações discursivas de uma identidade coletiva, numa conectividade a papéis articuladores, numa forma de barganha simbólica de valor econômico-social, em direção a uma construção de alternativas comuns do problema (produção agroecológica).

No que diz respeito à assessoria técnica, para produção agroecológica, o processo de aprendizagem mostra-se significativamente falho no que se refere às construções comuns. Não há acordos comuns, que sinalizem possíveis disputas de interesses entre campo científico, campo político e campo social, haja vista os primeiros fragmentos(4) oriundos do campo político que são contraditórios aos demais (Devemos trabalhar num conceito de transição agroecológica(4); A instituição B (de suporte técnico estadual) tem, hoje, uma série de tecnologias alternativas que estão sendo implantadas na região(4); O problema é que muitas pessoas não têm a consciência ecológica(5); Tem muitos técnicos que incentivam a aplicação de veneno(5); A instituição B está sempre um pouco desatualizada e os técnicos que estão aí não têm aquele grande interesse e envolvimento com produção agroecológica(6); Ainda não se a começou trabalhar uma noção de desenvolvimento que não seja só crescimento econômico(7)).

Um primeiro aspecto demanda a análise desses fragmentos, ou seja, apesar dos vários segmentos (empreendedores, técnicos, gestores) estarem não só juntos na mesma arena de aprendizagem, mas ainda conectados ao mesmo assunto, os participantes estão falhando, nesse momento da historicização do campo, em produzir uma construção comum sobre o assunto da produção da agroecologia. Como resultado, as tentativas de formação de novos arranjos produtivos em agroecologia está impactando, negativamente, na configuração do campo de desenvolvimento da Quarta Colônia, neste momento de afirmação. A partir de Hardy, Lawrence e Grant (2005, p.66), compreende-se que tal fato ocorre, principalmente, porque os tecnologistas de discurso (técnicos, consultores, gestores) falharam em construir uma ponte discursiva-gerencial entre os vários campos, que conectasse diferentes interesses. Tal apreensão é visível em vários depoimentos tais como neste fragmento: “Foi investido na parte da fruticultura orgânica na região e, hoje, não existe fruta. O que aconteceu? Onde estão os técnicos para avaliar o que foi investido? É preciso formar um quadro de técnicos para fazer não apenas vistoria, mas para subsidiar a viabilização desses projetos. [...] Muitos dos novos gestores não têm essa preocupação, por isso os municípios não avançaram com a mesma intensidade” (Depoimento de empreendedor local: agroindústria).

Nesses depoimentos, percebe-se que o poder simbólico de arranjos mais sustentáveis só se exerce com a colaboração daqueles que o detêm o poder discursivo, o que é facilitado pelos esquemas de percepções e disposições. Eu não sei qual é o conceito de sustentabilidade, mas para nós significa que tem que dar certo, ser viável economicamente e socialmente o projeto(1); devemos trabalhar num conceito de transição agroecológica(4); O problema é que muitas pessoas não tem a consciência ecológica(5). Fica claro, então, a não construção comum do conceito de sustentabilidade, que se mostra vago, aberto às várias interpretações. Tal conceito, em circuitos discursivos anteriores, foi estrategicamente utilizado para favorecer diferentes atores posicionados politicamente no campo. A intenção está fundamentada na idéia de que, segundo Bourdieu(1998,1999), em todos os campos instituídos, incluindo o espaço científico e o espaço político, os respectivos agentes estão o tempo todo tentando impor as suas posições e investindo em seus interesses. Eles produzem esquemas enrustidamente classificatórios (regras, estruturas, ideologias) que ao serem mentalmente incorporados pelos atores sociais, acabam impondo determinados interesses, com a intenção de organizar a ordem social.

Por outro lado, apesar do acúmulo de produções discursivas sobre a conceituação de sustentabilidade não ter atingido maior concretude ainda, em consequência da complexidade retórica e funcional envolvidas nesse processo, é possível identificar, nos depoimentos dos empreendedores, que houve uma conectividade discursiva entre os empreendedores emergentes. Ou seja, houve uma apropriação simbólica do discurso do desenvolvimento sustentável que funciona como uma ideologia para legitimar novos arranjos produtivos e sociais. Já, conforme Dussel (2001, 2002), para que isto se torne uma construção comum, é preciso a construção de uma nova racionalidade sócio-produtiva, reconhecendo, na ética libertadora, a condição e o princípio da sustentabilidade. De acordo com Leroy (1997), qualquer projeto de sustentabilidade exige que diferentes instâncias (culturais, políticas,

econômicas, ambientais) dialoguem, negociem, se encontrem e construam um território comum numa perspectiva mais sustentável.

Como alternativa a essa falha nas construções comuns, os agentes (empreendedores locais) da Quarta Colônia se engajam em processos auto-organizativos que segundo Hardy, Lawrence e Grant (2005), podem ser identificados como **construções privadas**. Para os autores, o uso desse termo não significa construções não reveladoras, mas sim construções que eles elaboram de forma a anexarem interesses particulares ao invés dos do campo em seu conjunto. De acordo com isso, as construções privadas envolvem modos de interação de natureza sempre discursiva, ou seja, são objetos do discurso que levam os sujeitos a dar sentido e a posicionarem-se perante situações e assuntos-chave, como o dos arranjos agroecológicos. “Enquanto construções comuns, facilitam a comunicação e permitem aos participantes criar uma atmosfera de entendimento mútuo, as construções privadas permitem a criatividade e inovação. (HARDY, LAWRENCE E GRANT, 2005, p.66),

A mobilização dos sujeitos possibilita a geração de novas idéias claramente conectadas a práticas discursivas de construção privada e evidencia que eles são jogadores e, como tal, eles lutam para manter ou melhorar sua posição no campo, quer dizer, para conservar ou aumentar o capital específico que só no campo se gera. De acordo com Bourdieu (1996):

Os sujeitos são, de fato, agentes que atuam e que se sabem, dotados de um senso prático, de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada. (p.43)

(1)Estamos formando a associação com os empreendedores na área de agronegócio, que estão mais organizados em termos de qualidade de produção ou que estão a caminho da legalização. Esse trabalho todo é decorrente das ações do CONDESUS e das capacitações técnicas, mas esta “Associação dos 30” tem a finalidade de nos tornar mais independentes dessas instituições no sentido de nos organizarmos, através da associação para venda e

compra de produtos. Teríamos uma força de sustentação e abrangência maior. Faz em torno de dois anos que temos nos reunido e a idéia da associação faz seis meses. A idéia surgiu porque precisamos nos agilizar mais e somos muito curiosos e ambiciosos e gostamos de procurar melhoria para o grupo todo. Isso levou (o grupo) a organizar um visita técnica a Santa Catarina para conhecer experiências de produção agroecológica na forma de associação. Fomos em trinta empreendedores, mais técnicos e políticos da região. Já estamos colhendo os resultados dessa auto-organização. (Depoimento de médio empreendedor local: agroindústria – derivados da carne, da uva e farináceos)

(2) O grupo dos 30 associados está unido, hoje, porque tivemos a consciência da importância de acertar em algumas ações. Exigimos do CONDESUS uma visita a Santa Catarina para conhecer experiências com agroindústria e turismo. A participação de expofeiras reconhecidas no Estado e no País (Expocolono) também tem sido exigência nossa. [...] Eu deixo de trabalhar aqui dentro para manter essa associação funcionando. Eu estou insistindo na comercialização porque é o que segura também o projeto, mas nós é que vamos recheando o projeto para que ele aconteça, segundo as nossas necessidades. Por outro lado, só a associação não ajuda a segurar a viabilidade do agronegócio ou do agroturismo. É preciso capacitar, formar gestores empresariais e públicos. Se queres que o teu grupo defenda uma idéia primeiro tu não podes pedir para o teu grupo defender uma idéia, tem que deixar ele descobrir que ela é uma idéia defensável. (Depoimento de médio empreendedor local: produção e comercialização de farináceos)

(3) A Casa Quarta Colônia e a colocação de um ponto de revenda no espaço do Supermercado Dois Irmãos, se não fosse o nosso grupo, essa associação jamais iria acontecer e já está dando retorno. A entrada nos Dois Irmãos foi por união desse grupo. Nós tínhamos produtos lá só que era naquelas prateleiras. Mas, agora, com a “casinha colonial instalada dentro do supermercado” está chamando atenção. Antes vendíamos uma miséria, agora não damos conta de repor os produtos. (Depoimento de empreendedor local: agroindústria: derivado de carne e farináceos)

(4) Nós temos mais resultados nas trocas entre produtor (nas visitas, exposições, trocas de experiências com produtores) do que via técnico da Instituição B. Por isso acho que temos que ter nossos técnicos via CONDESUS, que responde às nossa necessidades de produção orgânica. Existem várias formas de pagar o técnico que pode ser via porcentagem de produção nas propriedades (Depoimento de empreendedor local – agroindústria: derivado de uva, carne, farináceos, leite, etc)

(5) Hoje, o grupo dos trinta produtores selecionados para expor produtos no terminal de comercialização (Casa Quarta Colônia) já se apropriou dessa idéia e já está discutindo detalhes de operacionalização, no sentido de viabilizá-la, a partir de suas necessidades. Hoje estão brigando com os prefeitos, com o CONDESUS. Hoje, o objetivo da casa é que a gestão seja futuramente baseada numa cooperativa. O CONDESUS sempre defendeu e estimulou essa idéia de que eles é que deveriam se apropriar dessa gestão (Depoimento técnico de capacitação da Instituição A)

(6) A gente tem sentido cada vez mais que, no momento que esses grupos conseguem se reunir e se organizar (como é o caso da formação do grupo da Casa da Quarta Colônia, o grupo dos hoteleiros), tu começa a sentir que eles começam a enxergar de modo diferente, e cobrar o poder público de modo diferente e aí tu vêes que a nossa assessoria passa a ser secundária para a organização, chegando a um ponto de se libertarem completamente. Isso eu senti, ontem, em Pinhal Grande, quando apresentava a retomada do que foi feito em 2004, então, um produtor cobrou dos políticos que estavam no local os seus posicionamentos. (Depoimento consultor Instituição “A”)

(7) Se você vai no estabelecimento comerciais x, ou no y, e observa os produtos que eles têm expostos, eu não preciso nem falar do valor dessa parceria, do quanto ela está se tornando cada vez mais forte. Em cada um desses estabelecimentos tem produtos seus e dos outros. (Depoimento de empreendedor local: agronegócio)

(8) Uma coisa que está acontecendo de bom é a parceria entre as pousadas. Nós da rede

hoteleira temos nos reunido a cada quinze dias para discutir idéias. Nós estamos nos virando por conta. Não podemos ficar esperando pelo secretário de turismo que não sei nem quem é, pois nunca veio em nenhuma de nossas reuniões (Depoimento de empreendedor local: setor hotelaria)

Em todas as falas é possível perceber como as “*construções privadas*”, de natureza discursiva, exercem papel importante ao assegurar a representação dos novos interesses desses jogadores em campo de disputa. De acordo com Hardy, Lawrence e Grant (2005), enquanto as “construções comuns” promovem uma base discursiva para que os atores se movam para frente, as construções privadas, via criação de conflitos, orientam ações inovadoras.

Percebe-se também, nesses depoimentos, que há uma internalização de conceitos, idéias e símbolos acumulados (conhecer experiências de produção agroecológica; assegurar a viabilidade do agronegócio ou do agroturismo; gestão seja futuramente baseada numa cooperativa.), conferindo uma conscientização que facilita tanto as construções comuns quanto as privadas, ou melhor, facilita que os jogadores se posicionem nesse campo de disputa por capitais simbólicos.

A identidade interacional projetada nessa construção privada da formação da Associação dos 30, da Casa Quarta Colônia, reflete o estilo discursivo disseminado em produções textuais anteriores (Projetos). Vale entender, pelo “tom” e pelo “estilo” das afirmações, os depoentes sinalizam seus interesses e suas preferências particulares. (1. Estamos formando a associação com os empreendedores na área de agronegócio; Associação dos 30” tem a finalidade de nos tornar mais independentes dessas instituições no sentido de nos organizarmos; (3) se não fosse o nosso grupo, essa associação jamais iria acontecer e já está dando retorno. A entrada nos Supermercados Dois Irmãos foi por união desse grupo; (2) O grupo dos 30 associados está unido, hoje, porque tivemos a consciência da importância de acertar em algumas ações; Eu deixo de trabalhar aqui dentro para manter essa associação funcionando). Percebe-se que, nessas formas de relações em parceria colaborativas, as tomadas de posição são mutuamente autorizadas, por uns e por outros, para alcançar decisões que sejam benéficas ao grupo e que tenham viabilidade no campo. Além disso, conforme Hardy, Lawrence e Grant (2005, p.69), “a adoção de tal “*estilo*” de

conversação assegura que a atividade comunicativa seja dirigida e que o significado seja co-produzido por todos participantes, incluindo companheiros menos poderosos”.

Proposição 13: A produção discursiva de uma identidade interacional é um passo importante na produção efetiva de relações e depende, da manutenção de uma tensão entre construções comuns e construções privadas.

É possível analisar tais posicionamentos de construções privadas à luz do olhar de Dussel (2002), quando o autor trata dos sujeitos que se tornam co-responsáveis pela sua própria libertação. Por mais que se identifique que tais tomadas de posições refletem o sentido do jogo e que, nele, não há vítimas, mas jogadores, é possível compreender que o sentido do termo co-responsabilização, defendido pelo autor, entra no jogo como acúmulo de capital representativo dos interesses da coletividade, que são os “pequenos agricultores” excluídos do sistema de produção.

Segundo Dussel (2002), a responsabilização envolve entender as contradições que têm marcado o sistema, para que se possa aumentar a capacidade de ação eficaz (Nós temos mais resultados nas trocas entre produtor - nas visitas, exposições, trocas de experiências com produtores -do que via técnico da Instituição B; Eles começam a enxergar de modo diferente, e a cobrar o poder público de modo diferente e aí tu vêes que a nossa assessoria passa a ser secundária para sua organização, chegando a um ponto de eles se libertarem completamente). De acordo com isso, o autor defende que uma capacidade de ação eficaz não é determinada pela comunidade excluída em si, mas por circunstâncias desencadeadas e provocadas por instituições, por sistemas políticos, por pesquisadores, etc. Melhor esclarecendo, diz que as comunidades vitimadas dificilmente podem fazer frente imediata, ou em curto prazo, ao sistema dominador, mas freqüentemente podem e devem organizar-se, a partir de mobilizações estratégicas que possibilite aumentar suas consciências reflexivas para potencializar suas capacidades de ação (eu não preciso nem falar

do valor desta parceria; Eu deixo de trabalhar aqui dentro para manter essa associação funcionando).

Assim sendo, de acordo com Dussel (2002) a possibilidade de intervir na problemática social, tendo nos excluídos do sistema dominante o objeto de interesse, está inscrita na emergência de modos de comportamentos da comunidade, baseados em processos auto-organizados ou auto-regulados da vida.

6.2.2.4 Posições sociais, tomadas de posições e disposições

Ao longo deste exercício analítico, um dos aspectos que tem vindo à tona, nessa trama interacional de natureza discursiva, diz respeito a uma visível diferença de estágios de mudança social dos nove municípios que, de um modo geral mostram-se relacionada não só com diferentes tomadas de posições entre atores no campo político-gerencial, como com diferentes disposições incorporadas pelos sujeitos. Considerando-se que a razão de ser desses distintos efeitos sociais não está na vontade em si de um indivíduo ou de um grupo, percebe-se que as cenas representadas, nesse palco, têm que ver com as estratégias discursivas produzidas e internalizadas pelos agentes. Estas, por sua vez, se dão em decorrência da luta simbólica para impor um veredicto a respeito do que está em jogo no campo, ou seja, para fazer acatar determinadas visões (BOURDIEU, 1998b). Os seguintes depoimentos sinalizam que os efeitos de legitimação das forças simbólicas permitem explicar como a força interacional atua em forma de estratégias retóricas, em busca de cumplicidades ou de antagonismos.

(1) Acho que as diferenças na evolução das mudanças nos municípios dependem de um conjunto de fatores, mas a cultura é a mesma em todos os cantos da Quarta Colônia, as condições de desenvolvimento são cuidadosamente as mesmas ofertadas para todos. Penso que nosso diferencial que faz avançar muito mais os empreendimentos, se comparado com os dos outros municípios, está no modo como a nossa prefeita se envolve, como potencializa esse processo [...] Ela sempre, desde as outras atuações na prefeitura, se mostrou uma gestora de uma garra, dinâmica e com uma determinação ímpar. Por isso, não basta oferecer a capacitação, se não tiver um gestor que mobilize, principalmente num momento inicial. [...] Ela

é uma pessoa incansável. Eu não sei de onde tira tanta energia. [...] Participa de tudo quanto é reunião. Acompanhou de perto as capacitações e a implementação das iniciativas. Tem gestores que não acompanham o processo. Para a gente que está na ponta como empreendedor, isso aí bate direto. Não adianta mobilizar as pessoas e não acompanhar o processo. Aí tu desmobiliza. É uma cadeia. Se um dos elos não funciona...até poder andar, mas não anda como deveria. [...]Ela é uma empreendedora. Ela tem essa visão e esse “espírito” foi assimilado na nossa região. Isso se reflete quando você passa na rodovia e vê o número de empreendimentos novos, se comparado com os outros, que têm até mais acesso que o nosso. (Depoimento de empreendedor local: setor hotelaria)

(2) Há oito anos atrás, as pessoas achavam que a nossa prefeita estava ficando doida, pois só falava em turista, e a comunidade não acreditava nessa possibilidade. De todos os prefeitos é ela quem mais apóia e, se você analisar, é o município com maior número de empreendimentos novos. (Depoimento de empreendedor local: agroindústria)

(3) Nós tínhamos muita vontade de desenvolver juntos e sentimos que, com nossa união, avançaríamos. [...] A força do executivo foi muito forte. O legislativo também deu força. [...] Nos unimos e começamos a mostrar trabalho. [...] As estratégias do secretário da cultura de Silveira, que depois foi secretário de Dona Francisca e, hoje, secretário do consórcio, foi vital para alavancar tudo isso. [...] Todo aquele empenho de nos unir através de projetos. [...] Começamos a desenvolver projetos conjuntos e não conseguimos nos separar mais. [...] Difícilmente desenvolvemos um projeto sozinhos hoje. (Depoimento da prefeita município A)

(4) Hoje, a tendência do CONDESUS é criar uma estrutura administrativa paralela a das prefeituras. O consórcio não pode ser administrativo e sim mobilizador. [...] Cada vez está se criando lá uma estrutura administrativa. [...] Quando vemos ele está mandando nos meus secretários e como o secretário é muito dinâmico ele acaba dominando tudo. [...] Acho que avança demais em questões administrativa, tem que ser mais coordenador. (Depoimento prefeito B)

(5) Nos locais onde o processo não vingou os fatores são os mais diversos. [...] Vai ter município que a mediação da prefeitura não funcionou, ou o consultor (animador) não conseguiu articular direito, por diversos motivos (desconhecimento dos municípios...) ou porque o curso, naquele momento, não era propício, ou porque a articulação política com a comunidade foi muito mal feita. [...] O que dizemos para os prefeitos, hoje, é que depende da tua equipe fazer isso, para então serem altamente beneficiados. [...] Mas não podes fazer um dirigismo político para essas atividades. [...] O que precisamos agora, é que essas prefeituras que não acompanharam consigam se engajar. [...] Eu acredito num resultado muito positivo. (Depoimento secretário executivo CONDESUS)

(6) Porque as outras colônias se desenvolveram e a nossa ficou tantos anos parada? Por falta de liderança. Os líderes foram embora. E nós temos uma população exigente mas jogam para o poder público aquilo que é responsabilidade da própria pessoa, família (Depoimento gestor municipal: secretário educação e da cultura)

(7) O cenário que se apresenta, exigem-se atores com grande flexibilidade de conhecimento, cabeças acordes com o seu tempo, tanto na iniciativa privada quanto na pública. E é isso que temos e elegemos? Nossos administradores públicos são eleitos por relações afetivas, sentimentais, ficando suas capacidades administrativas, seu sentido público em um segundo plano. Projetos são substituídos por discursos vazios, porque a maioria dos candidatos desconhecem a dinâmica potencial e real de um órgão público no processo de desenvolvimento (Matéria informativo PRODESUS, 1999)

De um modo geral, esses depoimentos tornam evidente que as atividades discursivas são formas de atividades políticas, em função do modo

como atuam modificando o entendimento e o envolvimento em situações sociais, moldados por um sistema de disposições particulares, que influencia no modo de evocar certas práticas. Com isso, percebe-se que, se os atores (depoimento 03) tentam mudar compreensões de uma situação social, a partir de uma “*construção comum discursiva*”, há maior impacto da viabilização de ações. Ou seja, a disposição para moldar experiências particulares invoca ações dentro de um sistema de significado comensurável, de interesses dos grupos dominantes.

Ao comparar o terceiro e o quarto depoimentos (Começamos a desenvolver projetos conjuntos e não conseguimos nos separar mais; Quando vemos ele está mandando nos meus secretários e, como, o secretário é muito dinâmico, ele acaba dominando tudo), percebe-se que os interesses e as agendas públicas são cruzados por diferentes disputas de poder que se travam nesse campo, onde não apenas significados de interação são disputados e negociados, mas ainda diferentes posições de domínio. Ou seja, esses agentes (gestores) competem para moldar a realidade social, a partir de algo que os motiva para entrar no jogo. De acordo com Bourdieu (1998a, p.90),

à medida que o campo do poder se diferencia e que, correlativamente, os circuitos de trocas legitimadoras se tornam mais longos e mais complexos, o custo em energia social despendida no trabalho da legitimação aumenta, como aumenta as ameaças da crise.

Os posicionamentos opostos dos depoimentos comprovam a tese de Bourdieu (1998a) de que todo campo é um lugar de luta, nem sempre declarada, pela definição de princípios de divisão do campo, e a questão da legitimidade surge da possibilidade da ruptura da ordem vigente.

Se se retomar o último depoimento, é possível notar que tais esses possíveis desvios subversivos de capitais simbólicos de ruptura da ordem vigente, são percebidos pelo estrategista de discurso que busca reconduzir, via disseminação textual, esse processo de disputas para o domínio de uma *construção comum*, ou seja, da adesão de uma maioria para o compartilhamento das novas combinações. (7) O cenário que se apresenta,

exigem-se atores com grande flexibilidade de conhecimento, cabeças acordes com o seu tempo). Os efeitos retóricos dessa estratégia discursiva, que tem em vista produzir uma fachada de objetividade, dependerão das relações de força simbólica em disputa nos campos. Essa luta, por sua vez, tem implicação importante para a condução dos processos de mudança, seja como incentivador seja como limitador ou inibidor. (BOURDIEU, 1998a).

A compreensão de tais aspectos, a partir da teoria de campo de Bourdieu (1996, 1998a), permite compreender que as mudanças interacionais são dinâmicas, e suas potencialidades dependem das posições que os agentes com poder assumem no campo. Isso por sua vez, depende dos tipos de capitais simbólicos construídos discursivamente - no caso, o tipo de interação política - que estão em disputa, os quais tendem a impor a sua própria lógica (Participa de tudo quanto é reunião. Acompanhou de perto as capacitações e a implementação das iniciativas; Não adianta mobilizar as pessoas e não acompanhar o processo, aí tu desmobiliza; a articulação política com a comunidade foi muito mal feita).

Na luta pela imposição da visão legítima do mundo social, em que a própria ciência está inevitavelmente envolvida, os agentes detêm um poder à proporção do seu capital, quer dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo (BOURDIEU, 1998a, p.145).

Desse modo, apreende-se que o poder simbólico (poder político) de constituir ações sociais pela enunciação discursiva, “de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo” (BOURDIEU, 1988a, p.14), só se exerce se for reconhecido. Então, é possível notar que um dos diferenciais dessas experiências municipais em destaque, está no poder simbólico vinculado aos processos de gestão, que contribuem para estruturação não apenas dos novos arranjos interacionais, mas do próprio campo sócio-político.

Por outro lado, essa apreensão/mobilização do poder simbólico tem, por sua vez, uma correspondência com o *habitus* dos sujeitos, ou seja, sistemas de disposições adquiridos pela socialização prévia. Dito de outro modo, são

esquemas de percepções depositadas dentro dos corpos individuais sob forma de esquemas mentais e corporais de percepção, que operam como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações (BOURDIEU, 1996, 1998a).

Os seguintes depoimentos são reveladores de como tais disposições significaram no processo de constituição social do Campo de Desenvolvimento da Quarta Colônia.

(1) O A atual secretário executivo do CONDESUS foi quem desencadeou todo esse processo. Ele tinha idéias diferentes, iniciativas diferentes em relação a essa questão da cultura e turismo. Na época, causaram um certo impacto na comunidade, até resistência ao trabalho dele. Muitos criticavam. Era um trabalho inovador, que buscava resgatar a identidade cultural, buscava romper com esses valores extremamente conservadores, e que ainda têm na região. Trouxe grupos teatrais, fez os fóruns de cultura, resgatou uma série de coisas de nossa tradição, mas também incorporou elementos novos ou valores no sentido de romper com certos preconceitos que existiam no município. Ele teve visão de futuro. (Gestor municipal: secretário agricultura)

(2) Eu sou um homem do teatro. Esse é um dos atributos do ator. [...] A gente vai dialogando com a matéria, mas é necessário tomar alguns aspectos pontuais – um núcleo básico de afirmações, um ponto de sustentação - para não se perder. [...] Essa é a lógica do teatro que é a lógica da construção. Eu sou um materialista construtivista. [...] Para mim, as questões não passam só no simbólico, mas tem que passar do material para simbólico dialeticamente. (Depoimento do secretário executivo CONDESUS)

(3) Eu acredito muito no potencial desse retorno. Pessoas que saíram, se formaram, até montaram seu negócio e voltam com outro olhar. Eles têm mais facilidade para perceber a questão da regionalidade. Eu sou um exemplo disso, fiquei muito tempo fora. O secretário executivo do CONDESUS, que alavancou todo esse processo, é de fora. A reação conservadora é própria dos de dentro, os que se acham os legítimos herdeiros do destino da Quarta Colônia. O lema “gente da terra” usado em uma campanha, mostra isso, ou seja, só nós que somos da terra sabemos o que ela precisa. Tem gente que ainda adota esse conceito, por isso o processo é lento. O próprio CONDESUS está sempre sob avaliação, sob vigilância por esse tipo de olhares. (Depoimento de gestor municipal: secretário da agricultura)

(4) O que alimenta/ fermenta (transforma) o processo são olhares diferentes. O hábito de troca é um ato importante, por isso os grupos fechados das mesmas culturas tem a tendência a desaparecer. As trocas com os outros grupos é que dá aprendizagem, o homem cresce na relação com os outros. (Depoimento secretário executivo CONDESUS)

(5) A maioria dos empreendimentos são de gente que já saiu da colônia e depois voltou. As pessoas precisam tomar um pouco de mundo. [...] As pessoas que vão fazendo tudo, muito por conta, correm o risco de investir e não ter retorno (Depoimento de empreendedor local: artesanato)

(6) A maioria dos filhos que retornam são os que trazem novas idéias; os que retornam, voltam com novas experiências, o que possibilita colocar outras em formação, no sentido de qualificar. Vão trazer novas informações e as vão usar. (Depoimento secretário executivo CONDESUS)

(7) O que alimenta/ fermenta (transforma) o processo são olhares diferentes. O hábito de troca é um ato importante, por isso os grupos fechados das mesmas culturas tem a tendência a desaparecer. As trocas com os outros grupos é que dá aprendizagem, o homem cresce na relação com os outros. (Depoimento secretário executivo CONDESUS)

(8) Eu precisava colocar todo o povo do meu município dentro de um ônibus (depoimento gestor municipal:prefeito)

(9) Eu voltei para casa com a definição de montar um negócio próprio com a família em cima do que já vínhamos fazendo na família – produção de vinho – pois, a cada ano, aumentava mais os pedidos. Então a pesquisa já estava feita, isto é, havia mercado. Não tinha rótulo nem nome...a referência era o vinho do José (nome de meu avô), “ lá tem vinho bom”. A gente começou com os ensinamentos de minha avó e meu avô, por isso o nome do empreendimento. [...] Eu tinha uma noção clara de algumas coisas que eram muito simples para desenvolver. Qualquer pessoa que tenha saído de casa e morado fora já trás essa imagem diferente de organização, sabe que não existe só um modelo de organização, mas milhares. Eu confiei nesse meu olhar para enfrentar as dificuldades, as resistências familiares ao novo e conseguir implantar as mudanças (Depoimento de empreendedor local – agroindústria: derivado de carne e farináceos)

(10) Eu e meu marido viajavamos muito e sempre que íamos a locais de turismo percebíamos que a nossa propriedade se aproximava muito das belezas que tinham nos outros lugares. Só precisávamos de conhecimento para fazer a infraestrutura (Depoimento de empreendedora local: agroturismo)

Em todos os depoimentos, é unânime a afirmativa de que os esquemas de percepções incorporadas nas experiências, fora do contexto cotidiano, são os princípios geradores de práticas distintas e distintivas. São tais percepções que permitem um maior senso prático do jogo e que inclinam os agentes para atuar e reagir mais efetivamente em situações específicas. É um *hábitus* adquirido pela socialização prévia, na qual o sujeito incorporou novas estruturas imanentes de diferentes contextualidades, que possibilitam uma maior percepção para a ação, no campo da Quarta Colônia. Assim, é importante destacar que os princípios que delimitam os espaços sociais dos novos arranjos de desenvolvimento, dependem de uma relação dialética entre construções discursivas, dinâmicas de estruturação do campo e disposições dos jogadores. Em decorrência disso, as estratégias discursivas orientadoras da prática social, também dependem de diferentes sistemas de disposições dos atores, estes adquiridos por sucessivas internalizações históricas, em determinados espaços sociais.

Assim sendo, as diferentes posições sociais (arranjos em parcerias, interação) constituídas no campo de desenvolvimento da Quarta Colônia, estabelecem associação com as *tomadas de posições* (escolhas) que os atores fazem, num determinado espaço social, e dependem das suas disposições

incorporadas (ou *habitus*), ou seja, de suas capacidades geradoras, vinculadas, por si só, a constituições discursivas. Dito isso, de acordo com Bourdieu (1996, p.27)

Se o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes têm a fazer, a construir, individual e sobretudo coletivamente, na cooperação e no conflito, resta que essas construções não se dão no vazio social, como parecem acreditar alguns etnometodólogos: a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capitais, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posições nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo (BOURDIEU, 1996, p.27)

Essa construção do espaço social na Quarta Colônia que resultam em novos arranjos econômicos, sociais e identitários, pressupõe, ao mesmo tempo, a constituição de disposições subjetivas, de espaços de tomadas de posições, que são produtos de uma realidade invisível, mas factível de apreensão, conforme depoimentos a seguir.

Só tem um jeito de ter parceria solidária: é ter indivíduos realizados. [...] Pois foi isso que alavancou o nosso processo. Os outros projetos anteriores do governo que nós experimentamos, não deram certo (p.e. Plano de incentivo ao pequeno agricultor) [...] pagam um monte de técnicos e começam com um discurso de que agora o governo vai ajudar, vai alavancar – esse é o conceito de solidariedade que o nosso país conhece e que não funciona, porque o ser humano que está aí por trás está frustrado (Depoimento de empreendedor local: agroindústria)

Eu realizei um sonho e hoje estou muito feliz. O meu filho tem idéia de fazer um técnico agrícola e ficar conosco. [...] Antigamente, eles saíam, pois não tinham como se manter e, agora, estão voltando aos poucos, ou ficando, estimulados por esses projetos [...] A gente está sendo sempre visitado. Enquanto não tínhamos a agroindústria (1 ½ ano) ninguém vinha nos visitar. A semana passada veio um francês; outra semana, veio um grupo de POA. Toda semana tem gente diferente que vem aqui conhecer..Agora, você que muito nos honra. [...] Isso é estímulo[...](Depoimento de empreendedor local: laticínios)

No momento em que vendi, que ganhei melhor, que eu saio, que participo, minha autoestima muda muito. [...] As pessoas estão com a mesma roupa mas mais arrumadas. [...] Muda a fisionomia, muda a forma de falar na apresentação do produto. [...] Eu sei como foi a primeira feira e como está sendo agora. É uma mudança incrível e isto está mostrando qualidade de vida para nossa população. Diminui as filas nos postos de saúde, diminui as doenças..as pessoas saem mais para se divertir. [...] Fizemos um Filó em parceria com Silveira Martins há uma semana...eu acho que tinha umas seiscentas (600) pessoas. Fazia muito tempo que não fazíamos. . [...]Foi uma integração intermunicipal muito fantástica (Depoimento de empreendedor local: agroindústria)

Hoje, os produtos são mais bonitos, com embalagens personalizadas. Hoje, o pessoal entendeu que, com um produto bonito podem vender em qualquer parte [...] e, com isso, a autoestima levantou. Antes, o pessoal não oferecia seu produto com a segurança de hoje.

Tudo isso dá um respaldo para a abertura de novos mercados (Depoimento de empreendedor local –comercialização)

Penso que a maioria está assimilando novos valores. Por exemplo, vejo até na escola, que as merendas são diferentes. As mães das crianças estão aprendendo a fazer a merenda em casa. Há introdução de sucos de frutas naturais, pão, batata assada, pastéis, assados. Esses cursos afetaram a vida doméstica, as mães fazem enfeites para as crianças. Antes, não tinha, ou eram comprados. Antes, a gente ficava penalizada com as crianças, pois tinha aqueles álbuns de figurinhas e as crianças passavam beliscando porcarias. Não encontrávamos resposta dos pais. O mercado lançava produtos não saudáveis e as crianças da colônia ficavam completamente contagiadas, não tinham a menor consciência crítica. (Depoimento de educadora local)

Essas bonecas de pano têm uma saída imensa e têm uma história muito interessante. A artesã que as confecciona é uma senhora de quarenta anos que veio aqui comprar um presente e disse que gostaria de aprender a fazer pois estava muito deprimida. Eu dei um modelo para ela experimentar e, na outra semana, apresentou as bonecas com uma perfeição. Tomava remédio constantemente para depressão. Hoje, não tem tempo para mais nada, nem para ficar deprimida. E não toma mais um remédio (Depoimento de empreendedor local –artesanato)

Esses últimos depoimentos revelam a importância de construir-se um espaço social, como estrutura de posições diferenciadas, voltadas para uma luta de conscientização para uma transformação emancipatória. Percebe-se uma tomada de posição desses atores sociais envolvidos em novos arranjos produtivos, marcada pela formação de uma nova identidade coletiva. É a incorporação de papéis, status, de formas de relações afetivas e institucionais, engajando-os numa prática discursiva interacional. De acordo com Hardy, Lawrence e Grant (2005), a produção de uma identidade coletiva interacional depende do entendimento dos participantes sobre si mesmos como ligações de uns aos outros diretamente, bem como indiretamente através do assunto.

Segundo Dussel (2002), essa tomada de posições pressupõe, entre outros aspectos, a inserção dos sujeitos na história, a fim de assumirem seus papéis de construtores e reconstrutores sociais.

Essa co-relação entre historicidade e conscientização crítica também é pontuada por Bourdieu (1998b), que entende que a história se faz na luta, no combate obscuro entre componentes em disputas. Luta que traz à luz tudo o que está oculto; portanto, fornece instrumentos para uma verdadeira tomada de consciência. O autor acrescenta que, ao objetivar-se o que há de impensado no social, quer dizer, de história esquecida, nos pensamentos mais vulgares ou

nos mais cultos, a polêmica oferece àquele que a exerce e que a ela se submete uma probabilidade de tornar-se verdadeiramente sujeito das ações. Nesses termos, o sentido de desenvolvimento com liberdade também é destacado por Bourdieu (1998b), não como consistindo em negar magicamente esta necessidade, mas sim em conhecê-la.

De acordo com as novas tomadas de posições dos sujeitos, emitidas nos depoimentos, entende-se que, para que um sujeito ou um grupo possa dar sentido à sua forma de participação numa ação social, ele tem de, entre outros aspectos: decodificar o significado do que está em jogo, ou seja, o conteúdo das mensagens implícitas; reconhecer a legitimidade dos gestores produtores dos textos (projetos) e os valores que eles defendem ou rejeitam. De posse desse acervo de informações, o indivíduo o confronta com seu universo referencial (hábitos adquiridos e incorporados, em sua trajetória e experiência de vida). Nesse processo, os atores sociais - que ocupam diferentes posições na estrutura social - transformam-se em sujeitos, que reinterpretam o significado das ações e dos fatos, dão sentido às ações das quais participam e produzem novos significados, uma vez que os conceitos e as idéias não são fixos. Ao contrário, as novas experiências e as tomadas de posições levam ao acúmulo de informações que desencadeiam um novo circuito de atividade discursiva. É a dinâmica da história que se transforma continuamente através das novas práticas discursivas.

Considerando que a finalidade analítica desse capítulo centra-se na natureza discursiva da constituição das formas de interação no momento de afirmação do campo de desenvolvimento da Quarta Colônia, optou-se por elaborar o quadro a seguir para tornar mais claro a síntese das principais conexões entre estratégia discursiva e estratégia gerencial, engendradas no interior de um campo de força.

Quadro 16: A natureza discursiva da configuração do CDICQ, em seu marco de afirmação

Limites do campo	<p>Os limites do CDICQ, em seu marco de afirmação, é definido por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • agentes com sistema de disposições incorporadas que permitem associar estratégias gerenciais a estratégias discursivas; • atores que incorporam o sentido do jogo: gestores, empreendedores, instituições formadoras; <p>Os limites do campo são ampliados pelos gestores e empreendedores locais, que exercem o papel de legitimar as regras de funcionamento.</p>
O que é disputado no campo	<ul style="list-style-type: none"> • Legitimação e manutenção do novo capital simbólico: PRODESUS e CONDESUS e Rede Quarta Colônia - com base na instituição e sustentação de novos arranjos produtivos. • Capacidade de mobilização/integração política intermunicipal • Produção de novas regras de desenvolvimento com base em novas formas de ações cooperativas e de interação loco-regional. • Legitimação da desconstrução simbólica das fronteiras, a fim de construir não apenas uma nova identidade regional, mas ainda possibilidades de agregação de valor simbólico, como recurso para viabilizar ações alternativas de desenvolvimento. • Produção de significado sobre o conceito de rede, como um meio para viabilizar o desenvolvimento econômico. • Produção de conceitos e idéias sobre desenvolvimento alternativo: produção agroecológica; rede associativa-colaborativa; integração regional;
Tipos de capital para a disputa	<ul style="list-style-type: none"> • Novos posicionamentos identitários se transformam em novos capitais simbólicos de disputa, que associam um conjunto de práticas materiais e simbólicas, capaz de garantir a voz desses sujeitos num novo espaço territorial. • Conjunto de práticas políticas e produtivas, com suas expressões materiais e simbólicas interacionais, intermediado por um novo agente social, o CONDESUS • Atuação de tecnologistas de discurso, no campo da gestão pública, que detém o poder de construção simbólica • Capacidade criativa dos jogadores • Legitimidade do discurso do CONDESUS • Tomada de novas posições interacionais (formação de associações, instituição Rede) constitui-se um recurso diferencial na disputa política, social e econômica
Produção de símbolos	<p>Envolve instituição de formas organizacionais ancoradas em significados de interação loco-regional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PRODESUS • CONDESUS • Rede Quarta Colônia

A experiência acumulada, nestes últimos oito anos, mostra-nos que esse processo não é um ato isolado nem auto-referencial, muito menos fechado, limitado pelas fronteiras institucionais ou geográficas. Uma política cultural necessita, para sobreviver, ter uma forte interação comunitária (redes internas), como também tecer parcerias intermunicipais, regionais (redes externas). São, nestes atos de troca, que estabelecemos contrastes, espelhos, e é sobre estes reflexos

que discutimos as diferenças e semelhanças. É nestas trocas que ampliamos o nosso olhar, que aprendemos a ser com o outro....Para isso é fundamental trabalhar a base, os vínculos comuns (geográficos, culturais e históricos) que aproximam as pessoas e as fazem serem deste lugar, desta região e não de outra. Essas características que identificam e tramam as relações de grupo, é o que denominamos de identidade cultural de base e é com essas que o animador dialoga, trabalha, abre janelas, cruza diferentes realidades, projeta. Para tal, necessita tê-la presente, tomá-la em conta: vê-la, ouvi-la nas palavras, na voz dos sujeitos, compreendê-la nas relações concretas, materiais e imateriais, nas necessidades próximas e distantes, etc., para, só então, poder pactuar caminhadas, projetos conjuntos. Neste contexto, o animador sócio-cultural é um educador nos contrastes, nas relações oblíquas, nas rachaduras; é, nestes cruzamentos, que ele constrói comunitariamente novas tramas, novas percepções, redes de emancipação sócio-culturais. (Secretário executivo CONDESUS- Relatório de Atividades 2004)

7 ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

*“Por um lado, há um ator/diretor
que ordena a ação e que exige entrega;
que se molhe nas águas da situação,
que sofra e grite as dores e as contradições da personagem;
que caia em suas armadilhas.*

*No contraponto, mas no furor da ação dramática,
... ele condena o exagero, suprime o caminho fácil, dá tempo à ação,
... fecha as torneiras da emoção. [...]*

*Esse é o leito onde nascem as palavras,
de onde recebem os matizes, a ênfase e a energia.*

É dele e nele que as palavras adquirem sentido, forma, substância e verdade”.

(Depoimento do secretário executivo CONDESUS)

Chegar neste ponto da trajetória implica em questionar-se sobre o que, afinal, foi criado de novo com todo essa construção? Que novas possibilidades e novos caminhos este trabalho possibilita abrir? Como sintetizar o que foi mais relevante se tudo que foi narrado foi tão assimilado e incorporado em uma conexão de práticas com conhecimentos. Naturalmente, tal exercício necessita ser feito e deve ser condizente com o eixo epistemológico orientador desta tese - o construcionismo social -, que permite ao autor transitar pelo mundo das construções sociais, não como um mero observador, mas como um observador atento levado pelo sentido das descobertas, em um processo de interlocuções com referenciais teóricos, cujos significados somente são desvelados à medida que ele avança no, o que lhe possibilita assumir novas posições.

É importante esclarecer que não há qualquer pretensão de apresentar-se conclusão de cunho universalista a respeito da natureza

discursiva em processos de transformação social, visto que não é essa a epistemologia balizadora deste estudo. Espera-se, sim contribuir para incentivar e manter o diálogo aberto no que se refere aos inúmeros pontos de tensão decorrentes tanto da construção quanto do tema norteador que refletem a complexidade de trânsito nesse campo do discurso de ação social.

É necessário lembrar que a proposta central desta pesquisa é analisar não só de que modo as práticas discursivas podem ser mobilizadas/utilizadas, como um recurso estratégico, na constituição do Campo de Desenvolvimento da Quarta Colônia/RS, mas também quais produções de significado elas determinam, nesse contexto específico. Em decorrência disso, apresenta-se a seguir os aspectos que se mostraram mais significativos a respeito dos objetivos específicos dessa análise: dinâmica dos processos de produção, disseminação e assimilação textual na constituição de práticas sociais; dimensões da estrutura social mobilizadas discursivamente e, ainda, associação estratégias discursivas com estratégias gerenciais e organizacionais.

7.1 DINÂMICA DOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO, DISSEMINAÇÃO E ASSIMILAÇÃO TEXTUAL NA CONSTITUIÇÃO DE PRÁTICAS SOCIAIS

Ao longo da análise dos dados foi possível perceber a utilização estratégica de práticas discursivas, que viabilizaram a implantação de processos de mudança social na Quarta Colônia. Especificamente, identificou-se que dinâmicas de produção e disseminação textual associadas a processos de reflexividade, conduzidas por agentes com competências próprias de exímios tecnologistas de discurso.

O reconhecimento e a investigação mais profunda dessa dinâmica processual foi possível com a utilização de um **modelo de análise** (fig.05), construído a partir de uma interface entre o referencial teórico balizador do estudo e a dinâmica dos eventos sociais que constituem o objeto deste estudo. Em outras palavras, tal representação gráfica possibilitou investigar como o discurso pode ser utilizado, enquanto recurso estratégico na produção de novas combinações de idéias, conceitos e símbolos, de modo a fazer sentido num contexto particular e, ainda, conectar a formação de novas posições e práticas sociais.

De um modo geral, percebeu-se que as práticas de produção, disseminação e assimilação textual correspondem, respectivamente, aos circuitos de atividade, de performatividade e de conectividade. Observou-se que, para compreender a dinâmica interativa e processual desses circuitos, é preciso tomá-los numa associação a um conjunto de relações de força, dado num determinado espaço social - **campo de força**. Por sua vez, um campo é uma realidade invisível, que só existe para quem adere ao jogo e apresenta disposições incorporadas (*hábitus*) para jogar.

Tomando a constituição da Quarta Colônia como um campo social, observou-se que sua estrutura é definida pelos principais marcos históricos de práticas discursivas, associadas à tomada de posições dos agentes no interior do campo, na disputa por tipos de capitais simbólicos. Observou-se, portanto, que a mudança das posições dos agentes (gestores e empreendedores), por novos domínios de práticas sociais, implica em mudanças nas práticas discursivas que determinam a reestruturação do campo social.

Em suma, o estudo evidenciou a tese de hardyana (2001, p.31) de que “a atividade discursiva é uma forma de atividade política onde os atores tentam mudar compreensões de uma situação social, modelar experiências particulares e invocar novas práticas dentro de um sistema de significado comensurável com seus interesses”. Esse é, portanto, um processo

permeado, por relações de poder que parecem fixas, mas, a rigor são resultantes de lutas discursivas em desenvolvimento, pelas quais o significado é negociado, de modo que elas criam objetos particulares de conhecimento, de identidade e de formas de relacionamento.

Para que todos os dados fossem viáveis de ser operacionalizados, observou-se que o **contexto** desempenha um papel fundamental, conforme destacam Fairclough (2001a, 2001b, 2003) e Phillips e Hardy (2002), desde que ele não seja tomado como algo dado e acabado, e sim, estrategicamente tornado relevante, de modo a focar autorizar os eventos discursivos em direção a transgressões e quebras de barreiras. Em outras palavras, a delimitação do contexto da Quarta Colônia - de exclusão social, de ocultamento da cultura loco-regional, de esvaziamento e de empobrecimento do meio rural, de gestões municipais individualizadas, entre outros aspectos –, é tomado (intertextual e intercontextualmente) como recurso para autorizar novas combinações.

Uma compreensão mais detalhada dessa ação estratégica tem início com o circuito da atividade na instancia de **produção textual**. A delimitação se justifica pelo fato de ter-se observado que, em todas as etapas históricas de constituição e afirmação do campo de desenvolvimento interacional, na Quarta Colônia, há um processo sistemático de produção de idéias (resgate identitário, formação de parcerias, integração regional), de conceitos (sujeito social, desenvolvimento sustentável, educação patrimonial) e de símbolos (PROI, PREP, PRODESUS, CONDESUS, REDE Quarta Colônia). Nessa materialização da produção textual, via elaboração de projetos, é saliente a utilização de retóricas lingüísticas, com destaque para “nominalizações”, “co-aparições de palavras”, “pressuposições”, “estilo e tom discursivo”, “modalidade” e “equivalência”. Tais recursos retóricos veiculam o sentido ideológico que se quer imprimir nas novas combinações, nas novas posições de sujeitos e nas novas práticas sociais.

Para que a produção discursiva faça sentido em um contexto específico há necessidade de revelá-la por meio de uma prática de **disseminação textual**. No processo de investigação, esta etapa é claramente identificada, tratando-se de uma estratégia gerencial-discursiva central na configuração de CDIQC, a fim de desnaturalizar convenções existentes e substituí-las por outras. Os recursos centrais para dinamizar este circuito foram os veículos midiático, fóruns sociais, exposições e feiras. A criação do informativo PRODESUS, do Jornal Quarta Colônia e a apresentação de programas nas rádios comunitárias evidenciam essa preocupação estratégica com a disseminação textual, um recurso estratégico para legitimar a constituição de ações sociais. A valorização dessas formas faz parte de um jogo estratégico que pretende no sentido de ser um veículo divulgador e legitimador das novas regras estruturais do campo.

Se se considerar que as práticas de produção e disseminação não se tornam um meio de construção social (não haverá ação), ao menos que elas modifiquem o discurso e produzam novos conceitos, objetos e posições de sujeitos; em consequência disso haverá necessidade do circuito de performatividade e de conectividade se inter-relacionarem, numa correspondência dialética. É a prática de **assimilação textual** bem visível nos depoimentos dos atores sociais (gestores e novos empreendedores). Percebeu que as novas posições e práticas que emergiram são diretamente proporcionais ao grau de intensificação dos dois primeiros circuitos. É o caso, por exemplo, da impactante assimilação de novas identidades interacionais sociais que constituíram-se tanto o CDIQC, tanto no seu marco de constituição quanto de afirmação, com a resignificação de tomadas de posições e de interações sociais. Neste caso, houve uma visível intensificação das atividades de produção e disseminação de idéias (resgate de identidade, valorização patrimônio cultural, formação de parcerias loco-regionais, arranjos produtivos alternativos de desenvolvimento), de conceitos

(sujeito social, identidade, rede associativa) e de símbolos (Quarta Colônia, CONDESUS).

Assim sendo, confirma-se que os novos arranjos organizacionais e interacionais, constituídos na Quarta Colônia, dependem da construção discursiva, feita por atores sociais expertes, com predisposições incorporadas (*habitus*) para criar e disseminar textos, a fim de formar novas regras de constituição do campo de desenvolvimento, marcado por um elevado ato político depositado em lutas fundamentais por poder e controle de novos capitais simbólicos.

7.2 DIMENSÕES DA ESTRUTURA SOCIAL MOBILIZADAS DISCURSIVAMENTE

Conforme mencionou-se nos referenciais teóricos, o discurso, como recurso estratégico contribui/influencia/determina a constituição de quatro principais dimensões da estrutura social - identitária, relacional, textual e ideacional – que visam produzir controles e causar certos resultados. Identificou-se, nesse processo de constituição da Quarta Colônia, que ele foi orientado explicitamente pelas duas primeiras dimensões, já que as outras duas (textual e ideacional) permeiam e constituem as anteriores, por isso não faz sentido serem concebidas como dimensões isoladas. Ou seja, os eventos discursivos são articulados, explicitamente, pela constituição da auto-identidade e pelas identidades coletivas (resgatando papéis e imagens sociais) e também pelas formas de relacionamentos (desafiando estruturas isolacionistas e colonizando estruturas interacionais).

Vale destacar que tanto a dimensão identitária quanto a relacional, nitidamente apreendidas, neste estudo, são instâncias muito férteis para balizar processos de mudança, fundamentados na problematização de situações vividas. Para isso, percebe-se que o contexto histórico-cultural é dinamicamente tomado como um recurso de intervenção a partir do

desvelamento de sua predisposição para às necessárias recontextualizações.

As mobilizações cuja finalidade é a reflexividade e a formação de uma autoconsciência coletiva – formação projetos (PROI, PREP), fóruns sociais - mostram-se centrais na dinamização desse processo de mudança social de natureza discursiva. Percebe-se que, pelos processos de produção e disseminação textual, formas simbólicas identitária-interacionais que retratam cotidianos (“filós”, patrimônio cultural, formação do consórcio), são mobilizadas estrategicamente, não apenas para impactar o vivido no cotidiano, mas ainda para subsidiar a transformação de relações hegemônicas, que viabilizam nova ordem social.

A síntese elaborada dos objetivos propostos permite dizer que os atores sociais da Quarta Colônia formaram novas posições identitárias e relacionais, via prática discursiva, de acordo com seus valores, crenças e interesses. Isso quer dizer que tanto o tipo de relação social estabelecido em determinado momento, quanto a maneira como o sujeito social é reconhecido podem mudar a cada interação e no curso de várias interações. A esse respeito, confirmam-se as elaborações defendidas por Chouliaraki & Fairclough (1999) de que em processo de construção interacional, as pessoas não representam o mundo abstratamente, mas sim de acordo as próprias relações sociais com os outros e com a construção das identidades sociais.

Em face disso, identidades e formas de relação, por serem ações conjuntas, foram estrategicamente mobilizadas pelas práticas discursivas, como dispositivos para transformação do CDICQ. Ou seja, se se considerar as identidades e as formas de relações sociais como construções sociais e discursivas, pode-se implica dizer que a intervenção sobre uma dimensão pressupõem a intervenção sobre a outra. A questão a saber é se tal relação teria sido previamente apreendida e estrategicamente articulada pelos gestores tecnologistas de discurso da Quarta Colônia. Muitos dos dados

evidenciam que tal fato pode ter ocorrido, mas os dados levantados não permitiram um grande aprofundamento, sendo, portanto, sugestão para novos estudos.

Outro aspecto é o papel da mídia evidenciado nas análises, que se tornou central para a difusão da informação renovada e, substancialmente sendo um veículo estratégico, para a disseminação de idéias, conceitos, ideologias e símbolos. A dinâmica discursiva sobre o resgate identitário e instituições de parcerias intermunicipais mostra que as estratégias gerenciais utilizadas nos contextos institucionais se tornaram cada vez mais, dependentes da compreensão da utilização de recursos simbólicos interacionais.

Em resumo, é justamente no movimento de resgate e de atualização de jogos identitários-interacionais que a estratégia discursiva ganha destaque. A mobilização em massa a favor do resgate identitário da construção de formas de interação social passa a ser o registro de uma história social que se rearticula em função da ação discursiva.

7.3 ASSOCIAÇÃO ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS COM ESTRATÉGIAS GERENCIAIS ORGANIZACIONAIS

Em todo o processo histórico analisado que envolve a desnaturalização de crenças e práticas vigentes para assimilar outras, percebe-se a atuação estratégica de especialista(s) no manuseio de eventos discursivos, ora desarticulando, ora reestruturando campos de força. A forma como as mudanças sociais foram conduzidas durante os últimos quinze anos, na Quarta Colônia, evidencia processos de gestão pública que se dão a partir de perspectivas estratégico-gerenciais diferenciadas. Ou seja, a efetividade de instituição de ações sócio-organizacionais envolve não só a elaboração de propostas, mas também

um amplo conhecimento, habilidade e atitude em manusear eventos discursivos.

Nesse sentido, os atores que dão voz aos projetos orientadores das novas combinações sócio-econômicas e identitárias são exímios mobilizadores de construções discursivas. É visível que, quando as práticas discursivas são alavancadas de modo sistemático, começam a acontecer, explicitamente, entre os sujeitos sociais da Quarta Colônia, as amarras generalizadas em torno de um objeto comum (resgate de identidade, constituição de formas de interação). Há um efervescente contexto gerencial-discursivo, possibilitando aos participantes novos modos de articulação e de racionalização, que os levam a instituir alternativas de desenvolvimento a região.

Entretanto constatou-se que esta sistemática de mobilização discursiva não se deu de modo uniforme entre os nove municípios já que ocorreu impactando em diferentes níveis de desenvolvimento loco-regional. Nos municípios com maior número de novos arranjos produtivos e maior mobilização dos atores, há uma visível correspondência a um intenso envolvimento da gestão municipal, que, por sua vez, reflete o grau de adesão aos processos discursivos (incentivo aos programas de aprendizagem, atuação na produção e na gestão de projetos), e o acúmulo de predisposições depositadas nos corpos individuais (esquemas mentais e corporais de percepção, compreensão e ação). Isso corresponde à aquisição de interesse na participação que, de acordo com Bourdieu (1996), é admitir que o jogo merece ser jogado e que os alvos merecem ser perseguidos. Como os interesses são social e discursivamente constituídos e apenas existem em relação ao espaço social no interior do qual algumas coisas são importantes e outras indiferentes para os agentes, tais envoltimentos gerenciais criam diferenças subjetivas correspondentes às objetivas entre os municípios que compõem esse campo.

De um modo mais específico, a análise dos dados permite compreender que, nesse estado de posições e disposições sociais - construídas discursivamente e impostas aos agentes -, está a base do desenrolar das batalhas pela disputa de capitais, estes fundamentais para modificar a estrutura de um campo de desenvolvimento, como no caso da Quarta Colônia.

Pela vinculação de dinâmicas retóricas com dinâmicas gerenciais, a realidade social foi sendo reestruturada, segundo as regras de vozes autorizadas num campo de força, já que para participar do “jogo”, é preciso aceitar as novas regras. No momento de afirmação do campo, cabe ao CONDESUS - voz institucionalizada, legítima e legal -, sentenciar quem participaria do jogo e como participaria, e faz isso em função do capital simbólico discursivo que é legitimado socialmente. Essa legitimidade discursiva é determinada, entre outros fatores, pela posição social e institucional do poder econômico dos produtores e disseminadores de textos. Ela passa por interesses individuais, grupais e de classe (contexto existencial); pela história das relações institucionais anteriores; pela força de mediação discursiva (contexto situacional); pela ocorrência de outras falas (contexto intertextual); etc.

É o reconhecimento de uma ação gerencial discursiva como legítima pelos receptores que instaura as relações de poder que lhe são inerentes - o poder da criação de novos arranjos de desenvolvimento, nessas pequenas comunidades que, simbolicamente, diluem suas fronteiras, tornando-as econômica, social e politicamente mais porosas. Mudança e constituição social são entendidas aqui como criação, de produção, de difusão e de naturalização de práticas discursivas. Nesse campo social, as produções discursivas tomam sentido no cotidiano das comunidades, em suas experiências, porque elas têm interesse na participação desse jogo pela disputa de capitais econômicos, políticos e identitários.

7.3 FINALIZANDO...

É pertinente salientar que o objetivo proposto de compreender como os discursos constroem ações sociais foi atingido. Entretanto, o espaço social apreendido é passível de muitas análises. Esta aqui exposta privilegia as ações estratégicas do discurso e as produções de significado. Como já foi dito, não se trata de um trabalho sistemático, pois chegar neste ponto da trajetória representou um grande jogo de quebra-cabeça, em que as peças se encaixam de acordo com a intervenção do próprio pesquisador.

Os desafios foram muitos, mas também estimulantes, pois possibilitaram as descobertas. Abrir-se à epistemologia do construcionismo social, um campo totalmente desconhecido, compensou os desafios dessa caminhada rumo ao desconhecido. As tentativas foram muitas até encontrar-se o rumo, mas certamente superaram os prejuízos das superficialidades e por meio desse mesmo avanço, os desafios surgiram para os antigos e para os novos significados que sustentam a investigação no campo da mudança sócio-organizacional. Durante a trajetória, algumas questões instigaram a curiosidade da autora, talvez elas possam servir de incentivo para estudos futuros.

- Qual a relação entre princípios geradores de práticas discursivas e hábitos adquiridos fora e no interior do contexto em transformação/
- Como ocorre o processo de influência do *hábitus* dos atores na adesão aos eventos discursivos?
- Como tecnologistas de discurso têm se colocado no campo dos estudos organizacionais?

Ao término desta jornada, chega-se não mais como uma viajante que, depois de conhecer lugares e histórias, volta ao ponto de partida, nutrida pelas experiências apreendidas na sua memória; chega-se como alguém que participou de um espetáculo sobre a desconstrução e construção de

tramas que envolvem a dinâmica da vida social. Neste cenário, ao mesmo tempo é preciso ser atriz, autora e espectadora. Em algumas cenas, participa-se passivamente de alguns fatos e acontecimentos, que representam o desejo de uns, sendo dirigidos por outros. Em outras, é necessário exercer a função de sujeito, criando, escrevendo, analisando e contribuindo para a construção da própria história e da dos intralocutores envolvidos.

É experiência intensa e transformadora que altera qualquer autobiografia, mesmo que seja enfermeira, professora e pesquisadora que orienta suas ações pela necessidade de transitar nesse cenário interdisciplinar, entre os eventos da teoria e da prática, numa multiplicidade de contextos e experiências.

...Todo o ponto de chegada é um ponto de partida.

...e o real não está na saída, nem na chegada:

ele se dispõe para a gente

é no meio da travessia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. Ideology and ideological state apparatuses. *In*: ALTHUSSER, L. *Lenin and philosophy and other essays*. London: New Left Books, 1971.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

ALVENSON, Mats; DEETZ, Stanley. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. *In*: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (orgs.). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1999. p.226-66.

AKTOUF, Omar. *A administração entre a tradição e a renovação*. Org. e Trad. Roberto Fachin e Tânia Fischer. São Paulo: Atlas, 1996.

BECKER, Bertha K. Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica. *In*: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana. *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997a. p.421-45.

_____; MIRANDA, Mariana. *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997b.

BECKER, D.; BANDEIRA, P. Determinantes e desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOISIER, Sergio; LIRA, Luis *et al.* *Sociedad civil, actores sociales y desarrollo regional*. Santiago de Chile: Ilpes / Cepal, 1995.

_____. *Modernidad y territorio*. Santiago de Chile: Ilpes/Cepal, 1996.

_____. Desarrollo (local): de qué estamos hablando? *In* BECKER, D.; BANDEIRA, P. *Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. *Meditações Pascalinas*. Oerias: Celta, 1998a.

_____. *O poder Simbólico*. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998b.

_____; WACQUANT, L. New Liberal speak: notes on tthe new planetary vulgare, *Radical philosophy* 105, p.2-5, 2001a

_____; *et al.* A miséria do mundo. Trad. Mateus S. Soares Azevedo *et al.* 4.ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2001b.

_____. *Contrafogos 2. Por um movimento social europeu.* Tradução: André Telles. Título original: Contre-feux: por un mouvement social européen. Rio de Janeiro: Zahar, 2001b.

BRET, Bernard. A partilha do território e a desigualdade frente ao desenvolvimento: um problema da geografia política. *In* BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana. *A geografia política do desenvolvimento sustentável.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. p.207-28.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEEETE, Marc de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica.* Trad. Ruth Joffly. 5.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

BURREL; MORGAN. *Sociological Paradigmas and Organizational Analysis.* London: Heinemann, 1979.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura -Vol II O poder da identidade.* 2.ed. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Iná E. de. O problema da escala. *In* CASTRO, Iná E. de. *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand – Brasil, 1995. p.117-40.

CARCUFF, Philippe. *As novas sociologias: construções da realidade social.* São Paulo: EDUSC, 2001.

CHIA, Robert. Discourse analysis as organizational analysis. *Organization.* v.7, n.3, p.513-18, London: Thousand, 2000.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis.* Edinburgo: Edinburgh University Press, 2001.

CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais.* São Paulo: Atlas, 1999. p.298-337

CMMAD - COMISIÓN MUNDIAL DEL MEDIO AMBIENTE Y DEL DESARROLLO. *Nuestro futuro comum.* Madrid: Alianza Editorial, 1988.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONDESUS. Estatuto, capítulo I Art. 7º, ensiso III. Quarta Colônia, 1995.

CZARNIAWSKA, Bárbara. Social construcionism and organization studies. *In* WESTWOOD, Robert; CLEGG, Stewart. *Debating organization: point DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introduction, the discipline and practice of qualitative research. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (eds.) Handbook of qualitative research. 2nd ed.. Thousand Oaks, CA: 2000, p.1-28.*

DAVEL, Eduardo; ALCADIPANI, Rafael. Estudos Críticos em Administração: Reflexões e Constatações sobre Produção Brasileira. *In* Encontro de Estudos Organizacionais, 2., 2002, Recife. *Anais...* Recife: Observatório da Realidade Organizacional: PROPAD/UFPE: ANPAD, 2002.

DENZIN, Norman K. *Interpretive interactionism*. Newbury, CA: Sage, 1989.

_____; LINCOLN, Yvonna S. (eds.) *Handbook of qualitative research*. 2nd edition. Thousand Oaks, CA: 2000.

DUSSEL, Enrique. *Hacia una filosofía política crítica*. Bilbao: Editorial Desclée de Bouwer, 2001.

_____. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. 2.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

EASTERBY-SMITH, M.; BURGOYNE, J.; ARAÚJO, L. *Aprendizagem organizacioanl e organização de aprendizagem: desenvolvimento na prática e na teoria*. Trad. Sylvia M. A. Roesch. São Paulo: Atlas, 2001.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. Campinas: Editorial Boitempo, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.

_____. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. London: Longman, 1995.

_____. *Neo-liberalism as a focus for critical research on language* (October 1999). Disponível em: <<http://bank.rug.ac.be/global/programme2.html>> Acesso em: 05/03/05

_____. *New labour, new language?* London: Sage, 2000.

_____. *Discurso e mudança social*. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Ed. UnB, 2001a.

_____. *Language and poder*. 2.ed. London: Longman, 2001b

_____. A análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. *In* MAGALHÃES, Célia M. (org.). *Reflexões sobre análise crítica do discurso*. Trad. Célia M. Mafgalhães. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2001d, p.31-82.

_____. The dialectics of discourse. *Textus*, v.14, n.2, p.3-10, 2001e.

_____. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

_____; CHOULIARAKI, Lillie. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press.1999.

_____; JESSOP, B.; SAYER, A. Critical realism and semiosis. *In* JOSEPH, J.; Roberts (coord). *Realism: discourse and desconstruction*. Routledge 2004.

FLEURY, Sonia. Política social, exclusión y equidad en América Latina en los 90. *Revista Nueva Sociedad*, n.156, p.72-94, jul./ago.1998.

- FOUCAULT, M. *The archaeology of knowledge*. London: Tavistock, 1972.
- _____. As regularidades discursivas. In *Arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. *Estética, ética y hermenêutica*. Barcelona: Piados, 1994.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização: Teoria e prática da libertação*. São Paulo: Moraes, 1980.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. Da palavra ao conceito, a tarefa da hermenêutica enquanto filosofia. In ALMEIDA, Custódio Luis Silva de; FLICKINGER, Hans-Georg; ROHDEN, Luiz. *Hermenêutica filosófica: nas trilhas de Hans-Georg Gadamer*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p.13-26.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GERGEN, K. J.; GERGEN, M. N. Toward reflexive methodologies. In STEIER F. *Research and reflexivity*. London: Sage, 1991.
- GIDDENS, Antony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: UNESP, 1991a.
- _____. *As conseqüências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991b.
- _____. *Modernidade e identidade*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- _____. Comte, Popper e o positivismo. In *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 1998.
- GUATTARRI, Felix. *As três ecologias*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1991.
- GRANT, David; KEENOY, Tom; OSWICK, Cliff. Organizational discourse. *International Studies of Management & Organizations*. v.31, n.3, p.5-24, 2001.
- GRANDESSO, Marilene A. *Sobre a reconstrução do significado*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- GRONDIN, Jean. *Introdução à hermenêutica filosófica*. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.
- GUERREIRO, Ramos. *A nova ciência das organizações: uma reconstituição da riqueza das nações*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1989.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz T. Silva e Guacira L. Louro. 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HALLIDAY, J. *Language, context and text: aspects of language in a social semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HARDY, Cynthia. Discourse as a strategic resource. Department of Management. Working paper in *Human resource management & industrial relations*. n.12, december, 1998.

_____. Discourse as a strategic resource. *Human Relations*, december 2000. Disponível em: <<http://www.findarticles.com.cf>>. Acesso em: jan. 2003.

_____. Researching organizational discourse. *International studies of management & organization*, 2001. Disponível em: <Proquest>Order<912391691>. Acesso em: 22 out. 2002.

_____. *Discourse analysis: investigating processes of social construction*. London: Sage, 2002.

_____; PHILLIPS, Nelson. No joking matter: discursive struggle in Canadian refugee system. *Organizations Studies*, v.20, n.1, p.1-24, 1999.

_____; LAWRENCE, T. B.; GRANT, D. Discourse and collaboration: the role of conversations and collective identity. *In Academy of management Review*. v.30, n.1, 58-77, 2005.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. 9.ed. São Paulo: Loyola, 2000.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Rio de Janeiro:Vozes,1998.Vol.I e II.

HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. *In Textos Escolhidos / MaxHorkheimer, Theodor Adorno*. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

_____. *Eclipse da razão*. Trad. Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro 2002.

IBAÑEZ, T. Cómo se puede no ser constructionista hoy en día? *Revista de psicoterapia*, v.III,12:17-27, 1992.

ÍÑIGUEZ, Lupicínio. Construcionismo social. *In MARTINS, Batista J.; HAMMOUTI, Nour-Din El. (Org.). Temas em análise institucional e em construcionismo social*. São Carlos: RiMa; Curitiba: Fundação Araucária, 2002. p.99-179.

_____. *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Trad. Vera Lúcia Joscelyne. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

INOJOSA, Rose M. Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: FGV, v.32, n.2, p. 35-48, mar./abr. 1998.

ITAQUI, José. Patrimônio histórico cultural: preservando a história e a memória da Quarta Colônia . *Informativo: projeto de desenvolvimento sustentável da Quarta Colônia*. Santa Cruz do Sul, nov. 1998.

_____; VILLAGRÁN, Maria A. *Educação patrimonial: a experiência da Quarta Colônia*. Santa Maria: Palloti, 1998b.

_____. Educação Patrimonial e desenvolvimento sustentável. *In Rev. Ciências e Letras*, n.27, p.229-54, jan/jun. Porto Alegre: FAPA, 2000.

_____. O material e imaterial no trabalho do ator. *In Rev. Ciências e Letras*, n.31, jan/jun. Porto Alegre: FAPA, 2002a, p.367-83.

_____. (Org.). *Quarta Colônia: inventários técnicos*. Santa Maria: Pallotti, 2002b.

_____. *Projeto do Consórcio de desenvolvimento da Quarta Colônia: rede de produção e comercialização de produtos agroecológicos 'Quarta Colônia'*. Faxinal do Soturno, RS, 2003a.

_____. A nova Quarta Colônia. *Diário de Santa Maria* 27/28 set., 2003 p.14, 2003b.

LAW, John. *Organizing modernity*. Oxford: Blackwell, 1994.

LAWRENCE, T.; HARDY, C.; PHILLIPS, N. Watching whale watching: Exploring the discursive foundations of collaborative relationships. *In The journal of applied behavioral science*, v.35, n.4, December, p.479-502, 1999. Disponível em: <<http://jab.sagepub.com>>. Acesso em: junho 2005.

_____. Institutional effects of interorganizational collaboration: the emergence of proto-institutions. *In Academy of management journal*, v.45, n.1, 281-90, 2002.

LEROY, Jean-Pierre. Da comunidade local às dinâmicas microrregionais na busca do desenvolvimento sustentável. In BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana. *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. p.252-72.

LINCOLN, Yvonna S.; GUBA, Egon G. Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences. In DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *Handbook of qualitative research: 2nd ed.* London: Sage, 2000. p.163-88.

MATTOS, Carlos A. Desenvolvimento sustentável nos territórios da globalização. Alternativa de sobrevivência ou nova utopia? In BECKER, B. K.; MIRANDA, M. *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997, p.103-25.

MEYER, Michel. Entre la teoría, el método y la política: la ubicación de los enfoques relacionados con el ACD. In WODAK, Ruth; MEYER, Michel. *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Pensamento Crítico e Teoria das Organizações. In ENEO, 2004.

MISOCZKY, Maria Ceci Araújo. Redes e hierarquias: uma reflexão sobre arranjos de gestão na busca da equidade em saúde. *In Revista de administração pública*. Rio de Janeiro: FGV, v.37, n.2, p 335-54, mar./abr. 2003.

_____. *O campo de atenção à saúde após a constituição de 1988: uma narrativa de sua produção social*. UFRGS, 2002. Tese (Doutorado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de

Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

_____. Poder e institucionalismo: uma reflexão crítica sobre as possibilidades de interação paradigmática. In VIEIRA, Marcelo M.F; CARVALHO, Cristina A. (Orgs.). *Organizações, instituições e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p.141-76.

_____; AMANTINO-DE-ANDRADE, Jaqueline. Sobre a possibilidade da crítica nos estudos críticos em administração. In *Revista de Administração de Empresas*, v.44, n.2, abril-junho, 2004.

MORGAN, Gareth. *Beyond method: strategies for social research*. Newbury Park, CA: Sage, 1983.

_____. *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas, 2000.

MORTARI, Elisangela C.M. *Identidades negociadas: o rádio e a construção simbólica da Quarta Colônia*. UFRJ/ECO, 2004. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro - Escola de Comunicação, 2004.

OLIVO, Vânia F. Pensando saúde na perspectiva para a sustentabilidade. In Misoczky et al. (Orgs.). *Estratégias de Organização da atenção à saúde*. Porto Alegre: Dacasa, 2002.

PECI, Alketa. *A Nova Teoria Institucional em Estudos Organizacionais: uma Abordagem Crítica*. Enanpad, 2005.

PÊCHEUX, Michel. Language, semantics and ideology. Londres: Macmillan, 1982. Trad. Eni P.Orlandi et al. *Semântica e discurso: uma critica a afirmação do óbvio*. 3.ed. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1998.

PEDRO, Emília R. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: _____ (org.). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho, 1998a. p.19- 46.

PHILLIPS, Nelson; Hardy, Cynthia. *Discourse analysis: investigating processes of social construction*. London: Sage. 2002.

PHILLIPS, Nelson. Discourse or institution? Institutional theory and the challenge of critical discourse analysis. In WESTWOOD, Robert; CLEGG, Stewart. *Debating Organization: point-counterpoint organizations studies*. London: Blackwell, 2003. p.220-31.

_____; LAWRENCE, T. B.; HARDY, C. Discourse and institutions. In *Academy of management Review*, v.29, n.4, 635-52, 2004.

PRODESUS: fim de uma etapa, início de uma jornada. *Informativo: projeto desenvolvimento sustentável da Quarta Colônia*. Santa Cruz do Sul, 2001. p.2-4.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

- RAMOS, Guerreiro. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Trad. Mary Cardoso. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- ROJO, LUÍSA Martin. A fronteira interior - Análise crítica do discurso: Um exemplo sobre racismo. In IÑIGUEZ, L. (Coord.) *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Trad. Vera Lúcia Joscelyne. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p 206-57.
- SANTIN, Silvino. *A imigração esquecida*. Caxias do Sul: EDUCS, 1986.
- SCHWANDT, Thomas A. Three Epistemological stances for qualitative inquiry: interpretivism, hermeneutics, and social constructionism. In DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. *Handbook of qualitative research*. 2nd ed., London: Sage, 2000. p.189-215.
- SEMINÁRIO de avaliação. *Informativo: projeto desenvolvimento sustentável da Quarta Colônia*. Santa Cruz do Sul, 1999. p.4 –10.
- SPINK, Mary Jane P. (Org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999.
- TAYLOR, J. R. La Dynamique de Changement Organisationnel: une théorie conversation/texte de la communication et ses implications. *Communication et Organisation*, n.3, p.50-93, mai 1993.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ:Vozes, 1995.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Base teórico-metodológica da pesquisa qualitativa em ciências sociais. In *Cadernos de pesquisa Ritter dos Reis*, v.4, nov. Porto Alegre: Faculdades Intergradadas Ritter dos Reis, 2001.
- VAN DIJK, Teun A. Semântica do discurso e ideologia. In PEDRO, Emília R. (org.). *Análise crítica do discurso*. Lisboa: Caminho, 1998, p.105-68.
- _____. Análisis crítica del discurso y el pensamiento social. *Atenea Digital*, 1. 2001a. Disponível em: <<http://bkues.uab.es/athenea/num1/vandijk.pdf>> Acesso em maio 2004.
- _____. Multidisciplinary CDA: a plea for diversity. In WODAK, R; MEYER, M (orgs). *Métodos of critical discourse analysis*. London: Sage Publications, 2001b. p.95-120.
- WATSON, Tony J. Discourse and organization. *Human Relations*. v.53, n.4, p. 559-73, 2000.

ANEXO A – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA QUARTA COLÔNIA

ANEXOS

**APÊNDICE A – PRÁTICAS DISCURSIVA DE PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO
TEXTUAL: constituição do campo de desenvolvimento
identitário-interacional da Quarta Colônia**

**APÊNDICE B – PRÁTICAS DE APRENDIZAGEM NA QUARTA COLÔNIA: marcos
de afirmação do campo de desenvolvimento Quarta Colônia**

APÊNDICE C – PRÁTICAS SOCIAIS EMERGENTES NA QUARTA COLÔNIA

APÊNDICE D – NOVOS ESTABELECIMENTOS NA QUARTA COLÔNIA

**APÊNDICE E - INAUGURAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS NA
QUARTA COLÔNIA**

APÊNDICE E – INSTITUIÇÃO PONTOS TURÍSTICOS NA QUARTA COLÔNIA

CURRICULUM VITAE RESUMIDO

DADOS PESSOAIS

Nome: VÂNIA M.FIGHERA OLIVO

Endereço: Rua Antonio Torronteghy, n.13, Resid. Vila Verde
Bairro Camobi, Santa Maria - RS, CEP 97119-720

Email: vaniaolivo@brturbo.com.br

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- 2001 - 2006 Doutorado em Administração
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Área de conhecimento: Organizações
- 1996 -1999 Mestrado em Assistência de Enfermagem
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Área de conhecimento: Administração em saúde
- 1990 - 1991 Especialização em Saúde Coletiva
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/RS
- 1988 -1989 Especialização em Administração Hospitalar
Faculdade São Camilo de Administração Hospitalar – São Paulo
- 1984 -1985 Especialização em Pedagogia da Enfermagem
Faculdade de Enfermagem – FACEM , Santa Maria/RS
- 1986 -1987 Licenciatura em Enfermagem
Faculdade de Enfermagem – FACEM , Santa Maria/RS
- 1980 -1984 Graduação em Enfermagem e Obstetrícia
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/RS

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- 2006 – Atual Direção de Enfermagem do Hospital Universitário de Santa Maria
Vinculo institucional: Curso de Enfermagem da UFSM/RS
Regime: 30 hs semanais

- 1994 – Atual Professora Assistente
Vínculo institucional: Curso de Enfermagem da UFSM
Regime: Dedicção Exclusiva, 40 hs semanais
Área de concentração: Gestão em saúde
- 1986 – 1988 Enfermeiro assistencial
Vínculo institucional: Centro Médico Hospitalar- Santa Maria/RS
- 1988 –1994 Direção geral de enfermagem
Vínculo institucional: Centro Médico Hospitalar- Santa Maria/RS
Função: Enfermeira diretora responsável pela direção do serviço de enfermagem hospitalar

PUBLICAÇÕES

OLIVO, Vânia M.F. e MISOCZKY, Maria C. As estratégias discursivas presentes na origem do referencial para o desenvolvimento sustentável: uma análise crítica do Relatório de Brundtland. São Paulo: ENANPAD, 2003.

MISOCZKY, Maria C. e OLIVO, Vânia M.F. Sob a égide do mercado, em busca da égide da emancipação: reflexões críticas sobre o referencial desenvolvido por Amartya Sem. São Paulo: ENANPAD,2003.

OLIVO, Vânia F. Pensando saúde na perspectiva para a sustentabilidade. In: Misoczky, et.alli (Orgs.). *Estratégias de Organização da atenção à saúde*. Porto Alegre: Dacasa editora, 2002.

OLIVO, Vania F., COLOMÉ, Clara M. e LANDERDAHL, Maria Celeste. Diretrizes pedagógicas na formação em saúde: buscando uma relação educador/educando de cunho transformador. In: *Rev.Texto e Contexto – Enfermagem, Florianópolis –SC*, v.8,n.1,p.166-173,1999.

OLIVO, Vania et all. Construindo possibilidades para redefinir a prática de enfermagem em saúde pública: uma história a ser contada. In: *Rev. Texto e Contexto - Florianópolis –SC*, v.7, n.1,p.135-148,1998.

ANEXOS

**APÊNDICE A – PRÁTICAS DISCURSIVA DE PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO
TEXTUAL: constituição do campo de desenvolvimento
identitário-interacional da Quarta Colônia**

**APÊNDICE B – PRÁTICAS DE APRENDIZAGEM NA QUARTA COLÔNIA: marcos
de afirmação do campo de desenvolvimento Quarta Colônia**

APÊNDICE C – PRÁTICAS SOCIAIS EMERGENTES NA QUARTA COLÔNIA

APÊNDICE D – NOVOS ESTABELECIMENTOS NA QUARTA COLÔNIA

**APÊNDICE E - INAUGURAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS NA
QUARTA COLÔNIA**

APÊNDICE E – INSTITUIÇÃO PONTOS TURÍSTICOS NA QUARTA COLÔNIA
